

.....

REMINISCÊNCIAS
DE VIAGENS E
PERMANÊNCIAS NO
BRASIL

• PROVÍNCIAS DO NORTE •

*Daniel P.
Kidder*

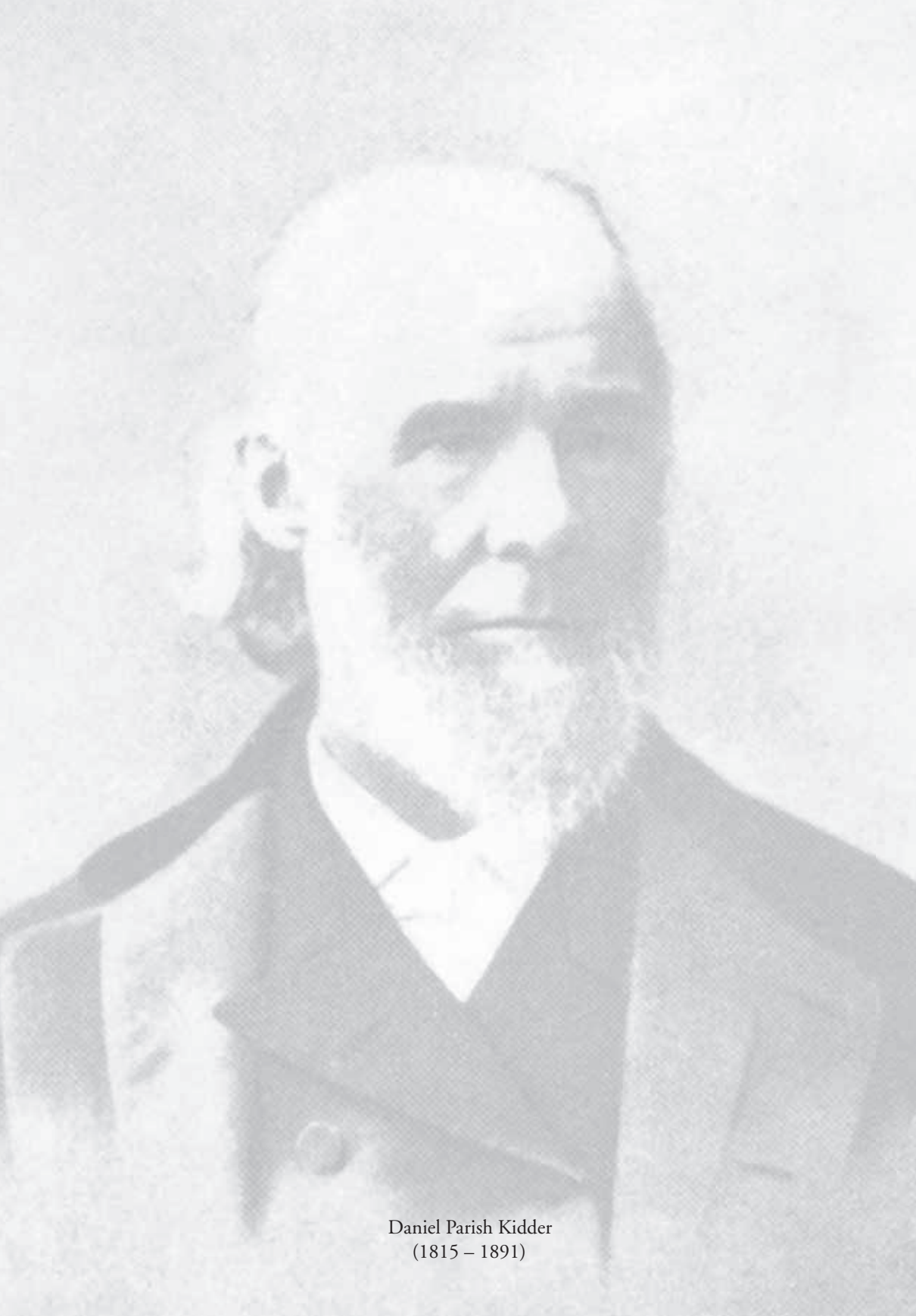
EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Volume 103

EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

- 1 – *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*, Luís Edmundo.
- 2 – *Canudos e Outros Temas*, Euclides da Cunha.
Apresentação Cyl Gallindo.
- 3 – *Memórias do Meu Tempo*, Pereira da Silva.
- 4 – *O Ensino Público no Brasil*, A. de Almeida
Oliveira. Prefácio Professor David Gueiros.
- 5 – *A Campanha de Canudos*, Aristides A. Milton.
- 6 – *Diário da Assembléia Geral Constituinte e Le-
gislativa do Império do Brasil – 1823 – Vols.
I, II e III.*
- 7 – *O Abolicionismo*, Joaquim Nabuco.
- 8 – *Missão Rondon*. Apontamentos de autoria de
Cândido Mariano de Silva Rondon.
- 9 – *Ensaio e Estudos*, Capistrano de Abreu.
- 10 – *Luiz Carlos Prestes, o Constituinte, o Senador
(1946 – 1948)*. Organizador: Sérgio Braga.
- 11 – *A Ilusão Americana*, Eduardo Prado.
- 12 – *Os Deputados Brasileiros nas Cortes Gerais de
1821*, Gomes de Carvalho.
- 13 – *Dois Anos no Brasil*, F. Biard.
- 14 – *Balmaceda*, Joaquim Nabuco.
- 15 – *Conselhos aos Governantes* (reimpressão).
Autores diversos.
- 16 – *Narrativa de Serviços no Libertar-se o Brasil
da Dominação Portuguesa*, Lorde Cochrane.
- 17 – *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*, Alfred
Russel Wallace.
- 18 – *A Independência e o Império do Brasil*, A. J. de
Melo Moraes.
- 19 – *História do Império*, Tobias Monteiro.
- 20 – *História da Independência do Brasil*, Francisco
Adolfo Varnhagen (Visconde de Porto Seguro).
- 21 – *A Intervenção Estrangeira Durante a Revolta
de 1893*, Joaquim Nabuco.
- 22 – *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto
Central do Brasil – Relatório Cruls*, Luís Cruls.
- 23 – *História da Cidade de São Paulo*, Afonso de
E. Taunay.
- 24 – *Na Capitania de São Vicente*, Washington Luís.
- 25 – *História da Capitania de São Vicente*, Pedro
Taques de Almeida Pais Leme.
- 26 – *O Ocaso do Império*, Oliveira Viana.
- 27 – *Populações Meridionais do Brasil*, Oliveira Viana.
- 28 – *Jornal de Timon*, João Francisco de Lisboa.
- 29 – *Notas para a História do Ceará*, Guilherme
Studart.
- 30 – *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*,
Antônio Ladislau Monteiro Baena.
- 31 – *Fundação de Belém do Pará*, Ribeiro do Amaral.
- 32 – *Os Muckers – Episódio Histórico Extraído da
Vida Contemporânea nas Colônias Alemãs no
Rio Grande do Sul*, Padre Ambrósio Schupp.

- 33 – *Diário da Minha Viagem para Filadélfia*, Hipólito da Costa Pereira.
- 34 – *História Econômica do Brasil*, Roberto C. Simonsen.
- 35 – *Amapá, a Terra onde o Brasil Começa*, José Sarney e Pedro Costa.
- 36 – *Dom Pedro e Dom Miguel – A Querela da Sucessão*, Oliveira Lima.
- 37 – *O Velho Senado*, Machado de Assis.
- 38 – *Código Filipino*. Vols. I, II, III, IV.
- 39 – *A Abolição*, Osório Duque Estrada.
- 40 – *O Presidente Campos Sales na Europa*, Tobias Monteiro.
- 41 – *Memórias da Rua do Ouvidor*, Joaquim Manuel de Macedo.
- 42 – *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, Joaquim Manuel de Macedo.
- 43 – *O Brasil Holandês sob o Conde João Maurício de Nassau*, Gaspar Barléu.
- 44 – *As Aventuras de Nhô-Quim e Zé Caipora*, Ângelo Agostini.
- 45 – *A Casa de Cunhaú*, Luís da Câmara Cascudo.
- 46 – *As obras dos engenheiros militares Galluzzi e Sambuceti e do arquiteto Landi no Brasil Colônia do séc. XVIII*, Ricardo Fontana.
- 47 – *História dos Símbolos Nacionais*, Milton Luz.
- 48 – *História do Positivismo no Brasil*, Ivan Monteiro de Barros Lins.
- 49 – *A Amazônia na Era Pombalina*, Marcos Carneiro de Mendonça. Tomos I, II e III.
- 50 – *Inventário de Documentos Históricos Brasileiros*, Ivoncísio Meira de Medeiros.
- 51 – *A Verdade como Regra das Ações*, Farias Brito.
- 52 – *O Mundo Interior*, Farias Brito.
- 53 – *A Base Física do Espírito*, Farias Brito.
- 54 – *Inéditos e Dispersos – Notas e Variações sobre Assuntos Diversos*, Farias Brito.
- 55 – *Finalidade do Mundo*, Farias Brito. Vols. I, II e III.
- 56 – *O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro – Excertos Históricos*, Genesco de Castro.
- 57 – *500 Anos de História do Brasil*, Olavo Leonel Ferreira.
- 58 – *A Vida de Luiz Viana Filho*, João Justiniano da Fonseca.
- 59 – *Campanha Abolicionista no Recife – Eleições de 1884*, Joaquim Nabuco.
- 60 – *O Meio Circulante no Brasil*, Julius Meili.
- 61 – *Viagem ao Rio Prata e ao Rio Grande do Sul*, Arsene Isabelle.
- 62 – *ABC das Alagoas – Dicionário Bibliográfico, Histórico e Geográfico de Alagoas*, Francisco Reinaldo Amorim de Barros – Tomos I e II.
- 63 – *Batalha de Caiboaté – Episódio Culminante da Guerra das Missões*, General Ptolomeu de Assis Brasil.



Daniel Parish Kidder
(1815 – 1891)

.....

REMINISCÊNCIAS DE VIAGENS E
PERMANÊNCIAS NO BRASIL –
PROVÍNCIAS DO NORTE



Mesa Diretora

Biênio 2007/2008

Senador Garibaldi Alves Filho

Presidente

Senador Tião Viana

1º Vice-Presidente

Senador Alvaro Dias

2º Vice-Presidente

Senador Efraim Morais

1º Secretário

Senador Gerson Camata

2º Secretário

Senador César Borges

3º Secretário

Senador Magno Malta

4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Papaléo Paes

Senador João Vicente Claudino

Senador Antônio Carlos Valadares

Senador Flexa Ribeiro

Conselho Editorial

Senador José Sarney

Presidente

Joaquim Campelo Marques

Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 103

REMINISCÊNCIAS DE VIAGENS E
PERMANÊNCIAS NO BRASIL –
PROVÍNCIAS DO NORTE

Daniel P. Kidder



Brasília – 2008

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
Vol. 103

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto
© Senado Federal, 2008
Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF
CEDIT@senado.gov.br
[Http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm](http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm)
Todos os direitos reservados

.....

Kidder, Daniel P.
Reminiscências de viagens e permanências no Brasil :
províncias do Norte / Daniel P. Kidder. -- Brasília : Senado
Federal, Conselho Editorial, 2008.
312 p. -- (Edições do Senado Federal ; v. 103)

1. Usos e costumes, Brasil, Região Norte. 2 Usos e costumes,
Brasil, Região Nordeste. 3. Brasil, Região Norte, descrição.
4. Brasil, Região Nordeste, descrição. 5. Brasil, Região Nor-
te, história. 6. Brasil, Região Nordeste, história. I. Título. II.
Série.

CDD 918.1

.....

.....

Sumário

CAPÍTULO I

Comunicações entre o Rio de Janeiro e o Amazonas. – Preparativos de viagem.
– Embarque e partida. – Cabo Frio. – O naufrágio do *Thetis*. – Macaé. –
Campos. – A fragata *São Sebastião*. – O capitão. – Passageiros. – Espírito Santo.
– Rio Doce. – Abrolhos. – Comunicações com a Bahia por terra. – O príncipe
Maximiliano. – Condições do país. – Entrada da Bahia. – A cidade baixa. –
Falta de carruagens. – Carregadores negros. – Cadeiras. – Topografia da cidade.
– Cidade alta. – Excursão ao Rio Vermelho. – Cemitério público. –
Pesca de baleia. – Capela inglesa. – Edifícios públicos

pág. 17

CAPÍTULO II

Esboço Histórico

Descobrimiento da Bahia. – Fundação da cidade. – Caramuru. – A capital da
América portuguesa. – Ataque dos holandeses. – A queda de uma barreira.
– Epidemia. – Escolha de um padroeiro. – Um motim abafado pelo Santíssimo
Sacramento. – Ciganos. – O Pelourinho. – O tráfico negroiro.

pág. 30

CAPÍTULO III

– Transferência da capital. – Chegada de D. João VI. – Carta Régia. – O
Primeiro prelo. – Biblioteca Pública. – Engenho a vapor. – Execução de um
padre. – Guerra Civil de 1822. – Guerra da Independência. – Expulsão dos
portugueses. – Rebelião de 1837.— Segunda viagem à Bahia. – Festejos do
aniversário do Imperador. – *Tè Deum*. – Iluminação. – Bahia. – Belezas naturais.
– Henry Martin. – Fogos de artifício

pág. 45

CAPÍTULO IV

Cemitério norte-americano. – Fábrica de imagens. – Estabelecimentos eclesiásticos. – Os frades franciscanos. – Imagens milagrosas. – Promoção de Santo Antônio. – Os beneditinos. – Os carmelitas. – Conventos de freiras. – Recolhimentos. – Os capuchinhos. – Ação missionária – Comentários do arcebispo. – Exame de lógica. – Estilo de argumentação. – Visita a um convento de freiras. – Divulgação das escrituras. – Serviço religioso. – Tráfico de escravos. –

Excursão a Bonfim

pág. 60

CAPÍTULO V

– De novo em viagem. – A Província de Sergipe. – O rio São Francisco. – Porto de Maceió. – O povo. – Os prédios. – Vestidos. – Empregos. – Cemitério. – Comércio. – Prelos. – Revolução. – Insegurança da vida. – Ineficiência das leis. – Falta de justiça. – Moral e necessidade religiosas. – A Bíblia em Maceió.

– Palestra a bordo. – Medalha miraculosa.

pág. 77

CAPÍTULO VI

– Partida de Maceió. – República dos Palmares. – Aspectos de Pernambuco e de Olinda. – Dados estatísticos com relação à primeira. – Sobrados. – Vista do Observatório. – O Recife. – Distrito de São Pedro. – A ponte. – Os nichos. – Santo Antônio. – Boavista. – Outros bairros. – As festas

pág. 93

CAPÍTULO VII

Excursão a Suaçuna. – Limites primitivos da província. – História antiga. – Guerra holandesa. – Revoluções de 1817 e 1824. – Manuel Carvalho. – Confederação do Equador. – A paz e a prosperidade de ultimamente. – O 7 de Setembro

pág. 107

CAPÍTULO VIII

– Situação religiosa. – Igreja de São José. – Novenas. – Sebastianistas. – O Reino encantado do Piancó. – Matança de inocentes. – Fanatismo. – A Bíblia em Pernambuco. – Zelo de um padre pela sua distribuição. – Passagem

fluvial para Olinda.— Condição e aspecto dessa cidade. – Jardim Botânico.
– Decadência dos edifícios públicos. – Panorama. – Sugestões melancólicas.
– Academia de Direito. – A Cadeia e o Palácio

pág. 118

CAPÍTULO IX

Passeio a Itamaracá. – Canoas e canoieiros. – Chegada à ilha. – Primeiras impressões. – A rede. – Costumes populares. – Negreiros. – Pegadas de São Jorge. – Pescaria. – Teatro. – Adoração de imagens. – Coqueirais. – Frutas da ilha. – Salinas. – Sua importância primitiva. – Má sorte subsequente. – Barra de Catuama. – Distribuição de folhetos e escrituras – Hábitos Ilhéus

pág. 128

CAPÍTULO X

– Embarque numa jangada. – Sistema de navegação. – A costa. – Tambaiú.
– Colóquio com um jovem escolar. – Passeio à Paraíba. – Festa da padroeira.
– Fogos de artifício. – A cidade. – O estado social dos sertões. – Distribuição de escrituras. – Convento franciscano. – Milagres. – Um frade. – O mosteiro. – Clérigo epicurista. – Utilidade da guerra. – Província da Paraíba

pág. 141

CAPÍTULO XI

Volta a Pernambuco. – O guia Pacífico. – Partida à noite. – Amigos que nos acompanharam. – O campo. – Goiana. – Pousos. – Reinício da viagem. – Sertanejos. – Transporte de algodão. – Feira de gado. – Pasmado. – Relógio de sol. – Iguaraçu. – Rio-grandenses-do-norte. – Estafetas. – Más estradas. – Noite em Olinda. – Caminhada Matutina. – Meia hora de atraso

pág. 155

CAPÍTULO XII

Temperança entre os marítimos. – Embarque na *Maranhense*. – Província do Rio Grande do Norte. – Natal. – Cabo São Roque. – Ilha Fernando de Noronha. – A entrada do Ceará. – Desembarque em pleno mar. – “Paviola”. – Passeio pela Cidade. – Estilo das Construções. – Sociedade. – Passeio à Vila Velha. – Planícies arenosas. – Engenho de Rapadura. – Campos

pág. 167

CAPÍTULO XIII

A Província do Ceará. – Gado. – A carnaubeira. – Os moradores. – Os índios.
– Alimentação. – Inundações e seca. – Estatísticas. – Estado precário das
Finanças. – A projetada Província Cariri Novo. – Lutas partidárias. – Execução
de condenados. – O domingo no mar. – Companheiros de viagem. – A
Província do Piauí

pág. 175

CAPÍTULO XIV

Itacolomi. – Entrada do Maranhão. – A cidade. – A Província. – Rebelião.
– O saque de Caxias. – Cidade do Maranhão. – O Liceu. – “Tipografia de
Temperança”. – Circulação das escrituras. – Recolhimento. – Descobrimento.
– História antiga. – Os franceses – Gomes Freire. – Desenvolvimento social.
– Guerra da independência. – Lord Cochrane. – Abranches. – Manobras do
Almirante. – Sua Especulação Algodoeira

pág. 184

CAPÍTULO XV

A estrada do Pará. – Viagem marítima. – A entrada do Amazonas. – Pororoca.
– Subindo o rio. – Chegada ao Pará. – Serviço religioso. – Situação e aspecto
da Cidade. – Estilo das construções. – Passeio Público. – Jardim Botânico.
– Os bairros. – O povo. – Índios. – Soldados. – Embarcações fluviais. –
Banho. – Produtos da Província. – Uma Habitação. – O Palácio. – Licença
de permanência. – Pinheiros. – Una. – Maguari. – Uma floresta amazônica. –
Formação geográfica. – Máquina de arroz

pág. 201

CAPÍTULO XVI

Produção indígena do Pará. – Borracha. – Maçaranduba. – Urucu. – Cacau.
– Botânica. – Vaca-marinha. – Manteiga de tartaruga. – Conventos. – Catedral.
Quadros e imagens. – Bentinhos. – Festas anuais. – A procissão. – O povo.
– Divertimentos. – Os resultados. – Cena noturna. – Manhã. – Aguadeiros

pág. 217

CAPÍTULO XVII

Amazônia. – Seu Descobrimento. – El-Dorado. – Gonçalo Pizarro. – Sua
Expedição. – Crueldades. – Sofrimentos. – Deserção de Orelana. – Sua descida

pelo rio. – A fábula das amazonas. – Destino de um aventureiro. – Nome do rio. – Colonização da região, – Sucessivas expedições pelo Amazonas. – A Odisséia de Madame Godin. – Estado atual. – Navegação a vapor. – História. – Revolução de 1823. – Navio-presídio. – Desordens de 1835. – Resultado das crueldades primitivas. – Religião e educação. – A Bíblia no Pará.

pág. 230

CAPÍTULO XVIII

Trajetos do Pará a Mato Grosso. – De Mato Grosso ao Rio de Janeiro. – Nome. – Área e condição da província. – Goiás. – Limites. – Produção. – Aborígenes. – Águas minerais. – Estado social. – Fome entre os pesquisadores de ouro. – Escolas – Estado das artes. – Frequência das viagens nessa região comparada com as do litoral. – Spix e Martius. – Embaixada russa. – Ocorrência infeliz. – Minas Gerais. – Extensão. – População. – Uberdade. – Minas. – Companhia inglesa de mineração. – Agricultura. – Falta de estradas. – Escolas. – Melhoramentos

pág. 246

CAPÍTULO XIX

Partida do Pará. – Viagem ao Maranhão. – Um estudante sem passaporte. – Passageiros. – Ceará. – Jangadeiro gatuno. – O litoral. – Pernambuco. – Bahia. – A *Oriental*. – Escola politécnica flutuante. – Costumes a bordo. – A entrada do Rio de Janeiro à noite. – A expedição. – Missão aos marinheiros do Rio. – Resultados gerais do labor missionário. – Fatalidade inesperada.

pág. 256

CAPÍTULO XX

Situação dos partidos políticos antes da revolução de 1840. – Debates na Câmara dos Deputados. – Tentativa de suspensão da legislatura. – Movimento chefiado por Antônio Carlos. – Cooperação do Senado. – Comissão enviada ao Imperador. – Sessão permanente. – Aclamação da maioria de D. Pedro. – Juramento imperial. – A Proclamação da Assembléia. – Júbilo popular. – Novo Ministério. – Cumprimentos do público

pág. 269

CAPÍTULO XXI

A verdadeira situação do país. – Programa ministerial. – O curso dos acontecimentos. – Preparativos para a coroação. – Modificação do Ministério. A oposição sobe ao poder. Adiamento da coroação. – Realiza-se, finalmente, a 18 de julho de 1841. – A magnificência do ato. – Dificuldades financeiras. – Insígnia. – Diplomacia. – Dissolução da Câmara – Pretextos para revoltas. – Conselho de Estado. – Reforma do Código Penal. – São Paulo. – Minas. – A capital. – Restabelecimento da ordem. – Sessão da Assembléia. – Casamentos imperiais. – Reorganização ministerial. – A política de 1844

pág. 279

CAPÍTULO XXII

Índios. – Jesuítas. – Visão de conjunto. – Posição geográfica. – Extensão. – Influência da metrópole. – Finanças. – Escassez de população. – Imigração. – Política errônea. – O tráfico negreiro. – Tratado com a Inglaterra. – Instrução. – Óbices. – Literatura. – Língua. – Possibilidades

pág. 293

ÍNDICE ONOMÁSTICO

pág. 307

ÍNDICE DAS GRAVURAS

Daniel Parish Kidder—Frontispício
pág. 15

Negros carregadores
pág. 24

Cadeira
pág. 25

Vista parcial da Bahia
pág. 35

Bahia
pág. 53

Negra baiana
pág. 55

Padre lendo um folheto
pág. 74

Nossa Senhora de Montserrat
pág. 76

Potes
pág. 81

Pernambuco
pág. 92

Jangadas à entrada de Pernambuco
pág. 119

Visconde de Olinda
pág. 122

Jangada
pág. 144

Sertanejos transportando algodão
pág. 161

“Paviola”
pág. 171

Vista na província do Piauí
pág. 181

A rede
pág. 188

Montaria
pág. 192

Pará
pág. 204

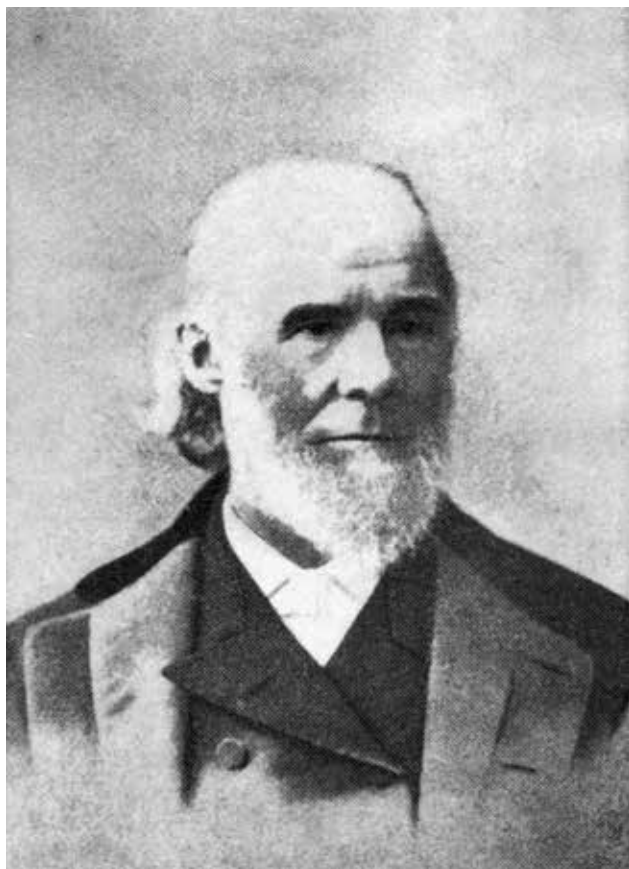
Canoa amazônica
pág. 209

Fabricação de calçados de borracha
pág. 219

Vaca-marinha
pág. 221

Cemitério dos ingleses
pág. 267

Bernardo Pereira de Vasconcelos
pág. 285



*Daniel Parish Kidder
(1815 – 1891)*

*Fotografia oferecida ao editor por gentileza do Rev. Charles W. Turner,
da Sociedade Bíblica Americana do Rio de Janeiro.*

.....

Capítulo I

COMUNICAÇÕES ENTRE O RIO DE JANEIRO E O AMAZONAS. – PREPARATIVOS DE VIAGEM. – EMBARQUE E PARTIDA. – CABO FRIO. – O NAUFRÁGIO DO *TÉTIS*. – MACAÉ – CAMPOS. – A FRAGATA *SÃO SEBASTIÃO*. – O CAPITÃO. – PASSAGEIROS. – ESPÍRITO SANTO. – RIO DOCE. – ABROLHOS. – COMUNICAÇÕES COM A BAHIA, POR TERRA. – O PRÍNCIPE MAXIMILIANO. – CONDIÇÕES DO PAÍS. – ENTRADA DA BAHIA. – A CIDADE BAIXA. – FALTA DE CARRUAGENS. – CARREGADORES NEGROS. – CADEIRAS. – TOPOGRAFIA DA CIDADE. – CIDADE ALTA. – EXCURSÃO AO RIO VERMELHO. – CEMITÉRIO PÚBLICO. – PESCA DE BALEIA. – CAPELA INGLESA. – EDIFÍCIOS PÚBLICOS.

NOSSA viagem à costa setentrional do Brasil foi empreendida em época propícia e interessante. Até o ano de 1839, jamais existira qualquer meio de comunicação rápida e regular entre a capital e as regiões afastadas do Império, especialmente as do extremo norte. Poucas eram as casas comerciais do Rio de Janeiro que mantinham correspondentes nos portos situados além de Pernambuco, e, não raramente, notícias políticas do Maranhão e do Pará chegavam à Corte via Grã-Bretanha ou Estados Unidos,

em tempo mais curto que se enviadas diretamente... Além disso, eram tais as dificuldades que, à navegação veleira, apresentavam os alísios e as fortes correntes marinhas que se dirigem para sotavento do cabo São Roque, que só mesmo navios a vapor poderiam vencê-las.

Foi, portanto, à vista de tão premente necessidade, que se fundou, sob o patrocínio do Governo Imperial, a Brazilian Steam Packet Company. A nova empresa tinha por principal escopo fazer o transporte regular de malas postais, passageiros, e, ocasionalmente, de abastecimentos e material de guerra entre os diferentes pontos da costa. Constituiria, em suma, o elo entre o Rio de Janeiro e o Amazonas. A frota da companhia, especialmente construída na Inglaterra, chegara ao Rio de Janeiro pouco antes de partirmos para o norte. As unidades traziam denominações alusivas aos principais portos da rota: *São Sebastião*, *Baiana*, *Pernambucana*, *Maranhense* e *Paraense*.

A *São Sebastião* terminara com inteiro êxito sua viagem inaugural e, já no primeiro dia de julho, estava novamente de partida para o Norte.

Desde longa data vinha o Sr. Spaulding projetando essa excursão. Entretanto, circunstâncias várias o levaram a determinar que a empreendêsemos em seu lugar. Lançamo-nos, portanto, aos preparativos da viagem. Para que ambas as famílias se pudessem acomodar sob o mesmo teto durante nossa prolongada ausência, mudamo-nos para o Largo da Ajuda. Como subsídio para os nossos trabalhos evangélicos, tínhamos preparado quatro novas publicações em português, especialmente adaptadas ao ambiente brasileiro. Delas tiramos larga edição e desembaraçamos da alfândega nova remessa de bíblias, testamentos e saltérios, recebida dos Estados Unidos, que melhor nos aparelhou para o bom desempenho de nossa missão.

A gentileza de várias pessoas nos colocou nas mãos grande quantidade de valiosíssimas cartas de apresentação em inglês, português e francês. Finalmente, com o passaporte devidamente visado e a passagem comprada, passamos o último dia de junho que foi domingo, como sempre deveríamos passar o dia do Senhor: em contínuos trabalhos religiosos. Pela manhã pregamos a uma concentração de marinheiros a bordo do brigue norte-americano *Congress* e à noite, a um atento auditório, na sede da missão, no Largo da Ajuda.

Na segunda-feira, primeiro de julho, depois de termos embarcado a bagagem por intermédio do consulado e despedido de nossa boa companheira, que deveria permanecer no Rio de Janeiro cuidando de um casal de filhos, fomos acompanhados até o vapor pelo Sr. Spaulding. Negros rolos de fumo se desprendiam das chaminés da *São Sebastião* quando, depois de contornar a ilha das Cobras, surgiu ela em frente à cidade. Ao sinal combinado, partimos do Largo do Paço em um escaler e logo alcançamos o navio. Depois que o deixaram os funcionários portuários e as pessoas que tinham ido a bordo acompanhar amigos ou parentes, passamos, ao pôr-do-sol, sob as baterias do forte de Santa Cruz e rumamos para o Atlântico, ao arpejo de forte brisa marinha que trazia para dentro do porto, naquele momento, em célere deslizar, uma chalupa de guerra e diversas outras embarcações.

Às nove horas da manhã seguinte, estávamos à vista de Cabo Frio, a mais conspícua baliza desse trecho da costa brasileira. Nesse promontório vem morrer extensa cadeia de montanhas que defende a costa ao poente e ao sul. Enorme bloco granítico aí demarca o ponto exato em que a linha costeira infletindo para o norte, forma um ângulo quase reto. Há anos passados a fragata inglesa *Tétis*, em viagem de regresso após prolongado cruzeiro pelo Pacífico, despedaçou-se de encontro ao Cabo Frio. Ao sair do porto do Rio de Janeiro, a embarcação encontrara tempo adverso. Depois de lutar contra os elementos, tomou rumo na suposição de que já se havia afastado bastante do litoral. A escuridão da noite era completa, e, sendo forte o vento, o barco navegava a oito ou dez nós à hora quando, sem que ninguém a bordo se apercebesse do perigo, se chocou em cheio contra o baluarte rochoso. Na confusão do momento, os oficiais e marinheiros mal tiveram tempo de galgar o promontório antes que o navio despedaçado naufragasse de todo. A maioria dos passageiros salvou-se, agarrando-se pelas rochas à flor d'água, onde, nas situações mais críticas e incômodas, teve de permanecer durante toda uma noite de horror.

Por diversas vezes conversamos com um ex-tripulante do *Thetis* o qual ficara de tal forma impressionado com as cenas desenroladas ante os seus olhos atônitos, que jamais quis saber do mar, nem mesmo para voltar à sua terra. Depois desse sinistro, esplêndido farol foi erigido no Cabo Frio, de maneira que, hoje, a navegação por essas paragens é tão segura à noite como de dia.

A partir desse ponto, na direção norte, a costa é baixa e arenosa. A cerca de 10 milhas de distância existe uma pequena povoação que, em 1615, recebeu o nome de Cabo Frio. Conquanto disponha de ótimo porto e seja circundada por terras bastante férteis, tem sido muito lento, até hoje, o progresso do lugar. Os paúis das redondezas são salíferos.

O próximo porto, ao longo da rota, é o de Macaé, junto à foz de um riacho de igual nome. Ambos esses portos constituem escala obrigatória para os naviozinhos costeiros que trafegam entre o Rio de Janeiro e Campos, – antigamente denominada São Salvador – florescente vila situada vinte milhas acima da desembocadura do rio Paraíba. A vasta região que circunda esta última cidade é conhecida pelo nome de Campos dos Goitacazes, em alusão aos seus primitivos habitantes aborígenes. Trata-se de uma zona riquíssima que, pela sua beleza, já foi comparada aos Campos Elíseos. A Vila de Campos está situada à margem ocidental da corrente. Tem ruas regulares, bem pavimentadas e alguns edifícios bonitos. Seu comércio é intenso, e, para a exportação do açúcar, da pinga, do café e do arroz produzidos na região, empregam-se numerosas chalupas. O açúcar de Campos é considerado o melhor do Brasil.

Passando a Cabo Frio, a rota da *São Sebastião* orientou-se para nordeste. A fragata ia carregada com grande quantidade de carvão, e, não tendo as suas máquinas mais que cem cavalos de força, só conseguiu navegar a uma velocidade média ligeiramente superior a cinco nós por hora, durante os primeiros dois ou três dias. Pensávamos que fossem melhores as suas condições de navegabilidade; entretanto, mesmo depois de aliviada em sua previsão de combustível e auxiliada por uma boa brisa, não fez mais que 8-1/2 nós por hora. Em compensação, porém, era um barco seguro e suas máquinas trabalhavam com facilidade. O capitão, um inglês que, durante o seu aprendizado, servira na Companhia das Índias Orientais, visitara os Estados Unidos, atravessara as montanhas rochosas até o Oregon, permanecera durante dois anos na costa ocidental da América e regressara à Inglaterra via cabo Horn. Seu ideal consistia em amealhar algum dinheiro com que adquirir uma chácara em Michigan e abandonar de vez a vida do mar.

Os maquinistas, oficiais e marinheiros do navio eram quase todos ingleses. Na cabina, todo o rol dos passageiros se reduzia a um coronel do Exército brasileiro, três ingleses e nós. O coronel já por várias vezes se

havia distinguido em campanha, por atos de bravura e era a pessoa a quem mais a Bahia devia sua restauração. Posteriormente fora enviado ao Rio Grande do Sul onde se sentira mal de saúde, e, na viagem que ora descrevemos, voltava para o seio da família, em Pernambuco. Sua companhia era muitíssimo interessante e agradável. Gostaríamos de poder dizer o mesmo dos outros companheiros de cabina, mas, seu excessivo apego às cartas, às bebidas alcoólicas e à linguagem desbragada de que faziam uso, nos impedem de o fazer. Jogavam continuamente, dia e noite e davam-nos a impressão de se considerarem completamente felizes quando assim entretidos. Referimo-nos a tais circunstâncias, precisamente por estarem em flagrante contraste com as maneiras distintas que, invariavelmente, mantinham os brasileiros com que viajamos em outras ocasiões.

Ganhamos, então, a costa do Espírito Santo. Essa província compreende a antiga capitania do mesmo nome e parte da de Porto Seguro. Limita-se ao sul com a do Rio de Janeiro, ao poente com a de Minas Gerais e ao norte com a da Bahia. Apesar de ter sido essa a região costeira em que Cabral tocou e a em que se instalaram os primeiros donatários, é a mais escassamente povoada e não atingiu ainda o progresso que se observa em outras paragens brasileiras. Aí, as terras são férteis e prestam-se especialmente ao plantio da cana-de-açúcar, além de outras culturas intertropicais. Suas matas produzem excelentes madeiras e plantas medicinais. Nas águas fervilham valiosas espécies ictiológicas. Entretanto, largos tratos de seu território são ainda assolados por tribos selvagens que de vez em quando praticam audaciosas incursões nas povoações vizinhas. Efetuaram-se, ultimamente, sondagens ao longo do rio Doce, pelas quais concluíram ser possível torná-lo navegável a pequenos vapores. Há, já, mesmo, organizada, uma companhia que se propõe estabelecer meios de transporte entre o litoral e a província de Minas Gerais. Se a empresa for bem sucedida, será grande a sua importância, não somente para as províncias do Espírito Santo e de Minas Gerais, mas, ainda, para a cidade da Bahia, que passará a receber, diretamente, grande quantidade de mercadorias.

A 6 de julho avizinhamo-nos dos Abrolhos, quatro pequenas ilhas rochosas situadas a cerca de noventa milhas da costa e a dezoito graus de latitude sul. As ilhas são rasas e perigosas à navegação. Na verdade, não

passam de saliências de um banco rochoso emergindo, de vez em quando, entre dezessete e vinte e cinco graus de latitude sul, as distâncias que oscilam entre duas a dez léguas de terra firme. Além desses baixios pedregosos, existe um arrecife contínuo que corre quase paralelo à costa e bem próximo dela, desde o cabo Frio até o Maranhão. Espírito Santo, Porto Seguro, Ilhéus e quase todos os portos, daí por diante, nada mais são que reentrâncias existentes nesses escolhos. O nome de Abrolhos é a contração de três palavras portuguesas “abra os olhos”. Quando deles nos aproximamos, porém, a noite vinha caindo, e, por isso, preferimos recorrer à sonda, a confiar na visão. As sondagens colhidas nos deram, sucessivamente, trinta, vinte e cinco, dezessete e vinte e sete braças. Daí aproamos para o norte e ganhamos um pouco mais de velocidade, auxiliados por ótima brisa.

A distância entre o Rio de Janeiro e a Bahia é de aproximadamente 800 milhas. Não há cidade grande ou porto próspero nesse trecho do litoral, nem existe, pelo interior, caminho algum ou estrada batida que ligue essas duas cidades. O único escritor que já percorreu, por terra, essa região brasileira, foi o Príncipe Maximiliano, de Neuwied. Poucos naturalistas demonstraram maior entusiasmo e raros viajantes de tão constante perspicácia como Sua Alteza Real, ao atravessar essas paragens incultas e virgens. É difícil fazer idéia dos obstáculos, aborrecimentos e perigos que o real viajante teve de enfrentar, tais como, mataria cerrada e travada de espinhos, insetos nocivos – entre os quais enxames de abelhas e de vespas –, animais ferozes, répteis venenosos e rios sem pontes. Entretanto, tais foram o interesse e a disposição com que o príncipe fez o percurso, que lhe arrancaram palavras como estas “apesar de arranhado e ferido pelos espinhos, enxarcado da chuva, exausto pelo constante transpirar e pelo calor asfixiante, o viajante sente-se transportado pela magnificência da vegetação”. Suas viagens pelo Brasil datam de 1815 e 1818 e os livros ricos de interessantes informes em que publicou suas impressões, encerram as melhores descrições até hoje feitas do cenário e dos habitantes da região. Nenhuma outra parte da América do Sul, igual extensão e importância, foi menos agitada pelas revoluções do último século, que a de que ora nos ocupamos. Sua forma de governo foi diversas vezes alterada, mas o caráter e as condições do povo não sofreram modificações igualmente rápidas. Sob o regime atual, tem havido algum progresso; mesmo assim, até 1839

a província do Espírito Santo não possuía um prelo sequer. Muitas de suas igrejas, construídas com grande dispêndio, pelos primeiros povoadores, estavam em ruínas. Nada se fazia no sentido de catequizar e instruir os índios, e, para uma população de quarenta e três mil habitantes, só existiam sete escolas primárias em funcionamento. Não obstante, vários melhoramentos estavam em projeto, que esperamos sejam realizados.

No sexto dia da nossa viagem, avistamos terra mais ou menos à uma hora da tarde. Tratava-se da extremidade meridional da ilha de Itaparica. Toda a costa era rasa, pouco se podendo ver dela, a não ser aqui e acolá, um grupo de coqueiros oscilantes. Ligeiramente abaixo da verdadeira entrada do porto, fica o que denominam “barra falsa”. Tão semelhante é a costa nesse ponto, à que fica junto à entrada da verdadeira barra, que mesmo os que freqüentam o porto às vezes se enganam. Foi o que se deu com o nosso capitão, sem que isso, entretanto, o levasse a se desviar da rota.

A expectativa da chegada próxima empolgava todos a bordo; até a própria *São Sebastião*, aliviada de sua carga de carvão, parecia compartilhar do entusiasmo geral, quando aproou para o farol de São Salvador. Lenta, mas, constantemente, o promontório sobre o qual se eleva a cidade parecia surgir das ondas, à medida que nos aproximávamos. De repente, avistamos o perfil das torres e das cúpulas. Logo depois conseguimos distinguir nitidamente o convento de Santo Antônio, a igreja da Vitória e os muros do cemitério dos ingleses. Já tínhamos entrado no porto, mas ainda nos achávamos bem longe do ancoradouro, quando a noite caiu sobre o cenário e, com ela, uma repentina rajada de vento, seguida de chuva.

Não foi sem certo perigo que o nosso navio se embarafustou por entre grande quantidade de embarcações que dificilmente poderiam ser distinguidas senão a bem curta distância. Venceu, porém, com segurança todos os obstáculos e, dentro em pouco, lançávamos âncora próximo à Fortaleza do Mar, velho forte circular, plantado sobre uma base de pedra escarpada, imediatamente em frente à cidade.

Quando a chuva passou, os passageiros desembarcaram. Nós, porém, preferimos ficar a bordo para gozar, na cabina, da quietude da noite. Infelizmente, o capitão do barco recebeu a visita de dois colegas seus, também ingleses, que, depois de lauto jantar, fartamente regado de bons vinhos, não se mostravam dispostos a moderar a linguagem livre em que se exprimiam.

Como nos constringe a alma o sermos forçados a ouvir uma conversa desbragada! Pela manhã seguinte, logo depois do café, dirigimo-nos a terra.

Tendo saltado junto ao arsenal, passamos pela cidade baixa, que se resume numa única rua paralela à praia.

Ao longo da rua da praia, encontram-se as principais casas de comércio da cidade. Aqui se vê a alfândega, por onde passam todas as mercadorias de procedência estrangeira; ali o Consulado pelo qual devem transitar as exportações da província. Alguns dos trapiches existentes nas proximidades ostentam proporções enormes e, ao que se afirma, são dos maiores do mundo.

Em torno dos desembarcadouros agrupam-se centenas de embarcações de diversos tamanhos e denominações, descarregando frutas e outros artigos de comércio. Em certo ponto da praia existe um grande espaço livre que serve de mercado. Bem próximo eleva-se um prédio moderno, construído especialmente para a Bolsa. Todavia, os comerciantes pouco uso fazem dele, pois preferem uma sala comum onde de há muito estão acostumados a se reunir.

A cidade baixa não oferece atrativos para o estrangeiro. Os prédios são antigos, conquanto apresentem aspecto alegre... A rua é muito estreita, acidentada e pessimamente calçada. Além disso, a sarjeta fica mesmo no meio, de maneira que a rua se torna asquerosamente imunda.

Atulham-na vendedores ambulantes e carregadores de todas as espécies.



Negros carregadores



Cadeira

Não só devido à irregularidade do leito das vias públicas como à diferença de nível entre a cidade baixa e a alta, o uso de carruagens se torna impraticável. Nem ao menos se vêem carroças ou caminhões para o transporte da carga pesada. Tudo quanto precise ser transferido de um lugar para outro, nesse porto de mar, que é o segundo da América do Sul, é carregado à cabeça ou aos ombros de homens. Aí, entretanto, quase todo o transporte é feito exclusivamente aos ombros, pois sendo o açúcar acondicionado em caixas e o algodão em fardos, essas principais mercadorias de exportação não podem ser carregadas à cabeça como o são as sacas de café.

Por isso vêem-se chusmas de negros altos, atléticos, aos pares ou em grupos de quatro ou seis, transportando a carga suspensa em grossos paus. Outros tantos ficam encostados nos madeiros, tecendo palha, deitados nos passeios, dormitando pelas esquinas e dando aos transeuntes a impressão de enormes rolos de negras serpentes, reluzindo ao sol. Os que estão cochilando têm geralmente uma sentinela encarregada de os despertar, quando procurados por algum serviço, e, ao sinal combinado, levantam-se como elefantes, com sua carga. Tal qual os carregadores de café do Rio de Janeiro, os da Bahia cantam e gritam, quando em serviço. Seu andar, porém, é sempre tardo e medido qual marcha fúnebre, comparado com o trote acelerado de seus colegas fluminenses. Há outra classe de negros que se dedica ao transporte de passageiros, numa espécie de *sedan* a que chamam cadeira.

Estafante para o branco e mesmo perigosa, é a escalada das escarpas abruptas que vão ter à cidade alta, principalmente quando os raios do sol escaldam-lhe a cabeça livremente. O transeunte não encontra ônibus, carro ou sege¹ que o transporte. Condizente com esse estado de coisas, acha, porém, em todas as esquinas ou logradouros públicos, uma fila de cadeiras fechadas com cortinas, cujos portadores, de chapéu na mão, cercam avidamente os possíveis fregueses – sem a ousadia dos cocheiros de Nova York, é verdade – mas, perguntando com insistência:

“Quer cadeira, Senhor?” Depois de acomodar o passageiro numa dessas cadeiras, os portadores suspendem-na e põem-se em movimento, provavelmente tão satisfeitos por ter conseguido um passageiro quanto este pela oportunidade de se deixar carregar. Na Bahia, as famílias precisam manter uma ou duas cadeiras, com os respectivos negros, da mesma forma que em outros lugares se têm carruagens e animais. O fardamento dos portadores, a finura das cortinas e dos ornamentos da cadeira, indicam a nobreza e os recursos de cada família.

Algumas das ruas que ligam a cidade alta à baixa vêm contornando, em ziguezague, profundos grotões; outras cortam-nas em sentido longitudinal, a fim de evitar o mais possível a rampa íngreme. Nem ao menos é nivelada a superfície das ladeiras. Roma se não pode gabar de possuir tantos morros entrelaçados quantos formam o perímetro da cidade da Bahia, cujo diâmetro máximo, do Rio Vermelho ao Montserrat, é de seis milhas aproximadamente. Em ponto algum a cidade se alastra, mas, em sua maior parte, compõe-se de apenas uma ou duas artérias principais. Seu traçado descreve curvas e ângulos, a fim de evitar o topo do promontório. Pelos numerosos vãos existentes entre as casas construídas na encosta do morro descortina-se pitoresca paisagem, ora marítima, ora da região circunvizinha. A cidade tem aspecto antigo. Grandes somas de dinheiro gastaram-se com a pavimentação das ruas, obra essa que obedeceu, antes à necessidade de evitar a erosão que o desejo de conseguir uma superfície carroçável. Aqui e acolá encontram-se chafarizes antigos talhados em pedra e instalados em vales mais ou menos profundos, para captar as águas

* Vide as carruagens representadas na gravura “Palácio do Senado”, Vol. I.

de algum riacho que desce saltitando pelas encostas. Não existe, porém, nenhum aqueduto de vulto.

Logo que desembarcamos, tivemos a boa fortuna de encontrar várias das pessoas às quais levávamos cartas de apresentação. Entre essas contavam-se os cônsules norte-americano e inglês em exercício e o Rev. Mr. Parker, capelão da colônia anglo-americana. Este último, quando o procuramos, distraía-se cuidando do jardim, no que, aliás, revela gosto e habilidade.

Quando se encontram, em país estranho, pessoas que falam a mesma língua e se dedicam a idênticas atividades, estabelecem relações facilmente. O Sr. Parker logo nos convidou para um passeio a cavalo pelos arredores da cidade. Essa excursão foi excepcionalmente interessante. Uma das primeiras curiosidades que visitamos foi um velho cemitério, cujos muros caíam em ruínas. A necrópole havia sido organizada por uma companhia fundada especialmente para esse fim. A essa empresa fora concedido o privilégio de fazer os enterros de toda a cidade, desviando-os das igrejas. A medida era de tal modo imperiosa, principalmente no que respeitava à saúde pública, que pouca oposição encontrou de início, tendo mesmo conseguido a sanção do arcebispo. Logo, porém, que o cemitério ficou pronto, contra ele se elevou a ira popular. Reuniu-se o povo, provavelmente sob as vistas dos padres cuja fonte de renda estava a ponto de se extinguir. Quando a força armada foi chamada para abafar o movimento confraternizou-se com a multidão que não descansou enquanto não depredou e demoliu inteiramente o cemitério.

Cavalgamos na direção do Rio Vermelho. As linhas divisórias dos subúrbios, na Bahia, são constituídas por limeiras de cujas folhas, quando recentemente aparadas, desprende-se uma fragrância toda peculiar. Grandes jaqueiras com seus pesados frutos pendentes dos galhos e do tronco, bem como outras árvores desconhecidas no Rio de Janeiro, proliferam em abundância.

Descendo em direção ao Rio Vermelho, ou arroio, como deveria ser denominado, a colina apresentava a curiosa característica de vales profundos correndo em paralelo uns aos outros. O caminho era lindamente ornamentado de coqueiros e outras árvores e arbustos indígenas. Nas margens do Rio Vermelho, tocamos em uma casinha ocupada durante o verão por nosso amigo e sua família; daí regressamos pela praia. Junto às

fraldas do morro de Santo Antônio, visitamos o principal estabelecimento ligado à indústria da pesca de baleia desse porto. Haviam apanhado um dos gigantes cetáceos, no dia anterior, e estava sendo espostejado na praia. Outro tinha sido arpoado momentos antes, ao alcance da vista, e vinha sendo rebocado por três embarcações. O proprietário do estabelecimento mostrou-nos os aparelhos com que extrai o óleo. Informou-nos de que, em alguns casos, a qualidade do óleo é igual à do norte-americano. Conquanto fosse fácil contestar a exatidão de sua afirmativa, não estávamos dispostos a discutir. De fato, conjecturávamos que, se o óleo norte-americano não tivesse outro mérito, só o fato de ser preparado em alto-mar e não nas imediações de uma cidade populosa, já lhe constituiria ótima recomendação.

Apesar do incômodo que causa ao olfato de toda a população, a captura de uma baleia constitui acontecimento notável na Bahia. Centenas de pessoas, principalmente as de cor, acotovelvavam-se na praia para assistir os estertores do monstro agonizante e conseguir um pouco de sua carne que é preparada e vendida nas ruas, pelas quitandeiras. Inúmeros suínos também se banqueteiavam na carcaça do cetáceo, e quem não souber escolher a carne de porco, no mercado, durante a época da pesca, pode comprá-la com gosto de baleia. A usina de pesca que visitamos já foi a maior do mundo. Ao findar o século XVII fora arrendada pela Coroa por trinta mil dólares anuais. Os baleeiros norte-americanos pescam às vezes por estas latitudes, mas, no geral, dão preferência a outras regiões.

Da praia sobe-se ao morro da Vitória, por um caminho coleante e passa-se junto ao cemitério dos ingleses que conquanto pequeno está lindamente localizado. A casa em que residia o Sr. Parker era de pequenas proporções, mas caprichosamente disposta, com um amplo jardim à frente. Ao lado construíram um puxado que servia de capela. Aí podiam ser acomodadas oitenta ou cem pessoas. Os freqüentadores, porém, eram em média cerca de sessenta, isto é, mais ou menos metade dos ingleses da cidade. Depois do nosso passeio o Sr. Parker nos fez companhia ao jantar, em casa do Sr. Whately, cônsul inglês em exercício. Assim foi que, o nosso primeiro dia na Bahia se passou da maneira mais agradável. Pernoitamos na casa do Sr. Foster, cônsul norte-americano em exercício, que a pôs inteiramente à nossa disposição. Pela manhã seguinte esse ca-

valheiro nos levou a ver os pontos da cidade pelos quais não havíamos passado no dia anterior. Impressionou-nos a ausência quase completa de cavalos e mulas pelas ruas. Por outro lado, grande quantidade de cabras e porcos parecia pretender suprir a falta daqueles animais. Visitamos as capelas dos Conventos de São Bento e São Francisco. A do primeiro é tão completamente destituída de ornatos quão profusa e extravagante se apresenta a do último. A capela da Misericórdia estava enfeitada com festões e outros ornamentos, para uma festa. A velha catedral, edifício enorme, construído com grande dispêndio, estava bem desleixada. Numa de suas alas de onde se avista soberbo panorama do porto, está instalada uma biblioteca pública. Seu regulamento é quase o mesmo da sua similar, no Rio de Janeiro. Contém cerca de dez mil volumes, dos quais a maioria em francês. Conservam-se aí alguns manuscritos valiosos. Nas proximidades vêem-se o palácio do arcebispo, o seminário e o velho Colégio dos Jesuítas, atualmente adaptado para hospital militar. Este último prédio, bem como o da igreja de Nossa Senhora da Conceição, na praia, quase que se pode dizer que foram construídos na Europa; pelo menos a cantaria principal foi lavrada, acertada e numerada do outro lado do Atlântico e embarcada pronta para a construção. O palácio do governo fica igualmente a pequena distância deste ponto. É um prédio sólido, de construção antiga e construído numa das alas de uma praça.

Conquanto tivéssemos a intenção de relatar aqui nossa segunda e mais detida visita à Bahia, supomos que, ao invés de novas descrições de viagem, o leitor apreciará mais uma súpula histórica da cidade... Na preparação desse esboço, servimo-nos, além da *História* de Southey, do interessante trabalho publicado pelo Sr. Inácio Acióli de Cerqueira e Silva, cujos quatro volumes intitulados *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia* temos à mão.

O autor levou anos esmiuçando os anais de sua cidade natal, bem como da província e o produto desse trabalho foi enfeixado em alentada e minuciosa obra.

.....

Capítulo II

DESCOBRIMENTO DA BAHIA. – FUNDAÇÃO DA CIDADE.
– CARAMURU. – A CAPITAL DA AMÉRICA PORTUGUESA.
– ATAQUES DOS HOLANDESES. – A QUEDA DE UMA BARREIRA.
– EPIDEMIA. – ESCOLHA DE UM PADROEIRO. – MOTIM
ABAFADO PELO SANTÍSSIMO SACRAMENTO. – CIGANOS. – O
PELOURINHO. – CONVENTOS. – TRÁFICO NEGREIRO.

A BAHIA DE TODOS OS SANTOS foi descoberta em 1503, por Américo Vespúcio, que então viajava sob os auspícios de D. Manuel, o Rei de Portugal. Vespúcio levou da costa de Santa Cruz – o primitivo nome dado ao país pelos portugueses – um carregamento de “ibiripitanga”, madeira escarlate cujos pedaços, quando picados, assemelhavam-se a brasas. Devido a essa particularidade, a madeira foi aos poucos tomando o nome de pau-brasil. Essa preciosa mercadoria estava fadada a emprestar seu nome ao país, substituindo a denominação originária, da mesma maneira que o nome de Américo ofuscou o de Colombo.

Em 1510 naufragou próximo à entrada da baía um navio sob o comando de Diogo Álvares Correia. Os tupinambás, aborígenes ferozes que habitavam o litoral, caíram sobre os destroços do navio e trucidaram

a todos quantos haviam com vida à voragem das ondas, exceto ao comandante do barco. Pouparam Diogo, ao que se supõe, por ter ele auxiliado os selvagens a recolher os salvados do sinistro. Seja, porém, como for, o fato é que teve a sorte de apanhar um mosquete, pólvora e chumbo, com que abateu um pássaro em presença dos indígenas. Apavorados com a explosão, não menos que com seu efeito, os silvícolas passaram a chamá-lo “Caramuru” (homem do fogo).

Tratou, então, Diogo Álvares, de captar a confiança do gentio assegurando-lhes de que, constituindo verdadeiro terror aos inimigos, poderia ser de grande utilidade aos amigos. Em seguida acompanhou os tupinambás a uma expedição contra certa tribo inimiga com a qual estavam em guerra. Logo à primeira descarga de sua arma de fogo, Caramuru ficou senhor da situação e os adversários fugiram aterrorizados.

Pouco mais tinha ele que fazer para conseguir completa ascendência sobre a íncola. Disso logo teve provas com as ofertas de vários chefes, para desposar suas filhas. Diogo escolheu Paraguaçu, filha do chefe Itaparica cujo nome ficou definitivamente ligado a uma ilha fronteira à cidade. O de sua filha foi dado a um rio que desemboca na Bahia. Iniciou, então, Caramuru, um aldeamento a que deu o nome de São Salvador, em sinal de reconhecimento por ter escapado ao naufrágio. Essa povoação estava localizada em um ponto chamado Graça, no morro da Vitória, subúrbio da cidade atual, que passaremos a descrever e ao qual ainda chamam de vez em quando Vila Velha.

Passados alguns anos, ancorou junto à cidade de Caramuru um navio normando que estabeleceu comunicações com a praia. Concebeu, então, Diogo Álvares, a idéia de voltar à Europa, e, depois de abastecer o navio, nele embarcou com Paraguaçu, destino a Diepe. Se conseguisse chegar são e salvo, pretendia ir até Lisboa. Os franceses, porém, não o permitiram. Ao contrário, fizeram do casal uma curiosidade parisiense. Paraguaçu foi a primeira mulher selvagem que conheceu a capital da França. Por isso organizaram esplêndida festa por ocasião de seu batismo, tendo ela recebido o nome de Catarina Álvares, pois nessa época reinava Catarina de Médicis. Foram padrinhos da índia o Rei Henrique II e sua real esposa.

O governo francês prometeu a Caramuru a remessa de navios que o levassem de volta à sua pátria de adoção e trouxesse, de regresso,

pau-brasil e outros artigos que seriam trocados por quinquilharias diversas. Nesse ínterim, mantendo-se firme em seu propósito original, conseguiu Caramuru informar D. João III da importância de colonizar a Bahia. Jovem português que havia terminado os seus estudos em Paris, de volta para Portugal fora portador da mensagem. Esse rapaz chamou-se Pedro Fernandes Sardinha e foi mais tarde o bispo da Bahia.

Exultaram os nativos com a volta de Caramuru, e a sua colônia, alvo agora de toda a sua solicitude e influência floresceu rapidamente. Em 1534 os capelães de Martim Afonso de Sousa tocando na Bahia provavelmente de regresso de São Vicente, batizaram os filhos de Caramuru. Nessa mesma ocasião casaram-se duas de suas filhas, uma com Afonso Rodrigues e outra com Paulo Aderno, genovês. Do primeiro ainda se pode ver um epitáfio na igreja da Vitória, descrevendo as circunstâncias de seu casamento e dizendo que faleceu trinta anos depois.

Por essa época, a fim de atacar com energia a colonização do Brasil, o rei de Portugal dividiu-o em doze capitanias, tendo cada uma cinquenta léguas no litoral e divisa alguma em direção ao sertão. Cada capitania foi doada a um donatário com poderes absolutos. Francisco Pereira Coutinho, que tomou posse da Bahia, era homem extremamente ríspido e arbitrário. Deixou-se logo tomar de ciúmes pela influência de Diogo Álvares e pôs-se a persegui-lo e oprimi-lo. Finalmente remeteu-o prisioneiro para bordo de um navio.

Tal ato de violência exasperou os índios que se dispuseram à vingança. Atacaram o aldeamento, incendiaram o engenho de açúcar de Coutinho, mataram seu filho e expulsaram o donatário. Mais tarde, tentando retornar à sua capitania, o navio que o transportava naufragou na ilha de Itaparica, sendo Coutinho morto pelos índios. Teve então, Diogo Álvares, restabelecida a sua primitiva supremacia.

A crescente importância do país, aliada às notícias de violências praticadas pelos donatários, levaram D. João III a nomear um governador geral para o Brasil, com sede em São Salvador e autoridade sobre todos eles.

Tomé de Sousa, o primeiro governador-geral, tocou na Bahia em 1549, com cinco navios, nos quais trouxe trezentos homens assalariados pelo rei, quatrocentos degredados e trezentos colonos. Mil homens ao todo, além de alguns missionários jesuítas, engenheiros, soldados e funcionários civis.

Sousa desembarcou com honras militares em Vila Velha, mas depois de um mês resolveu escolher melhor sítio para o início de suas atividades. Foi então que se fixou no lugar onde hoje se elevam a catedral, o palácio do governo e outros edifícios públicos. Aí lançou os alicerces de diversos prédios, levantou muros de taipa e assestou baterias de todos os lados.

Por essa época, Caramuru já era bem velho, mas assim mesmo prestou serviços inestimáveis ao governador, estabelecendo a paz com os filhos das selvas. Em quatro meses construíram-se cem casas e fizeram-se várias plantações de cana-de-açúcar nas adjacências.

A partir de então a cidade de São Salvador, feita capital da América Portuguesa e, sob o patrocínio imediato da metrópole, cresceu rapidamente em tamanho e importância. Os governadores foram substituídos com frequência. Alguns deles se distinguiram em guerras vitoriosas contra o gentio e outros pelo zelo com que procuraram catequizá-los, apesar dos meios ineficientes de que lançaram mão.

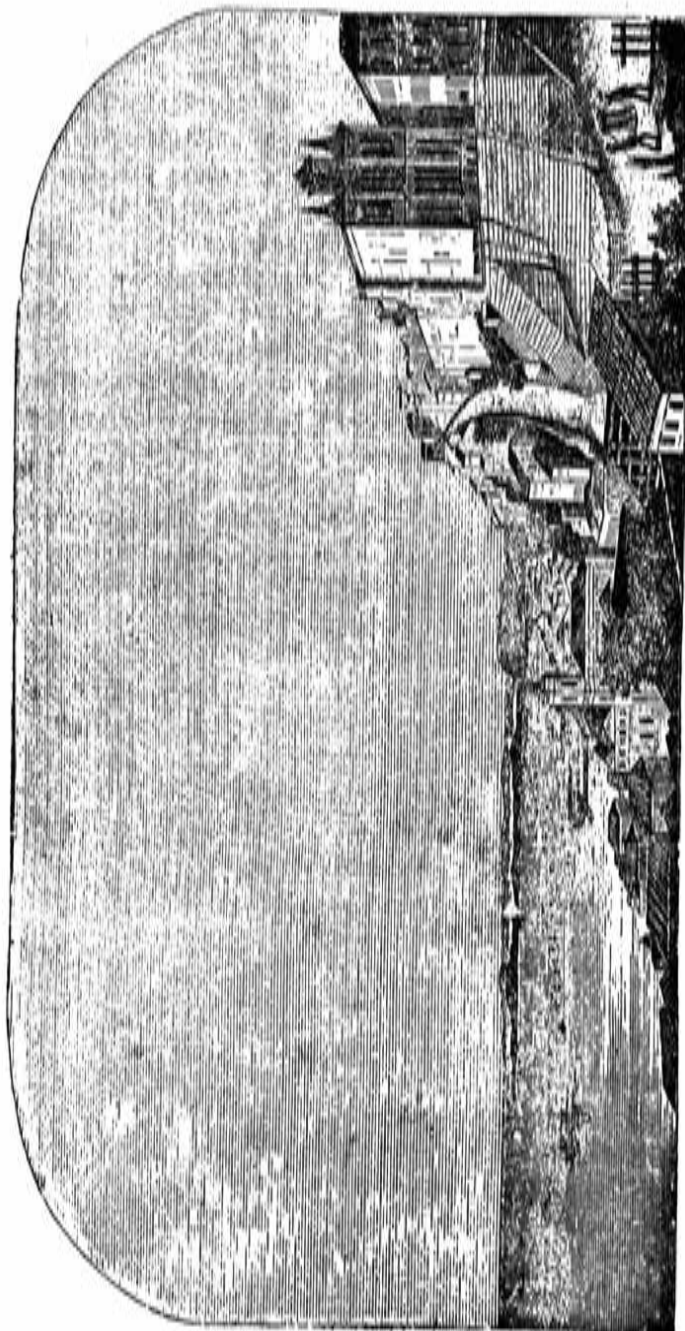
Em 1624 deram-se as primeiras investidas dos batavos contra a até então calma e próspera cidade da Bahia. Sem o menor aviso ou provocação, uma armada procedente da Holanda entrou no porto, atacou a cidade, pôs fogo aos navios e desembarcou tropa para tomar a fortaleza de Santo Antônio. Depois, os holandeses marcharam para o morro da Vitória, e tendo vencido a fraca resistência que lhes foi aposta apoderaram-se da cidade. O saque não poupou nem ao menos as igrejas. Os invasores construíram imediatamente novas fortificações e aprisionaram todos os navios portugueses e espanhóis que vieram ter ao porto, ignorando os acontecimentos. No momento do ataque o povo da cidade fugiu covardemente. Logo mais, porém, reuniu as forças disponíveis e com elas sitiou os holandeses. O comando supremo dos portugueses recaiu sobre o bispo D. Marcos. Ao que parece este prelado havia anteriormente aconselhado a tropa a se retirar da cidade. Estava, portanto, agora ansioso para se reabilitar perante a opinião pública. Saiu a campo vestido de penitente, fez estampar uma cruz sobre o seu estandarte e organizou preces públicas. Instalou seu quartel-general no Rio Vermelho e conseguiu obter diversos sucessos contra os postos avançados do inimigo e seus trens de abastecimentos. Na qualidade de comandante-em-chefe, consagrou cavaleiros a diversos de seus subalternos que

se distinguiram em combate. Parecia não se ter olvidado de providência alguma, espiritual ou material, que pudesse favorecer sua causa.

Por esse tempo estava Portugal sob o jugo da Espanha. A notícia da capitulação da Bahia causara grande consternação em Madri, principalmente porque corria o boato de que os ingleses pretendiam reunir suas forças às holandesas e constituir Palatino o rei do Brasil. A Corte espanhola adotou medidas condizentes com o seu poderio e superstição. Os governadores de Portugal receberam instruções para investigar quais os crimes que provocaram a cólera divina, punindo-os imediatamente. Todo o reino teve que fazer novenas; foram compostas orações e ladainhas especiais, para serem recitadas depois da missa. Cada nove dias devia realizar-se uma procissão popular solene, em todas as cidades e vilas e dos frades em todos os conventos. O SS. Sacramento foi exposto nas igrejas de Lisboa e só esta cidade contribuiu com cem mil coroas para auxiliar o governo a recuperar São Salvador.

A Grande Esquadra, como a denominavam os espanhóis, foi aprestanda. Nenhuma outra armada tão potente havia, até então, atravessado o Equador. Era ela composta de quarenta naus e oito mil homens sob o comando de D. Fradique de Toledo; da divisão portuguesa encarregou-se D. Manuel de Meneses. Nesse meio tempo, Francisco Nunes teve ordem de substituir o bispo D. Marcos em seu posto militar a fim de que o prelado pudesse de novo entregar-se inteiramente aos seus misteres espirituais, evitando, por todos os meios ao seu alcance, que o inimigo propagasse suas idéias heréticas, às quais, os portugueses temiam ainda mais que suas armas. As instruções de Madri recomendavam particular vigilância contra este perigo. Todavia, as fadigas da guerra haviam sido excessivas para sua reverência. Faleceu logo depois de passar o comando, tendo sido sepultado na capelinha de Itapagipe de onde expulsara os batavos.

Em março de 1625 as frotas reunidas de Espanha e Portugal surgiram na Bahia. A simples visão dos socorros que chegavam animou e embriagou os brasileiros. Imaginaram que os batavos se intimidariam em proporção igual ao entusiasmo que experimentaram, e, na esperança de alcançar facilmente a glória de reaver a cidade com seus próprios recursos, atacaram-na precipitadamente, mas foram rechaçados com graves perdas. A armada avançou cautelosamente. D. Fradique sabia que na Holanda ha-



Vista parcial da Bahia

viam sido recrutados importantes reforços e receava tivessem eles chegado ao Brasil antes dele. Certificando-se porém, de que tal não sucedera, entrou na Bahia ao toque de clarins e com os navios embandeirados, prontos para agir. Também as naus holandesas e as muralhas dos fortes ostentavam bandeiras e flâmulas que serviriam tanto para saudar a chegada de amigos como para desafiar adversários, dependendo da qualidade em que se apresentassem os recém-chegados. A cidade havia sido fortificada com grande cuidado e de acordo com os mais sólidos princípios de engenharia, ciência em que nenhum povo se havia adiantado tanto quanto os holandeses. Sua defesa era assegurada por noventa e duas peças de artilharia, e, de cima da nova fortaleza da praia, atirariam projéteis incandescentes. No porto havia dez navios de guerra e dezoito mercantes. Verificando o preparo da cidade e sabendo que a armada batava devia chegar a qualquer momento, D. Fradique convocou um conselho de guerra e propôs desembarcar três mil homens, deixando a bordo a força principal da expedição a fim de interceptar os socorros inimigos. O conselho, porém, resolveu desembarcar metade da força e dispor a esquadra de Itapagipe a Santo Antônio, procedendo assim ao bloqueio dos navios do porto e cortando o abastecimento ao inimigo.

Depois de algumas escaramuças os holandeses propuseram capitulação, que foi aceita. As condições consistiam em que D. Fradique lhes proporcionasse transporte e provisões para o regresso à Holanda, salvo-conduto e armas para sua defesa durante a viagem.

A cidade, porém, sofreu menos com a captura que com a libertação. Os batavos tinham vindo para conquistar o país e conservá-lo sob seu domínio. Tiveram, portanto, sempre por norma manter a ordem e pacificar os índios. Ao contrário, porém, os espanhóis e italianos da armada de D. Fradique estavam habituados a todos os desmandos da vida militar. Por sua vez, os portugueses não tardaram adquirir os maus hábitos de seus companheiros de armas, e, dentro em breve, não mais havia lugar, público ou particular, que estivesse a salvo de suas bravatas. A esquadra batava, de trinta e quatro velas, tanto tempo esperada, chegou, finalmente, em maio, mas, vendo a bandeira espanhola em tantos mastros, fez-se de novo ao largo. A Bahia, porém, ainda não ficara livre dos holandeses. Dois anos depois, outra armada batava, sob o comando de Heyne, forçou a entrada do porto, contra vento de proa. O Governador Oliveira, temendo um ataque, colocou todos os navios

que se achavam no porto – em número de dezesseis – sob as baterias do forte e quatro dos maiores, bem guarnecidos de tropas, mais à frente, como baterias flutuantes, para proteger os demais. Assestou, depois, quarenta e duas grandes peças, na praia, com a idéia de afundar os navios invasores. Todavia, em temerária manobra, Heyne colocou o seu próprio navio entre as duas maiores baterias flutuantes do inimigo e, em posição tal que nenhum navio de sua esquadra poderia socorrê-lo, mas, onde, nem os fortes portugueses, nem suas baterias da praia, poderiam sobre ele atirar sem pôr em risco a vida de seus próprios camaradas. Ao cabo de meia hora, tinha conseguido afundar um dos navios que serviam de bateria; os outros logo encalharam e as doze naus menores não estavam em condições de oferecer resistência. Os batavos saíram em escaleres, cortaram as amarras dos navios e os rebocaram para fora, com exceção de três que estavam vazios. Não puderam, porém, safar o navio de Heyne. Este sofrera por demais na refrega e encalhara com a maré vazante, de maneira que acharam melhor atear-lhe fogo. Outro navio holandês foi também destruído. Nesses dois barcos os batavos perderam cerca de trezentos homens. No dia seguinte, o almirante passou em revista suas presas de guerra. Aos quatro maiores navios carregou e despachou para a Holanda; quatro outros foram incorporados à frota e os demais, incendiados. Permaneceu Heyne, na Bahia, vinte e quatro dias.

Em 1688, Maurício, o Conde de Nassau, que então dominava Pernambuco e grande parte do litoral circunvizinho, tentou capturar a Bahia. Aproximou-se com quarenta navios, nos quais trazia oito mil e setecentos homens, inclusive marinheiros e índios. Fingiu pretender desembarcar em Itapuã, uma légua antes da entrada da baía, mas finalmente costeou, passou pela cidade e foi ancorar em Itapagipe. A baía é aí tão larga que nenhum forte poderia defendê-la; nem o litoral poderia ser eficientemente guarnecido, e, talvez, por isso mesmo, estava inteiramente abandonada. Aí desembarcou Nassau, os seus homens e iniciou a marcha sobre a cidade. A guarnição consistia em cerca de dois mil e quinhentos soldados, dos quais mil eram de Pernambuco. Infelizmente, entre estes e os baianos campeavam animosidades tão acirradas que quase puseram em risco a causa comum. Os holandeses construíram baterias das quais lançariam o ataque final à cidade e os portugueses levantaram apressadamente alguns redutos e chegaram a guindar um canhão à torre da catedral, para com ele alvejar as baterias inimigas.

As operações decorreram sem muita energia, durante um mês. Não obstante, as desvantagens dos sitiados, Nassau encontrou resistência maior do que esperava. Sua linha de abastecimentos tinha sido interrompida e as provisões declinavam rapidamente. Nessa emergência decidiu tomar a cidade de assalto, levantando assim o cerco. Às sete horas da noite, três mil homens iniciaram o ataque. Tomaram o fosso e nele se entrincheiraram. A seguir lançaram-se contra o portão. A luta tornou-se, então, horripelantemente cruenta. O espaço era tão acanhado que nenhuma bala se perdia; os projéteis e as granadas dos sitiados tinham terrível eficiência; as traves e as pedras que os portugueses de cima lançavam caíam sobre as cabeças dos assaltantes. Por incompreensível negligência, os holandeses deixaram de forçar outros pontos para distrair os sitiados, de forma que os lusos puderam concentrar só nesse ponto todos os seus recursos defensivos. Alguns atacavam os batavos no fosso, outros batiam-nos no portão. De todos os pontos, as tropas afluíram para o local do ataque. Nassau atirou na refrega o restante de suas forças e o assalto degenerou-se numa batalha generalizada onde os adversários jogavam a sorte do sítio. Os holandeses começaram a ceder porque lutavam com desvantagem. Maurício deu ordem para fuzilar todos os que quisessem fugir e seus homens não tiveram outra alternativa senão se atirar desesperadamente ao ataque. Nada conseguiram, porém: os portugueses conheciam o terreno a palmo, e, portanto, tinham, nas trevas, um aliado que para os assaltantes representava terrível entrave. Além disso, a legitimidade de sua defesa redobrava as energias dos lusos que acabaram por bater o inimigo.

Os holandeses vingaram sua derrota com revoltante e covarde crueldade. Passaram a esquadrihar o recôncavo em seus navios ligeiros e quando encontravam uma casa desprotegida degolavam todos os seus ocupantes. Os sitiados continuavam a bombardear a cidade, pouco dano causando, porém, com seus projéteis; todavia, sofriam terrivelmente com o revide dos sitiados. Depois de uma semana de inútil perseverança, os batavos abandonaram a luta e partiram, deixando atrás de si parte de suas provisões. As perdas dos atacantes foram avaliadas em dois mil homens.

Foram de considerável importância histórica essas guerras, em vista da influência que exerceram sobre os destinos do mundo. Contudo, jamais foi uma luta entre rivais, levada a efeito com recursos tão desproporcionados aos seus objetivos. As nações concorrentes disputavam, no conti-

nente sul-americano, um império de proporções nada inferiores às de toda a Europa civilizada de então. Mesmo assim, porém, as forças empregadas por ambas as partes jamais ultrapassaram quinze mil homens. A partir dessa época a Bahia desfrutou calma, e, sem mais reveses, continuou a se desenvolver por considerável espaço de tempo. Contudo, muitas foram, nesse período, as ocorrências dignas de registro.

No ano de 1671, em conseqüência de chuvas enormes e contínuas deu-se um desabamento num morro, do que resultou cair grande quantidade de terra sobre a cidade baixa, destruindo casas e soterrando, vivas, cerca de trinta pessoas, além de aterrar metade da praia. As autoridades locais, descrevendo ao rei a catástrofe, afirmaram que, não fora um milagre do SS. Sacramento e da Virgem Maria, a igreja da Conceição também teria sido destruída. O que mais sentiram não foi o fato de terem perecido trinta pessoas, mas o de terem elas morrido sem confissão, pois tendo o acidente ocorrido à noite, não foi possível socorrê-las. Desabamentos semelhantes têm sido freqüentes na Bahia, a despeito das enormes quantias gastas em obras tendentes a evitá-los.

Em 1686, as cidades da Bahia, de Pernambuco e a zona que lhes fica de permeio, foram assoladas por terrível epidemia a que apelidaram “a bicha”. Acredita-se que a peste tivesse tido origem em um carregamento de carne deteriorada que chegou a Pernambuco, procedente da ilha de São Tomás. A primeira pessoa que abriu uma das barricadas caiu morta, instantaneamente. Foi tal a rapidez com que se propagou a moléstia pela cidade e pelos subúrbios que, em poucos dias, fez duas mil vítimas. Na Bahia a peste chegou juntamente com a primeira notícia de seu aparecimento, e poucos dias foram suficientes para que atingisse mortalmente duzentas pessoas. A maioria das vítimas sucumbia no mesmo dia em que o mal os atacava e raros sobreviviam ao nono. Os sintomas eram: febre, paralisação da circulação, delírio e vômitos sangüíneos.

Foi essa a única referência que encontramos na história do país a semelhante epidemia. A peste e o cólera asiático jamais assolaram o Brasil. Se é exato que em muitas cidades existem condições favoráveis ao desenvolvimento de moléstias epidêmicas, por outro lado, a salubridade do ar e a constância da temperatura são fatores de saúde. Refere Acióli que, três anos antes dessa calamidade, um jesuíta astrólogo, de nome Estancel, de-

vido a dois eclipses ocorridos um após o outro, prognosticara que grandes desgraças estavam para desabar sobre o país. A irrupção dessa epidemia consolidou sua reputação de adivinho.

Quando oprimido por essa aflição, o povo, a conselho do capitão-general, resolveu reunir-se e escolher um padroeiro para a cidade, a qual não só nessa, mas em outras ocasiões semelhantes, poderia conseguir das mãos do Senhor favores e mercês. Passaram um dia inteiro em reunião, no Colégio dos Jesuítas. A escolha recaiu em São Francisco Xavier, e por isso transportaram sua imagem em procissão solene através da cidade. Entretanto, para assegurar de fato sua proteção, não era suficiente prometer ao novo patrono uma festa com procissão todos os anos; prometeu, ainda, o povo obter a aprovação de sua escolha, tanto do rei como do papa e do arcebispo, separadamente. Conseguiram-nas de fato, com o tempo.

Transcrevemos abaixo, a título de curiosidade, o documento em que o Rei de Portugal deu o seu reconhecimento:

“Eu, el-Rei, faço saber que, tendo em vista o que me representou a Câmara Municipal da Bahia, que durante a epidemia que assolou, ultimamente, a cidade, o povo escolheu para seu padroeiro São Francisco Xavier, o glorioso Apóstolo do Oriente, tendo feito a promessa e o voto de, anualmente, no dia 10 de maio (data em que foi feita a escolha) fazer celebrar uma festa com procissão em sua honra; e uma vez que seus votos e promessas não têm valor sem minha aprovação, pediram-me que baixasse uma ordem aprovando seu ato e também provendo o custeio das festividades. Tendo considerado o assunto, hei por bem dar a minha aprovação à escolha do glorioso Apóstolo do Oriente, São Francisco Xavier, para padroeiro da Bahia e também aprovar o voto pelo qual o povo da cidade prometeu solenizar o dia 10 de maio de cada ano com uma procissão em sua honra. Além disso ordeno aos oficiais da dita Câmara que cumpram a promessa do povo e que o Provedor da Comarca pague as despesas a serem feitas todos os anos com a procissão, e mais, que o meu governador, capitão-general e outros oficiais façam cumprir esta ordem sem hesitação.”

El Rei.

Lisboa, 3 de março de 1687.

A procissão assim instituída foi feita todos os anos até 1828.

Em 1690, durante o governo de Luís Gonçalves Câmara Coutinho foram consideráveis os melhoramentos introduzidos na agricultura. A pimenta e a canela-da-índia foram trazidas para o Brasil e distribuídas por várias províncias.

A barbaridade e a crueldade sanguinária com que eram tratados os escravos em muitas províncias levaram o rei de Portugal a baixar, em 1700, uma ordem para punir os senhores de escravos que fossem considerados culpados de certos excessos e recomendando que, de futuro, tivessem mais humanidade para com essa classe humilde.

Em 1711, o litoral brasileiro ficou infestado de piratas cujo objetivo consistia, unicamente, em se apoderar do ouro exportado das minas. Viu-se, então, o governo na contingência de manter um navio de guerra na costa, a fim de proteger a navegação, e, para tanto, estabeleceu um imposto de dez por cento sobre as mercadorias importadas. Isso deu motivo a um levante que o governador da Bahia não conseguiu abafar.

Na emergência, o arcebispo lançou mão das “armas da religião”, em auxílio da lei. Rodeado do cabido e da irmandade do SS. Sacramento e levando, na custódia, a hóstia consagrada, enfrentou os amotinados fazendo-os dispersar imediatamente.

Poucos anos depois, no momento de uma execução, certa parte do cadafalso cedeu e um dos condenados caiu no chão, ainda com vida. Até então, em casos semelhantes, costumavam lançar sobre a vítima a bandeira da misericórdia e indultá-lo. Nessa ocasião, porém, em vão se lançou mão desse recurso. O meirinho encarregado da execução não deu atenção à intervenção e empurrou o prisioneiro. A população, apoiada pela irmandade da misericórdia, exigiu a punição do serventuário da justiça. O governador, porém, recusou-se a atender o povo, apesar das ameaças de violência. Logo depois, uma carta régia confirmou sua decisão e determinou, que, em casos análogos, se cumprisse sempre a pena.

Em 1718, chegaram à Bahia diversas famílias de ciganos, com relação às quais o Rei de Portugal transmitiu ao vice-rei a seguinte ordem:

“Eu, Dom João, pela graça de Deus etc., faço saber a V. Mercê que me aprouve banir para essa cidade vários ciganos – homens, mulheres e crianças – devido ao seu escandaloso

procedimento neste reino. Tiveram ordem de seguir em diversos navios destinados a esse porto, e, tendo eu proibido, por lei recente, o uso de sua língua habitual, ordeno a V. Mercê que cumpra essa lei sob ameaça de penalidades, não permitindo que ensinem dita língua a seus filhos, de maneira que daqui por diante o seu uso desapareça.”

Os saltimbancos tornaram-se, entretanto, tão insuportáveis no Brasil como o tinham sido na Europa. O subúrbio da cidade, que lhes foi designado, é ainda hoje conhecido por Mouraria. Multiplicaram-se tão rapidamente e com tanta indústria desenvolveram suas atividades características, que, cerca de trinta anos depois de sua chegada, o governo baixou um decreto expulsando-os da província. Uma das principais queixas contra eles relacionava-se com o roubo dos animais usados nas minas, a despeito de todas as precauções dos mineiros.

Na noite de 17 de março de 1721, desabou sobre a Bahia uma formidável tempestade acompanhada de raios e trovões, como jamais fora presenciada. O fenômeno provocou o desabamento de algumas casas construídas nas encostas dos morros. Passada a tormenta organizaram uma procissão em ação de graças, cerimônia que desde então se tornou tradicional.

Em 1727, o pelourinho que havia muito se erguia defronte ao Colégio dos Jesuítas foi de lá removido a pedido do provincial da Companhia alegando que as execuções ali consumadas interrompiam as cerimônias religiosas. Por ordem da Câmara Municipal, foi colocado nas vizinhanças do convento beneditino. Talvez os maiores da cidade pensassem serem os beneditinos dotados de sangue mais frio, de maneira a não se condoerem tão facilmente com as flagelações do pelourinho. Em 1739, o vice-rei, Conde Galveias, fez uma representação ao trono contra o excesso de conventos. Foi tão elevado o número de moças e rapazes atraídos à vida monástica que, durante os quatro anos de sua administração só se tinham realizado dois casamentos entre pessoas da sociedade. Mesmo entre as classes mais humildes, os matrimônios foram muito reduzidos em relação ao número de habitantes. E, dos realizados, muitos o foram menos pelo temor de Deus que pelo desejo de escapar ao serviço militar.

A posição geográfica da Bahia, situada mesmo em frente à costa da África, fez que a província se tornasse, desde os seus primórdios, importante centro de comércio escravagista.

O sentimento de repulsa que o tráfico negro desperta atualmente em todos os povos civilizados está em flagrante contraste com o simulacro de filantropia com que o envolviam, antigamente, os seus promotores. É verdade que o lucro constituía, então como agora, o objetivo principal desse gênero. O país precisava de agricultura e os fazendeiros de braços. Todavia, a situação do escravo, no Brasil, não era tão lastimável quanto a de milhares de pobres negros na África, aprisionados em guerras entre tribos, os quais seriam certamente torturados e sacrificados se não fossem resgatados a tempo. Que meritória empresa, portanto, a de enviar navios para libertar esses pobres cativos pagãos e trazê-las para onde pudessem se tornar cristãos pelo batismo e auxiliar em seus trabalhos, os próprios libertadores! Sintetizava perfeitamente essas idéias o suave rótulo sob o qual se traficava a mercadoria humana nos séculos XVII e XVIII: “o comércio do resgate de escravos”.

Temos diante de nós um despacho de D. José, rei de Portugal, datado de 1756, do qual se depreende ter o monarca recebido alguma representação da Câmara da Bahia conjuntamente com vários fazendeiros de açúcar e tabaco da província, informando-o de que haviam monopolizado o negócio de “resgatar escravos”, à vista da qual el-Rei, com a mesma paternal solicitude com que mais de uma vez tentara regulamentar esse importante ramo de comércio de seus vassallos, decretou, com aprovação do Conselho Ultramarino:

“1 – Que esse comércio seria daí por diante livre para todos, não só nos portos de que até então se serviam, como também em todos os portos africanos situados antes ou depois do cabo da Boa Esperança.

“2 – Mas, que, a fim de evitar o inconveniente de se empregarem navios muito grandes, bem como o de escolherem mal as provisões que deveriam levar, às juntas fiscalizadoras da Bahia, de Pernambuco e da Paraíba, competia examinar a carga e as provisões de cada navio aprestado, tendo o cuidado de ver se as naus serviam para o fim a que se destinavam, se eram leves e se levavam no máximo 3.000 rolos de fumo que os habilitassem a efetuar, em qualquer modo, um bom ‘resgate’ a preços moderados.

“3 – Que o comandante do forte da Ajuda, na costa, devia impedir, o mais possível, a reunião de vários navios no mesmo porto, permitindo que apenas um por vez fizesse suas compras de escravos.”

Essa regulamentação, ostensivamente elaborada para reprimir a crueldade e os males decorrentes do tráfico negreiro, teve o efeito de centuplicá-los. De então, a esta parte, a Bahia se tornou grande mercado de escravos.

.....

Capítulo III

TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL. – CHEGADA DE D. JOÃO VI. – CARTA RÉGIA. – O PRIMEIRO PRELO. – BIBLIOTECA PÚBLICA. – ENGENHO A VAPOR. – EXECUÇÃO DE UM PADRE. – GUERRA CIVIL DE 1822. – GUERRA DA INDEPENDÊNCIA.– EXPULSÃO DOS PORTUGUESES. – REBELIÃO DE 1837. – NOSSA SEGUNDA VIAGEM À BAHIA. – FESTEJOS DO ANIVERSÁRIO DO IMPERADOR. – *TE DEUM*. – ILUMINAÇÃO. – EXCURSÃO PELA BAHIA. – BELEZAS NATURAIS. – HENRY MARTIN. – FOGOS DE ARTIFÍCIO.

*E*M 1768 foi transferida para o Rio de Janeiro a sede do vice-reinado que até então estivera na Bahia.

Nada menos de quarenta e quatro governadores-gerais e vice-reis já tinham tido assento na primitiva capital do Brasil. Foram homens de caracteres muito variados e demonstraram capacidade administrativa assaz diversa. Só num ponto todos eles se assemelharam: no absolutismo de seus governos. Conquanto alguns desses governantes fossem homens de grande saber e revelassem desejo de desenvolver os recursos naturais do país, tolheu-os a política tacanha e exclusivista da metrópole. Tanto assim era que só depois da chegada da família real, em 1808, foi que certas regiões brasileiras se beneficiaram de uma política mais liberal e esclarecida.

Grande foi o júbilo popular e esplêndida as festividades celebradas por essa ocasião. Os baianos pediram a D. João VI que estabelecesse a Corte entre eles. Propuseram-se construir e oferecer ao rei um palácio majestoso. Entretanto, a larga entrada da baía e a conseqüente dificuldade de fortificar o porto constituíram objeção decisiva contra a fixação da Família Real nessa cidade. O príncipe regente resolveu seguir até o Rio de Janeiro. Antes, porém, de ter a frota levantado ferro, D. João comunicou ao Conde da Ponte, governador da Bahia, a famosa Carta Régia que abria os portos brasileiros às nações estrangeiras.

Tendo já, em capítulo anterior, externado o nosso ponto de vista sobre esta medida, daremos a seguir as considerações tecidas por um autor brasileiro, o Senador Visconde de Cairu, homem cuja notoriedade como escritor granjeou-lhe a honra de ser incumbido pelo governo de escrever uma história do Brasil, sob o patrocínio oficial. A morte, porém, colheu-o antes que tivesse tido tempo de se desobrigar dessa missão. Todavia, os trabalhos que deixou bem justificaram sua fama.

Em seu livro *Memórias dos benefícios políticos do Governo do Rei D. João VI*, depois de afirmar que o edito real fora muito superior, – tanto no objetivo como em seus efeitos, – à Magna Carta de Inglaterra, prosseguiu:

“Por esse documento imortal legou [D. João VI] inestimável patrimônio a este paraíso terreal onde proliferam as testas coroadas do mundo vegetal; árvores que florescem desde o tronco até a copa; plantas medicinais que afugentam a morte até idades remotas, e, além de milhares de outros equivalentes às riquezas botânicas do resto do mundo, essa fruta maravilhosa que os poetas e naturalistas denominaram ambrosia – o alimento dos deuses. Franqueando os portos, sem reserva, ao comércio internacional estabeleceu ele contato direto entre o país e o estrangeiro, através do qual o povo brasileiro poderá desfrutar, com a riqueza que a natureza lhe deu, o que com engenho conseguiram outras nações, além de grande afluência de população e de um perpétuo estímulo para a indústria.”

Como digna seqüência a este acontecimento notável, montou-se, na Bahia, em 1811, o primeiro prelo. Foi logo iniciada a publicação de um jornal intitulado *Idade d’Ouro*, mas, para evitar que esse órgão se excedesse em liberdade, o arcebispo organizou uma comissão de censura.

Na mesma época, com o concurso de um grupo de cidadãos, fundou-se a biblioteca pública.

Em 1815, um tal Coronel Cardoso importou da Inglaterra o primeiro engenho a vapor, e, em recompensa desse empreendimento, foi condecorado com a Ordem de Cristo.

Em 1817, quando se desenvolvia a revolução em Pernambuco, o Conde dos Arcos, governador da Bahia, recebeu denúncia de que se planejavam movimentos semelhantes em outras províncias.

Por essa ocasião um padre, de nome Roma, desembarcou na Bahia, tendo feito a viagem numa jangada, desde Pernambuco. Foi preso ao pôr pé em terra, julgado por um tribunal militar, e, mais por suspeita que por ter sido provado que vinha fazer propaganda revolucionária, foi condenado à morte e executado imediatamente, no Campo da Pólvora.

A revolução de 1820, na metrópole, em prol da constituição, encontrou eco imediato na Bahia. Logo a seguir, o governador se recusou a continuar em seu posto, motivo pelo qual foi constituída uma junta provisória, para assumir a responsabilidade do governo, “protestando ante o Todo-Poderoso e todas os santos da Corte celeste sua adesão à junta provisória de Portugal e à nova ordem de coisas estabelecida”.

Foi então que começou a ser grandemente fomentada a rivalidade entre portugueses e brasileiros. A desordem e a violência logo campearam infrenes. A guarnição portuguesa praticou várias façanhas. Invadiu residências e chegou ao cúmulo de violar um convento, assassinar a abadesa e maltratar o capelão, obrigando as recolhidas a se refugiarem em outro mosteiro.

Mergulhou-se, então, a Bahia, pela primeira vez, nos horrores da guerra civil. Lavrou a discórdia e o derramamento de sangue fraterno, calamidades que infelizmente se repetiram mais tarde. Milhares de cidadãos abandonaram seus lares e fugiram para onde puderam, deixando a cidade quase inteiramente entregue às forças em luta. Os portugueses, sob o comando do General Madeira, apoderaram-se da cidade, tendo perecido no massacre nada menos de duas mil pessoas, de ambos os lados. D. João VI regressara a Portugal, e D. Pedro, o Príncipe Regente, sabendo da situação desastrosa da Bahia, imediatamente ordenou que o General Madeira embarcasse com sua tropa para a metrópole. Essa ordem foi datada de junho de 1822, portanto,

apenas três meses antes da proclamação da Independência. Madeira recusou-se a obedecer, conquanto alguns de seus homens fossem conduzidos a bordo, como se estivessem cumprindo a ordem do regente.

Pouco tempo depois, novos reforços militares chegaram de Lisboa para auxiliá-lo na posição conquistada. A facção antibrasileira tornou-se, portanto, mais insolente que nunca. Arquetou várias maneiras de insultar os brasileiros natos. Foi tão acintoso o procedimento dos portugueses que chegaram a dispersar uma procissão de São José. As imagens foram apedrejadas e os fiéis debandados. Até as freiras do Convento de Santa Teresa se confraternizaram com os lusos, pondo de lado sua qualidade de religiosas, e cometendo ações inteiramente condenáveis. Ao mesmo tempo, em Cachoeira e outras cidades do recôncavo, bem como pelo interior da província, o povo se declarava em favor de D. Pedro e da causa brasileira.

Não tendo a junta provisória dado mostras de energia, o povo de Cachoeira e das regiões adjacentes começou a organizar governos provisórios locais que aderissem à regência D. Pedro. Nessa emergência, chegou do Rio de Janeiro o General Labatut com instruções para recrutar um exército e expulsar os portugueses, caso estes não se retirassem espontaneamente. Labatut visitou primeiramente as províncias de Alagoas e Sergipe, parte das quais estava até então sob o domínio português. Por essas províncias encontrou fraca oposição, tendo conseguido que toda a região prestasse lealdade ao príncipe regente. Todavia, ao tentar organizar um exército no recôncavo da Bahia, encontrou dificuldades, por falta de homens e de meios. Entretanto, lançou mãos de todos os recursos ao seu alcance e conseguiu progressos notáveis. Em outubro, já estava em franco desenvolvimento a guerra da independência, cujo teatro principal seria a Bahia. Os portugueses de todas as regiões do país para lá afluíram à procura de refúgio e também para se alistarem nas fileiras da ex-Metrópole. De Lisboa chegaram reforços de terra e mar. Contudo, esse aumento de força acarretou novas e sérias dificuldades. Escasseavam as provisões e os suprimentos, até então recebidos das províncias vizinhas, estavam absolutamente interrompidos.

A 8 de novembro, os lusos atacaram uma das posições ocupadas pelos brasileiros e foram rechaçados. Essa circunstância deu vigoroso alento aos patriotas.

Em outro encontro, realizado mais ou menos ao fim de dezembro, morreu um tenente brasileiro que acreditava ser imune ao perigo em virtude de uma oração que trazia no peito. Desobedecendo às ordens superiores, insistiu em expor-se ao fogo do inimigo e foi finalmente abatido.

A seguir tiveram lugar diversas escaramuças, mas nada de decisivo ocorreu até maio de 1823 quando, devido a desinteligências que infelizmente lavravam as fileiras brasileiras, Labatut foi destituído do comando, sendo substituído por um brasileiro nato. Mais ou menos pela mesma época, Lorde Cochrane, que fora contratado pelo governo de D. Pedro, deixando a costa do Chile, chegara à Bahia com uma pequena armada. Cochrane destacou dois de seus mais rápidos veleiros para bloquear os portugueses, missão que foi eficientemente cumprida, pois os navios do almirante inglês conseguiram aprisionar diversas pequenas embarcações que tentaram sair à procura de provisões.

Assim, cercados por terra e bloqueados por mar, os portugueses, na Bahia, foram reduzidos à míngua. Os escravos morriam de fome pelas ruas.

O General Madeira foi, então, obrigado a evacuar a cidade. Na noite de 1º de julho, seus homens embarcaram, levando com eles a prataria das igrejas e toda a riqueza móvel da cidade. Embarcaram também muitos comerciantes levando consigo todos os seus haveres. Ao romper da aurora o exército brasileiro, em linha de marcha, entrou na cidade, enquanto no porto a frota inimiga levantava ferro e partia. Os que ficaram, entre os quais se contavam as freiras do Convento da Soledade, erigiram arcos-de-triunfo, festões e coroas para receber os seus compatriotas vitoriosos.

Os navios brasileiros, em condições de o fazer, partiram em perseguição da armada portuguesa e conseguiram efetuar uma série de capturas. Desde então, o dia 2 de julho foi considerado meio feriado, na Bahia, em comemoração à sua restauração.

De novo incorporada ao Império e tranqüilizada com a presença de autoridades brasileiras, a Bahia foi aos poucos se refazendo dos prejuízos sofridos durante a ocupação hostil dos portugueses e começou de novo a crescer, acompanhando o desenvolvimento geral do país.

Sem nos deter na enumeração das pequenas desordens que em épocas diversas perturbaram a quietude e a prosperidade da Bahia, faremos

ligeira menção à rebelião de 1837. Certo grupo de ambiciosos ousados, tendo tramado, em segredo, um movimento sedicioso, conseguiu, em golpe de surpresa desferido a 7 de novembro, apossar-se das fortalezas que dominavam a cidade. Em pouco tempo toda a capital estava em poder dos rebeldes. O presidente, as autoridades e grande número de cidadãos foram obrigados a fugir. A sede do governo legal da província foi transferida para a ilha de Itaparica.

Provinham os insurretos das ínfimas camadas e eram instigados e orientados por indivíduos inescrupulosos. Nenhum deles, entretanto, teve capacidade para fazer funcionar a máquina administrativa usurpada. Não conseguiram simpatias em nenhuma das diferentes camadas sociais, e, como era de esperar, sua carreira política, conquanto violenta e sanguinária, foi assaz efêmera.

Do Rio de Janeiro, o governo imperial remeteu forças de terra e mar para auxiliar o presidente, e, de Pernambuco, logo chegou um batalhão. Dentro de poucos meses o exército legalista triunfou, tendo entrado na cidade sob o comando do bravo Coronel Coelho. Os chefes insurretos foram atirados à prisão e mais de duzentos cúmplices banidos para a ilha Fernando de Noronha. Apesar de não ter sido longa nem violenta essa revolução, constituiu ela rude golpe ao progresso da cidade e da província da Bahia. Interromperam-se as atividades comerciais, a confiança desapareceu, surgiram animosidades e lançaram-se as sementes de futuras discórdias. Estas explodiram mais tarde, traduzindo-se em frios assassinatos, intrigas, distúrbios por ocasião das eleições, e, mais recentemente, em novas desordens.

Terminada a nossa excursão pelo litoral norte, entramos de novo no porto da Bahia, a bordo de paquete brasileiro, a vapor. Isso se deu às altas horas da noite de 30 de novembro, e, quando a *Pernambucana* contornava o cabo de Santo Antônio e rumava para seu ancoradouro fronteiro à cidade, grande quantidade de foguetes se elevou das eminências adjacentes desenhando no céu nublado da noite efêmeras serpentinas luminosas. Seu inocente espoucar ressoava como fuzilaria distante, de envolta com o som grave de numerosos sinos repicando nas torres das igrejas, da catedral e dos conventos, anunciando a aproximação das festas.

Apresentavam-se os baianos para celebrar, a 2 de dezembro, o aniversário do jovem Imperador. Essa data destaca-se de maneira especial

entre os “dias de grande gala” ou feriados nacionais. São em número de seis as datas cívicas comemoradas no Brasil. Inicialmente temos o dia 1º de janeiro, em que Sua Majestade recebe os cumprimentos do estilo. A 25 de março celebram os brasileiros a promulgação da constituição. A 7 de abril, passa-se o aniversário da ascensão do Imperador ao trono. A 3 de maio, tem lugar a cerimônia da abertura da Assembléia Nacional. 7 de setembro é o aniversário da Proclamação da Independência. E, finalmente, o último do rol é o dia 2 de dezembro, natalício do Imperador. Em todos esses dias, exceto a 3 de maio, Sua Majestade dá recepção em palácio. Os presidentes especiais da coroa, seguem o exemplo do soberano, com idênticas solenidades nas diversas capitais provinciais, com a diferença, porém, que essas autoridades não recebem as honras imperiais, como se tributadas às suas pessoas. O lugar de honra, na sala do cortejo, é invariavelmente ocupado por um retrato de Sua Majestade. Junto a ele como representante especial do trono, o presidente toma lugar, acompanhado, às vezes, pelo bispo. Diante deles, com passo medido, passam os convidados, por ordem de dignidade, prestando homenagem, cada um de *per si*, ao retrato imperial. Depois dessa cerimônia, os presentes trocam cumprimentos e dispersam-se.

Todavia, a comemoração para a qual a Bahia então se preparava, absolutamente não seria igual à dos anos anteriores. Durante a última sessão da Assembléia Nacional, no Rio de Janeiro, foi acoimada de duvidosa a lealdade dos baianos, em geral, para com o trono. Não tolerando insinuações desse jaez, resolveram eles fazer, por ocasião do aniversário de Sua Majestade, uma demonstração de lealdade que, não só excedesse todas as outras em magnificência, mas, ainda, deixasse bem longe as levadas a efeito no Rio de Janeiro. Além do cortejo costumeiro, as festas se prolongariam por três dias consecutivos, havendo, ainda, iluminação durante três noites. No primeiro dia haveria solene *Te Deum*, com sermão; no segundo, um baile oficial em palácio, e, no terceiro, uma exibição sem precedentes, de fogos de artifício no Morro da Vitória e no Campo de São Pedro.

Chegou, finalmente, o dia 2 de dezembro. Não veio, porém, como no Hemisfério Boreal, coberto com o níveo manto hibernal, acompanhado de ventos sibilantes e com os sapatos pesados de neve. Não. Não é tão grande a distância de um pólo ao outro quanto da realidade o quadro

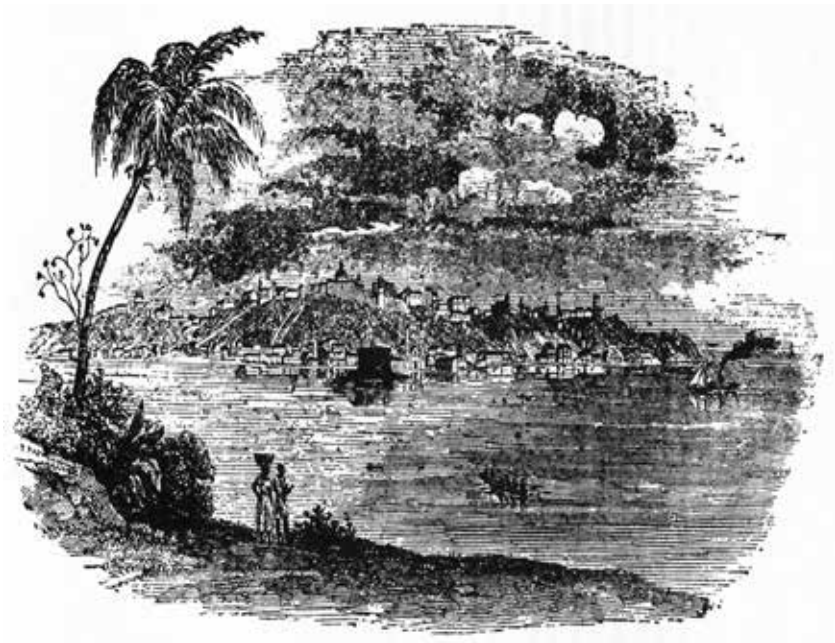
que naturalmente, o leitor (norte-americano) pintou na imaginação ao falarmos em 2 de dezembro.

Procedido de apenas uma curta aurora, o sol dardejou seus raios vigorosos contra os cachopos de nuvem do levante. Depois, surgindo de seu leito marinho, elevou-se majestoso em sua trajetória vertical, contemplando das alturas uma das mais belas cenas que à vista humana é dado apreciar: o Atlântico infinito perdendo-se no Oriente; a sudoeste, a linda e dilatada baía, debruada de montanhas e toda pontilhada de ilhotas coroadas de palmeiras, constituía moldura condigna ao panorama da cidade que, qual rainha de singular beleza, repousava suavemente no regaço das eminências altaneiras, salpicadas de elegantes vivendas, templos e cúpulas senhoris.

O raiar da aurora foi saudado pelo troar de canhões e das baterias dos navios de guerra. Os barcos ancorados no porto desfraldaram alegremente as suas bandeiras, flâmulas e sinais, de cores e tonalidades sem conta. Nem mesmo a mais imaginosa criança consegue vestir com maior garridice sua boneca predileta, que o marinheiro, nessas ocasiões, ao embandeirar seu barco, içando em cada mastro, verga, braço ou estai, uma bandeirola para panejar à brisa.

Com nosso tempo literalmente tomado, pela manhã, não pudemos chegar à catedral para a prédica que precedeu o *Te Deum*. Disseram-nos, porém, que fora proferida com grande entusiasmo e gesticulação e que o orador se referiu a quase todas as nações estrangeiras, exceto à herética República dos Estados Unidos. Teve ainda tiradas laudatórias ao presidente da Província e ao arcebispo. Segundo o testemunho de pessoas que a ouviram, o ilustrado diocesano dormia a sono solto durante esta última parte! Entretanto, para que se não pretenda ver nisso uma falta de interesse, é preciso que se diga que, além de estar o dia excessivamente quente e a catedral apinhada, maior fora o cuidado em adornar o edifício com esplêndidos festões, que de proporcionar-lhe ventilação adequada. Em tais circunstâncias, a sonolência era quase irresistível! Entretanto, ali estava sua reverendíssima para celebrar com toda a pompa do ritual o *Te Deum Laudamus*, que terminou às 3 horas da tarde.

Nesse momento queimaram grande quantidade de foguetes, em frente à catedral, e tanto os canhões dos fortes como os dos navios de guerra salvaram demoradamente. Depois da cerimônia religiosa os festejos



Bahia

passaram a realizar-se no palácio do governo, a antiga residência dos vice-reis, onde teve lugar o cortejo. Toda a tropa aquartelada na cidade, cerca de dois mil e quinhentos homens, formou no Largo do Palácio e nas ruas do trajeto até a catedral. Estas, bem como todas as vias principais da cidade, estavam ornamentadas com colchas de damasco, pendentes das janelas, havendo nítida predominância das cores amarela e verde. De tudo quanto vimos nessa ocasião o que mais nos chamou a atenção foi a feérica iluminação da cidade, especialmente no passeio público.

Esse logradouro está situado no ponto mais amplo e mais alto da cidade. De um lado avista-se o mar, de outro a baía, e apenas uma leve grade de ferro protege o público à borda do enorme precipício que circunda o passeio. Quanto à ventilação, nem as baterias de Nova Iorque lhe podem ser comparadas, e a soberba eminência sobre a qual se assenta o passeio público dá-lhe indiscutível superioridade sobre aquela paragem norte-americana. O sítio destinado às baterias, nos Estados Unidos, é mais amplo e disposto com mais gosto. Todavia, a riqueza do arvoredo e das flores do passeio público da Bahia compensa fartamente as famas que possa ter nos pontos acima referidos. Aí, sob a densa folhagem verde-escuro das mangueiras, das majestosas umbelas de fruta-pão, dos cajueiros e de inúmeras outras espécies tropicais, ardiam cerca de nove mil combustores. A maioria deles estava colocada dentro de globos transparentes e construídos de forma a irradiar separadamente diversas cores do arco-íris e balouçar graciosamente ao sopro da brisa noturna que passava carregada do aroma das flores.

A placidez das noites de verão empresta-nos sempre, ao espírito, um certo encantamento; naquela cena, porém, havia algo diferente e peculiar. Não somente admirava o visitante a variedade e o cuidado com que foram distribuídas as luzes, mas, se elevasse os olhos para o firmamento, poderia contemplar o trabalho do Criador, mil vezes mais belo e hábil, dispondo caprichosamente o seu tesouro de constelações sobre o veludo azul-negro do céu meridional.

A riqueza, a elegância e a beleza das baianas jamais teve melhor oportunidade de se exibir que nessas noites memoráveis, ótima ocasião para divagações filosóficas sobre a natureza humana. Da infância irrequieta à velhice propecta, todas as idades, todas as classes e todos os caracteres



Negra baiana

encontravam-se ali representados. O soldado e o burguês, o comendador, o milionário e o escravo, todos unidos, irmanados pelo mesmo regozijo. E, talvez, olhos atilados não deixassem de perceber, esgueirando-se por entre a população, o criminoso desconfiado. Jamais se tinha visto tão grande número de senhoras abrilhantando, com sua presença, festejos públicos. Mães, filhas, esposas e irmãs, que raramente tinham permissão para se afastar dos restritos círculos domésticos, a não ser para ir à missa pela manhã, braços dados aos seus cavalheiros, desfilavam, admirando com indisfarçável encantamento a magia de tudo quanto as rodeava. As tranças escuras e ondulantes, os olhos macios e vivazes das lindas brasileiras, bem como o seu rosto às vezes bronzeado, sobressaem melhor quando livres dos chapéus modernos. Dificilmente qualquer imitação grotesca de modas estrangeiras poderá exceder ao encanto e a beleza dos graciosos refegos das mantilhas ou dos ricos *echarpes* que às vezes as substituem, enleados de maneira caprichosa sobre os chapéus altos, largos e ousados que usam as

baianas. Contudo, o forte de uma dama brasileira é o violão e as maviosas modinhas que cantam.

Além das alamedas e do cenário natural que apresenta, o passeio público ostenta dois outros motivos de especial atração. Um, é o monumento de mármore erigido para comemorar a visita de D. João à Bahia. Alentadas e eruditas inscrições em latim, explicando sua razão de ser, tinham sido moldadas em ouro maciço, para painéis laterais. Entretanto, mãos daninhas estragaram o precioso metal e empanaram a beleza da estrutura. Na ocasião de que nos ocupamos, cartazes iluminados, presos às partes salientes do monumento, ostentavam, em grandes letras brilhantes extravagâncias como estas:

1

“Entre as negras borrascas que negrejam
És o nosso Santelmo, ó Grande Pedro.”

2

“Mil vezes traga o sol,
O Natal do monarca brasileiro.
Pelas suas virtudes sobre o Trono
Assombre o mundo inteiro.”

3

“Pedro, esse nome Augusto,
Simboliza união, integridade
Prosperidade e ordem,
Paz, duração, grandeza e liberdade.”

4

“Salve ó 2 de dezembro majestoso,
Exulta ó pátria, salve o grande dia,
Sob os auspícios teus a liberdade
Floresce, passo a par com a monarquia.”

Em outro lugar, sobre uma eminência a cavaleiro do oceano e da baía construíram um pavilhão em estilo de templo grego. À frente dessa armação, sustentado pelas colunas principais, colocaram um grande retrato de Sua Majestade que naquele dia completava quatorze anos. Nos salões desse “palacete”, havia bandas de música cercadas por numerosas senhoras e pelos dignitários da província. O retrato do Imperador permaneceu coberto por uma cortina até o momento em que o presidente, chegando, puxou o dossel e ergueu repetidos vivas à sua Majestade, à Família Imperial, à nação brasileira e ao povo da Bahia; vivas esses que eram seguidos de ruidosas aclamações do povo enquanto que milhares de rojões riscavam o firmamento num ruidoso pipoquear.

No dia seguinte aproveitamo-nos de uma oportunidade que se nos oferecera para visitar as ilhas situadas dentro da baía. Haviam preparado, para a ocasião, um naviozinho de fundo chato, construído de ferro. Às dez horas da manhã, por ocasião da partida, havia a bordo cerca de cem pessoas. Muitos dos passageiros pareciam estrangeiros.

Além de brasileiros e portugueses havia ingleses, alemães e franceses; nem mesmo faltavam alguns norte-americanos. Cada um levava o seu farnel.

O dia estava lindo e o tempo o melhor que se podia desejar. Em primeiro lugar rumamos para Itaparica, e, rapidamente, vencemos as nove milhas que separam a cidade da ilha. Contornando a extremidade superior da Itaparica, chegamos ao porto principal e desembarcamos em canoas que enxameavam em torno da embarcação a vapor. Aí encontramos uma vila defendida por um forte, compreendendo duas igrejas e cerca de duzentas casinhas baixas. Foi para esse lugar que se transferiu o governo provincial, durante a revolução. Para aí, milhares de pessoas acorreram à procura de refúgio e segurança. E jamais se acreditaria que tanta gente pudesse viver em acomodações tão exíguas e por tempo tão longo quanto lá permaneceram os refugiados, se a necessidade e o receio da guerra a tanto os não tivesse obrigado. Depois de um passeio pelas ruas de Itaparica, escalamos uma eminência vizinha sobre a qual se haviam instalado as sentinelas legalistas e de onde pudemos descortinar esplêndida vista da Bahia e das diversas ilhas adjacentes.

Partimos novamente à uma hora da tarde, para tocar, logo depois, em Bom Jesus, uma ilhota situada ao sul da ilha dos Frades. Aí

encontramos a igreja matriz cercada de algumas moradias dispostas pela praia, ao acaso, sem ordem. Devido à premência do tempo e à escassez de canoas, não desembarcamos. Aqueles de nossos companheiros que conseguiram condução e foram a terra, trouxeram-nos interessantes notícias de seus habitantes. Um deles presenteou-nos com linda concha apanhada na praia. Isso nos fez lembrar que magníficas coleções de conchas, tanto marinhas como terrestres, já foram organizadas nas ilhas e praias dessa baía.

De regresso passamos junto a outras ilhas que, com seus vilarejos, nos pareceram extraordinariamente pitorescas. Quando o sol declinava, bordejamos o promontório do Bonfim e avistamos empolgante panorama da cidade.

Que poderá haver de mais lindo que essas longas fileiras coelantes de casas alvacentas, uma ao alto, outra à beira d'água – sempre separadas por uma larga faixa de vegetação verde-escuro, no meio da qual se distingue de vez em quando uma casinha branca. Em nenhum outro lugar, a uniformidade branca das paredes e o vermelho das telhas contrastam de maneira mais flagrante com a vegetação luxuriante que as circunda. Na verdade, poucas cidades podem apresentar uma visão de conjunto de maior beleza que a Bahia, a quem a observar de uma certa distância, do mar. Mesmo o Rio de Janeiro dificilmente lhe pode ser comparado. A capital do Império excede a Bahia pela infinita variedade de seus lindos subúrbios; todavia, não conseguiríamos apontar lugar algum que rivalizasse com o que na Bahia chamam o morro da Vitória. No Rio, os bairros se equivalem, apresentando, cada um deles, uma vantagem qualquer sobre o outro. Na Bahia, porém, as vantagens parecem-se concentrar todas num único bairro, de modo a não deixar dúvidas, ao estrangeiro, quanto à escolha da localização de sua residência. No morro da Vitória encontram-se os mais belos jardins da Bahia, as mais encantadoras alamedas e as mais vastas extensões de sombra. Aí se acham, também, as melhores casas, o melhor clima, a melhor água e a melhor sociedade. Muito contribuem para o aspecto romântico do local e para o seu interesse histórico as extensas muralhas de dois velhos fortes. Em suma, quem quiser se dar ao trabalho de procurar outro recanto que reúna maior número de belezas que o morro da Vitória terá que vaguear muito pela face da Terra. Entretanto, foi aí que

Henry Martin, numa parada acidental de sua viagem às Índias, há anos passados, suspirou estes versos repassados de nostalgia:

“O’er the gloomy hills of darkness,
Sit my soul, be Still and gaze.”

“Sobre as montanhas tristes e obumbradas
Minh’alma pouse, tácita, e contemple.”

Não é de se presumir que o aspecto moral do lugar tenha sofrido modificações profundas, de vez que nenhum motivo existe capaz de provocar tais alterações. Alinharemos, oportunamente, alguns fatos tendentes a ilustrar esse ponto, bem como a justificar a asserção de Martin: “Cruzes, há-as em abundância, mas quando prevalecerá a verdadeira doutrina da Cruz?”

Na quarta-feira, curiosa demonstração pirotécnica encerrou os festejos do grande aniversário nacional. O passeio público foi iluminado mais profundamente que nunca, e, nos jardins, contíguos ao Campo São Pedro, viam-se numerosas tochas e fogueiras. No centro da praça construíram uma plataforma sobre a qual expuseram novamente o retrato do Imperador, tendo o arcebispo auxiliado o presidente, no momento da cerimônia, a correr a cortina que o encerrava. A afluência de povo foi muitíssimo maior que nas noites anteriores. O tempo estava lindo e sereno. Todavia, nem a disposição nem a confecção dos fogos de artifício mereceu elogios. Apesar da aglomeração, os festejos, como nas noites anteriores, decorreram sem o menor incidente. Esta é, sem dúvida, uma ótima recomendação da disciplina popular. Nenhuma função assistimos, no Brasil, que fosse, de modo geral, mais interessante que esta. Foi indubitavelmente superior às festividades religiosas correntes. De fato, a mera circunstância de se tratar de uma comemoração cívica, sem o menor traço de religiosidade, basta para recomendá-la aos olhos dos que por várias vezes se chocaram ante a incompreensível mescla de solenidade e ridículo que muita gente julga essencial à “pompa e ao esplendor” das festas da Igreja.

.....

Capítulo IV

CEMITÉRIO NORTE-AMERICANO. – FÁBRICA DE IMAGENS. – ESTABELECIMENTO ECLESIAÍSTICO. – OS FRADES FRANCISCANOS. – IMAGENS MILAGROSAS. – PROMOÇÃO DE SANTO ANTÔNIO. – OS BENEDITINOS. – OS CARMELITAS. – CONVENTOS DE FREIRAS. – RECOLHIMENTOS. – OS CAPUCHINHOS. – AÇÃO MISSIONÁRIA. – COMENTÁRIOS DO ARCEBISPO. – EXAME DE LÓGICA. – ESTILO DE ARGUMENTAÇÃO. – VISITA A UM CONVENTO DE FREIRAS. – DIVULGAÇÃO DAS ESCRITURAS. – SERVIÇO RELIGIOSO. – TRÁFICO DE ESCRAVOS. – EXCURSÃO AO BONFIM.

A BAHIA é a única cidade brasileira onde existe um cemitério norte-americano. Sendo muito mais numerosa a colônia inglesa – e contando ainda com o auxílio financeiro de seu governo para diversos empreendimentos sociais e religiosos, tais como a construção de igrejas e a manutenção de capelães, em países estrangeiros, – mantém ela cemitérios em quase todas as cidades importantes do Império. Não somente os súditos britânicos se beneficiam dessa louvável atitude do governo inglês. Protes-tantes de todas as nacionalidades, especialmente cidadãos norte-americanos, devem grande soma de obrigações à colônia inglesa, pelo fato de freqüentemente facilitar, esta última, o enterramento de seus mortos. Não fora a cortesia dos ingleses, os nossos conterrâneos ver-se-iam embaraçados, principalmente em países essencialmente católicos, quando tivessem

que realizar funerais. O caso que a seguir relatamos demonstra a veracidade de nossa afirmativa. A subscrição angariada entre os nossos patrícios que passaram pela Bahia ou que lá residiram alguns anos, conquanto muito bem acolhida, rendeu apenas o suficiente para adquirir e preparar devidamente o limitado terreno destinado ao cemitério norte-americano. O governo dos Estados Unidos não devia deixar iniciativas dessa ordem inteiramente a cargo da generosidade pública. O cemitério a que nos referimos fica nas fraldas do morro da Vitória, do lado do mar. Eram ainda poucos os túmulos que ali se encontravam, e, em sua maioria, pertenciam a pessoas de nacionalidade diversa da nossa. Sobre eles o mato crescia livremente e o cemitério estava inteiramente em aberto.

Passando, certa manhã, pela cidade baixa, tivemos a atenção atraída pelas várias fábricas de imagens. Santos, crucifixos e toda a espécie de objetos litúrgicos do catolicismo eram expostos nas lojas, com tal profusão, como nunca víamos em outro lugar, indicando ser aí mais intenso que alhures o comércio de objetos sacros. Não é em vão que a Bahia desfruta a fama de ser o maior centro eclesiástico do Brasil. É também a sede do único arcebispado do Império. Seus templos excedem, tanto em número como em suntuosidade, os de qualquer outra cidade do país e é voz corrente no Brasil que os seus conventos têm mais frades e freiras que os de todo o resto da nação. Sendo assim, é oportuno estendermo-nos um pouco sobre a história religiosa da Bahia, já que para tanto o trabalho de Acióli nos fornece farto subsídio.

A introdução do catolicismo no Brasil foi obra quase exclusiva dos jesuítas, de cuja história nos ocuparemos em outro capítulo. Outras ordens religiosas, como, por exemplo, os franciscanos, os beneditinos, e as carmelitas, também se estabeleceram no país, eram bastante remotas. O bispado da Bahia foi criado já em 1557. Passados apenas cento e vinte e cinco anos, foi a diocese elevada à dignidade de metrópole com jurisdição sobre Pernambuco, Rio de Janeiro, São Tomás e Angola. Posteriormente, as outras dioceses brasileiras passaram para a jurisdição da metrópole, enquanto que as da África ficaram separadas.

Desde a sua elevação a arquidiocese, dezessete prelados ocuparam a mitra arcebisopal. Segundo reza o compêndio histórico que temos a mão, o quarto arcebispo da Bahia, D. João Franco de Oliveira, foi o

único que até hoje visitou as paróquias situadas nas margens do rio São Francisco. Esse arcebispo, ao contrário de seus colegas, preferiu as agruras inerentes ao cumprimento do dever, ao conforto da vida na capital. Nas paróquias mencionadas, crismou nada menos de quarenta mil pessoas. Por esse ato de abnegação e desprendimento, mereceu um voto de louvor do Concílio de Trento. O atual arcebispo, D. Romualdo de Seixas, natural do Pará, foi nomeado em 1826. Além de suas funções eclesiásticas, por diversas vezes tem feito parte da Câmara dos Deputados. Acióli assim se expressa a seu respeito: “seu talento, sua cultura e as altas qualidades que o exornam, colocam-no acima de qualquer elogio”. Os honorários do arcebispo são de dois contos e quatrocentos mil-réis. A despesa de toda a Cúria Metropolitana, incluindo os vencimentos de nove cônegos, dez capelães e vários outros assistentes e dignitários, monta a cerca de 11:500\$000. Esses, como outros gastos semelhantes, correm, por conta do Tesouro Imperial.

Entrar em semelhantes pormenores com relação às diversas ordens monásticas, seria trabalho penoso e inútil. Entretanto, apenas a título de curiosidade, faremos ligeiras referências a cada uma delas. Os frades franciscanos têm renda maior que os de qualquer outra ordem. De fato, sua receita orça por cerca de 20 contos que são despendidos com a manutenção de um hospital para irmãos indigentes e numa extravagante procissão que fazem na quarta-feira de cinzas. A capela do convento é bastante grande, e, até o ano de 1754, nela foram celebradas nada menos de 7.358 missas por ano. Houve tempo em que essa instituição chegou a ter perto de seiscentos frades; atualmente, porém, seu número é bastante reduzido. No momento, o que há de mais notável com relação a esse convento é a imagem de Santo Antônio de Argoim, cuja história, em resumo, é a seguinte:

Em 1595, partiu de França, sob o comando de alguns luteranos, uma frota cuja finalidade era conquistar a Bahia. Em caminho, porém, os protestantes atacaram Argoim, uma ilhota ao largo da costa d’África, pertencente aos portugueses, e, depois de praticar depredações de toda espécie, carregaram, entre outros objetos sagrados, uma imagem de Santo Antônio. Apenas prosseguiram viagem, forte tormenta os assaltou, causando-lhes a perda de várias embarcações. Os que escaparam à tempestade, foram atacados de peste, e, durante a calamidade, por acinte ao catolicismo,

atiraram a imagem ao mar, depois de talhada a cutiladas. O navio que a transportava entrou num porto de Sergipe e todos os que estavam a bordo foram feitos prisioneiros. Remetidos para a Bahia, o primeiro objeto que viram na praia foi a mesma imagem que tanto tinham maltratado! O mar devolveu-a para conforto dos infelizes. Um piedoso cidadão apanhou a imagem e colocou-a em sua capela particular; quando, porém, os franciscanos tiveram conhecimento do milagre, reclamaram-na e levaram-na em procissão solene para o convento. Tal fama granjeou o santo que o Rei D. Filipe determinou se organizasse uma grandiosa procissão para celebrar o acontecimento. E, por mais estranho que possa parecer, a popularidade fez para a imagem o que a hostilidade dos hereges não conseguiu. Seus amigos, os frades, envergonhados de sua aparência antiga e feia, puseram-na de lado para dar lugar a outra mais bonita e moderna que foi batizada com seu nome e acreditam ser a herdeira de suas virtudes. Assim apresentado aos baianos, Santo Antônio foi alistado como soldado, na fortaleza da barra que hoje tem o seu nome. Nessa qualidade recebeu o soldo com regularidade até que foi promovido a capitão pelo Governador Rodrigo Costa. A sua patente de promoção, que subsequenteemente recebeu a sanção real, merece ser traduzida. Diz o governador:

“Foi-me representado pela Câmara Municipal desta cidade, que, em 1645, a Câmara resolveu mandar dizer missas, todos os anos, ao glorioso Santo Antônio da Barra e que lhe fizeram a promessa de, se conseguisse a restauração de Pernambuco, mandar fazer sua imagem em prata e instituir uma procissão solene e festa no dia da restauração. Tudo isto consta dos Anais da Câmara; entretanto, restaurada a província de Pernambuco, depois de ter sofrido a opressão dos holandeses por vinte e quatro anos, a promessa jamais foi cumprida. Portanto, e também porque precisamos agora, mais que nunca, dos favores do dito santo, tanto devido às atuais guerras em Portugal como às que possam ocorrer na Bahia, a Câmara pediu-me, em atenção à dita promessa, que conferisse ao glorioso Santo Antônio a patente e o soldo de capitão da fortaleza onde até aqui ele apenas recebeu como soldado comum.

“Atendendo a esse pedido, e, sujeito à aprovação de el-Rei, por este instrumento nomeio o glorioso Santo Antônio para o posto de capitão da referida fortaleza e ordeno que o procurador do Convento

Franciscano seja autorizado a receber regularmente, em seu nome, o soldo de capitão.

“Rodrigo da Costa

“Bahia, 16 de julho de 1705.”

Ao que nos informa o Senhor Armitage, em seu livro, esse santo teve ainda outras promoções no Brasil. Em 1835, dizia aquele escritor: “No Rio de Janeiro, Santo Antônio ocupa até hoje o posto de coronel do exército e recebe seu soldo por intermédio de seus representantes terrestres, os frades franciscanos.”

Os beneditinos instalaram-se na Bahia em 1584. Jamais revelaram eficiência na catequese do íncola; entretanto, distinguiram-se sempre pela sua excelente moral e pelos seus hábitos de estudo. Essa ordem conseguiu acumular grandes cabedais, possuindo, atualmente, na Bahia, noventa e três propriedades além das que têm nas regiões vizinhas.

Em 1827, o Papa emitiu, a pedido, uma bula pela qual os beneditinos brasileiros se desligaram da ordem, em Portugal. Fortes dissensões surgiram entre os frades, no Rio de Janeiro, logo depois, quando das eleições destinadas à escolha do abade-geral. O legado do Vaticano tentou intervir, mas foi repellido, tendo surgido, do incidente, acrimoniosa controvérsia. Com o tempo, a ordem chegou quase a extinguir-se e a Assembléia Nacional esteve a ponto de confiscar-lhe os bens. Contudo, prevaleceu a política conservadora e o legislativo deu licença para a ordem receber noviços.

Alguns dos que foram admitidos em virtude da nova licença, tornaram-se pela sua indisciplina verdadeiros espinhos para os velhos religiosos. Pouco tempo depois o abade do convento, no Rio de Janeiro, foi obrigado a pedir auxílio à polícia para manter a ordem. Os beneditinos conservam, também, maravilhosa tradição a respeito de uma determinada imagem existente na capela de Nossa Senhora da Graça, erigida por Diogo Álvares, o *Caramuru*. Torna-se, porém, inútil ocupar a atenção do leitor, além do necessário, para dar idéia dessas superstições fradescas.

Os Carmelitas de Alparbatas e os Carmelitas Descalços tiveram a sua época na Bahia, mas, finalmente, se tornaram mais famosos pelas suas

querelas, pelas infrações às leis fiscais e à regra da ordem que os proibia de possuir haveres, que por suas boas obras ou destacadas virtudes. A última dessas ordens está agora praticamente extinta e o prédio do convento é ocupado pelo Seminário Episcopal. Os frades da Congregação de São Filipe Néri fundaram um hospício na praia, em 1756. Entretanto, não tendo havido sucessão, o edifício foi convertido em orfanato.

Houve tempo em que tanto os Agostinianos Descalços como os Esmoleres da Terra Santa tiveram estabelecimentos na Bahia. Todavia, os prédios que ocuparam foram adaptados para fins seculares. Também os dominicanos tentaram se estabelecer na cidade, mas não o conseguiram devido à oposição encontrada.

São os seguintes os conventos femininos da Bahia, por ordem de antigüidade:

- 1 – Convento de Santa Clara do Desterro;
- 2 – Convento de Nossa Senhora da Soledade;
- 3 – Convento de Nossa Senhora da Penha;
- 4 – Convento de Nossa Senhora das Mercês.

Além desses conventos, propriamente ditos, existem dois recolhimentos. O de São Raimundo, que foi fundado para receber apenas doze mulheres e outras tantas serviçais. As recolhidas, arrependidas dos erros do século, segregaram-se voluntariamente do mundo, impondo-se unicamente a obrigação de recitar, diariamente, pelas suas almas, três Salve-Rainhas. O outro está sob a invocação do Senhor Bom Jesus dos Perdões e admite 25 recolhidas além de algumas educandas. As reclusas são obrigadas a usar roupas escuras, de fazenda grosseira e a recitar, diariamente, em latim, o *Offício Parvo*.

Falta apenas citar os capuchinhos italianos, frades barbados, mendicantes, cujo aspecto desagradável e cujas maneiras impertinentes não devem passar despercebidos aos que passam pela Bahia. Estes religiosos nunca foram muito numerosos, conquanto se tenham instalado na província em época bem remota. Têm eles um hospício, ou pequeno convento, e, contígua, uma das capelas mais elegantes e custosas da cidade. Essa igreja é iluminada através de uma grande cúpula sobre o altar-mor. Os altares

laterais são encimados por enormes painéis ao invés de imagens. Por fora da nave existe uma ordem de colunas bem proporcionadas, que circunda toda a igreja. A pintura interna é toda branca, com leves decorações douradas, e, considerada em seu conjunto, a capela merece especial destaque em relação à maioria dos templos do país. Muitas capelas existem no Brasil, de mais amplas dimensões e de maior custo; poucas, porém, as que tenham obedecido com maior rigor às regras arquitetônicas e às normas do bom gosto. Desde as eras jesuíticas, esses capuchinhos têm sido os únicos religiosos, dentre os milhares de frades e clérigos seculares da diocese baiana, que, com alguma propriedade, podem ser considerados missionários.

No *Eco da Religião*, periódico publicado em Pernambuco, encontramos a seguinte apreciação, que sem dúvida será pouco elogiosa para o resto do clero brasileiro. “Os capuchinhos jamais constituíram motivo de escândalo para a religião. Foram sempre protótipos da modéstia e do fervor católico. Tanto na catequese, como nos exercícios piedosos e na administração do sacramento da penitência, eles sempre supriram a indolência, a negligência e a simonia dos outros clérigos, principalmente dos seculares (salvo honrosas exceções que, infelizmente, não são muitas). Enquanto os nossos velhos missionários capuchinhos de maneira tão edificante cumpriram os deveres de seu ministério sagrado; enquanto honraram o claustro com sua continência, o altar com seu fervor e as famílias com seus conselhos, outros frades repudiaram seus votos e abandonaram o sacerdócio. Enquanto que, no confessionário, os capuchinhos se revelam diligentes, e, enxugando as lágrimas aos penitentes, dão-lhes conselhos e consolação, os nossos padres (com pesar o dizemos) são freqüentemente uns gananciosos. Satisfeitos os seus apetites, entregam-se ao jogo, à maledicência e, finalmente, às contendas políticas. Enquanto, à noite, os capuchinhos se disciplinam no convento, os nossos reverendos passeiam pelas ruas, loquazes e dispostos a negociar, sem remorso, os sacramentos e os ofícios divinos, com quem melhor lhes pague.”

De vez em quando os frades fazem viagens pelo interior, e, ao que se afirma, operam prodígios no sentido de civilizar o povo. A fim de que o leitor possa ter idéia do trabalho por eles executado, traduziremos a seguir um relatório subscrito por dois deles, sobre a obra missionária desempenhada durante o ano em que visitamos a Bahia. Esse relato foi publi-

cado em diversas localidades brasileiras e elogiado pelo arcebispo e demais autoridades religiosas, como exemplo do mais extraordinário trabalho dessa natureza de que se tem notícia, nos tempos modernos. Foi escrito para agradecer o referido prelado, e, ao que parece, também por ordem dele, a fim de ofuscar, uma vez por todas, os feitos das missões protestantes.

“Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Arcebispo – De-sejando V. R^{ma} conhecer os pormenores de nossa recente missão à cidade de Cachoeira e à Vila de Santana; missão essa levada a efeito com aprovação de V. R^{ma}., tenho a honra de satisfazer, por meio deste, o desejo de V. R^{ma}. Deixamos a cidade a 7 de setembro e chegamos a Cachoeira no dia seguinte. A 12 demos início à nossa sagrada missão. Houve grande afluência; de fato foi tão grande a concorrência que, no dia da procissão da penitência, foi necessário pregar o sermão na porta da igreja. Foram inúmeras as confissões e apesar de ser grande o número de sacerdotes, ainda assim não nos foi possível atender a todos os que desejavam se purificar no banho vivificador da penitência. Muitos foram os escândalos sanados, os inimigos reconciliados e numerosas as provocações apaziguadas. Foi de cinquenta e cinco o número de pregões de casamento publicados. É verdade que deveriam ser mais abundantes, mas Deus sabe os motivos pelos quais não o foram*.

“No dia 21, terminamos nossa novena missionária com grande paz e sossego. No dia seguinte começamos a ministrar o sacramento da confirmação, e, em três dias, nada menos de mil oitocentos e quatro pessoas foram crismadas. A 25, partimos de Cachoeira, e, quando transportávamos as sagradas imagens para fora da cidade, enorme multidão, avaliada em cinco mil pessoas, aproximadamente, acompanhou-nos durante cerca de seis a oito quilômetros. Muito antes de chegarmos a Santana, encontramos outra multidão à espera das imagens, e, quando atingimos aquela vila, dia 26, fomos recebidos com grandes demonstrações de alegria e hospitalidade por todos, especialmente pelo vigário local.

* Por ocasião de uma outra missão, esses sacerdotes – ao que eles mesmos afirmam – uniram em matrimônio mais de quatrocentas pessoas, a maioria das quais vivia em estado de concubinato.

“Começamos nossos trabalhos missionários nessa localidade, no dia 29, data memorável, dedicada ao glorioso arcanjo São Miguel. Foi grande a afluência. As pessoas de maior destaque do lugar demonstraram profundo respeito e todos manifestaram verdadeira sede pela palavra de Deus. As confissões foram inúmeras. Os proclamas de casamento atingiram a perto de cem e os das paróquias vizinhas a cerca de duzentos. Todos estavam ansiosos por se desembaraçarem das malhas do pecado. Muitos foram absolvidos de suas faltas e realizaram-se vários casamentos. Em suma, deram mostras eloqüentes de fé e contrição.

“No dia 8 de outubro encerramos nossa sagrada missão com uma assistência calculada em doze mil pessoas. Durante três dias consecutivos administramos a confirmação a mil e quatrocentos fiéis. Assim terminou a nossa missão. Quando de volta a esta cidade, administramos o crisma a seiscentas e cinqüenta e sete pessoas, na capela da Feira da Conceição. Não podemos deixar de nos referir à bondade, à humildade e a afabilidade do povo que visitamos.

“Não temos palavras com que exprimir a grande veneração e o carinho com que fomos recebidos por toda parte. Os habitantes de Cachoeira e de Santana, tanto os de maior evidência como os mais obscuros, são humildes e cheios de zelo para com a nossa sagrada religião católica e todos se mostram prontos a ouvir a pregação e os conselhos dos missionários. Com esta minuciosa narrativa que oferecemos a V. Ex^a, beijamos o vosso sagrado anel.

“Ambrósio da Rocha e Cândido de Taggia

“Missionários Apostólicos, Capuchinhos.

“Ao Arcebispo da Bahia,

“Hospício de Nossa Senhora da Piedade,

“29 de outubro de 1839.”

Foi em resposta a essa comunicação que o arcebispo publicou uma carta na qual, não contente de fazer o mais caloroso elogio dos capuchinhos, atacou os protestantes num estilo em que fizeram bem triste figura tanto os seus sentimentos como inteligência.

Depois de acusar as sociedades bíblicas de lançar em circulação exemplares adulterados ou mutilados das escrituras e de afirmar que os missionários protestantes pouco ou nada fizeram pelo bem da humanidade, pôs-se a proclamar que os de sua Igreja saíam para suas missões “sem outra Bíblia que os seus breviários!”

Em sua carta fez também alusão ao nosso trabalho no Rio de Janeiro, dando-nos a entender que não tinha gostado muito da distribuição de folhetos que fizéramos em sua presença, no aniversário do Colégio da Emulação, todavia, se tivesse lido os folhetos, poderia ter-se furtado de fazer uma afirmativa que sabiam ser falsa todos os brasileiros que os leram, isto é, que “todas as palavras neles impressas eram blasfêmias contra a Igreja Católica Romana”. Nenhum dos folhetos que publicamos ou distribuimos no Brasil atacava a religião predominante no país. Em todos os casos, tais publicações limitavam-se a expor os deveres cristãos e a exortar o leitor à prática da religião pura. Naturalmente que o prelado não tinha motivos para se alarmar, a menos que receasse que a circulação dos mandamentos entre o povo o levasse a guardar o sábado e perder o entusiasmo pela adoração das imagens! É de se presumir, entretanto, que, ao invés de examinar os fatos, o arcebispo deu largas aos seus preconceitos ante a interpretação falseada de algum astuto.

A 12 de dezembro fomos ao Convento dos Carmelitas de Alpargatas assistir a um exame de lógica para o qual o povo fora convidado por meio de vistosos anúncios pela imprensa. O exame estava marcado para as nove horas da manhã, mas não pudemos lá chegar senão bem mais tarde, depois que os trabalhos já haviam sido inaugurados com um discurso de apresentação. Quando chegamos à frente do edifício, não encontramos ninguém que nos pudesse encaminhar até a sala da reunião. Dispusemos, portanto, a procurar o caminho, desajudados. Fomos seguindo uma faixa de folhas espalhadas pela escada, depois, ao longo de uma varanda, até que chegamos ao lugar que procurávamos, um amplo salão na parte posterior do edifício, onde encontramos ótima cadeira que parecia nos estar reservada. A ornamentação da sala consistia em panos encarnados, bordados a ouro e cerca de vinte retratos a óleo de carmelitas ilustres. Entre estes via-se uma cabeça do Papa Dionísio. Parte do assoalho estava coberta por um tapete, e, por tudo, folhas e flores em profusão.

No meio do salão, em frente à porta, sentava-se o padre mestre, diretor das cerimônias, que nos pareceu ser o abade do convento. De um lado, numa espécie de trono adrede preparado, estava o arcebispo, em suas vestimentas feminis, não de cor preta como as de outros clérigos, mas vermelhas e amarelas, sobre as quais trazia uma peça arrendada, ou paramento, que lembrava o *matinée* de uma velha.

Imediatamente à frente do reverendo prelado havia um espaço livre que se estendia até o meio do salão, flanqueado por bancos repletos de frades com os cabelos recentemente tosados e vestidos com correção. Contamos cerca de trinta carmelitas, que se distinguiam por um véu de seda ou mantilha caindo pelo pescoço e pelos ombros, à moda de poncho. Ao pé do púlpito, onde se instalara o dirigente, estavam sentados dois noviços aos quais denominavam “padres defendentes” e que, como se verá mais tarde, constituíam a razão de ser de toda aquela encenação. Defronte deles estavam sentados seis examinadores, sendo alguns clérigos e outros leigos. Na outra extremidade da sala achava-se uma banda de música à frente da qual ficavam os espectadores entre os quais se viam vários padres e numerosos negros. A banda tocava quando entramos. Terminada a música, o prior dirigiu-se a S. Ex^a o arcebispo, com profundas reverências e pediu-lhe que desse início aos exames. O prelado tomou a palavra e falou de sua cátedra. Disse de sua grande satisfação em tomar parte na brilhante solenidade, o que considerava verdadeira recompensa aos seus esforços em prol da instrução religiosa. Congratulou-se de maneira especial pelos progressos da Ordem dos Carmelitas (nesse momento todos os membros se levantaram e curvaram, em sinal de agradecimento). A seguir lamentou sua incapacidade para desempenhar as elevadas funções que então se lhe apresentavam, etc., etc.

Depois de um discurso de duração moderada, cheio de idéias sensatas, o arcebispo abriu um livro de textos, que quase todos os presentes também possuíam e fez algumas perguntas a um dos “defendentes”. Depois de ter discutido suficientemente a proposição que havia escolhido, deu-se por satisfeito e a banda executou mais uma peça.

O presidente chamou então outro examinador que imediatamente se pôs em pé e fez meia dúzia de reverências ao arcebispo, ao diretor da solenidade, aos frades de um lado e de outro, aos seus companheiros

de banca e ao público, em geral. A seguir sentou-se novamente e começou a sua arenga. A mesma etiqueta foi observada pelos examinadores seguintes. Cada um deles tinha um exórdio, já preparado, repleto de termos elogiosos, dirigidos aos outros, mas que se destinavam a eles mesmos. A idéia parecia consistir, não em se capacitar do preparo dos alunos, mas em fazer demonstração de seus próprios conhecimentos. Por conseguinte, os intervalos entre as perguntas eram de tal forma ocupados em explicações eruditas e sonoras que, pelo espaço de quase meia hora, apenas deram aos neófitos oportunidade de pronunciar uns poucos monossílabos. Poder-se-ia facilmente supor que os examinadores não passavam de candidatos ao cargo de argumentador-mor do convento. Quando qualquer deles conseguia confundir os examinandos, – o que parecia constituir seu principal objetivo, – o bom prior se dispunha a auxiliar os estudantes, de maneira que às vezes havia três ou quatro pessoas falando ao mesmo tempo. Os temas escolhidos seriam mais próprios para a era dos antigos escolásticos que para o nosso “século das luzes”. Os padres “defendentes” pareciam mais ou menos vivos e, ao nosso ver, saíram-se perfeitamente bem, dadas as circunstâncias em que se viram colocados. Vista de conjunto, a cerimônia constituiu, para nós, interessante novidade. A música contribuiu poderosamente para dissipar a sonolência que de vez em quando causavam as minuciosíssimas dissertações. Os trabalhos duraram cerca de quatro horas e deveriam ser recomeçados às três horas da tarde. Nós, porém, não tivemos curiosidade de voltar.

Bem diversa desta cena foi a entrevista que tivemos em um convento situado próximo à nossa residência. As freiras desse estabelecimento eram famosas pela habilidade com que faziam lindas flores de penas e deliciosas compotas. Costumava-se, portanto, ir ao convento adquirir esses artigos. Quem entrasse na capela, pela manhã ou à tarde, ouviria o canto monótono das freiras e veria, de vez em quando, o olhar suave de uma delas através da rótula do coro. Os altares e imagens dessa capela eram profusamente enfeitados com grandes flores de plumas que atestavam a habilidade das recolhidas. Pinturas antigas adornavam o teto, sendo que a mais destacada delas representava um anjo falando por uma trombeta:

“Adora a Senhora das Mercês.”

Certa manhã fomos até o convento como interprete de algumas senhoras que desejavam adquirir flores. Dissemos à porteira ao que íamos, por uma grande roda que, na maioria dos conventos, era exatamente igual à do Asilo dos Expostos, que já tivemos ocasião de descrever. A porteira indicou-nos uma freira que nos deixou ver o seu rosto através de uma abertura de vinte centímetros, praticada na porta e protegida por uma grade de prata. Essa religiosa mostrou-se bastante sociável. Aparentava cerca de vinte e cinco anos, era baixa e tão pálida quanto o permitiam as leves gotas de sangue africano que pareciam correr em suas veias. Demonstrou não lhe faltarem qualidades para vendedora, e, enquanto esperávamos que os artigos procurados passassem pela roda, essa freira comunicou-nos as seguintes informações. Havia vinte e cinco freiras no convento, além de algumas educandas. A vida das religiosas era muito agradável e a nossa informante a ela se afeiçoara bastante. Não tendo encontrado a qualidade de flores que procurávamos, a freira pediu-nos que deixássemos a encomenda e a procurássemos em determinado dia, que estaria pronta. Assim fizemos. Uma das senhoras que acompanhávamos manifestou desejo de visitar o interior do convento. Transmitimos à freira o pedido de nossa companheira e conseguimos a promessa de que ela e sua amiga poderiam entrar quando fossem buscar as flores, uma semana mais tarde.

No dia aprazado, as senhoras se prepararam para visitar o convento, ansiosas por conhecerem a disposição interna. Tendo chegado à hora marcada, encontramos aberta a porta através da qual se tinha realizado a entrevista da semana anterior. Nossa primeira suposição foi a de que aguardavam a nossa visita. Duas freiras idosas examinavam, à entrada, diversas mercadorias que lhes apresentavam alguns vendedores ambulantes. Transmitimos-lhes o recado das senhoras e as religiosas nos responderam que, olhando para dentro da porta, poderíamos ver tudo quanto nos seria permitido observar. Ninguém poderia cruzar aquele umbral sem licença especial do arcebispo. Lembramo-lhes a promessa da outra freira, mas elas nem sequer a isso deram atenção. As senhoras ficaram ainda mais desapontadas quando souberam que não haviam executado a encomenda de flores. As freiras se limitaram a observar: “A senhora nem levou as que tínhamos então, como pode querer mais?” Disseram, depois, que apenas uma das irmãs sabia fazê-las e que essa tinha estado doente. Entretanto, não tiveram

dúvida em nos prometer mais flores para o próximo domingo, se quiséssemos ir lá comprá-las. Diante dessa proposta, sentimo-nos na obrigação de lembrar-lhes a santidade do dia do Senhor e a incongruência que encerrava o fato de, religiosas profetas, nele se dedicarem a negócios terrenos. Frisamo-lhes, também, a necessidade de darem mais atenção às promessas que espontaneamente faziam, não faltando à palavra empenhada. Ao sair entregamos-lhes diversos folhetos em português, a propósito dos assuntos sobre os quais lhes havíamos chamado a atenção. Afirmaram-nos que teriam muito prazer em lê-los, e, por isso, deixamos com elas quantidade suficiente para toda a comunidade. Logo tivemos ocasião de ver que a leitura dessas publicações não se tinha confinado exclusivamente às recolhidas do convento. Na tarde do mesmo dia, um nosso amigo encontrou um frade que saía do convento trazendo nas mãos exemplares dos folhetos, que lia com profunda atenção, pela rua, a ponto de parar de vez em quando, como que para melhor compreender o que estava lendo. Pareceu ao meu amigo que o sacerdote ia a caminho do palácio do arcebispo, e, por isso, imaginou que logo fôssemos receber algum recado de Sua Reverendíssima. Tal, porém, não aconteceu, e, portanto, concluímos que, depois de examinar com cuidado os folhetos que distribuíamos, o prelado se capacitou de sua utilidade.

Distribuimos grande profusão de folhetos na Bahia. Essas publicações eram freqüentemente procuradas no depósito e sempre muito bem recebidas, a despeito de algumas furiosas denúncias do clero. Todas as bíblias que trouxéramos, juntamente com a remessa recebida pelo Rev. Sr. Parker, foram vendidas em nossa ausência, enquanto viajamos pelo Norte, sem que se conseguisse atender a todos os pedidos. O Novo Testamento não era tão procurado; mesmo assim, porém, dispusemos de todos os que havíamos trazido.

Durante a nossa última semana na Bahia, haviam disposto as coisas de maneira que dirigíssemos os serviços religiosos no próximo domingo e pregássemos a bordo de uma embarcação americana que então se achava no porto. Além dos marinheiros de outros navios, numerosas pessoas da cidade assistiram aos serviços a bordo. Todavia, o mau tempo reinante foi para nós um grande desapontamento. À hora aprazada caía pesada chuva e o mar estava tão agitado, mesmo dentro do porto, que



Um padre lendo um folheto

impossibilitava qualquer comunicação entre os navios e a terra. Sentimos imensamente ter perdido a oportunidade de pregar sobre Cristo crucificado, no porto de S. Salvador. Notamos que a assistência ao culto, em inglês, era excelente, na Bahia, comparada naturalmente, com a do Rio de Janeiro e de Pernambuco.

Há já alguns anos que o comércio baiano vem experimentando certa paralisação. De fato, jamais conseguiu readquirir o movimento que tinha antes da revolução de 1837. Uma das causas desse fenômeno temo-la no patrulhamento inglês que se acentuou em 1838, e, de então, para cá, vem constituindo sério entrave ao tráfico negreiro da costa da África, no qual a Bahia sempre teve grande interesse. Os efeitos dessa fiscalização marítima não se limitam ao número de presas feitas; são mais eficazes no sentido de evitar o embarque de escravos que de apreendê-los em trânsito.

O que geralmente não se sabe é que apesar dos acentuados esforços feitos no sentido de cerceá-lo, o grande esteio desse tráfico tem sido o próprio capital inglês. Essa é a verdade. Poucos navios negreiros foram armados sem largos créditos de casas britânicas, ante a só garantia dos prováveis lucros na venda de escravos; e não foi meramente por amor a algum princípio de solidariedade humana que tais créditos foram suspensos, mas pelos contínuos prejuízos que sobrevieram aos traficantes e os impediram de saldar seus compromissos. Foi assim que se defrontaram a filantropia e a ambição britânicas, e, por felicidade, a primeira, em grande parte, triunfou. Entretanto, o esfacelamento de comércio tão importante como se tornou o de escravos, refletiu fortemente na vida econômica da Bahia, não apenas devido ao número de pessoas que dele se ocupavam, mas, ainda, por causa do consumo que até então esse comércio proporcionava aos dois principais produtos da província: pinga e fumo.

A última excursão que na Bahia fizemos foi até o subúrbio do Bonfim. Em companhia de um amigo tomamos um saveiro – como lá são denominados os botes a remo – no qual dois vigorosos remadores nos transportaram rapidamente até Boa Viagem, defronte à igreja do Bonfim. As chuvas repentinas são comuns naquelas latitudes, e, mal tínhamos pôsto pé em terra, desabou pesada pancada. Abrigamo-nos sob o pórtico de uma casa à espera de que o aguaceiro amainasse, mas, como não houvesse esperança de melhora breve, saímos de qualquer maneira. Encontramos aberta a igreja de Bonfim, apesar de ser já quase noite. O edifício era de estilo moderno e apresentava um bom gosto bastante fora do comum. Ornamentavam-no numerosas telas e abundantes arabescos dourados. Na frente da igreja, cuja situação era encantadora, havia uma plataforma de pedra para as festas de Natal e de Ano Novo, época em que – da mesma forma que durante a estação estival – o bairro se torna o ponto preferido por todos. Há então grande procura de casas e até as mais humildes ficam atulhadas de gente da cidade que prazerosamente abandona suas residências para mudar de ares e gozar das delícias de uma casa de campo, condições essas que encontram reunidas à distância de três a seis quilômetros apenas. Continuando nosso passeio atingimos a rua principal do lugar que já é calçada e ostenta duas belas alas de casas perfeitamente uniformes em tamanho, estrutura e aparência, circunstância essa bastante rara no Brasil.

Subindo a ladeira, na extremidade do calçamento, passamos pelo Convento da Soledade e, daí por diante, pelas diversas praças e ruas que vão coleando para cima e para baixo da encosta, até que, finalmente, chegamos à nossa casa, em frente às Mercês, completamente molhados pela chuva incessante.



Nossa Senhora de Montserrat.

.....

Capítulo V

DE NOVO EM VIAGEM. – A PROVÍNCIA DE SERGIPE. – O RIO SÃO FRANCISCO. – PORTO DE MACEIÓ. – O POVO. – OS PRÉDIOS. – VESTIDOS. – EMPREGOS. – CEMITÉRIO. – COMÉRCIO. – PRELOS. – REVOLUÇÃO. – INSEGURANÇA DA VIDA. – INEFICIÊNCIA DAS LEIS. – FALTA DE JUSTIÇA. – MORAL E NECESSIDADES RELIGIOSAS. – A BÍBLIA EM MACEIÓ. – PALESTRAS A BORDO. – MEDALHA MILAGROSA.

NO dia marcado para deixarmos a Bahia, rumo ao norte, os passageiros começaram a se reunir a bordo às 5 horas da tarde. Dirigiu-se a nós, muito polidamente, um cavalheiro falando em francês e nos informou que havia tomado passagem com destino ao Pará, sua província de origem. Estivera nos Estados Unidos recentemente e mostrava-se encantado com o Brasil. “Ah”, disse ele “o que não seria o Pará se estivesse nas mãos dos norte-americanos.”

Logo que as nossas relações se estreitaram, esse cavalheiro nos apresentou um frade carmelita, seu primo, recentemente chegado de Portugal e que também se achava a caminho do Pará a fim de dirigir um convento pertencente à sua ordem. O nosso interlocutor era irmão do arcebispo e comendador da Ordem de Cristo, e, devido a certas irregularidades políticas, achara prudente ausentar-se do país por algum tempo. Tendo estado

nos Estados Unidos, passara pela Bahia, em viagem de regresso, a fim de visitar um irmão.

Além das pessoas já referidas, achava-se entre os passageiros um jovem brasileiro, sobrinho do presidente da Bahia e inspetor do tesouro provincial de Alagoas. Este, mais o nosso simpático coronel constituíam grupo bastante interessante. As autoridades locais quiseram dar uma demonstração de apreço aos garbosos oficiais, graças a cuja bravura a cidade fora libertada dos revoltosos, em 1838. Planejavam deixar o arsenal em escaleres e prestar suas homenagens no momento em que o navio desatracasse. Executaram, porém, muito lentamente a manobra e o nosso capitão, tendo levantado âncora discricionariamente, deixou para trás os manifestantes. Ao cair da noite já íamos bem adiantados em nossa rota, e, com vento soprando pela popa, viajamos tão rapidamente que no dia seguinte passamos defronte à costa de Sergipe.

Esta é uma das menores províncias do Brasil. Está situada entre 11°41' e 10°28' de latitude. O litoral é, no geral, baixo e irregular. Passando-se rente à costa, pode-se ver que a fimbria do continente termina em uma escarpa rochosa, de coloração avermelhada. Densa floresta cobre o solo, no qual só muito raramente se percebem indícios de cultura. A cerca de trinta quilômetros para o interior eleva-se a serra de Itabaia, modesta cadeia de pequenos morros onde florescem o pau-brasil e outras madeiras de lei. De vez em quando percebem-se aberturas na encosta das montanhas, por onde, ao que dizem, desliza a madeira destinada à exportação. Essa cadeia separa as florestas marítimas das planícies interiores. A província é parcamente habitada e não possui cidade alguma de vulto. A capital denomina-se S. Cristóvão, – de Cristóvão Barros sob cujo comando a região foi conquistada em 1590, por ordem do Rei Filipe II. O nome de Sergipe vem da denominação aborígine dada a um riacho que vem do interior. A parte oriental da província presta-se para o cultivo da cana-de-açúcar, do tabaco e de outros produtos agrícolas, enquanto que a parte ocidental é consagrada principalmente à criação de gado.

Sergipe mantém escassas relações comerciais – ou talvez nenhuma – com o estrangeiro. A Assembléia provincial reúne-se na capital, em determinada época do ano. Pelos relatórios de seus presidentes, vê-se que o povo é essencialmente ordeiro e patriota. De vez em quando, – um ou

outro delinqüente perturba o sossego geral, com relativa impunidade, devido à lentidão com que funciona o aparelhamento judiciário e ao péssimo estado das prisões. Em 1838, a província adquiriu um prelo para imprimir documentos oficiais. Existem também diversas escolas, mas não achamos quem nos fornecesse dados precisos sobre o ensino.

A província divide-se de Alagoas, ao norte, pelo rio São Francisco, o maior dos que desembocam no Atlântico, entre o Amazonas e o Prata. Este grande curso fluvial nasce em Minas e banha as províncias da Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. Desde a foz do rio das Velhas até a cachoeira de Paulo Afonso, numa distância de mil e seiscentos quilômetros, suas águas são navegáveis, apesar de que, dada a escassez de população e a falta de iniciativa, o rio é pouco aproveitado para esse fim. A cachoeira de Paulo Afonso, descrevem-na os que a contemplaram, como sendo uma catarata imensa em que o caudal se despenha, proporcionando espetáculo de proporções verdadeiramente impressionantes. De longe percebe-se o vapor d'água que dela se desprende. Assemelha-se ao fumo de uma batalha em plena floresta. Depois desse enorme salto, as águas só se tranqüilizam novamente já bem perto da foz. Antes, porém, numa extensão de mais de cento e vinte quilômetros, o rio se precipita, furioso, através de uma sucessão de corredeiras e de pequenas quedas que impossibilitam a navegação e impedem que se alimente a menor esperança de qualquer ligação artificial entre o tráfego de jusante e o de montante. Para cima da catarata, as águas do São Francisco se extravasam por várias léguas de cada lado, e, então, os habitantes das zonas ribeirinhas afluem para as montanhas e só se comunicam por meio de canoas. De tais inundações periódicas resultam, não só grande fertilidade para o solo, como a irrupção de febres devastadoras. Nessas regiões solitárias o naturalista encontra numerosos bandos de aves selvagens, além de animais e peixes de espécies raras.

Alagoas, imediatamente ao norte, é mais uma das pequenas províncias do Império. A denominação provém do lago, ou mais precisamente, da enseada onde se abriga sua velha capital, a cidade de Alagoas. O porto principal da província é Maceió, onde entramos após uma viagem de quarenta horas da Bahia. À medida que rumávamos para terra, na manhã que se seguiu à nossa segunda noite no mar, notamos que a costa é bastante plana, revelando, aqui uma praia arenosa, acolá escarpas de 25 a 30 metros

de elevação que, pela sua cor avermelhada, são conhecidas pela denominação de pedra vermelha. Chegamos tão próximo dessas rochas, a ponto de perceber a sua estratificação, lembrando fiadas sucessivas de tijolos.

Mesmo a mais bela das ilhas dos mares do Sul dificilmente apresentará aspecto mais pitoresco que o porto de Maceió. O ancoradouro é formado por um recife rochoso, visível apenas na maré vazante, que corre em linha reta, na direção norte-sul, por boa extensão da costa e parece fazer ângulo com alguma extremidade do litoral, ao norte. Desse mesmo ponto a praia se alarga terra adentro, em semicírculo. A areia tem aí a alvura da neve e parece ter sido branqueada pela espuma que as ondas atiram incessantemente sobre ela.

Um pouco atrás da linha d'água se eleva um único correr de casas brancas, sombreadas, aqui e acolá, por moitas de coqueiros majestosos, cujos frutos enormes, agrupados entre as palmas abundantes, lembram gemas engastadas entre as plumas de uma coroa real. Um pouco atrás, plantada sobre o flanco de uma colina, eleva-se a cidade, habitada por quase três mil almas.

Logo depois de ancorarmos, o nosso barco foi visitado pelas autoridades portuárias que para nós se dirigiram em dois botes oficiais. Logo mais desembarcamos com o capitão. Em todo o porto não existe um só desembarcadouro que preste. Quando o mar está agitado, a única maneira de embarcar ou desembarcar, sem se molhar, é conduzir o escaler até os pilares sobre os quais se assenta uma das alas de alfândega. A algumas dessas estacas pregaram sarrafos formando degraus, de maneira que por eles se pode subir com alguma segurança. Entretanto, sendo calma a manhã em que chegamos, escolhemos um bom ponto para desembarque, na praia. Ganhando a crista de uma onda mais forte, conseguimos levar o barco até o seco, e, quando a água voltou, saltamos na areia.

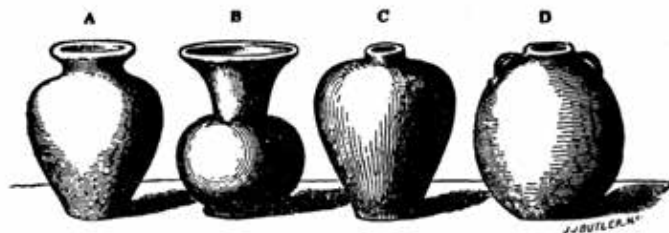
As primeiras pessoas que nos atraíram a atenção foram seis homens e mulheres de tez escura, à frente de uma cabana próxima. Um ou dois dos rapazes estavam deitados sobre a areia enquanto que outros se estendiam em paus roliços, como se tomassem banho de sol. As mulheres estavam sentadas ao pé deles, executando algum carinhoso mister em suas cabeças. Se essas mulheres se ocupavam em tatear acidentés frenológicos ou se entregavam a trabalho de natureza menos científica, não cuidamos

de indagar. Todavia, felicitamo-las, mentalmente, por terem elas diante de si todo um dia lindo para o desempenho de sua penosa tarefa. Percorremos toda a praia, e, finalmente, tomamos o caminho da cidade, passando sobre um pequeno braço de mar que nas marés baixas é franqueado por uma ponte rústica. Na enchente, a travessia é feita sobre jangadas.

A cidade de Maceió se resumia em uma única rua. Ostentava duas igrejas em lamentável estado de conservação e, ainda assim, duas outras estavam em vias de construção; não havia, porém, convento algum. Os outros prédios públicos dignos de nota eram: o teatro, o palácio do governo, alojamentos para soldados e o paço municipal. O teatro era externamente ornamentado com cruces e desenhos representando estrelas e círculos; nesses enfeites estavam instaladas arandelas para iluminação.

A despeito de vários motivos de interesse geral, o teatro estava inteiramente aberto, aparentemente abandonado e dando, um dos lados, a impressão de ter sido demolido para reforma ou caído em ruínas. Em grande parte, as casas de Maceió são construídas de taipa, e, com exceção de apenas uma ou duas, jamais excedem de um único pavimento.

À medida que se visitam as cidades brasileiras, pouca coisa se nos apresenta tão remarcadamente característica quanto os potes d'água que os negros levam sobre a cabeça. O estilo dessa vasilha, predominante em cada região, é todo peculiar. Damos a seguir uma ilustração dos diferentes tipos de jarros:



Potes

A. Rio de Janeiro B. São Paulo C. Bahia D. Maceió

Não constituía espetáculo lá muito edificante os grupos de crianças completamente nuas, pelas ruas; mesmo assim não pudemos deixar de nos divertir com um negrinho que corria de um lado para outro, orgulhoso de seu par de sapatos, a única peça de vestimenta – se assim se pode dizer – que tinha no corpo. Todavia, os sapatos constituíam sinal de alforria e por isso, tanto o garoto como seus pais, tinham, sem dúvida, motivo para se sentirem orgulhosos.

A indústria principal, que se notava ao passar pela cidade, era a fabricação de rendas. Nisso se ocupavam as senhoras de muitas casas, as quais, em geral, sentavam-se junto à porta e trabalhavam sobre uma almofada, ao colo. Através das janelas e portas escancaradas de algumas residências, podiam-se ver pessoas dormindo, no interior. Em uma ou duas delas, vimos casais jogando baralho despreocupadamente, enquanto nada parecia acontecer em torno deles a não ser a peraltagem das crianças. As casas de comércio eram destituídas de interesse. A tabuleta de quase todas elas consistia simplesmente numa espécie da mercadoria principal, por exemplo, um peixe salgado, um pedaço de carne-seca ou um pano espetado num pau projetando-se pela rua. Tendo divisado numa das lojas um caixeiro lendo, debruçado sobre o balcão, entramos para conversar um pouco. O livro que lia era *A Vida de Carlos Magno*. Demos-lhe alguns outros que ele nunca tinha visto e pelos quais se mostrou muito agradecido. Logo depois apareceu outro moço a quem fizemos menção de obsequiar de maneira idêntica, mas ele nos informou de que não sabia ler. Perto dessa casa haviam colocado, na rua, uma cadeira coberta com pano e, sobre este, uma imagem encerrada numa redoma. No momento em que passávamos, dois tropeiros do interior atravessaram a rua e vieram ajoelhar-se diante da imagem, beijando, devotamente, o vidro que a envolvia. Ao pé da santa estava sentado um negro velho com um xale sobre os ombros e uma bandeja na mão. Perguntando-lhe o que tinha naquele escrínio, respondeu ele: “Nossa Senhora do Rosário”. – “Que está fazendo ela?” – “Pedindo esmolas para a construção de uma igreja.” Prosseguimos a conversa por mais alguns minutos e o preto teve, então, ensejo de fazer profundos elogios às miraculosas virtudes da imagem que, a julgar pelo que víamos – não pelo que ouvíamos – pouca diferença tinha de uma boneca.

Depois de jantar em casa do vice-cônsul inglês a quem havíamos trazido carta de apresentação, saímos a percorrer a cidade, em companhia

de alguns cavalheiros e apreciar a vista dos arredores, de cima das elevações mais próximas. O morro que escalamos era de argila vermelha, parecida com a que vimos na orla marítima. Estava coberto de mato como todo e qualquer pedaço de chão que não fosse ocupado por construções, tanto na cidade como nas redondezas. Mostraram-nos um terreno exíguo e murado como sendo o cemitério dos ingleses e demais estrangeiros. O portão de madeira tinha apodrecido e caído aos pedaços, de forma que o campo-santo estava sempre aberto e desolado.

Muitas das casas situadas nas extremidades da cidade são de proporções insignificantes e cobertas com palmas de coqueiro. Vimos com desagrado jarras e copos expostos nas janelas, indicando que no interior dessas casas havia tabernas.

Os principais artigos de exportação da província de Alagoas são: açúcar, algodão, couros, pau-brasil e pau-rosa. O açúcar vem do interior acondicionado em grandes caixas que são transportadas em rústicos carros de bois tirados por três ou quatro juntas. O algodão vem em fardos de, aproximadamente, oitenta quilos cada um. Um cavalo pode carregar dois desses fardos, acomodados sobre uma cangalha. Os muares, como animais de carga, ainda não foram introduzidos nesta zona, conquanto se considere que seriam mais úteis que os cavalos. Ultimamente a grande maioria da produção da província tem sido exportada através da Bahia ou de Pernambuco. Antigamente os navios estrangeiros visitavam a província com mais freqüência e grande número de filhos de outras terras residiam na cidade.

Houve tempo em que se publicavam dois jornais em Maceió; todavia, sendo eles orientados por partidos políticos antagônicos, estavam sempre em polêmica. As ofensas recíprocas levaram logo seus redatores a vias de fato. Certa manhã encontraram derrubada a parede de taipa de uma das redações e as oficinas empasteladas. Pouco tempo depois idêntico destino tiveram as instalações do outro jornal, e assim foram destruídas as armas de combate de ambas as facções.

Em nossa primeira visita a Maceió, demoramo-nos quarenta e oito horas. Quando lá voltamos, quatro meses mais tarde, Notamos verdadeira revolução na cidade. Havia muito que se falava na transferência da capital de Alagoas para Maceió. A velha capital não tinha importância

comercial e sua população atingia quando muito a um milheiro, apesar de serem de melhor estilo e construção seus edifícios públicos e de ser ela preferida, como capital, pelo povo do interior.

Em outubro chegou uma ordem do governo imperial mandando que o tesouro da província se transferisse imediatamente de Alagoas para Maceió. O povo de Alagoas e de algumas localidades vizinhas tentou resistir à ordem. Reuniram-se cerca de mil e quinhentas pessoas, e, tomadas de estranho impulso, aprisionaram o presidente da província. Encerraram-no em seu palácio, sem alimentação, até que, finalmente, resolveram deportá-lo para evitar a reação das autoridades. Sua excelência foi simplesmente conduzido para bordo de um navio, no porto francês e despachado para a Bahia. Feito ao largo, o presidente reassumiu a sua autoridade e ordenou que o navio rumasse para Maceió, onde desembarcou em meio de grandes demonstrações de júbilo. Os cabeças do movimento tinham prometido aos seus asseclas que atacariam Maceió e lhes permitiriam o saque, caso fossem bem-sucedidos. Aconteceu, porém, que enquanto se desenrolavam tais acontecimentos o vice-presidente assumiu o governo e despachou emissários para Pernambuco de onde vieram imediatamente duzentos homens em armas. Quando a tropa chegou, os rebeldes se dispersaram sem derramar uma só gota de sangue.

Ao que se afirma, essa ameaça de revolução custou à província perto de cem contos de réis. Apesar de tudo, Maceió ficou sendo a capital e o povo convenceu-se de que em breve a cidade seria um grande centro. Os aluguéis foram elevados ao dobro na expectativa da grande procura de casas que certamente haveria por ocasião da próxima sessão da Assembléia provincial. Todos os ramos de comércio tomaram novo alento.

O discurso do Presidente da província, Senhor Manuel Felizardo de Sousa e Melo, pronunciado durante a sessão da Assembléia Legislativa de 1842, contém diversas passagens contristadoras com relação ao estado das populações do interior. E, lamentavelmente, tais afirmativas aplicam-se ainda a outras grandes regiões do Império. O trecho que se segue foi traduzido do tópico intitulado:

“TRANQUILIDADE PÚBLICA

“Desde a última sessão desta legislatura, nada houve que perturbasse a tranquilidade pública nem há, no momento, motivos para apreen-

sões, de vez que as querelas partidárias estão serenando e toda a província vai adotando idéias de ordem, amor e devoção à atual forma de governo. Ao mesmo tempo que nos enche de prazer somos forçados a dizer que, ainda há pouco tempo, numerosas vidas eram anualmente ceifadas pelo ódio, pela intriga e pela vingança.

“Ninguém se sentia seguro, principalmente nos sertões. A vida dos nossos concidadãos dependia simplesmente do arbítrio de algum assassino ou da riqueza e influência de seus amigos. Conheceis o estado lamentável a que chegou nossa província e a mudança que se operou nestes últimos meses. Tal melhoria foi devida, primeiramente, a uma força policial valente que conseguiu expulsar da província seiscentos e oito vagabundos e delinqüentes; em segundo lugar ao notável impulso que tomou a Guarda Nacional; e, finalmente, ao exemplo proporcionado por cinco execuções.

“Para não ferir vossa sensibilidade com a narrativa de numerosas atrocidades capazes de fazer a humanidade corar, ocupar-me-ei apenas de alguns casos dos mais notáveis, quer devido à posição da vítima, quer pelas circunstâncias extraordinárias que os envolveram.”

Entre os vários crimes que o presidente passa a descrever, tais como diversos assassinatos, inclusive o que praticou um clérigo, contam-se os seguintes:

“A Vila de Atalaia esteve, durante longo tempo, sob o domínio de dois rapazes estouvados que pretendiam fazer fortuna através de violências e desatinos. Conseguiram, por meios inconfessáveis, todos os cargos de importância que dependiam da vontade popular ou os confiaram a tipos miseráveis que, por lealdade ou covardia, não passavam de títeres seus. Puseram-se, então, a promover incêndios, matar criações, atirar contra casas repletas de mulheres e crianças e até mesmo arrancar criminosos da cadeia para assassiná-los quase que publicamente. Todas as questões cíveis ou criminais eram decididas a seu talante e nem mesmo casamentos se podiam celebrar sem a permissão desses aventureiros. Depois de várias tentativas infrutíferas, tais delinqüentes foram finalmente subjugados e destruídos os seus esconderijos.”

A fim de explicar a origem de tais atrocidades, o presidente comenta:

“Há ainda indivíduos que vivem constantemente cercados por verdadeiras maltas de criminosos, pelo que se tornam temidos pelo povo e

perigosos até mesmo às autoridades. Outros, de menos influência, erram sem residência fixa, mas constantemente armados e dispostos a cometer qualquer crime. Em geral a camada mais humilde da sociedade, onde seria razoável encontrar-se uma atividade contínua, persistente, entrega-se à mais completa ociosidade, já que consegue obter o necessário para viver sem muito esforço.

“Nas diferentes regiões da província que tivemos ocasião de percorrer, entramos inúmeras vezes em casas de fazenda cercadas de árvores frutíferas e que, no entanto, nada mais eram que antros cobertos de palha. Os moradores dessas miseráveis palhoças passavam o dia de cócoras, à porta, com uma faca e um bacamarte ao lado, dos quais raramente se serviam a não ser para caçar ou para fazer coisa ainda pior. Que se poderá esperar de tais hábitos de vida?

“A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

“Esta constitui a página mais negra dos relatórios de todos os presidentes provinciais, o que indica que outros, além de nós, têm de lutar contra os absorventes males decorrentes de uma completa falta de justiça e contra a delinqüência dos próprios indivíduos encarregados de administrá-la. Os nossos juízes de paz seguem a trilha costumeira, nada fazendo por absoluta indolência ou devido a um covarde retraimento, ou, ainda, o que é pior, praticando injustiças clamorosas quando instigados por paixões egoístas ou por pessoas influentes das redondezas.

As sessões do júri constituem verdadeiro jubileu para os criminosos. Sendo os jurados, no geral, indivíduos mal indicados, destituídos de conhecimentos gerais, incapazes de avaliar a importância de sua missão no júri, e, o que ainda é mais grave, sem nenhuma segurança pessoal, não se pode a eles confiar a administração da justiça e a punição dos culpados. Poucos são os réus, mesmo entre os mais desprezíveis, que não conseguem encontrar um protetor; e, os que têm o bafejo de algum poderoso, têm também a certeza da absolvição. Esse escândalo atingiu o seu ponto culminante.

“Na Vila de Anadia, onde por mais de três anos não havia sessão de júri, de trinta criminosos julgados, apenas um foi condenado; os demais foram declarados inocentes e vítimas de falsas acusações!

“Em outra localidade, onde, de ordinário, só vencendo grandes dificuldades se consegue reunir número suficiente de jurados, congregaram-se sessenta para uma sessão especial. Logo à primeira reunião absolveram todos os acusados e dispersaram.”

Depois de tais informações o leitor não poderá esperar notícias muito lisonjeiras a respeito da instrução pública nem dos sentimentos religiosos do povo. Existiam, em toda a província, trinta e nove escolas e mil quatrocentos e cinco alunos que recebiam instrução às expensas do governo. Além dessas, havia dezenove escolas particulares com trezentos e vinte e oito alunos.

Com respeito às igrejas da província, assim se exprimiu o presidente:

“Estão elas no pior estado que se possa imaginar. Muitas estão caindo aos pedaços ou já não têm mais aparência de templos nem inspiram o respeito devido à casa do Senhor. Em vista do estado de abandono em que se encontram as igrejas, não é possível desculpar os respectivos vigários. Se estes desempenhassem os seus importantes deveres e estimulassem os seus paroquianos, as nossas igrejas logo ostentariam o necessário esplendor e a religião retomaria o seu brilho natural.”

Sem dúvida, o estado social que o inteligente presidente de Alagoas descreve no documento do qual traduzimos os trechos acima, requer, para restaurá-lo, influência mais profunda da doutrina religiosa, da que porventura possa resultar mesmo do mais apurado esplendor externo. Precitaria da fiel pregação do Evangelho, da leitura em família e compreensão da palavra de Deus, como meio de enxotar as trevas morais e abrandar os corações empedernidos pela prática da violência e do crime. Em vista dessa premente necessidade, é com prazer que declaramos não termos poupado esforços, durante nossa estada em Maceió, em prol da divulgação da fé. Não só não encontramos oposição à nossa tarefa, como ainda vários foram os estímulos que recebemos.

Quando pela primeira vez fomos à praia, assaltados pela sede, após extensa caminhada, apeteceu-nos um pouco de água-de-coco, bebida simples e saudável. Indicaram-nos uma casinha muito simples bem posta, à sombra da vários coqueiros. Recebeu-nos à porta um português aparentando 50 anos. Com toda delicadeza nos fez entrar para esperarmos a che-

gada de um negro que devia subir ao coqueiro e apanhar os cocos. A casa era limpa e confortável, e, sobre a mesinha da sala de visita, viam-se dois ou três livros. Um deles pareceu-nos ser uma tradução portuguesa da Bíblia, editada pela Bristish Foreign Bible Society. O fato de se encontrar tal livro em lugar como esse revestia-se de singularidade e interesse. Manifestamos logo curiosidade pelo volume.

– “Que livro é este?”

– “É a Bíblia.”

– “Há quanto tempo o senhor há tem?”

– “Há oito ou nove anos”, respondeu-nos o português.

– “Como a conseguiu?” indagamos.

– “Deu-me certo marinheiro, na Bahia”, redargüiu nosso hospedeiro.

– “Parece que tem sido bastante manuseada.”

– “Oh! sim. Gosto muito de lê-la; é instrutiva e consoladora. Pena é que não a possa conservar em casa. Os vizinhos gostam de lê-la e tomam-na constantemente emprestada. Já a cedi para lugares bem distantes, em diversas direções; agora, porém, que está de novo em casa, acho que não a deixarei mais sair.”

– “Então, não há outros exemplares?”

– “Não que eu saiba, e muitas das pessoas que têm lido o meu, nunca tinham visto uma Bíblia em sua vida.”

– “Mas, se o senhor. tivesse outro exemplar novinho e limpo, não faria questão de emprestar o seu, pois não?”

– “Certamente que não.”

– “Nesse caso mandar-lhe-emos o que temos a bordo, para nosso uso.”

– “Ótimo.”

– “E com esse exemplar”, prosseguimos, “enviar-lhe-emos vários testamentos e publicações que o senhor poderá distribuir livremente entre os seus amigos, daqui ou de longe, que apreciam a leitura da Bíblia.”

– “Oh! ser-lhe-ei extremamente grato! Farei uma distribuição criteriosa, e, quando o senhor voltar, dar-lhe-ei uma lista das pessoas que receberam os preciosos livros.”

O leitor poderá perfeitamente imaginar que, depois de uma conversa assim, os cocos foram abertos com não pequena satisfação de ambas as partes.

Escolhemos entre os que não estavam bem maduros, porque neles a água (não o leite como erroneamente denominam) tem um sabor todo especial. Deve-se sorvê-la diretamente do coco. A polpa está, ainda, em estado de transição, muito tenra e destituída de fibras. Com um pouco de açúcar alvejado e umas gotas de caldo de lima, rivaliza-os com os mais finos refrescos.

Conforme nossa promessa, enviamos os livros ao português, e, quando de novo passamos por lá, soubemos que todos os exemplares haviam sido distribuídos. Foram muito procurados e disputados. Achamos ainda diversos pedidos para mais.

Também em Maceió encontramos dois ingleses que se prontificaram a nos auxiliar em nossa tarefa. Um deles morava havia muito tempo no país, e, tendo distribuído vários testamentos na Bahia, em anos anteriores, estava convicto da boa influência que a sua leitura causa ao espírito. A divulgação desses livros, – disse-nos ele – tinha o mérito de dissipar as idéias errôneas de muita gente com relação aos estrangeiros e protestantes, principalmente porque tais pessoas aprenderam a considerá-los todos irreligiosos.

Esse cavalheiro perdera sua esposa pouco tempo antes, uma senhora brasileira, deixando três filhinhos. Tinha o hábito de ler, aos domingos, orações e sermões, em família, exemplo digno de ser imitado por todos os protestantes que não residam próximo a uma casa de oração.

Todos os livros que deixamos ao cuidado desses cavalheiros foram distribuídos antes do nosso regresso, e um deles recebeu inúmeros pedidos para mais exemplares, dentre os quais um se destacava pelo seu caráter urgente, o do vigário.

Depois de deixarmos Maceió, e, enquanto residíamos em Pernambuco, recebemos carta de um cavalheiro que só mais tarde ficamos conhecendo. Era o então vice-presidente da sua província natal, tendo logo depois passado a ocupar a presidência. Cavalheiro culto e viajado, era dotado de idéias extremamente liberais e vistas largas, como se poderá ver pela tradução da carta em que pedia uma remessa dos livros sagrados, para seu uso próprio e distribuição.

“Maceió, 1º de agosto

Reverendo Sr.:

Sabendo que V. Rev.^{ma} está empenhado na nobre missão de divulgar as Sagradas Escrituras em nosso país, com a idéia de generalizar o conhecimento das sublimes verdades do Evangelho, tomo a liberdade de pedir-lhe o especial favor de me enviar alguns exemplares aos quais desde já prometo dar criteriosa aplicação, confiando-os a pessoas de minhas relações que saberão apreciar a leitura desse precioso livro, desse verdadeiro tesouro, desse sacrossanto legado de Nosso Senhor. Permita-lhe que lhe diga que os exemplares destinados à distribuição devem vir em língua portuguesa porque o povo deste país raramente entende outra. Quanto a mim, porém, gostaria de receber uma tradução alemã, por exemplo, a do grande reformador e fundador da Igreja Protestante, porquanto já tenho uma em francês, a do Ostervald, e assim terei oportunidade de analisar e comparar as diferentes traduções. Se lhe for possível remeter-me um exemplar em alemão, será esse mais um favor pelo qual espero ter oportunidade de lhe agradecer pois que, além de cumprir a missão religiosa em que está nobremente empenhado, V. Rev.^{ma} prestará especial favor ao seu atento e humilde criado.

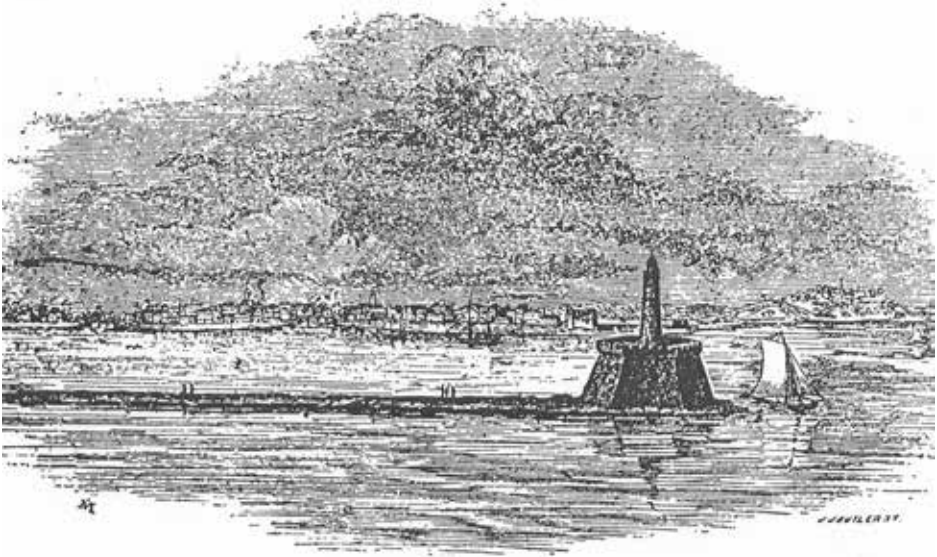
xxxx xxxxx.”

Aconteceu que estávamos justamente em condições de satisfazer o pedido desse cavalheiro. Quando voltamos, encontramos-lo ainda interessado nos resultados de nossos trabalhos e formulando os melhores votos de sucesso. Manifestou-nos o desejo de que fizéssemos à Assembléia provincial de Alagoas uma oferta de testamentos, tal como havíamos feito à da província de São Paulo, na esperança de que a mesma fosse prazerosamente aceita.

Voltando para bordo de nosso vapor, tivemos à mesa interessante palestra sobre diversos assuntos religiosos; os brasileiros referiram-se jocosamente a certas recomendações da Igreja Católica Romana. Não se cingiam à regra do jejum, nem mesmo durante a Quaresma, pois, a bordo, comiam tudo quanto lhes fosse servido, sem que os assaltassem escrúpulos de consciência. Não compreendiam por que se haveria de negar que os peixes tivessem carne, enquanto que o gado e as aves gozavam do privilégio de possuí-la.

A despeito da presença do velho frade carmelita, silencioso e circunspeto, a irreverente conversa foi passando da inconsistência dos costumes religiosos para a religião propriamente dita. Foi então que saltamos em defesa da religião pura e da seus transcendentais postulados, diante da palavra de Deus. O coronel veio em nosso apoio declarando que preferia obedecer aos preceitos de Deus a seguir os do clero. Disse mais que “não permitia que seus filhos se confessassem. Tinha uma filha de dezessete anos que nunca havia se confessado com um sacerdote e assim continuaria até a véspera de seu casamento. A grande maioria dos padres era tão imoral a ponto de, ao invés de cumprir suas obrigações religiosas, aproveitar-se da oportunidade de estar a sós com as moças para incutir-lhes no espírito idéias de que nunca deveriam elas ter conhecimento”. O Senhor Seixas disse que mandava os filhos se confessarem apenas uma vez por ano, depois dos sete anos de idade, e para isso encaminhava-os a um sacerdote de confiança. “Ah!” disse o coronel, “homem feliz é o senhor; encontrou um padre de confiança!” O Senhor Seixas era de parecer que “todos deviam seguir a religião de seus antepassados. E baseado nesse princípio, aceitava diversas práticas sobre as quais tinha idéias próprias”. Lembramos-lhe que, sendo assim, os judeus e os pagãos deviam continuar sempre rejeitando o cristianismo. Tivemos, então, ótima oportunidade de indagar a respeito dos capuchinhos da Bahia. O Senhor Seixas assegurou-nos de que eram verdadeiros apóstolos e tinham operado maravilhas civilizando os povos do recôncavo. Entre outros feitos meritórios, haviam distribuído alguns milhares de medalhas em comemoração à recente aparição miraculosa da Virgem Maria a certa freira. Essas medalhas, por sua vez, tinham operado inúmeros milagres, já curando doentes, já convertendo pecadores. Perguntamos-lhe, então: “o sr. tem fé nessas medalhas?” – “A mais completa”, respondeu ele. “Trago sempre uma delas comigo. Ponho-a sob o travesseiro, quando durmo e beijo-a todas as manhãs. Além disso vou levando algumas para a casa como o melhor presente que poderia fazer à minha família.” A fim de pôr termo às nossas dúvidas ele acrescentou: “Meu irmão, o arcebispo, não é nenhum fanático, ao contrário, é homem de grande saber; no entanto, tal é a fé que deposita nestas medalhas miraculosas, que traz uma delas constantemente ao pescoço, junto à cruz. O mesmo faz o bispo do Pará.” Demos-lhe a entender que uma demonstração de suas virtudes ser-

nos-ia muito mais interessante que a autoridade episcopal. Prometeu-nos o nosso interlocutor proporcionar-nos a demonstração pedida, na esperança de que a medalha operasse mais um prodígio e nos “levasse a abjurar nossa religião, convertendo-nos ao catolicismo”. Pedimos-lhe que não se esquecesse de sua promessa, mas ao mesmo tempo insurgimo-nos contra o abandono de nossa religião, a menos que ele pretendesse que abjurássemos ao próprio cristianismo. Diremos, entretanto, que recebemos a medalha oferecida. Guardamo-la cuidadosamente, sem, entretanto, pendurá-la ao pescoço ou beijá-la. Talvez seja por esse motivo, – ou por outro qualquer, – que até hoje não operou milagre algum.



Pernambuco

.....

Capítulo VI

PARTIDA DE MACEIÓ. – A REPÚBLICA DOS PALMARES. – ASPECTOS DE PERNAMBUCO E DE OLINDA. – DADOS ESTATÍSTICOS COM RELAÇÃO À PRIMEIRA. – SOBRADOS. – VISTA DO OBSERVATÓRIO. – O RECIFE. – DISTRITO DE SÃO PEDRO. – A PONTE. – OS NICHOS. – SANTO ANTÔNIO. – BOAVISTA. – OUTROS BAIRROS. – AS FESTAS.

SERIAM aproximadamente 10 horas de uma esplêndida manhã quando levantamos âncora e deixamos o porto de Maceió para continuar nossa viagem rumo ao norte. Conservamo-nos à vista do litoral durante o dia todo. A costa, nessa região, é baixa, apresenta notável uniformidade de aspecto e é recoberta por uma floresta densa e raquítica. Na costa alagoana existem vários portos de certa importância, tais como Porto das Pedras, Porto Calvo e Barra Grande.

Nos anos de 1882 e 1883, essa zona foi o teatro de prolongada guerra. A luta originou-se na província de Pernambuco e alastrou-se pela de Alagoas. Teve a feição de movimento civil com o fim ostensivo de restituir a coroa a D. Pedro I e é geralmente conhecida na história como a Guerra dos Cabanos. A região é ainda notável por ter sido teatro de numerosas

escaramuças sangrentas durante a Guerra dos Holandeses e também por se ter nela localizado a República dos Palmares. Com respeito à singular nação assim denominada, consultamos diversos autores brasileiros. Nenhum, porém, consigna relato mais interessante e claro que Southey. Os dados que se seguem foram extraídos principalmente de sua obra.

A cerca de cem quilômetros de Porto Calvo, em pleno sertão, havia uma região onde, desde os albores da história brasileira, se vinham refugiando numerosos negros egressos do cativeiro. O interior do país era, então, quase inteiramente desabitado e há quem afirme terem os negros escolhido esse local pela sua semelhança às plagas africanas de onde provinham. Dos milhares de escravos que o Brasil importou, muitos, com o correr do tempo, foram gravitando para esse esconderijo. Aí procriaram, e, ao seu número, novos desertores se foram constantemente agregando. Moravam em aldeias a que chamavam “mocambos”. Dizem que a maior delas abrigava seis mil negros. Compunha-se, esta, de três ruas cuja extensão só se cobria depois de meia hora de marcha. As cabanas eram coladas umas às outras e todas elas tinham seu jardim na parte posterior. A floresta fornecia frutas e caça. Contudo, os negros eram previdentes e laboriosos, pois cultivavam a terra e tinham sempre fartura de gêneros. Colhiam milho duas vezes por ano e celebravam ambas as colheitas com festividades que se prolongavam por toda uma semana. À guisa de religião, praticavam um simulacro de cristianismo cuja doutrina já lhes chegara de tal forma deturpada, que dificilmente conseguiriam eles, em sua ignorância, distanciá-la ainda mais do divino original. Tinham modalidades próprias de justiça e de culto.

Era hábito entre os negros reunir o povo à noite, em cada vila, a fim de se faltava alguém. Feito isso punham-se a dançar até altas horas. Tais divertimentos constituíam singular digressão de seus hábitos primitivos, pois, recolhendo-se tão tarde, dormiam até 9 ou 10 horas do dia seguinte. O trecho da floresta em que habitavam apresentava dois inconvenientes capitais: não dispunha de água na estação estival e não estava situado bem no interior. Entretanto, por algum tempo não lhes foi muito perigosa a proximidade dos portugueses. Tal circunstância facilitava a fuga de seus irmãos e lhes permitia as freqüentes surtidas depredatórias que parecem constituir o maior divertimento do homem em estado semibárbaro.

Às vezes os colonos os atacavam: caíam de surpresa sobre as turmas de aguadeiros ou talavam suas culturas. Os negros, por seu turno, levavam a destruição às aldeias dos povoadores lusos e causavam-lhes danos maiores que os que sofriam. Seus mocambos eram verdadeiros labirintos com os quais só eles estavam familiarizados e os fugitivos, que constantemente a eles iam se reunir, os informavam quanto aos pontos onde com mais vantagem poderiam atacar. Eram ferozes as guerras movidas pelos negros, salvo para os de sua cor. De acordo com a praxe entre eles estabelecida, recebiam os fugitivos em pé de igualdade e tratavam como escravos aos prisioneiros que faziam. Assim foi que durante mais de sessenta anos o país dos negros foi crescendo em força e em audácia. Não sendo atacados pelos portugueses, eles assumiam a ofensiva. Infestavam de preferência os distritos de Porto Calvo, Alagoas e Penedo; todavia, nem mesmo os lugares mais próximos à sede do governo escapavam às suas incursões. O número desses negros aumentava constantemente com os escravos que lá iam à procura de liberdade e com os foragidos da justiça. Comunidade assim constituída sentiria, por força, necessidade de obter mulheres, e, tal como os primitivos romanos, os palmares não tinham outra maneira de as conseguir senão à força. Quando executavam algum ataque, tinham sempre cuidado de roubar as negras e mulatas e os portugueses viam-se, freqüentemente, obrigados a pagar-lhes o resgate de suas mulheres e filhas, em armas, dinheiro e o mais que o inimigo lhes exigisse. O único relato existente de sua breve, porém memorável história, foi elaborado justamente pelo povo que os exterminou. Contudo, essa crônica faz justiça aos negros e não se pode compulsá-la sem que em nós desperte sentimentos de respeito pelo caráter dessa gente simples e de compaixão pelo seu destino. O governo era exercido por um chefe eletivo, escolhido pelo seu valor e senso de justiça, que permanecia no poder enquanto vivesse. Todos os indivíduos de experiência e reputação tinham acesso junto a ele, na qualidade de conselheiros. O chefe era obedecido com inteira lealdade, e, ao que se diz, jamais houve entre os negros conspirações ou lutas para conquista do poder. Talvez para isso contribuísse o sentimento religioso do povo, pois Zumbi – o título que davam ao Chefe – traduz a idéia de Deus, na língua de Angola. Conservavam a veneração da cruz, recitavam algumas orações mal lembradas e celebravam umas tantas cerimônias ei-

vadas de superstições provenientes da idolatria africana, ou inventadas em seu novo estado de liberdade.

Tinham magistrados e funcionários. O roubo, o adultério e o assassinio eram uniformemente punidos com a pena capital. Sofria idêntica penalidade o escravo que, depois de a eles se ter reunido, fosse apanhado tentando fugir. Os que eles capturavam eram considerados escravos e tratados com menos severidade, caso tentassem escapar. As pessoas mais destacadas de ambos os sexos vestiam-se com indumentárias roubadas aos portugueses. Por outro lado, mantinham comércio regular com certos pernambucanos, que, com o fito de enriquecer rapidamente, lhes forneciam, em flagrante desafio às leis, armas, munições e artigos de procedência europeia, em troca de produtos agrícolas ou ainda do ouro, da prata e do dinheiro que pilhavam em suas incursões. Eram escravos os agentes desse criminoso tráfico. Dupla estacada defensiva, construída das mais duras madeiras da floresta, fechava em círculo de oito ou nove quilômetros, uma população de mais de vinte mil almas. Essa fortificação era reforçada por numerosos baluartes. Só havia três saídas, abertas a distâncias regulares, cada uma com sua plataforma de defesa e todas sob a guarda constante dos melhores homens. O palácio do Zumbi era espaçoso e não destituído de certa magnificência, ainda que rústico. As habitações particulares eram cômodas e grandiosas à sua moda. Dentro da praça havia um lago repleto de peixes, além de diversos arroios. Entretanto, ao que parece, a água devia ser salobra porque os quilombos abriam poços, ou melhor, escavações rasas, a que denominavam cacimbas, cuja água, como o indica o nome, precisava ser filtrada para o consumo. Havia ainda dentro do cercado uma rocha muito alta que servia de mirante, de onde se avistavam algumas cidades e povoações pernambucanas. Porto Calvo era a mais próxima.

O lugar denominava-se Palmares, pela grande quantidade de coqueiros existente nas redondezas. Além dessa, que constituía a povoação principal, os negros contavam com outros aldeamentos menores. Nos mocambos, estacionavam homens escolhidos para guarda e defesa das plantações. As armas de guerra eram diversas e os guerreiros tismados eram tão hábeis no manejo do arco e flecha e da lança, como no da espada e do arcabuz.

Depois de muito sofrer com as depredações desses republicanos, em 1695, resolveram os portugueses exterminá-los. Para tanto, mobiliza-

ram um exército de quase dez mil homens que acampou junto às fortificações dos palmares. Providos de escadas, os atacantes tentaram escalar as obras de defesa, mas o resultado foi uma violentíssima reação a flechadas, água fervente, armas de fogo e mechas inflamadas, que rechaçou os agressores com pesadas perdas. Todavia, poucos dias depois, as reservas de pólvora dos quilombos estavam esgotadas. Não esperavam que fosse tão enérgico o ataque; contudo, mesmo que tivessem previsto toda a extensão do perigo, não teriam tido meios de conseguir, por meio do seu minguado comércio de contrabando, munição suficiente para tão vasta campanha. Por outro lado os portugueses não levaram artilharia, e, por isso, as suas arremetidas contra os portões e as tentativas de romper a paliçada foram facilmente contidas. Os agressores sofreram pesadas perdas no ataque, e, por isso, despacharam correios ao governador dizendo que sem canhões seria impossível forçar a praça.

A luta transformou-se, então, numa prova de resistência entre os adversários. Os negros começaram a experimentar falta de provisões e de armas de arremesso. Os portugueses também passavam privações e a esperança dos negros consistia em que, desesperados pela fome e pelas moléstias, os sitiados levantassem o cerco. Terrível foi, portanto, a sua decepção quando, de cima da rocha que lhes servia de miradouro, avistaram ao longe enorme comboio de provisões para o inimigo: grande quantidade de animais e veículos carregados de mantimentos, além de copiosa boiada.

Essa tremenda visão da realidade abateu-lhes os restos de esperança que ainda alimentavam. Parece que a fome lhes minou completamente as energias, pois quando os portugueses, reanimados pela chegada de provisões e pelo pequeno reforço que com elas lhes veio, renovaram o ataque contra as entradas da praça, pouca resistência encontraram. Três portas foram forçadas, e, vendo perdidas as suas hostes, Zumbi, seguido pelos mais resolutos de seus sequazes, subiu ao topo do penhasco e de lá se precipitou, preferindo a morte à escravidão. Pela coragem que revelaram, bem como pela causa que defendiam, talvez merecessem destino melhor esses negros briosos.

Para os vencidos, a sorte foi a mesma que nas desumanas guerras da Antiguidade. Foram tangidos como escravos os sobreviventes de todas as idades e de ambos os sexos. Uma quinta parte do número de homens foi

escolhida para a Coroa e os demais divididos entre os captores e seus lugartenentes. Todos os considerados capazes de fugir ou de tentar a restauração da liberdade coletiva foram remetidos para regiões distantes do país, ou para Portugal. As mulheres e crianças ficaram em Pernambuco, separadas para sempre de seus maridos e pais.

Às duas horas da madrugada que se seguiu à nossa partida de Maceió, passamos pelo farol de Pernambuco. À medida que nos aproximávamos, as luzes da cidade iam-se tornando cada vez mais visíveis. Ancoramos pelo lado de fora dos arrecifes, e, ao alvorecer, veio até nós um piloto que nos conduziu ao porto.

Vista do mar, a cidade de Pernambuco oferece aspecto singular. O terreno onde se assenta é plano e pouco acima do nível do mar. As casas alvacentas, construídas na praia parecem surgir do meio das ondas. Por outro lado, são tão altos esses prédios fronteiros, que impedem uma visão extensa da cidade. A vista de Pernambuco está intimamente ligada à de Olinda, situada numa pitoresca elevação a duas milhas ao norte. Foi a beleza da colina que arrancou de Duarte Coelho, o primeiro donatário da capitania, quando chegou à costa, em 1530, a entusiástica exclamação: “Oh! linda situação para se fundar uma vila!” Fundou-se de fato uma cidade sobre a elevação e a frase do donatário, em parte, imortalizou-se no seu nome.

Olinda foi a capital da província durante quase dois séculos. Conquanto invulgar, a beleza de sua situação não favorecia o comércio por ficar muito distante dos arrecifes que formam o único porto da região. Por isso, aos poucos foi-se agrupando nova povoação junto ao molhe natural, cujo nome tomou. Os habitantes de Olinda votam aos da nova aldeia o mais acerbo desprezo, apelidando-os “mascates”. Apesar de tudo, a conveniência acabou sobrepujando o romantismo e a aristocracia. A cidade do Recife passou a ser a capital e Olinda, mantendo ainda o orgulho de sua situação e passada grandeza, regrediu à insignificância de subúrbio de sua rival.

Pernambuco fica entre 8°6' de latitude sul e 35°1' de longitude oeste. Conta, atualmente, cerca de sessenta mil habitantes, dentre os quais cento e sessenta são franceses, cento e vinte e cinco ingleses e trezentos operários alemães contratados pelo governo provincial, que chegaram quando lá estávamos. O número de norte-americanos residentes em Pernambuco raramente excede de doze.

A cidade divide-se em três paróquias: São Pedro de Gonçalves ou Recife, Santo Antônio e Boavista. Tem dezessete igrejas e capelas, além da capela inglesa, de construção recente: dois mosteiros, três recolhimentos, seis hospitais, entre particulares e públicos, um teatro, o palácio do governo, a alfândega, a cadeia, arsenais de marinha e militar e três quartéis. Quanto à instrução pública, possui um liceu, duas escolas de latim e sete primárias. Dispõe ainda de três prelos que publicam dois jornais diários e três outros periódicos, editando, ainda, livros, de vez em quando. Suas ruas são iluminadas por trezentas e sessenta lâmpadas e em parte pavimentadas. Datam de tempos remotos as quatro fortalezas que defendem a cidade: o Forte do Picão, à extremidade do Recife, o Brum e o Buraco, nas praias arenosas, em direção a Olinda, e, finalmente, o das Cinco Pontas ou Pentágono, na face meridional da cidade.

Esta cidade ainda é freqüentemente chamada Recife, conquanto seja principalmente conhecida no estrangeiro pelo nome mais eufônico de Pernambuco, denominação da Província a que serve de capital. É a terceira do Brasil.

Tão logo a *São Sebastião* ancorou, saltamos a terra e procuramos o cônsul norte-americano, Senhor Joseph Ray, que não só nos recebeu com a maior fidalguia, como ainda insistiu para que aceitássemos hospedagem em sua residência, onde nos acolheu com a mais agasalhadora hospitalidade, durante a nossa permanência de dois meses em Pernambuco.

Muitas das casas do lugar apresentam estilo desconhecido no resto do Brasil. A do Senhor Ray ficava fronteira ao mar. Descrevê-la-emos como característica do estilo a que acima nos referimos. Tinha seis andares. O primeiro, ou térreo, denominado armazém, era ocupado pelos criados, à noite; o segundo, destinado aos escritórios, consulado, etc.; no terceiro e no quarto andares, ficavam as salas de recepção e outros aposentos; o quinto era reservado para os refeitórios, e, finalmente, o sexto, para cozinha. O leitor certamente perceberá a vantagem de estar a cozinha localizada no sótão, pois, assim, o resto da casa fica livre, não só da fumaça do fogão, como do eflúvio das panelas. A desvantagem, porém, está em que se torna necessário transportar para tão alto um sem-número de coisas pesadas. A água, por exemplo, na falta de qualquer aparelhamento apropriado para elevá-la, é carregada à cabeça dos negros, e é fácil de se perceber o risco de

inundação que correm os andares inferiores, caso um dos etíopes perca o equilíbrio. Acima do sexto andar e constituindo até certo ponto o sétimo, existe um magnífico mirante, envidraçado de todos os lados.

A vista que daí se descortinava era ampla e extremamente interessante. É esse, precisamente, o lugar que todo o estrangeiro deve procurar, indo ao Recife, para ter uma impressão exata da cidade e seus arredores. Olhando desse posto, o forasteiro contemplará com interesse a vasta baía de Pernambuco, insinuando-se por um recôncavo da costa, entre o promontório de Olinda e o cabo de Santo Agostinho, situado trinta milhas mais abaixo. A baía está quase sempre repleta de jangadas que, com suas largas velas latinas, emprestam à cena encanto todo especial. Além do movimento do porto, propriamente dito, vêem-se constantemente, passando ao largo, navios a caminho de destinos longínquos, uns rumando para o norte, outros para o sul. Nenhum porto tem mais fácil o acesso. Qualquer barco procedente da Índia ou do oceano Pacífico, ou ainda, em viagem de retorno aos seus portos de origem, quer sejam estes nos Estados Unidos ou na Europa, com pequeno desvio de sua rota podem tocar em Pernambuco. Além disso, têm a facilidade de ancorar no Lameirão, a parte externa do porto, e manter comunicações com a terra a fim de conseguir informações ou reabastecimentos, seguindo viagem logo depois, sem ter que arcar com as despesas portuárias. Essa é uma grande vantagem tanto para os navios baleeiros como para os barcos mercantes dos mares do Sul, que por esse motivo aí fazem ponto de preferência. Se, entretanto, os navios precisam carregar ou descarregar, têm que passar para dentro do Recife e submeter-se aos regulamentos do porto.

Os navios de guerra raramente permanecem por muito tempo em Pernambuco. Os de grande calado não podem franquear a barra, mas, os que o conseguem, são forçados a deixar toda a sua carga de explosivos depositada no forte, provavelmente devido ao perigo de acidente e à proximidade da cidade. Poucos os comandantes de belonaves que se conformam com essa exigência, e por outro lado a ancoragem no Lameirão não oferece condições de segurança. Os ventos fortíssimos que fustigam constantemente essa parte do porto, aliados à agitação do mar, partem, freqüentemente, até as mais fortes amarras. Essas razões bastam para explicar por que Pernambuco não se tornou base naval de importância, nem para

a Marinha brasileira, nem para a estrangeira. O ancoradouro dos barcos mercantes fica bem defronte ao mirante a que nos referimos acima; entretanto, é perto demais e excessivamente atulhado para oferecer aspecto interessante.

Vista a distância, Olinda atrai a atenção e a admiração de todos. Não se sabe que mais admirar nessa cidade construída sobre a colina, se o casario alvacento, pontilhado de igrejas, ou se a folhagem luxuriante que se insinua entre as construções, dando, a quem observa de longe, a impressão de que os prédios plantados na encosta do morro estão meio enterrados na verdura. A partir desse ponto, uma série de elevações se projeta para o interior, formando um recôncavo em semicírculo, semelhante ao da Bahia. Todo o espigão dessa pequena cadeia se apresenta recoberto de verdejantes florestas. De fato, desde o ponto mais longínquo que a vista alcança até a circunvizinhança da cidade, ao longo da extensa planície que abrange cerca de cinco sextas partes do arco imaginário, raramente se consegue perceber uma clareira apesar de populosa e cultivada a região. Numerosos prédios suburbanos ficam total ou parcialmente encobertos pelas frondosas palmeiras, mangueiras, cajueiros e outras árvores. O trecho engastado entre Recife e Olinda oferece acentuado contraste com a região que acabamos de descrever. É um banco de areia inteiramente estéril, formando estreita faixa praiana contra a qual se vão desfazer os vagalhões do oceano. Do lado da praia, a algumas dezenas de metros apenas e em sentido quase paralelo, corre um braço do Beberibe. Esse rio é navegável até Olinda e constitui a principal via de comunicação com aquela cidade.

A uma distância que oscila entre um quarto e metade de milha da praia, se desenvolve, dentro do mar, a muralha rochosa que se prolonga por quase toda a extensão da costa setentrional brasileira e à qual já tivemos ocasião de nos referir. Sua crista mal se vê nas marés altas em que as ondas, desfazendo-se contra ela, cobrem-na com imenso lençol branco de espumas. Na vazante o extenso dorso pedregoso fica seco e sua superfície regular, quase uniforme, lembra majestoso passeio construído em pleno oceano. Servindo-se de botes, é possível atingi-lo. Vê-se, então, que a sua largura orça entre 10 a 25 metros. As beiradas estão um tanto gastas e fraturadas, mas as paredes laterais se elevam perpendicularmente de grandes profundidades oceânicas. Externamente a rocha apresenta uma coloração castanho-escuro.

Todavia, quando partida, nota-se ser ela composta de uma pedra arenosa duríssima e de contextura amarelada, dentro da qual se encontram numerosos moluscos em estado de perfeita conservação. Nas cavidades trabalhadas pelas ondas, sobre a crista dos arrecifes, podem-se colher numerosas espécies de pequenas conchas marinhas. Em vários pontos, profundas fissuras sinuosas dilatam-se sobre a muralha; no geral, porém, sua superfície é bastante regular; muito mais que qualquer paredão construído pelo homem, depois de exposto, durante séculos, à fúria dos vagalhões. A abertura abrupta que dá passagem aos navios é pouco menos admirável que a proteção a eles proporcionada uma vez atrás do rochoso baluarte.

Além da extremidade norte da cidade, como se um corte artificial tivesse sido nela praticado, a rocha se abre, deixando livre uma passagem de dimensões suficientes para admitir navios com dezesseis pés de calado, na preamar. Todavia, para conduzir com segurança as embarcações através dessa abertura, torna-se necessário grande habilidade, porquanto, logo depois de franqueado o arrecife, é preciso imobilizar o barco com amarras e mantê-lo bem junto à muralha natural, a fim de evitar que encalhe. Perto dessa abertura, na extremidade do Recife, eleva-se um forte erigido pelos holandeses em tempos remotos. Seus alicerces foram admiravelmente construídos com longos blocos de pedra, vindos da Europa já aparelhados. Foram lançados no mar ao comprido e depois amarrados por meio de pesadas cintas de ferro. Da base das fortificações até o arrecife, corre uma parede de construção idêntica, que parece-me ter-se solidificado perfeitamente com uma crosta sedimentária petrificada. Esse fato fortalece a crença de que a rocha, no geral, assim como os escolhos coralíneos das ilhas do mar do Sul, crescem continuamente.

Em lugares como este, a imaginação não conhece limites. Nosso espírito volta-se naturalmente para os muros das cidades antigas que um dia foram poderosas e hoje se acham sepultadas sob a poeira. Fê-las a mão do homem, e, como ele mesmo, retornaram ao pó donde surgiram. Entretanto, aí está a muralha construída sem o concurso de mãos humanas, contra a qual as poderosas vagas do Atlântico, há séculos, vêm quebrando o ímpeto e cuja rocha cresce ao invés de diminuir. Sob a proteção desse molhe construído pelo Todo-Poderoso, o homem se abriga, com seus navios, contra a fúria dos elementos. Constitui ainda a longa muralha sólidos

alicerces sobre os quais a indústria humana se pode desenvolver, quase sem limites. Poderá talvez chegar o dia em que os arrecifes sustentem uma fileira de armazéns, senão de palácios!

O município de São Pedro a que freqüentemente chamam Recife não é grande. A maioria de seus edifícios é de aparência antiga; ostentam o velho estilo de arquitetura batava e muitos deles ainda têm gelosias. Estas eram comuns no Rio de Janeiro, quando da chegada de D. João VI. Temendo, porém, o monarca, que em alguma delas se escondesse um regicida, ordenou a demolição de todas, e por esse motivo raramente se vêem gelosias na metrópole, atualmente. A artéria principal do Recife chama-se Rua da Cruz. Em sua extremidade norte, próximo ao arsenal de Marinha, é ela bastante larga e imponente. Na outra ponta, porém, conquanto flanqueada por prédios altos, ela se torna bastante estreita, tal como as ruas que a cortam. Uma única ponte liga esta parte da cidade a Santo Antônio, um dos bairros principais. Essa ponte sobre o Beberibe é mais moderna que a descrita por viajantes anteriores e que tinha um correr de lojas de cada lado. Tendo sido esta destruída durante a revolução de 1824, foi refeita em estilo diverso. Não é coberta, mas tem, de ambos os lados, uma série de bancos onde grande número de pessoas se acomoda à noite, quando sai a gozar o frescor da brisa marítima. Do lado do mar os navios ancoram bem junto a ela sem que possam, contudo, passá-la, rio acima. Nas suas extremidades existem, ainda, arcos de tijolos, sem ligação alguma com a ponte e passando justamente por cima da rua que a ela conduz. Parece que o objetivo principal da construção desses arcos foi o de proporcionar lugar destacado para a colocação de nichos e imagens. Esses arcos são os remanescentes da velha ponte, e, naturalmente, só foram conservados devido à piedosa finalidade a que foram adaptados. O que fica do lado do Recife, chamam-no Capelinha de Nossa Senhora. O acesso dá-se por uma escada à direita; a seguir vem uma sacristia e uma pequena nave. Passando-se por baixo vê-se, através de uma larga janela, o altar ricamente ornamentado, sobre o qual está a imagem principal encimada por duas legendas em caracteres grandes:

ELECTRA UT SOL. PULCHRA UT LUA.
ANNO, 1785.

A passagem inferior é estreita, mesmo para um único veículo; mesmo assim, é tomada, durante o dia, por numerosas quitandeiras com seus tabuleiros, e, à noite, por vagabundos que ali vão dormir.

O arco do outro lado do rio também sustenta um nicho com imagens. Suas dimensões, porém, são bem menores e só é acessível com auxílio de escadas. Diante dessas imagens vêem-se velas acesas todas as noites. As colunas do arco estão cobertas de inscrições; entretanto, tão fraca é a pedra sobre que foram gravadas e tão mal decoradas as letras, que a única sentença legível era a seguinte:

Domine Salvum Fac Regem Nostrum.

Sendo as outras inscrições muito mais miúdas, dificilmente se consegue percebê-las sem cuidadoso exame.

Santo Antônio é o bairro mais bonito de Pernambuco. Lá se encontra o arsenal do Exército, defronte ao qual construíram, ainda há pouco, um cais à margem do rio. Junto à muralha, colocaram bancos pintados de verde, para o público. É muito agradável sentar-se aí pela manhã ou à noite, mas, durante o dia, na falta de árvores frondosas que interceptam os raios causticantes do sol, o calor é insuportável. As ruas principais desta parte da cidade, bem como o largo que fazem de mercado, são espaçosos e elegantes. A ponte que franqueia o outro rio é mais custosa que a que acabamos de descrever, conquanto não seja tão grande a profundidade da corrente. Na margem austral do rio, eleva-se a capela inglesa, em local bastante apropriado e interessante. Sua construção obedece ao estilo moderno. Aos domingos é muito freqüentada pelos membros da colônia, tanto pela manhã como à tarde. O bairro da Boavista é bastante grande e ocupado de preferência por prédios residenciais e casas de campo. Entretanto, alguns edifícios de vulto elevam-se junto ao rio, e, como quase todos os outros da cidade, em situação semelhante, destinam-se a fins comerciais. A não ser estes prédios, as casas são geralmente baixas, extensas e cercadas de jardins que aqui se denominam “sítios”. As ruas não são calçadas e estão comumente no pior estado de abandono possível.

Apesar da beleza natural e dos motivos que, num clima como este, impõe o maior asseio possível, algumas ruas e caminhos dos subúrbios podem rivalizar com a parte baixa da Bahia, em sujeira e mau cheiro. As estradas são também esburacadas devido às poças de água estagnada, e, durante a estação chuvosa, os pedestres são forçados a vadear verdadeiros charcos, se quiserem transitar. Mesmo quem anda a cavalo, às vezes dá graças

a Deus encontrar um passeio, ainda que meio inundado, por onde passar com segurança, sem expor à lama suas vestes. Esse estado de coisas é devido a uma censurável negligência e falta de iniciativa, pois o solo é arenoso e as condições locais são excelentes para se manterem secas as estradas.

Os subúrbios de Pernambuco, nesta direção, apresentam cenários variados e são extraordinariamente agradáveis, apesar do estado das ruas. Cada bairro tem um nome diferente e alguma coisa de interessante que o impõe à admiração de seus habitantes. Não nos sendo possível entrar em pormenores, devemos nos contentar em enumerar os lugares dos quais conservamos alguma recordação agradável.

Passando pela Boavista e tomando à direita, vai-se ao Mondego, à Soledade, ao Manguinho, à ponte do Uchoa e, mais além, deixando a margem do rio, a légua e meia de distância, ao vilarejo denominado Beberibe. Era no Manguinho que residia o reverendo Austin, pastor da congregação inglesa, no seio de cuja família passamos inúmeras horas agradáveis. Certa manhã, cavalgamos em sua companhia até à vila a que acabamos de nos referir e que, durante as guerras holandesas, desfrutou considerável importância. O caminho era arenoso, mas, em grande parte, bem sombreado. Os antigos casarões da vila estavam bastante malconservados e era insignificante o número de habitantes no lugar. Avistamo-nos com o juiz local e apresentamos-lhe com boa quantidade de publicações religiosas. Visitamos, também, na mesma direção, os lugares denominados Monteiro e Poço da Panela. Em outra manhã, dirigimo-nos para os lados da ponte da Madalena, na direção da Várzea. Depois de termos caminhado mais de uma légua, saímos em uma esplêndida estrada nova, margeada por esplêndidos canaviais e a cavaleiro de magnífico panorama. Em seguida entramos à direita, por uma estrada particular, e, depois de visitar o Engenho da Torre, atravessamos o rio, no lugar denominado ponte do Uchoa. Entretanto, não havendo ali ponte alguma, a passagem foi feita por meio de canoas, puxando-se os animais pelas rédeas e forçando-os a vadear a corrente ou nadar, conforme a profundidade.

As sebes, nas cercanias de Pernambuco, são parecidas com as do Rio de Janeiro, conquanto mais exuberantes. Muitas das casas são de construção dispendiosa e de apurado gosto. Mostraram-nos uma, cuja varanda estava repleta de estátuas. Sendo o proprietário rico mercador de escravos,

algum brincalhão galgou o alpendre – isso há alguns anos – e presenteou-lhe com um inesperado carregamento de negros, pintando de preto o rosto de todas as estátuas.

Madalena, à esquerda da Boavista, é outro bairro favorito da cidade. Para lá se vai por meio de esplêndida ponte de pedra. A legenda que abaixo reproduzimos, gravada na rocha de uma das colunas da extremidade, informa o viandante de que pode passar livremente, sem entretanto fazer menção a montarias ou carruagens:

Do Augusto, o poderoso braço.
Te franqueia um livre passo (*Sic*).

Residia nesse bairro o então presidente da província, Barão da Boavista e achavam-se em construção, por ocasião de nossa visita, diversas residências finas.

Esse bairro apresenta uma bela aparência e, pelo que nos informou um amigo brasileiro, em cuja companhia por ele passamos pela primeira vez, é realmente encantador aos feriados. “Feriados” no entender de muitos naturais do país são aqueles aos quais todos os outros dias estão subordinados. É pelo tempo das festas que a natureza produz as mais saborosas frutas e as mais lidas flores. Velhos e moços aguardam as festas com viva ansiedade. Humildes e abastados gastam, então, livremente. Os ricos estadeiam sua opulência e os pobres chegam, às vezes, a vender o seu último escravo – que aí se considera o mais indispensável de todos os haveres – para comprar roupa nova, adornos e doces para as festas. Conquanto tais festas ocorram freqüentemente em meio do ano, as do Natal são as mais animadas, nessa época todas as atividades se paralisam; por várias semanas. A coincidência dos feriados de Natal com o auge da estação cálida satisfaz tanto aos brasileiros, quando os naturais do hemisfério setentrional se agradam em tê-los justamente nos dias curtos do ano, passando-os junto à lareira ou entregando-se aos esportes de inverno. No Brasil, ao contrário, tudo na natureza parece convidar à inatividade e ao descanso. O povo aproveita, então, a oportunidade para fazer passeios e excursões ao campo.

.....

Capítulo VII

EXCURSÃO A SUAÇUNA. – LIMITES PRIMITIVOS DA PROVÍNCIA. – HISTÓRIA ANTIGA. – GUERRA HOLANDESA. – REVOLUÇÕES DE 1817 E 1824. – MANUEL CARVALHO. – CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR. – A PAZ E A PROSPERIDADE DE ULTIMAMENTE. – O 7 DE SETEMBRO.

CONSTITUIU para nós extraordinária vantagem termos levado cartas de apresentação a várias pessoas de destaque em Pernambuco, entre as quais o Senhor Francisco de Paula Cavalcanti d’Albuquerque, ex-Presidente da província e ex-Ministro do Império. A principesca residência desse cavalheiro ficava nas imediações da Boavista. As Casas de Pombal – denominação que dão ao sítio, em conjunto – são enormes, de aparência antiga e dominadas por uma torre que lembra o estilo dos velhos castelos feudais da Europa.

Chegando a Pombal fomos informados de que o ex-presidente da província estava passando uma temporada em sua propriedade, o Engenho Suaçuna, situado a cerca de quatro léguas. Um amigo se prontificou a nos acompanhar até lá. O dia marcado para o passeio amanheceu esplêndido.

Viajando a cavalo, saímos de Santo Antônio para o campo, deixando Boavista à direita. Esplêndida estrada aterrada, de construção recen-

te, acompanha, durante parte do percurso, a linha costeira, descortinando à esquerda magnífica vista da ilha das Nogueiras, ou como a chamam os ingleses, a ilha dos Coqueiros. A primeira povoação assenta-se junto à ponte dos Afogados que franqueia um largo rio de nome Tejipió. Não nos foi possível saber se a singular denominação dessa vila proveio da paróquia consagrada à Nossa Senhora da Paz dos Afogados ou se, ao contrário, foi a invocação da Virgem que se identificou ao nome do local. Duas hipóteses nos ocorreram sobre os possíveis motivos que teriam determinado essa denominação à ponte: ou se prenderia ela a afogamentos ocorridos em tempos imemoriais, ou, então, assim a chamaram apenas por franquear um ponto perigoso da corrente. À extremidade ocidental da ponte erguia-se o que o Senhor Southey chamaria um *idol house*, ou melhor, uma capelinha cujas dimensões não excediam de 1m80 por 1m20. Através da vidraça, ou pela porta, quando aberta, podia-se perceber uma pequena imagem vistosamente trajada sobre o altar.

No litoral, duas milhas além dos Afogados, ergue-se a vila da Boa Viagem, a qual, quando mais tarde visitamos, não tinha mais que oitenta ou cem casas. Nada mais eram estas que cabanas de pescadores espalhadas ao acaso dentro de um coqueiral. Elevada duna arenosa sobre a praia intercepta a vista marinha, mas ao mesmo tempo barra os fortes ventos oceânicos. No meio da aldeia há um mangue com diversas dezenas de metros de largura, que causa grande incômodo aos habitantes. Os mangueirais dessa região vicejam em solo que, depois de devidamente drenado, se torna excelente. Afastando-nos da costa, em nossa viagem para Suaçuna, notamos que o terreno se ia ondulando cada vez mais, numa seqüência de vales e montanhas, sem que, entretanto, se percebesse a menor diminuição na vegetação. Encontramos, freqüentemente, casinhas em ambas as margens da estrada. As dos engenhos eram velhas, arruinadas pela ação do tempo, e geralmente afastadas do caminho. As mais novas ficavam à beira da estrada, mas revelavam construção frágil, de barrote, cobertas com sapé. Nessas, era comum verem-se pessoas dormindo no interior e mulheres sentadas em esteiras, ao lado de fora, costurando ou fazendo renda. O amanho do solo difere em muito do sistema adotado nas regiões meridionais do Império. As terras altas são reservadas a pastagens e freqüentemente nos lembravam os cômoros revestidos de turfa, nos Estados Unidos, conquan-

to não apresentassem a superfície lisa que lhes proporciona o arado. Muito antes de divisar a casa senhorial do proprietário, avistamos os canaviais exuberantes de Suaçuna. Chegando à sede, situada ao fim de uma estrada cheia de curvas e, às vezes, quase intransitável, fomos recebidos com a gentileza característica dos fazendeiros. O Senhor Cavalcanti, atual Barão de Suaçuna, descende de antiga e poderosa família. Suas maneiras afáveis e seu caráter ilibado granjearam-lhe estima e posição de destaque entre os seus conterrâneos. Não obstante, jamais ter saído do Brasil, tinha idéias liberais com relação aos países estrangeiros, especialmente quanto ao governo e às instituições norte-americanas.

A propriedade de Suaçuna era grande e magnificamente cultivada. Nela labutavam cem negros. Além de sua produção de arroz e mandioca, calculava-se que a safra de cana – então quase no ponto de corte – renderia cerca de nove mil arrobas de açúcar. As construções agrupadas em torno da casa-grande davam a idéia de uma pequena aldeia. Na ala direita do prédio principal viam-se a serraria, o engenho e a destilaria. O maquinário dessas instalações era todo acionado à força hidráulica. À esquerda estendiam-se as senzalas, oficinas de ferreiro, de carpinteiros e paióis...

Tendo de voltar no mesmo dia, soubemos, com satisfação, que o barão nos acompanharia. Conduziu-nos por uma vereda particular que cortava os seus canaviais e os do vizinho, ao longo de cujo percurso hastes de mandioca e varas de cana ultrapassavam, orgulhosamente, nossas cabeças. Forçados a vadear diversos rios, os peões de S. Ex^a nos prestaram grande serviço, seguindo em nossa frente a fim de verificar a profundidade da água. Esse passeio foi duplamente interessante e agradável não só pela presença do Senhor Cavalcanti como ainda pelo encanto do cenário por que passávamos.

A primitiva capitania de Pernambuco estendia-se, ao sul, até o rio São Francisco e, nas demais direções, excedia o âmbito do território atual. A história desta região brasileira está repleta de incidentes. Já em 1530 os franceses se estabeleciam em seu litoral e entabulavam relações comerciais com os índios. Foram, porém, expulsos por Duarte Coelho, feito donatário de Pernambuco, em recompensa dos destacados serviços prestados na Índia. Por muitos anos os índios constituíram verdadeiro flagelo aos povoadores europeus.

Em 1595, o Recife foi assaltado e ocupado por James Lancaster, pirata inglês que comandava três navios armados para fins idênticos, conquanto mais discretos, que a expedição de Cavendish, cuja desastroso fim já era então conhecido.

O ano de 1629 marcou o início das guerras holandesas no litoral brasileiro. À narrativa das várias fases dessa longa luta pela posse da região o Senhor Southey consagra cerca de trezentas páginas de seu trabalho. Aqui, porém, seremos forçados a resumir em poucas linhas a notícia dessa pugna. O primeiro ataque batavo obedeceu a motivos puramente mercantis. Foi organizado e executado sob os auspícios da famosa Companhia das Índias Ocidentais. Bem sucedidos a princípio, os holandeses não se contentaram com saquear a população, resolveram, também, tomar posse da terra. Suas incursões encontraram, porém, enérgica resistência por parte dos portugueses e a guerra, em suas diferentes fases, estendeu-se por toda a costa, desde a Bahia até o Maranhão.

Em 1636, Maurício, Conde de Nassau, foi designado para comandar as tropas holandesas e governar o novo domínio. Sob sua orientação, importantes medidas foram postas em prática; construíram-se fortalezas, cidades e palácios, tendo-se também palmilhado a região, à cata de minas. O amanho da terra foi atacado com mão firme, e facilmente se pode imaginar o desenvolvimento que os operosos batavos seriam capazes de dar à região, caso a sorte da guerra não lhes tivesse sido adversa. Nas terras baixas, nos alagadiços e às margens dos rios que circundam a cidade de Pernambuco o desenvolvimento agrícola teria sido enorme.

Entretanto, os portugueses e brasileiros, sob as ordens de seus notáveis chefes, Camarão, Henrique Dias*, Souto e João Fernandes Vieira, atacaram os arraiais holandeses com tal constância e intensidade, que estes repetidas vezes se viram na contingência de reunir suas forças a fim de exterminar o inimigo. Entretanto, ou não conseguiam encontrar o adversário ou os esperava este em alguma emboscada, pronto, para lhes causar perdas maiores do que sofreriam se se deixassem ficar em suas fortalezas ou acampamentos. Finalmente, depois de vinte e quatro anos de guerras

(*) Filipe Camarão era indígena e Henrique Dias negro.

contínuas, os holandeses se viram em situação de não poder manter suas posições com maior eficiência que quando as conquistaram. A decisiva batalha dos Guararapes, estreita passagem numa serra, cerca de quatro léguas ao sul do Recife, foi-lhes desastrosa, e em 1654 capitularam, deixando o país para sempre.

Reassumindo os portugueses o governo, a história de Pernambuco identificou-se, por longo período, com a do resto da nação. Os ciúmes, as intrigas e disputas que se originaram das rivalidades entre os aristocratas de Olinda e os plebeus do Recife, por volta de 1710, pouca ou nenhuma relevância tiveram.

Depois de um período de tranqüilidade que se prolongou por século e meio, durante o qual o Brasil nem parecia sequer sonhar com libertar-se do jugo colonial, foi em Pernambuco que primeiro estalou a luta pela independência. Movimento mal organizado, que pouca atenção mereceu dos estudiosos tanto no Brasil como no estrangeiro; entretanto, é fora de dúvida que o episódio merece ser considerado precursor da revolução da Independência, irrompida poucos anos depois. Em lojas maçônicas discutiam-se os direitos dos povos. Do regime alimentar brasileiro, a farinha e os vinhos de procedência européia foram abolidos. Servia-se ostensivamente a mandioca, bem como outros produtos e frutas do país; erguiam-se brindes desafiando a tirania dos reis e ameaçando os lusitanos. Em 1817, os que informaram o governo desse movimento sedicioso já previam alterações da ordem. Entretanto, faltaram ao governador energia e coragem para evitar a irrupção da revolta.

Finalmente, a 5 de março, convocou ele um conselho, no qual se resolveu decretar a detenção de setenta pessoas, tidas como conspiradoras. Iniciadas as prisões, o terceiro indivíduo detido, um oficial do Exército, enterrou a espada no peito do general que lhe dera ordem de prisão. Esse primeiro ato sangrento constituiu o sinal da revolução. As Forças Armadas correram em favor dos rebeldes, e em pouco tempo ocuparam Santo Antônio. O governador refugiou-se na fortaleza de Brum e mandou destruir a ponte para segurança do Recife. Não conseguiu, porém, o seu intento, e logo aquela parte da cidade estava em poder dos revolucionários. Sua divisa era “Viva a pátria, mata os marinheiros”. Contudo, apesar desse lema sanguinário, usavam bandeira branca. Aproveitando-se do sucesso temporá-

rio, os rebeldes intimaram o governador a render-se e depois de sujeitar-se a uma capitulação humilhante foi este imediatamente remetido para o Rio de Janeiro. Organizou-se, então, um governo provisório, constituído de cinco membros, à cuja frente se achava um eclesiástico notável, de nome João Ribeiro. Essa junta governativa emitiu vários manifestos, convidando o povo a sacudir o jugo de uma corte corrupta e suntuária, onde tudo gravitava em torno dos interesses de seus favoritos e nada se fazia em benefício da nação. Prometeu um governo mais racional e menos dispendioso. O tratamento tradicional, “Vossa Mercê”, foi posto de lado por trescalar a servilismo. Em seu lugar usar-se-ia simplesmente “vós”. “Patriota” devia também substituir a palavra “senhor”.

As armas portuguesas não mais seriam adotadas como ornamento oficial, nem expostas à veneração pública as efígies reais. Instalou-se, pela primeira vez na província, um prelo. Depois de um mês, as coisas começaram a dar a impressão de estabilidade e prosperidade. Alagoas, que então era apenas um distrito de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte aderiram à coalizão e esperava-se que também o Ceará, o Maranhão e possivelmente a Bahia haveriam de a ela se reunir.

A realidade, porém, logo frustrou essas expectativas entusiásticas. Havia falta de armas e provisões, e, antes mesmo que pudessem conseguí-las, o Conde dos Arcos, Governador da Bahia, organizou um batalhão para atacar Pernambuco por terra, enquanto o governo central enviava uma armada para investir contra o porto. Assim foi que antes do fim de maio sufocou-se a revolução sem grande derramamento de sangue. Dois dos cabeças foram executados em praça pública e o Abade Ribeiro, infelizmente, suicidou-se. Para eterna vergonha dos portugueses, a cabeça desse homem, ainda sangrando, na ponta de uma lança, foi exibida pelas ruas da cidade.

Sete anos mais tarde, a Proclamação da Independência, por D. Pedro, encontrou eco imediato e sincero em Pernambuco. Os portugueses foram expulsos, sem auxílio de fora, sendo o governo constitucional instalado imediatamente e conduzido com sucesso. Essa circunstância deu novo alento ao espírito de liberdade que os pernambucanos acalentavam desde os gloriosos tempos em que os seus antepassados expulsaram os holandeses. Mostraram-se, logo, mal satisfeitos com a política de D. Pedro, chegando

mesmo a proclamar pelos periódicos locais que, a serem vassallos do Rio de Janeiro, bem poderiam ter continuado como colonos de Portugal.

Foi então que idealizaram a organização de uma república à parte, no Norte do Brasil. Encabeçava a associação fundada com esse fim, Manuel Carvalho Pais de Andrade, presidente eleito da Província. Pais de Andrade era moço, de temperamento ardente, insinuante e gozava de grande popularidade. Suspeito pela administração realista de professar idéias democráticas, o Imperador nomeou outro presidente que foi enviado da metrópole para substituí-lo. Os pernambucanos, porém, reunidos em assembléia, por três vezes se recusaram a reconhecer qualquer outra autoridade que não a eleita por eles.

Por isso foi o porto bloqueado durante três meses, mas com resultados nulos. A 20 de março de 1824, foi Carvalho inesperadamente detido, devido à defeção de dois subordinados seus. A guarnição do Forte Brum, onde o encarceraram, revoltou-se em seu favor. Todas as outras forças com exceção das que estavam diretamente ligadas à sua prisão aderiram à causa popular, e dentro de horas Carvalho havia sido reempossado na presidência e o batalhão insubmisso remetido para Barra Grande, pequeno porto na província de Alagoas. O bloqueio foi temporariamente suspenso.

Por algum tempo pareceu que o governo de Carvalho se integrara na política imperial. Entretanto, procurava ele organizar uma pequena força naval e apenas aguardava o momento propício para pôr em prática seus planos traidores. A essa altura publicou-se um manifesto imperial dizendo estar em preparação no Tejo uma esquadra destinada a tentar a invasão do Brasil, e, não estando o Governo Imperial em condições de proteger toda a costa brasileira, pelo menos por algum tempo os pernambucanos teriam que contar com seus próprios recursos para a defesa do seu litoral.

Carvalho e seus asseclas julgaram, então, chegado o momento de agir. A 2 de julho o presidente lançou proclamações denunciando D. Pedro como traidor, já que pretendia abandonar o Brasil aos portugueses, e concitando as diversas províncias do Norte a se desligarem do Governo Imperial, aderindo à chamada “Confederação do Equador”. As Forças Armadas tiveram ordem de prontidão e tomaram-se todas as medidas necessárias para a defesa da cidade. Grande parte do povo da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará declarou-se posteriormente em favor dessa

causa, mas o movimento não fora tão unânime quanto a princípio se esperava.

Iludidos pelo entusiasmo reinante na cidade de Pernambuco, os conspiradores alimentavam a esperança de que todo o país se levantasse, em armas, ante a sua palavra de ordem. Contudo, as populações do interior mostraram-se indiferentes a esses planos, e, por outro lado, estavam por demais habituadas à obediência incondicional que prestavam à coroa, para que uma tal idéia medrasse em seu seio.

Barreto, mais tarde feito Marquês do Recife, proprietário de grandes extensões territoriais junto ao cabo Santo Agostinho, tomou armas em favor do Império e as forças que haviam aprisionado Carvalho congregaram-se em torno de sua bandeira. Carvalho cercou as hostes de Barreto por terra, e ao mesmo tempo bloqueou-as por mar com pequena frota. Tudo isso, porém, sem grande resultado.

Logo que a notícia desses acontecimentos chegou ao Rio de Janeiro, tomaram-se medidas para deter os rebeldes. O direito de *habeas corpus*, garantido pela Constituição, foi suspenso em toda a província de Pernambuco. Novo presidente foi nomeado: um pernambucano. Sob o comando de Lorde Cochrane, organizou-se uma flotilha, a bordo da qual seguiu uma divisão de mil e duzentos homens às ordens do General Francisco de Lima. Essa força desembarcou em Maceió para auxiliar as tropas de Barreto, enquanto que a esquadra seguiu para o Norte a fim de bloquear o Recife. Esse brasileiro, que tantas vezes se distinguira pela sua energia e coragem em campanha, preferiu, desta feita, os meios suaves da diplomacia. Distribuiu proclamações afirmando sua convicção de que as dissensões que então agitavam o povo de Pernambuco tinham origem na interpretação errônea dos acontecimentos desenrolados no Rio de Janeiro e, por isso, oferecia seus préstimos na qualidade de mediador entre os insurretos e o Imperador. Chamou atenção para a situação confusa das repúblicas espanholas na América do Sul, e, finalmente, ameaçou apertar o bloqueio e impedir a navegação, afundando navios à entrada do porto, se a integridade do Império não fosse de novo reconhecida dentro de oito dias a contar da data de sua proclamação. Falhando inteiramente o recurso da ameaça, Lorde Cochrane valeu-se dos serviços da Senhora Graham, conhecida autora do *Diário de Viagem ao Brasil*, que chegara de Falmouth num

paquete inglês. Essa dama aceitou a missão de obter uma entrevista entre Cochrane e Carvalho a realizar-se a bordo de um brigue de guerra francês. Não a tendo conseguido, foi ela incumbida de negociar a paz; tudo, porém, em vão. Carvalho respondeu às consultas oferecendo ao almirante quatrocentos contos de réis para deixar a causa imperial e bandear-se aos republicanos. Cochrane recusou a oferta com indignação e rompeu definitivamente as negociações.

Cuidou, então, o almirante de aprestar uma escuna para bombardear a cidade e, ante o perigo eminente, o povo do Recife começou a retirar-se para o interior com seus haveres e escravos. Por volta da meia-noite de 28 de agosto a escuna iniciou o bombardeio. Entretanto, foram tão reduzidos os efeitos do ataque, que a embarcação logo se retirou. Navios maiores não ousavam aproximar-se da praia ou dos arrecifes. Foi por essa ocasião que se percebeu que o fundo rochoso do lameirão tinha arrancado todas as âncoras, menos a do navio capitânia. Nessas condições, o almirante se viu forçado a levantar o bloqueio.

Nesse ínterim, as tropas do General Lima conseguiram fazer junção com as de Barreto. Ainda assim as forças republicanas eram em maior número. Sendo, porém, muito inferior em disciplina e tendo falhado quase completamente a cooperação entusiástica com que contavam, não conseguiram se opor de maneira eficaz às forças invasoras. Depois de uma série de escaramuças, cujos resultados favoreceram invariavelmente as armas imperiais, o General Lima entrou, finalmente, em Pernambuco, a 11 de setembro.

Vendo perdida sua causa, Carvalho fugiu na calada da noite e abrigou-se a bordo da corveta inglesa *Tweed*.

“As tropas imperiais esperavam surpreendê-lo em sua fazenda Santana, a duas léguas da capital. Não o conseguiram, porém. Chegando àquela propriedade, as forças legais apenas encontraram a progenitora de Carvalho entregue às suas devoções. A capela particular estava profusamente iluminada e, pode-se registrar como traço de acentuado sentimento patriótico o fato de, por mais de seis meses, ter ela acendido velas a Nossa Senhora da Conceição, suplicando incessantemente pelo sucesso da causa que seu filho abraçara.”

Apenas três dos implicados nessa insurreição foram posteriormente executados: Ratcliff, Metrowich e Loureiro, indivíduos sem grande

projeção e cuja culpabilidade era duvidosa. Tornava-se, porém, necessário que assim se fizesse, para servir de exemplo e aviso a quem quer que se dispusesse a restaurar os planos da “Confederação do Equador”.

Carvalho ausentou-se do país até que os ânimos serenassem e quando de regresso à pátria foi eleito senador do Império, cargo que ainda hoje conserva.

Logo após a abdicação do Imperador, em 1831, a pacífica província de Pernambuco foi de novo agitada por uma revolta militar. A 14 de setembro cerca de mil homens se apossaram da cidade, pilhando-a. A 16 do mesmo mês o povo reuniu-se, e, auxiliado por moradores das regiões adjacentes, marchou sobre a cidade e expulsou os insurretos.

Novamente em janeiro de 1835, cerca de duzentos homens das vizinhanças, unidos à facção dos cabanos – anteriormente referida – atacaram a cidade, sem objetivo definido, mas foram prontamente subjugados pelo enérgico presidente. Ultimamente, em 1842, tramava-se uma conspiração contra o governo, mas o Barão da Boavista, então presidente da província, soube da intentona com tempo de evitá-la e prender oito ou dez dos conspiradores.

Felizmente, nenhuma dessas desordens recentes teve duração ou magnitude suficiente para sustar a prosperidade de Pernambuco. Poucas províncias do Império progrediram mais ou revelaram maior lealdade ao Governo Central. Entretanto, há grande diferença entre o espírito de iniciativa e a inteligência que tão nitidamente evidencia o povo da cidade de Pernambuco e a condição das populações de grande parte do interior da província. A instrução pública está ainda na infância e os meios de comunicação se acham em condição talvez inferior. Em 1839, a província contratou grande número de operários alemães para trabalhar, de preferência, na construção de estradas e pontes. Entretanto, devido à idéia que então prevalecia com relação ao trabalho livre e à maneira pela qual eram por isso tratados os alemães – pois viam-se freqüentemente ridicularizados e acoimados de escravos brancos – a situação dessa gente se tornou bastante desagradável.

O Palácio do Governo, em Pernambuco, está instalado no antigo Colégio dos Jesuítas, cuja primitiva finalidade foi assim grandemente desviada. Até há pouco tempo a capela era reservada para fins religiosos, mas, passando por ela em um de nossos passeios matinais, percebemos

que havia operários ocupados em remover os ornatos dourados a fim de a transformar em sala de cortejo.

Passamos no Recife o dia 7 de setembro, data em que se comemora a passagem do aniversário da Independência brasileira. O Palácio do Governo foi franqueado ao público num beija-mão para o qual foram convidados os cônsules estrangeiros e outras pessoas de destaque, a fim de emprestar maior pompa e brilho às cerimônias. Houve também parada militar. Nessa ocasião nos convencemos de vez de que as comemorações cívicas não visam à melhoria do espírito público nem de sua moral. O que todos desejam é ver e serem vistos. Não se fazem discursos, não se lê a Proclamação da Independência, nem se faz coisa alguma – mesmo durante os mais importantes festejos nacionais – que possa instruir o povo com relação aos princípios da liberdade civil.

.....

Capítulo VIII

SITUAÇÃO RELIGIOSA. – IGREJA DE SÃO JOSÉ. – FESTAS. – NOVENAS. – SEBASTIANISTAS. – O REINO ENCANTADO DO PIANCÓ. – MATANÇA DE INOCENTES. – FANATISMO. – A BÍBLIA EM PERNAMBUCO. – ZELO DE UM PADRE EM SUA DISTRIBUIÇÃO. – PASSAGEM FLUVIAL PARA OLINDA. – CONDIÇÃO E ASPECTO DESSA CIDADE. – JARDIM BOTÂNICO. – DECADÊNCIA DOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS. – PANORAMA. – SUGESTÕES MELANCÓLICAS. – ACADEMIA DE DIREITO. – A CADEIA E O PALÁCIO.



QUANTO ao estado religioso, a província de Pernambuco não difere em muito das demais regiões do Império. Seus mosteiros estão, atualmente, quase abandonados, neles residindo poucos frades. O Hospício dos Barbadinhos, ou capuchinhos italianos, foi convertido em recolhimento para enjeitados. Nenhuma das igrejas se sobressai pela beleza ou pela suntuosidade de sua arquitetura. A de Nossa Senhora da Conceição dos Militares é notável por um único painel, pintado em uma de suas paredes, representando a batalha dos Guararapes e comemorando a vitória alcançada sobre os holandeses heréticos.

Para que o leitor tenha idéia da disposição das sedes paroquiais, passaremos a relatar nossa visita à igreja de São José, situada junto ao Forte das Cinco Pontas. Saímos certa manhã bem cedo a fim de examinar o que com certa propriedade chamavam as ruínas do Forte Pentagonal e, de regresso, passamos pela mencionada igreja. Somente a sacristia estava aberta, mas o sacristão – um velho mulato bastante sociável –, desejoso de nos mostrar o

templo de que cuidava, nos fez entrar por uma porta lateral. O edifício era simples, mas de aparência sóbria e teto alto. O espaço compreendido pela nave achava-se inteiramente vazio e destituído de mobiliário de qualquer espécie. Os únicos objetos a nos atraírem a atenção eram as imagens: cinco, ao todo. A de São José, ou melhor, como o velho sacristão lhe chamava, o “dono da casa”, ocupava o altar-mor, na extremidade fronteira à porta principal. As demais alinhavam-se dos lados, na seguinte ordem, indicativa da hierarquia:

- 2 – Nossa Senhora do Bom Parto;
- 3 – Nossa Senhora das Mercês;
- 4 – Nosso Senhor Bom Jesus;
- 5 – Nosso Senhor Jesus Preso.

Em retribuição à gentileza que nos prestou o sacristão, mostrando-nos a igreja, pusemos-lhe nas mãos os folhetos intitulados “O Domingo” e “As despedidas de um viajante”, com os quais se mostrou tão satisfeito quanto com a honra de nos acompanhar em nossa visita.

Pelo que pudemos observar em Pernambuco, parece que os “festejadores” se entregam às festas religiosas com mais devoção que no Rio de Janeiro. Certa noite, acompanhados de alguns amigos, entramos numa igreja onde se cantava uma novena por ocasião das festas de Santa



Jangadas à entrada de Pernambuco

Ana “Mãe da Mãe de Deus”. A música estava a cargo de um coro, junto à orquestra, ao qual o sacerdote, em pé defronte ao altar-mor, respondia em litania. O corpo da igreja estava repleto de senhoras, algumas das quais acompanhavam os cânticos. Confessamos com franqueza que pouco da melodia conseguimos perceber, em meio à dissonância reinante.

Muito mais interesse nos despertou a multidão estacionada defronte à capela do Convento Carmelita, quando, na noite seguinte, voltamos de uma excursão pelo campo. Cerca de cento e vinte pessoas acotovelvavam-se na plataforma embandeirada, umas ajoelhadas, outras em pé, cantando uma novena à frente da imagem da Virgem que para eles olhava de um nicho embutido na fachada. As senhoras formavam a parte externa do grupo e, no meio, alguns rapazes cantavam em coro. Não havia outra iluminação que a do plenilúnio, emprestando particular encanto à cena, enquanto as vozes se elevavam na calada da noite.

Pouco antes de visitarmos Pernambuco, deram-se lamentáveis ocorrências no interior da província, evidenciando que o fanatismo, nas suas piores modalidades, não se restringe aos países protestantes. É possível que os fatos que passaremos a narrar, extraídos de documentos oficiais, não encontrem símile nem na história, nem na mitologia. Para que o leitor possa compreendê-los bem, lembraremos que ainda existe em Portugal e até certo ponto, também no Brasil, uma seita denominada dos Sebastianistas. O dogma fundamental dessa seita é que D. Sebastião, Rei de Portugal, que em 1577 empreendera uma expedição contra os mouros, na África, da qual jamais voltou, vive ainda e algum dia reaparecerá na Terra. Número sem conta de profecias, sonhos e interpretações de fatos maravilhosos confirmam essa crença e, divulgados com a sanção do clero, muita gente os aceita sem vacilação. Nem tem faltado, em períodos diversos, quem se proponha a cumprir as profecias, fazendo-se passar pelo verdadeiro D. Sebastião.

Contudo, o ponto principal da crença é que o rei voltará, vivo ainda, sem jamais ter morrido. Os portugueses esperam o seu reaparecimento em Lisboa, mas os brasileiros acham mais natural que ele venha ter, em primeiro lugar, à sua cidade de São Sebastião.

Entretanto, certo espertalhão sem escrúpulos, de nome João Antônio, instalou-se em recanto afastado da província de Pernambuco, próximo a Piancó, Comarca de Flores, à espera da volta de D. Sebastião.

O local em questão estava situado dentro de uma floresta onde havia duas cavernas. A isso o impostor chamou de reino encantado, próximo a se desencantar, quando então D. Sebastião apareceria à frente de um exército, coberto de glória e poder para dar a riqueza e a felicidade a todos que, na expectativa de seu regresso, se associassem ao tal João Antônio.

Como era de esperar, o fanático logo conseguiu prosélitos que dentro em pouco se convenceram de que o reino imaginário só se desencantaria quando regado com o sangue de uma centena de crianças inocentes! Na falta de crianças, homens e mulheres deveriam ser imolados. As vítimas, porém, ressuscitariam depois de alguns dias e entrariam na posse de enormes riquezas. Ao que parece o profeta não teve coragem para levar a cabo seu plano sanguinário, mas delegou poderes a um de seus asseclas, chamado João Fernandes, que tomando o título de “sua santidade”, pôs um ramo verde sobre a cabeça e obrigou seus fiéis a lhe beijarem os pés, sob pena de morte. Depois de numerosas cenas por demais horríveis para serem aqui reproduzidas, começou ele a matança de seres humanos. Cada chefe de família era obrigado a oferecer um ou dois de seus filhos. Em vão as crianças choravam e suplicavam que as não matassem. Os pais desnaturados respondiam-lhes: “não, meu filho, não há remédio” e ofereciam os inocentes, à força. No curto espaço de dois dias João Antônio havia assim assassinado, a frio, vinte e um adultos e vinte crianças, quando um irmão do profeta, invejoso de “sua santidade”, assassinou-o e tomou seu lugar. Foi então que alguém conseguiu fugir e comunicar às autoridades a horrível tragédia.

Enviou-se força ao local, mas os enfatuados sebastianistas nada temiam e pregavam aos seus apaniguados que, se fossem atacados, seria esse o sinal da restauração do reino, a ressurreição dos mortos e a destruição de seus inimigos. Portanto, quando perceberam a aproximação da tropa, atiraram-se contra ela desafiando-a, matando cinco dos que vinham em seu socorro e ferindo outros, antes que pudessem ser subjulgados. Entretanto, não se renderam enquanto vinte e nove fanáticos, entre os quais três mulheres, não foram mortos. As esposas, vendo seus maridos morrerem a seus pés, não procuravam fugir, antes gritavam “chegou o tempo; viva, viva, é chegado o tempo!!!” Dos que sobreviveram, poucos fugiram para o mato, os demais se deixaram aprisionar. Verificou-se, depois, que as vítimas desse

horrível fanatismo nem ao menos enterravam os corpos de seus filhos e parentes mortos, tão certos estavam elas de sua ressurreição imediata.

Verificamos que já se havia tentado disseminar as escrituras em Pernambuco, anteriormente. Em 1823, um norte-americano distribuiu gratuitamente cerca de cinquenta testamentos, em português. Em 1833, certo inglês recebeu pequena consignação de bíblias. Para se poupar ao trabalho de distribuí-las, esse indivíduo deixou o caixão aberto na alfândega,



Pedro de Araújo Lima, Visconde de Olinda

para quem quisesse levar os volumes à vontade. Tal era, porém, a indiferença do povo pelo assunto, que se passou muito tempo antes que os livros sagrados fossem assim retirados. Em 1836, o Rev. A. trouxe cinquenta bíblias e certo número de testamentos, muitos dos quais deu ou vendeu. Encontramos esse cavalheiro grandemente ocupado com seus deveres religiosos, mas, também, profundamente interessado pelo bem-estar do povo em cujo seio residia. Em sua opinião, nenhuma outra ocasião seria melhor que a presente para a divulgação da verdade e do culto puro, nesta região brasileira. O de que mais se necessitava, para conseguir esse objetivo, era de alguns bons pregadores brasileiros.

Por seu intermédio, travamos conhecimento com um sacerdote convicto da necessidade de umas tantas medidas a fim de esclarecer o povo, o qual, ainda recentemente, se havia interessado pela distribuição de bíblias e folhetos. Encontramo-lo poucos dias após nossa chegada à cidade. Veio à casa de um amigo onde então jantamos e, vendo algumas das publicações que trazíamos, teve expressões de viva satisfação, dizendo poder colocar grande número de tais folhetos. Além de seu conteúdo, satisfez-lhe muito ver que as publicações tinham sido impressas no Rio de Janeiro, circunstância essa que indicava já estar a luz irradiando da capital do país. Esse clérigo tinha cinquenta anos de idade e era extraordinariamente parecido com o ex-regente Feijó. Parte de seus estudos fê-los em Portugal e parte no Brasil. Fora capelão do presídio de Fernando de Noronha. Devido às suas recentes mudanças de opinião acerca de pontos relevantes, sofrera considerável perseguição por parte do bispo e de colegas, mas não se mostrava muito abalado por tais circunstâncias.

Em sua opinião, a distribuição pura e simples de publicações e escrituras entre as pessoas ou famílias que se dispusessem a lê-las e estimá-las era, no momento, a melhor maneira de servir o país. E, com toda firmeza, prosseguiu nesse programa, procurando-nos de vez em quando a fim de receber nova remessa de publicações evangélicas.

Certa vez fomos retribuir suas visitas e encontramos-lo rodeado de livros entre os quais a bíblia nos chamou a atenção como o único livro que vinha sendo manuseado de um ou dois anos a essa parte. Em quase todas as páginas havia marcado qualquer passagem interessante. Não pudemos deixar de formular o desejo de que todos os que possuem a Bíblia

prezem-na tanto quanto esse sacerdote que, depois de passar a maior parte de sua vida pregando a religião de acordo com o que aprendera, descobria, finalmente, já no declínio de seus anos, que a palavra de Deus era “uma luz para seus passos e uma lâmpada para seu caminho”.

Visitamos Olinda em companhia do Senhor e da Senhora R. Tomamos uma embarcação e atravessamos a passagem interna que, no frescor da manhã, era deveras agradável. As canoas aí usadas são do formato diverso das construídas para águas profundas. Impulsionam-se quase que exclusivamente com o auxílio de varejões. Os canoeiros são, em geral, negros possantes que manobram sozinhos as suas próprias embarcações. Existe entre eles uma espécie de hierarquia semelhante à militar. Alguns são eleitos, por sufrágio dos demais, para os postos de sargento, alferes, tenente, capitão, major e coronel. Não são, porém, meramente nominais as suas honras. Quando inferiores ou particulares encontram oficiais superiores, são obrigados a saudá-los com uma, duas, três ou quatro varadas, n'água, com o varejão. O número de varadas obedece à hierarquia do indivíduo saudado o qual sempre retribui o cumprimento com uma única varada. A falta da continência é considerada, nessa comunidade aquática, indisciplina sujeita a certas penalidades. Entretanto, caso um canoeiro consiga passar à frente de um superior, por habilidade ou sorte, está isento da continência.

Ao aproximar-se de Olinda, podem-se contar dez torres de igrejas e conventos. Nada, porém, excede o contraste entre a aparência encantadora da cidade, quando vista a distância e o estado de decadência e abandono que apresenta a quem dela se aproxima. Quase todas as ruas estão cobertas de mato. Metade das casas parece abandonadas e as restantes estão em miserável estado de abandono, com todas as janelas quebradas de modo que seus ocupantes podem ver constantemente qualquer estranho ou vagabundo que se aventure através de suas ruas largadas. No que se refere ao comércio, a não ser o que se transaciona nas vendas, nem a palavra é conhecida.

Dirigimo-nos primeiramente ao morro, à procura de um convento onde a Senhora R. desejava obter determinada compota preparada pelas freiras. Concluída a transação com a abadessa, passamos para o Jardim Botânico. Este, apesar de muito bem localizado e de possuir valiosos espécimes vegetais, tem menores pretensões que qualquer outro de

seus similares, no país, devido à minguada verba que o governo provincial consigna para sua manutenção. Surpreendidos por uma forte pancada de chuva, durante nossa visita, abrigamo-nos em casa do diretor do Jardim, senhor já de certa idade, de maneiras afáveis e aparentava possuir vastos conhecimentos de botânica. Lamentou a política tacanha que reduzia as verbas destinadas ao jardim e parecia não estar disposto a fazer muito esforço para melhorá-lo, já que seu trabalho não era devidamente remunerado.

A visita que fizemos a Olinda não foi suficiente para satisfazer nossa curiosidade com relação ao lugar. Por esse motivo, alguns dias mais tarde, voltamos sós, com tempo melhor e lá nos demoramos enquanto achamos algo que nos interessasse. Visitamos o convento do Carmo e o de São Bento, a igreja de São Pedro e a Sé. Esta última está instalada em ótimo edifício, espaçoso e ornamentado com muito gosto conquanto não seja de construção custosa. Além desses, os edifícios principais da cidade são: o convento franciscano, o das freiras, a Misericórdia, o Palácio do Bispo, o Seminário Episcopal e o Curso Jurídico. Quase todos esses prédios estão colocados em situações de destaque, em diferentes pontos do morro. Suas torres e paredes maciças permanecerão ainda por muito tempo como silenciosas testemunhas do espírito empreendedor e do zelo de seus fundadores, dentre os quais se destacam os jesuítas. Contudo, se os seus atuais ocupantes não derem a esses edifícios mais atenção que a devotada aos prédios vizinhos, não estará longe o dia em que nada mais serão eles que montões de ruínas. Já agora são tantos os sinais de que o tempo age célere sobre eles, que nem mesmo o esplendor da natureza ambiente consegue dissipar a tristeza que nos assalta ao perpassarmos por entre esses velhos edifícios.

Das eminências de Olinda o viajante olha como que de uma torre, para o oceano verde cujas ondas se engalanam de espumas, quer se quebrem elas contra os arrecifes rochosos no litoral, quer deslizem mansamente sobre as areias da praia; depois, estende o olhar para a cidade rival, orgulhosa de sua prosperidade e de seu comércio. Muito além, a vista repousa sobre o promontório de Santo Agostinho e a seguir acompanha instintivamente a curva da serra que debrua o recôncavo, até vir ter novamente ao ponto onde se encontra o observador. E quantos motivos de contemplação em seu derredor! No seio de uma vegetação esplêndida, onde cada folha resplandece à luz fulgurante do sol tropical e balouça ao

sopro de uma brisa constante, parece reinar o silêncio da morte. A história das passadas eras revive, então, para entoar o *réquiem* de uma ambição malograda e de uma esperança desfeita, repetindo numa toada melancólica: *sic transit gloria mundi*. Assim se afogou em ruínas a gloriosa Atenas; assim decaiu Roma com todo o seu poderio; e, finalmente, Olinda, bela, tendo sido por tanto tempo a sede do poder, tanto sob o domínio português como nas mãos batavas parece seguir prematuramente o destino de toda a própria Terra.

O lugar ainda se presta muito para instituições de ensino, e afirma-se mesmo que os gastos feitos com o curso jurídico constituem a coluna mestra de sua vida econômica. Entretanto, ao que se diz, mesmo essa verba vai ser cortada. Por ocasião de nossa visita, havia cerca de duzentos alunos matriculados nessa instituição. Causou-nos profundo pesar saber que grande número dos jovens estudantes de direito professam princípios heréticos. Pouco ou nada se fazia no sentido de impedir a disseminação de tão corruptos sentimentos, a não ser um ou outro artigo de reproche, em tom humorístico, publicado na imprensa local por alguns dos lentes. Os hábitos e princípios desses moços ressentiam-se da falta de uma boa sociedade, no lugar. Por conseguinte, não nos causou surpresa saber, através de recente relatório de um ministro imperial, que de há muito prevalecia, entre os estudantes, um espírito de turbulência altamente prejudicial ao aproveitamento dos estudos. De tal sorte entre eles se insinuaram todas as formas de abuso que se aventou, seriamente, na legislatura de 1844, a conveniência de fechar a instituição denominada Colégio das Artes.

Difícilmente se observa em Olinda um prédio que dê a impressão de ser habitado por família caprichosa e dotada de bom gosto. Ao contrário, janelas partidas, crianças despidas, numerosos botequins e toda a espécie de hábitos ociosos indicavam, sem a menor possibilidade de erro, que os moradores da cidade, principalmente os do morro, eram da pior espécie possível. Lindas árvores nativas vicejavam por toda parte, mas em vão procuramos um jardim bem cultivado. Mesmo o do governo, ao qual anteriormente nos referimos apesar de ostentar esplêndidos renques de fruta-pão, mangueiras e de altas palmeiras, servia de pasto a uns poucos cavalos velhos.

Antes de deixar Olinda, passamos ainda uma vista d'olhos na cadeia e no palácio.

A casa de espetáculos é uma construção alongada, sem traços de antiguidade. O rapaz que nos serviu de cicerone nos informou morar no teatro uma mulher que o cedia aos estudantes, para seus ensaios cênicos e a algum artista itinerante que se dispusesse a divertir o povo.

A cadeia está instalada em prédio espaçoso que ocupa situação esplêndida. Suas janelas gradeadas resistem ainda à ação do tempo, enquanto que as do Palácio do Governo, situado a algumas dezenas de metros, há muito que já não existem. Durante nossa primeira visita, alguém que nos acompanhava percebeu uma mulher solitária, espiando por uma janela do quarto andar. Por mais dura que lhe fosse a prisão, não poderia ela jamais reclamar contra a falta de ar fresco nem de vista agradável. Essas circunstâncias contrastavam singularmente com a idéia que geralmente se faz de uma cadeia. Além disso, ao que nos foi dado perceber, essa mulher parecia ocupar-se, da mesma forma que a maior parte de suas vizinhas, em olhar os transeuntes.

O palácio parecia estar completamente abandonado. Sobre a porta principal conseguimos ler a seguinte inscrição:

*“Regnante Invictissimo Portugaliae Rege D. Alfonso VI.
Hanc Regiam Basilicam Reaediticavit Andreas Vidal de
Negreiros Hujus Coloniae moderator Dignissimo. 1660.”*

Olinda merece ser posta em paralelo com São Vicente, pois que ambas conservam os remanescentes clássicos do sistema colonial português. Todavia, a primeira nos lembra tanto os holandeses como os portugueses, conhecida como é nos anais batavos, como a velha Mauricius, onde o ambicioso Conde Maurício de Nassau sacrificou sua fama e fortuna.

.....

Capítulo IX

PASSEIO A ITAMARACÁ. – CANOAS E CANOEIROS. – CHEGADA À ILHA. – PRIMEIRAS IMPRESSÕES. – A REDE. – COSTUMES POPULARES. – NEGREIROS. – PEGADAS DE SÃO JORGE. – PESCARIAS. – TEATRO. – ADORAÇÃO DE IMAGENS. – COQUEIRAIS. – FRUTAS DA ILHA. – SALINAS. – SUA IMPORTÂNCIA PRIMITIVA. – MÁ SORTE SUBSEQÜENTE. – BARRA DE CATUAMA. – DISTRIBUIÇÃO DE FOLHETOS E ESCRITURAS. – HÁBITOS ILHÉUS.

*D*EPOIS de permanecer alguns dias na cidade de Pernambuco, resolvemos visitar Itamaracá, ilha de certa importância; a seguir visitamos a cidade de Paraíba.

Um nosso amigo se havia incumbido de conseguir, com certa antecedência, condução que nos transportasse à ilha e, por volta das doze horas de um lindo dia, embarcamos apressadamente na canoa *São Bernardo*, visto como a maré estava começando a vazar e era essa a melhor ocasião de largar. O vento soprava com impetuosidade e a idéia de enfrentar a agitação do mar em uma simples canoa não nos parecia lá muito tentadora. Logo, porém, que tomamos a embarcação, todas

as nossas apreensões se desvaneceram. Suas dimensões eram bastante amplas: media pelo menos dois metros de largura por sete e meio de comprimento. Contudo, fora construída de um único tronco e ainda era muito mais curta que várias outras com que cruzamos ao longo da costa. Essas canoas valem de 50\$000 a 1:200\$000. A que tomamos foi avaliada em 800\$000. Tinha nas extremidades dois pequenos tombadilhos, formando assim o que chamaremos, em falta de outro termo, a cabina posterior e a anterior. No meio, o barco era inteiramente aberto para receber carga. No mastro panejava enorme vela triangular, além da bujarrona. Dos lados pendiam “embonos” ou bóias, feitas de dois grandes troncos da madeira com que se fazem jangadas, atadas em conjunto e presas ao bordo superior do barco a fim de evitar que aderisse. O capitão era mulato e seus dois auxiliares, negros. Seguiam conosco, como passageiros, mais dois outros barqueiros. Ao sairmos, passamos pelo registro a fim de exhibir o despacho da embarcação. Supúnhamos que aí nos fossem pedir o passaporte, mas tal não aconteceu. O nosso, conquanto nos tivesse custado bom dinheiro, jamais fora exigido desde que partimos do Rio de Janeiro.

Rumamos imediatamente para o norte sem nos importar com os arrecifes nem com os baixios, pois, dado o pequeno calado de nosso barco, estes certamente não nos incomodariam. Parecia reinar a mais perfeita harmonia entre o capitão e seus subordinados sem que, entretanto, houvesse aquela idéia incômoda de hierarquia tão comum entre homens do mar. Trocavam de lugar e de funções sem a menor cerimônia e a julgar pela garrulice sem peias dos proeiros, que abafavam com seu vozerio rústico qualquer outro som que ousasse se lhe sobrepor, poder-se-ia imaginar que se consideravam supremos em sua importância. Satisfeita a nossa curiosidade sobre o sistema de navegação e depois de apreciar o magnífico panorama que se descortina ao largo de Olinda, instalamo-nos na cabina de proa para repousar um pouco. Era grande a agitação do mar na água rasa em que navegávamos, frente a pontos avançados do litoral. Contudo, nossa leve embarcação calava pouco e por isso mesmo singrávamos livremente sobre as ondas. Quando nos acordamos passávamos à frente de Pau Amarelo, aldeia e forte do mesmo nome, ambos célebres na história

do país. Desse ponto, quando o barco se encarrapitava no topo de uma onda maior, já podíamos avistar a ilha para onde nos dirigíamos. Por volta das quatro horas desembarcamos em Pilar, povoação que deriva seu nome da igreja de Nossa Senhora do Pilar, terminando assim nossa viagem de oito léguas, em quatro horas. A linha litorânea, nesta latitude, é toda eriçada de coqueiros em cuja sombra se vêem numerosas cabanas e casas. Inicialmente nos dirigimos à cabana do Bernardo, o capitão do barco, que se prontificara a nos indicar a residência da pessoa a quem trazíamos uma carta de apresentação. Deixamos nossa bagagem para ser mais tarde transportada e seguimos à procura do destinatário da carta que trazíamos. Tivemos, porém, a desagradável surpresa de saber que o Senhor Galanzani tinha saído de viagem naquela mesma tarde e que se demoraria vários dias fora. Felizmente, no verso da carta havia o nome de um seu vizinho a quem deveríamos procurar, em caso de necessidade. Entregamos por isso a carta à família do Senhor Martinho José do Sacramento que também tinha saído a passeio. Para fazer tempo, fomos percorrer a vila. Verificamos ser ela construída sem a menor regularidade, ao longo de veredas que se insinuavam em todas as direções. A igreja era de construção antiga, com paredes grossíssimas e dava impressão de abandono. Defronte erguia-se o teatro, aparentando muito maior prosperidade. As casas pareciam ser inteiramente construídas de folhas de coqueiro, mas na realidade, a palha apenas protegia as paredes laterais da mesma forma que o teto. Depois do passeio fomos descansar na casa do Bernardo, cuja mulher, muito viva e bem parecida, de cabelos e olhos negros sobressaindo, em admirável contraste, de sua cor bronzeada, – bondosamente nos preparava uma ceia de peixe. Entretanto, logo fomos procurados pelo Senhor Martinho. Em sua casa puseram-nos imediatamente à vontade. Essa construção era das melhores do lugar, pois tinha paredes de taipa, caiadas por fora e era coberta com telhas. Havia dois quartos na frente e outros tantos na parte posterior com um adro de alguns metros onde floria um jardim. O Senhor Martinho era homem de cinqüenta anos mais ou menos, baixo, forte e agradável, conquanto de maneiras francamente rudes. A família compunha-se da mulher, uma filha e cinco netos. A filha enviudara um ano antes e se acolhera à casa

paterna com seus filhos. Estes eram muito engraçadinhos e aparentavam inteligência acima do comum. Agradou-nos sobremaneira o fato de sermos obsequiados tanto pelos mais velhos como pelas crianças, coisa deveras admirável em se tratando de estrangeiro vindo de país distante. Depois da ceia – que constou de bolacha, manteiga e chá, do qual não nos servimos – penduraram uma rede em dois ganchos, no canto do quarto e nos deixaram entregues às nossas devoções, sinceramente gratos por termos escapado aos riscos e perigos da viagem e pela amável hospitalidade com que mais uma vez nos acolhiam em país estranho.

Era a primeira vez que dormíamos em uma dessas camas oscilantes, adotadas no Brasil, e, depois da primeira noite de descanso, aprovamo-la sem restrição. Na manhã seguinte fizemos presente à dona da casa do farnel que havíamos preparado para a viagem, o qual foi muito apreciado. O almoço foi servido tarde e à mesa sentamo-nos com o dono da casa e seu neto mais velho. As mulheres almoçaram depois, em outro cômodo, apesar de termos insistido em que nos fizessem companhia. A mesa era uma peça alta, de aparência nobre, colocada a um canto da sala com uma extremidade e um lado encostados às paredes. A nós, reservaram a honra de sentar à outra ponta, numa das duas únicas cadeiras que se encontravam na sala e que, como mais tarde ficamos sabendo, eram de fato as duas únicas da casa. A nossa direita, sentou-se o menino, em um banco e sobre a mesa, sentado *à la turque*, presidia o dono da casa. Essa cena repetia-se em todas as refeições.

Serviram-nos leite de cabra puro, que, com os comestíveis que havíamos trazido, constituiu excelente almoço. Ao meio-dia ofereceram-nos deliciosa sobremesa de coco verde. Nosso primeiro passeio na ilha foi ao longo da praia, na maré baixa. Saímos em companhia do neto do Senhor Martinho. Numerosos objetos nos atraíram a atenção, e, à medida que caminhávamos, íamos ensinando ao garoto elementos de zoologia.

Percebemos um brigue ancorado a pouca distância da barra. Naturalmente se tratava de algum navio negreiro que ainda não tinha terminado o desembarque de sua carga humana. Esse é um dos

recantos preferidos por essa espécie de traficantes, pois aí raramente são incomodados. Soubemos então que pouco tempo antes haviam descarregado duas remessas, na praia da ilha, a primeira de trezentos e cinqüenta peças e a segunda de quatrocentas. Foi próximo a essa localidade que, por exceção, capturaram recentemente um brigue-escuna. Rumava para o Rio de Janeiro, mas, tenazmente perseguido por uma chalupa de guerra inglesa, o brigue-escuna aportou à ilha e descarregou cento e trinta escravos. Sabedor da ocorrência, o presidente de Pernambuco deu ordem a um brigue de guerra brasileiro para que saísse em perseguição do navio negreiro. Este foi, finalmente, aprisionado e comboiado para o porto. Tinha sido armado na ilha do Príncipe e o que era mais extraordinário é que, tanto o capitão como os homens da tripulação, eram negros livres.

Durante esse passeio, o menino que nos acompanhava nos informou de uma tradição popular em que estava acostumado a crer, isto é, que São Jorge visitara a ilha, em tempos idos, e deixara suas pegadas numa série de rochas junto à praia. Ao que parece o santo se fazia acompanhar por um cachorrinho cujo rasto também se conserva ainda. Passamos pelas pedras, mas o meu companheiro não conseguiu encontrar as pegadas, conquanto afirmasse já tê-las visto de outra feita.

São comuns, em certas regiões brasileiras, as lendas relativas à estada de São Tomás no país. Muitas delas foram postas em voga pelos jesuítas e aceitas pelos crédulos. Senão, veja-se com que lógica o famoso Simão de Vasconcelos prova que São Tomás deve ter estado na América do Sul. “Com que razão”, diz o jesuíta, “poderia o índio americano ser condenado se jamais lhe fora pregado o evangelho. Aquele que enviou seus apóstolos pelo mundo, não poderia ter deixado de parte a América, que representa quase metade da Terra. Portanto, os evangelhos devem ter sido pregados aqui, em obediência a essa ordem. Mas quem o teria pregado? Não o poderia ter sido Pedro, Paulo ou João. Portanto, São Tomás foi certamente o encarregado dessa missão!” Não é, pois, de admirar que os jesuítas tivessem conseguido levantar o roteiro de suas viagens entre o Brasil e o Peru, descobrir indícios de seus auxiliares, cruzeiros plantadas pelo santo e inscrições em grego e hebraico traçadas por suas mãos. Chegaram até a trazer, intactas, do vulcão de Arequipa, suas sandálias e seu manto!

A pouca sorte dos pescadores atrasou nosso jantar. Seus currais apanharam pouquíssimo durante o dia. Tais currais são feitos de estacas fincadas no fundo arenoso do mar. A essas estacas vão reunindo outras mais finas, atadas umas às outras, bem juntinho, de maneira a impedir a passagem do pescado a não ser o mais miúdo. As alas de estacas geralmente começam na praia e continuam mar a dentro, em linha reta, por cinqüenta, cem ou cento e cinqüenta metros, conforme a profundidade da água. Aí as cerquinhas formam uma espécie de círculo ou de quadrado, com aberturas para o lado de terra. Quando a maré vaza, o peixe penetra no cercado onde é facilmente apanhado com uma rede especial. A construção desses currais depende de licença do governo. Às vezes só encontram lugar propício para os currais a grande distância da praia. Vimos alguns deles que pareciam ter sido construídos sobre o recife ou sobre algum desmembramento do mesmo, a nada menos de meia légua de distância. Feitos de estacas da mesma altura, os currais apresentam aspecto interessante, quando vistos a distância, lembrando fortificações em miniaturas. Seus proprietários fazem bom lucro com eles: às vezes duzentos ou trezentos mil-réis diários. Quando, porém, a produção falha, isso representa verdadeira calamidade para os ilhéus e para as populações litorâneas cujos principais gêneros alimentícios são peixe e coco. Assim é que para nós, como para os demais, até 4 horas da tarde o jantar, em geral, não passava de vaga conjectura. Contudo, graças à fertilidade do mar e da terra, conseguia-se, finalmente, o repasto, consistindo em peixe, pirão e caldo apimentado, com calorias suficientes para cozer todos os outros pratos. Ausente o velho, seu neto tomou lugar sobre a mesa e serviu-se da maneira comum entre gente simples, isto é, comendo com a mão e embebendo pedaços de peixe no prato de molho de que todos se serviam. Esse rapaz saiu à noite a desempenhar suas funções de apontador do teatro, indício evidente de sua instrução e popularidade no lugar. Soubemos que um tal Henrique Inglês era o incentivador das atividades teatrais da ilha e um dos principais atores. Encontramos esse cavalheiro pela manhã. Disse-nos, então, que havia já quatorze anos que residia no Brasil e viera do Pará ainda recentemente. P parecia ser capaz de atividade mais produtiva, mas, contagiado pelo mal do

país, a preguiça, comprazia-se em exercer uma profissão que ao mesmo tempo o punha em evidência e o impedia de morrer à míngua. Dizia-se que tinha bons amigos, os quais, entretanto, dele se afastaram por se ter casado com uma “cabra” (ou mulata) de quem desde então não se separava. Disseram-nos que os espetáculos – que geralmente se dão aos domingos – têm sempre a casa cheia. Assim é que o culto religioso e os divertimentos desse povo cristão andam de mãos dadas. Não há aldeia, por pequena que seja, que não tenha seu teatro; e ainda recentemente o governo deu concessão para uma loteria destinada a conseguir, entre os pobres, dinheiro para a ereção de uma casa de espetáculos em Pernambuco.

Há diversas igrejas na ilha e muitas casas têm seu santo ou protetor. À tarde passou uma imagem de Nosso Senhor Bom Jesus, à qual o dono da casa não deu esmola, mas beijou reverentemente. Depois, passou-a às outras pessoas da família, ordenando às crianças que fizessem o mesmo, a fim de ganhar o Céu. Esquecemos de dizer que havia um armário com a imagem de Nossa Senhora, no lugar mais nobre da casa. Estava fechado a chave e dela pendiam diversos rosários nos quais seguiam as orações dirigidas à santa. Conversamos com o Senhor Martinho sobre esse assunto e deu-nos a impressão de ter sobre ele idéias tão claras e enraizadas quanto os que acham que se devem fazer reverências a imagens de madeira, de barro ou de pedra. Finalmente ofereceu-se para nos mostrar o objeto de sua veneração. Declinamos, porém, o oferecimento.

No dia seguinte avançamos, a cavalo, cerca de duas milhas ao longo da praia meridional da ilha, ora passando por veredas coleantes entre cabanas, ora pela areia branca da praia. Por todo o trajeto as casinhas se sucediam com certa regularidade. Já no dia anterior tínhamos observado a mesma coisa a cerca de milha e meia ao poente. Assim, pode-se dizer que toda a praia oriental da Itamaracá está coberta de habitações protegidas pela sombra de um só coqueiral imenso, contínuo.

Nada poderia ser a um tempo mais útil e bonito que essas palmeiras magníficas. São plantadas em linhas regulares e crescem a uma altura uniforme. Seus troncos são esguios e sem galhos, apenas marcados com as cicatrizes deixadas pelas folhas velhas que vão caindo para ceder lugar às novas. Lá no alto, junto à copa, nascem os frutos,

em cachos. As folhas, simples e majestosas, lembram plumas gigantes. Saem todas do centro comum, ao topo da árvore, e de tal forma se unem pelas extremidades, que formam um como dossel compacto, através do qual os raios solares dificilmente atravessam. Os coqueiros estão sempre verdes, e, quer iluminados pelo sol, quer pelo luar ou pela luz pálida das estrelas, revelam um brilho suave que nos comunica uma sensação de calma e bem-estar. Por baixo, o capim cresce selvagem e a turfa é cortada aqui e acolá por trilhos exíguos, serpeantes, que deixam ver a areia alvacentas por baixo. A atmosfera suave do coqueiral é refrescada quase constantemente por uma contínua brisa marinha e o observador admira daí o oceano sem limites onde as ondas se engrossam para em seguida se desfazerem em espuma contra os arrecifes coralíneos que circundam a ilha. A faixa de terra onde proliferam os coqueiros varia de 80 a 500 metros de largura. Além desse vegetal, abunda o cajueiro que a par da vinha, da mangueira e outras árvores, frutifica em abundância.

Todas as pessoas com que nos encontramos, especialmente os donos da casa em que estávamos hospedados, lamentavam o fato de não termos visitado a ilha na época das frutas: “Agora não há nada! No tempo do verão há muita fruta, muita manga, muita uva, muito peixe. Porém, sempre há muito coco verde para beber água. Or sim”, (*)

O coco é de fato o principal vegetal da região, e, conquanto não se conheçam, na ilha, todas as suas aplicações, ainda assim ele proporciona à população alimento, bebida, combustível, teto e comércio. Além da venda do coco ao natural, sua polpa é convertida em óleo, a casca em vasilhame e as fibras em cordas. O valor de sua água, como bebida, é reconhecido por todos. A folha fornece, ainda, todo o material necessário para construção de uma casa completa. Pode também ser trabalhada em forma de cestos, cercas, e, quando seca, pode ser usada para escrever, enquanto que sua cinza contém potassa. A

(*) A partícula *or* antes do *sim* ou do *não* constitui um regionalismo desta parte do Brasil e não tem significação alguma. É geralmente usado ao fim de quase toda as frases pronunciadas pelos ilhéus de Itamaracá, da classe humilde.

ponta da haste constitui excelente iguaria. O caldo da flor e o estame contêm açúcar e podem ser fermentados para fabricação de vinho, ou destilados para extração de álcool. Finalmente, da casca que envolve o tronco fabricam-se tambores ou aplica-se em construções e a extremidade inferior é tão dura que, quando polida, adquire a aparência de ágata. Quem sobe ao coqueiro para apanhar coco, leva, na cinta, uma foice de cabo curto para cortar o pedúnculo da fruta. Se o indivíduo for hábil, apenas coloca os pés aos lados do tronco e sobe como se estivesse andando, se não com a agilidade de um símio, ao menos com estilo admirável; e, ao que nos informam, sobem assim até nos mais altos coqueiros.

Dada a abundância do coqueiro na ilha e às excelentes qualidades de sua fruta, este vegetal merece especial destaque. Southey acha que é a árvore mais bela que existe na América. “Como é lindo admirar-se o seu esplendor quer quando em julho e agosto se reveste de folhas novas, quer no outono nordestino, quando se cobre de flores rosadas e brancas, ou, ainda, nos três meses seguintes, quando ostenta frutos de ouro e rubi, pendentes dentre as folhas como jóias! Tanto as folhas como as flores despreendem agradável aroma e a sombra que projeta é fresca, deliciosa. De seu tronco sai uma resina, em nada inferior à do Senegal, e, em tal abundância, a ponto de dar a aparência de pingos de chuva sobre a árvore. A resina, moída e dissolvida em água, era usada pelos índios como remédio. Essa árvore admirável não é comum no interior, mas, para o litoral, extensos tratos de terra que, de outra forma seriam estéreis, estão literalmente cobertos de cajueiros. Quanto mais arenoso o solo e mais seca a estação, mais floresce a árvore. A posse das regiões onde proliferava em abundância tinha para o nativo tal importância que por ela as tribos abriam luta. A fruta tem o formato de uma pêra, um pouco mais longa, talvez. É esponjosa e rica de delicioso sumo. É excelente de qualquer maneira, quer ao natural, quer em conserva. Que bênção não seria essa árvore nos desertos da Arábia e da África.”

Depois do almoço, em que, excepcionalmente, foi servido excelente pão fabricado com farinha de trigo importada dos Estados Unidos, dirigimo-nos para as salinas, situadas no centro da ilha, a cerca de uma mi-

lha de onde estávamos. O trabalho aí se desenvolve apenas no verão devido às chuvas que durante o resto do ano impedem os serviços. As únicas construções que se notam pelas redondezas são depósitos de sal. O dispositivo para evaporação é muito simples. Consiste apenas em preparar o terreno de modo a formar um quadrado de alguns metros, completamente plano e em nível tal que a água do mar possa entrar na maré alta. Depois a água vai se evaporando pelo calor solar. Após a cristalização, o sal é amontoado e transportado para armazéns onde é negociado ou carregado em canoas, para exportação.

Além dessa região da ilha de Itamaracá, que é ocupada por diversas aldeias, existem três grandes engenhos ou fazendas de cana, onde a cultura se processa da maneira comum. Essas propriedades produzem também mandioca, arroz, milho etc. Southey, a exemplo do Senhor Koster, diz que, em eras passadas, essa ilha foi seriamente afligida por três pragas. A primeira, o fato de ser a ilha separada do continente pelo mar; a segunda, uma enorme formiga vermelha e, finalmente, a terceira, uma família de valentões, de nome Guedes, que volta e meia perturbava o sossego do povo. Essa terrível trindade foi condensada em um provérbio. Perguntamos ao nosso hospedeiro se a família Guedes ainda existia e se ele conhecia o provérbio. Respondeu-nos imediatamente, sem hesitar:

“Ilha! quem te persegue?

Formiga, passagem, Guedes!”

assim compensando a tautologia e a falta de poesia da versão corrente nos livros ingleses. Informou-nos, porém, que apenas duas dessas pragas persistiam ainda: as gigantescas formigas, que continuavam devastando as plantações e a passagem, impedindo a comunicação fácil com o continente. Os valentões felizmente tinha desaparecido. É verdade que ainda existia uma família Guedes na ilha, mas não tinha os mesmos hábitos turbulentos de seus antepassados. Depois do jantar dirigimo-nos à barra de Catuama, o ancoradouro da extremidade setentrional da ilha e o sítio onde se erguia um antigo forte construído pelos batavos. Nada que se parecesse com algum baluarte, nem mesmo

as fundações, podia-se perceber. Tudo quanto as antigas guerras deixaram, não o pouparam o tempo e o mar. A passagem para o continente nesse ponto é de cerca de uma milha, parecendo ser bem raso o mar. Se houvesse canal para navios de porte, seria necessário um hábil piloto para encontrá-lo. Tal é a natureza movediça do fundo, nessas paragens assaz expostas à agitação oceânica e às areias instáveis, que não seria de admirar se a velha entrada estivesse atulhada. Ainda assim era aí que os holandeses pensavam instalar a sede de suas conquistas na América do Sul.

Ao regressarmos, na maré vazante, andamos cerca de uma milha distante da praia e talvez pudéssemos caminhar ainda sobre os bancos de areia que o mar desnuda quando baixa. Foi-nos, assim, dado contemplar eloqüente demonstração de como a ilha poderia ter sido originariamente formada. Encontram-se aí lindas conchas e considerável quantidade de madrepérola. Essa madrepérola é das mais belas que já tivemos ocasião de ver e está em formação constante sob os resíduos dos arrecifes. Pode ser facilmente extraída da areia e, quando queimada, proporciona uma cal de peculiar alvura, conquanto não tão forte quanto a comum. É usada para caiação de casas, e, por conseguinte, o material recebe o nome de “pedra de cal de caiar”, enquanto que a cal dura, que também existe na ilha em pequena quantidade, se chama “pedra de cal de parede”. O pouco de atenção que devotamos à obra e às maravilhas da natureza pareceu provocar geral admiração entre o povo de Itamaracá. Depois de demorar dois dias na ilha dispusemos as coisas para regressar cedo, pela manhã seguinte. A notícia correu pela vizinhança e vários curiosos além das pessoas da família que nos hospedou puseram-se a observar todos os nossos movimentos. Deixamos para essa ocasião a distribuição dos nossos melhores presentes e lembranças. Trouxéramos conosco boa quantidade de folhetos e escrituras. Entretanto, a experiência nos ensinara que uma distribuição irrestrita não era a melhor maneira de pô-los em circulação. Nosso sistema, portanto, consistia em dar os livros e publicações em retribuição a favores recebidos ou como maneira de conseguir algo de que precisássemos, explicando ao mesmo tempo as grandes vantagens que se poderiam fruir fazendo o devido uso desses presentes. Assim, de-

mos um testamento ao chefe de cada uma das famílias a que tivemos ocasião de ser apresentados: outro à viúva, como fonte de consolação para suas aflições e de prudência e piedade para seus filhos. O quarto exemplar, demo-lo a um vizinho que nos havia permitido colher diversos espécimes em um depósito de madrepérola de sua propriedade. Tínhamos razões para crer que esses livros seriam procurados e emprestados a outros e talvez chegassem mesmo a percorrer toda a ilha. Quanto aos folhetos, naturalmente demos um jogo completo a cada uma das crianças que de qualquer forma nos auxiliaram, para que os levassem à escola, e, prevendo que outros garotos também haveriam de procurá-los, deixamos diversos com o Senhor Martinho pedindo-lhe que com eles recompensasse todos os que auxiliassem a encher um caixão de conchas que nos seria remetido para Pernambuco. É escusado frisar que ouvimos numerosas expressões de admiração e agradecimento, enquanto fazíamos a distribuição e nos aprestávamos para o regresso. O caixão de conchas foi-nos prontamente remetido.

Muita coisa interessante ainda se poderia dizer com relação a essa ilha. Limitar-nos-emos, porém, a registrar, de passagem, algo sobre sua sociedade. Grande parte dos moradores são barqueiros e ocupam-se, mais ou menos, diretamente da pesca. Parecem entregar-se inteiramente à sorte de sua profissão sem idéia de uma indústria regular, perseverante. O pouco trabalho que os homens fazem na praia é geralmente executado pela manhã e à noite. Quando, porém, os raios do sol começam a causticá-los, acolhem-se, em grupos, à sombra das árvores ou às suas cabanas, onde deitados conversam ou repousam. As mulheres parecem aplicar-se com mais regularidade ao trabalho e a maioria delas, além da rotina simples de suas ocupações domésticas fabricam quase ininterruptamente. Diversos moradores possuem pequenos lotes de terra ocupados com suas cabanas e alguns coqueiros; outros arrendam a terra, à razão de dois mil-réis por mês. Assim é que grande parte do distrito do Pilar paga aluguéis a Nossa Senhora já que as propriedades foram legadas à Igreja. Dissemos atrás que na ilha há outras igrejas e capelas. O vigário, única autoridade eclesiástica da ilha, reside na vila situada na extremidade meridional de Itamaracá. Reparte sua atividade entre as diferentes igrejas, na proporção das fes-

tas de cada um dos respectivos padroeiros. Na vila e no Pilar existem escolas oficiais primárias, nas quais grande número de crianças recebe instrução rudimentar consistente em leitura, escrita, gramática e aritmética.

O povo de Itamaracá é simples por natureza e será sempre com satisfação que haveremos de nos recordar de nossa estada entre ele.

.....

Capítulo X

EMBARQUE NUMA JANGADA. - SISTEMA DE NAVEGAÇÃO. - A COSTA. - TAMBAIÚ. - COLÓQUIO COM UM JOVEM ESCOLAR - PASSEIO À PARAÍBA. - FESTA DA PADROEIRA. - FOGOS DE ARTIFÍCIO. - A CIDADE. - O ESTADO SOCIAL DOS SERTÕES. - DISTRIBUIÇÃO DAS ESCRITURAS. - CONVENTO FRANCISCANO. - MILAGRES. - UM FRADE. - O MOSTEIRO. - CLÉRIGO EPICURISTA. - UTILIDADE DA GUERRA - PROVÍNCIA DA PARAÍBA.

V

IAJAR por mar em uma jangada não constitui ocorrência diária na vida do indivíduo, principalmente do norte-americano. Nem é fácil descrever com precisão a simplicidade rústica da embarcação em que o silvícola cruzou, durante séculos sem conta, o litoral brasileiro. Em voga desde os tempos do descobrimento, a jangada conservou o seu formato e estilo aborígenes, e nem mesmo agora revela ainda tendência para evoluir. Nada mais é ela, de fato, que uma espécie de estrado flutuante, feito de toras rústicas de certa madeira a que chamam “pau-de-jangada”: troncos de cerca de 15 centímetros de diâmetro, tão retilíneos e uniformes quão possível. Devidamente despidos de sua casca, são eles afilados em ambas as extremidades, para melhor cortar a água e presos uns aos

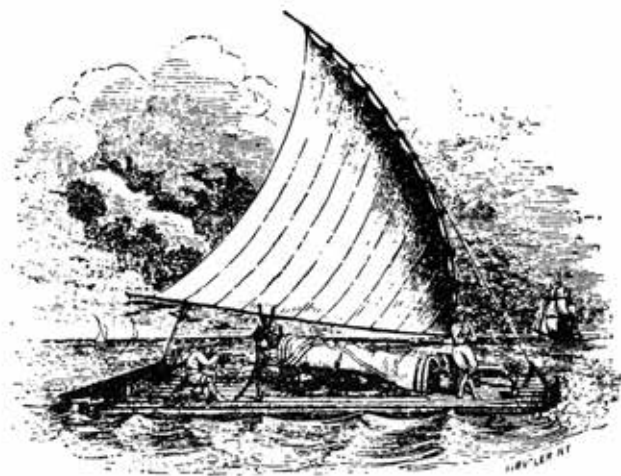
outros por três ordens de cavilhas, no sentido transversal. No geral, o número de toras que forma uma jangada é de seis; entretanto, vimo-las de três, quatro, sete e até vinte paus. Estas maiores são usadas na descarga dos navios e têm conformação quase quadrada. Contudo, as que se destinam à navegação à vela medem, geralmente, 1m50 de largura por 5m. de comprimento.

Quando tivemos que partir de Itamaracá, vimo-nos a braços com a dificuldade de escolher uma boa jangada, tal como se tivéssemos de escolher *cabine* para a travessia de Nova York a Liverpool. A denominada *Paquete do Norte* foi-nos recomendada como sendo a melhor da ilha. Quando fomos alugá-la, estava em seco sobre a areia da praia, defronte à casa de seu proprietário, em exposição. Era de bom tamanho e parecia já ter prestado bastante serviço. Estava inteiramente despida de acessórios: mastros, velas e cordoalha. Exibia seu madeiramento esbranquiçado, sem outro trabalho de marcenaria que um receptáculo para o mastro e um banco para o timoneiro. À frente do assento e ao alcance das mãos, ficavam dois moirões de metro e meio para o jangadeiro pendurar uma cabaça com água e o saco de provisões.

Fretada para o transporte de passageiros, o dono da jangada providenciou a instalação de um jirau sobre a mesma. A palavra jirau é essencialmente técnica e dificilmente poderá dar idéia do que significa a menos que se descreva o objeto como sendo uma cabina suspensa. Sua construção é a seguinte: atados aos moirões acima descritos, a uma altura de cerca de 45 centímetros do piso da jangada, amarram-se dois fortes esteios cujas extremidades opostas descansam sobre as toras da jangada, junto ao mastro. Sobre esses esteios, colocam-se tábuas no sentido transversal, de maneira a formar um soalho. Por sobre isso vai uma armação para sustentar o toldo, parecida com a dos carretões de viagem, de maneira que o passageiro dispõe de um espaço de 90 centímetros de altura por 1m20 de largura para se abrigar. Sobre as tábuas vai uma esteira grossa, que serve de cama, e, sobre a armação, outra que serve de teto, sobre a qual atiram um encerado quando chove. Assim aprestado, o nosso “paquete” estava pronto para zarpar. Além disso, para que a jangada estivesse em boas condições de navegabilidade, faltavam os seguintes

petrechos: um pau que, servindo de alavanca, a arrastasse da praia; um mastro esguio ao qual vai atada uma vela triangular; e, finalmente, um remo comprido, para servir de leme. A tripulação era composta de dois homens; o proeiro e o patrão. Conforme combinado, levantamo-nos entre três a quatro horas da madrugada para seguir viagem. A despeito de nossas recomendações para que a família não se desse ao incômodo de despertar tão cedo, não só as pessoas da casa, mas, ainda, alguns vizinhos se levantaram para se despedir de nós.

Zarpamos ao luar, com agradável terreal. Entrando na cabina, estendemos sobre a esteira nossa capa, e, colocando o travesseiro de borraça sobre a valisa, pensamos poder continuar o sono interrompido. Mas, era tão delicioso o frescor da madrugada e tão lindo o luar, que de novo nos levantamos para contemplá-lo. Navegamos por dentro dos arrecifes, onde o mar era calmo e pouco profundo. Dentro em pouco a ilha desapareceu atrás de nós e fomos passando sucessivamente pela Barra, Ponta das Pedras, Barra de Goiana, Guajiru, Pitimbu, etc., etc. Passamos ao largo de Guajiru ao nascer do sol e ficamos maravilhados com seu aspecto claro e jovial. Todas as povoações litorâneas ostentam coqueirais frondosos. Essas utilísimas palmeiras não proliferam espontaneamente. Têm de ser plantadas e regadas cuidadosamente durante muito tempo. Por isso, quando se avista ao longe um grupo de coqueiros, já se sabe de antemão que por perto existem moradores. Era interessante verem-se esses tufos oscilantes, plantados na areia, a certa distância uns dos outros. A vila a que acima nos referimos teria, quando muito, duzentos habitantes. Muitas das casas eram de tijolos e telhas; a capela tinha um aspecto imponente. Ao largo, defronte à povoação, diversos jangadeiros pescavam. Passamos tão junto do povoado que distinguimos tudo quanto estava na praia. Toda a extensão da costa que avistamos durante o dia parecia dividida a intervalos regulares, em trechos de praia arenosa, elevando-se gradativamente em direção ao interior e barrancos perpendiculares de terra vermelha, coroados de vegetação rasteira até a borda. A altura dessas escarpas, acima de linha d'água, oscilava entre 6 e 18 metros e a terra desnuda, talhada a prumo, exhibia lindas camadas regulares de *strata* coloridas. Nessas latitudes travaram-se várias batalhas navais, no passado.



Jangada

Os nossos jangadeiros mostraram-se muito polidos e quietos durante a viagem. Eram ambos negros forros e moradores de Itamaracá. Mostravam-se conhecedores de seu mister e diligentes em executá-lo. Pareceu-nos que, às vezes, se aventuravam, passando com a jangada sobre as agudas estacas dos currais de peixe, as quais, quando a onda baixava, mostravam suas pontas, atrás de nós. Eles, porém, o faziam de maneira que, ao passar sobre elas, estivessem sempre cavalgando o dorso de uma onda. O risco de colidir com essas estacadas meio submersas, constitui um dos maiores perigos da navegação em jangada, principalmente à noite. Os currais avançam, às vezes, para longe da praia e freqüentemente só se percebem quando já espetaram e reduziram a pedaços a frágil embarcação. A mão da Providência evitou, porém, que sofrêssemos qualquer acidente, por menor que fosse. Por outro lado, fomos refletindo, durante a travessia, sobre o fato de estar a nossa embarcação livre de muitos perigos inerentes aos barcos comuns, como, por exemplo: a jangada não vira nem soçobra e quando, ao ser varrida de lado a lado pelas ondas, as águas dela escorrem com a mesma facilidade com que a galgam. Todavia, o perigo de cair no mar ou de ser arrastado fora da jangada pelas ondas não é pequeno e,

já que podíamos ver as águas pelos desvãos das toras, nem ao menos se poderia dizer que entre nós e a morte havia apenas uma tábua. Permanecemos em nossa “cabina” durante a maior parte do dia, pois, aberta em ambas as extremidades, podíamos apreciar tudo, tão bem como se estivéssemos no “tombadilho”. O tempo que, quando se trata de viagem por mar é assunto de capital importância, esteve magnífico.

Por volta das 4 horas da tarde contornamos o Cabo Branco e, portanto, tínhamos Tambaiú, o nosso ponto terminal, a cerca de uma légua à nossa frente. Saltando nesse lugar, que fica apenas a seis milhas da Paraíba, evitamos um percurso de trinta ou quarenta milhas, em torno da ponta do Cabedelo e subindo o sinuoso Paraíba. Desembarcamos logo e, ao indagar sobre a possibilidade de obter um animal, informaram-nos que aí se conseguiria com facilidade até vinte, se preciso fosse. Contudo, parece que em toda a povoação só havia um e mesmo assim, nem ele nem o seu dono se achavam na vila. Ante essa informação, estabelecemos os nossos planos, e, enquanto esperávamos por alguém que nos transportasse a bagagem, sentamo-nos a um tronco e pusemo-nos a comer o farnel que nos fora preparado antes da partida. Logo depois veio sentar-se ao nosso lado, tomado de curiosidade, talvez, um rapazola de quatorze ou dezesseis anos, com o qual iniciamos um diálogo mais ou menos assim:

- “Há alguma escola por aqui?”
- “Sim, há uma.”
- “Onde?”
- “No Palácio.”
- “Quantos alunos têm?”
- “Não sei. Uns três bancos cheios.”
- “Você também a frequenta?”
- “Não. Terminei o curso o ano passado.”
- “Sabe escrever?”
- “Não. Nem ler nem escrever.”
- “Então, o que foi que você aprendeu na escola?”
- “Nada.”

Não duvidamos da veracidade desta última afirmativa, conquanto nos penalizasse essa incompreensível indiferença pela instrução que o governo ministra aos seus súditos, ricos e pobres, por meio de uma política liberal, mas um tanto errada. Esse garoto nos disse depois que, ao deixar a escola, voltara a atenção para a pescaria. Era o mais moço de diversos irmãos, todos do seu grau de desenvolvimento. Ninguém da família sabia ler: contudo, a julgar pela casa que ocupavam na praia, parece que estavam em situação igual à de seus vizinhos. Finalmente demos-lhe um ou dois folhetos, na esperança de que despertassem sua curiosidade sobre os mistérios da linguagem escrita, ou, pelo menos, que algum de seus amigos deles se utilizasse.

Resolvidos a caminhar até a cidade conosco, nossos companheiros de viagem se ofereceram para transportar a bagagem, dividindo entre eles o preço que para isso lhes pagaríamos. Aceita a proposta, pusemo-nos a caminho. Tínhamos usado nossas botas altas na jangada, a fim de nos garantir contra alguma onda mais forte, mas marchando para a cidade foi que tivemos ocasião de apreciar quanto valiam de fato, pois apesar de viajarmos por uma estrada real, fomos diversas vezes obrigados a vadear cursos d'água.

Logo que o caminho deixou de lado a areia movediça da praia e enveredou pela floresta a dentro, tornou-se muito agradável, conquanto não passasse de uma tortuosa vereda. Depois de um dia todo preso no estreito âmbito do jirau, caminhar era para nós um prazer. As seis milhas logo ficaram para trás e atingimos os subúrbios da cidade antes que disso nos apercebêssemos. Indagando de um inglês para quem trazíamos apresentação, indicaram-nos o seu sítio mesmo próximo do lugar onde entramos na cidade. Lá chegando, fomos recebidos com a hospitalidade de um velho patrício, que tal nos parecem os ingleses no estrangeiro. O sítio do Senhor R., que na Bahia se chamaria uma roça e, no Rio, uma chácara, está situado no ponto mais lindo da Paraíba. Repousa sobre a borda de um planalto, na parte elevada da cidade, de onde se descortina, ao norte, esplêndida vista marítima do cabo e Forte Cabedelo, a foz e o curso do rio, até o estuário, na parte baixa da Paraíba e tudo isso em meio de um cenário magnífico. Esse panorama nos lembrava sempre as planícies ao poente do rio Genesee, quando vistas do West Avon. O Senhor R. ocu-

pava-se, então, em cultivar a terra, plantando numerosos cafeeiros, árvore esta que, conquanto se desenvolva e produza abundantemente, é rara nas províncias setentrionais. O café alcança, em Pernambuco, melhor preço no varejo que nos Estados Unidos. As laranjeiras são as vítimas prediletas das formigas que, às vezes, numa noite despem toda uma árvore de sua folhagem. Ao fim de três ataques semelhantes, a laranjeira está morta. Nosso amigo possuía também muitas dessas preciosas árvores frutíferas, uma bela horta, boa aguada, um curral com vacas leiteiras e outras dependências comuns às propriedades rurais, de maneira que dele se poderia dizer com propriedade que tinha *rus in urbe*, isto é, uma chácara na cidade. A casa era ampla, com rótulas nas janelas, piso atijolado e telha vã, a não ser a sala de visitas que era forrada. Foi aí que, sinceramente agradecidos, nos dispusemos a repousar, na noite de sábado. No domingo fomos convidados para um passeio a cavalo, mas preferimos o retiro e a leitura, mais próprios para o dia. Jantou conosco um cavalheiro que nos confirmou a informação do Senhor R. de que nos anos passados alguns volumes de uma remessa de Bíblias, vinda da Inglaterra para Pernambuco, vieram ter à província e foram distribuídos. Esse senhor tivera ocasião de conversar com vários possuidores do precioso livro. Disse-nos que, ao que lhe parecia, eles não o tinham como sagrado, talvez porque nele não houvesse ligação evidente com a religião que aprenderam. Assim é que se referiram a trechos que apreciaram e a outros, a seu ver, passíveis de crítica. Tais passagens eram, geralmente, do Velho Testamento.

Achava, o nosso informante, que o motivo de não ter a leitura da Bíblia produzido acentuado efeito favorável residia no fato de terem os catequistas substituído os mandamentos por oráculos vivos. Soube-mos que naquela ocasião é que se realizavam as maiores festividades religiosas do ano, na Paraíba, pois no dia 5 de agosto celebrava-se a festa de Nossa Senhora das Neves, padroeira da cidade. Perguntamos que santa era essa e apenas souberam nos dizer que essa Nossa Senhora é a mesma Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Rosário e diversos outros nomes que dão à Virgem Maria! Duvidamos que a mitologia grega ou romana tivesse sido mais confusa. Essas festas, como todas as outras de grande importância, foram precedidas de uma novena, isto é, nove “rezas” realizadas em noites sucessivas. Em cada uma dessas noites

havia um divertimento diferente, do qual se encarregava um cidadão que, naturalmente, procurava sempre exceder o outro na pompa e no brilho da festa a seu cargo. Convidaram-nos para sairmos à noite a fim de ver aquilo que achavam não poder deixar de nos ser profundamente interessante. A matriz, onde se celebrava a festa, ficava mesmo nas vizinhanças. Postamo-nos em uma das extremidades de um pátio oblongo. A frente da igreja estava iluminada por velas em lanternas quebradas, dispostas em torno da porta e à frente de uma imagem colocada em um nicho preso à cúpula. Grandes fogueiras ardiam em vários pontos do pátio. Em torno delas acotovelavam-se negros ansiosos por queimar baterias de foguetes a certos trechos dos atos litúrgicos que se realizavam na igreja. Terminada a novela, todo o povo acorria ao campo, para apreciar os fogos de artifício que se queimavam desde às nove horas até depois de meia-noite. Os que tivemos ocasião de ver eram muito malfeitos. Não obstante, o povo se pasmava e aplaudia freneticamente. Se se tratasse de divertimento para africanos ignorantes, seriam mais compreensíveis essas funções, mas, como parte de festejos religiosos (em honra a Nossa Senhora Padroeira), celebrados em dia santificado e com a presença entusiástica de padres, monges e do povo, temos que confessar francamente que nos chocou bastante e teria sido melhor que não os tivéssemos presenciado.

Uma das mais penosas impressões que colhemos foi ver famílias inteiras, inclusive senhoras e senhoritas, ao ar úmido da noite, admirando cenas que não só tocavam às raias do ridículo, mas, ainda, eram acentuadamente imorais – e dizer-se que tudo isso se fazia em nome da religião! Retiramo-nos prazerosamente logo que nossos companheiros se dispuseram a sair, com a firme resolução de jamais assistir voluntariamente a tais profanações do dia do Senhor.

No dia seguinte tivemos o prazer de um passeio a cavalo em companhia do Senhor R. Atravessamos as ruas principais da cidade alta onde estão os conventos, a cadeia, a misericórdia, o tesouro, o Palácio do Governo e diversas igrejas. Daí nos dirigimos à estrada que vai a Pernambuco, tendo-a percorrido por cerca de cinco milhas, até um grande cruzeiro chamado Cruz das Almas. Aí voltamos à direita e descemos para as baixadas ribeirinhas, por onde regressamos à cidade baixa. O rio é por

demais sinuoso e a navegação não vai além do atual ancoradouro. As canoas, porém, sobem-no até grande distância, mas, no verão, seu leito fica completamente seco por mais de vinte léguas. Seu curso orienta-se para noroeste e a cidade ergue-se sobre a margem meridional. Uma das melhores construções do lugar era o novo trapiche ou armazém do governo. Em sua frente, três navios ingleses carregavam algodão e pau-brasil. Eram os únicos barcos ancorados no porto.

Partindo da barranca do rio subiam duas ruas onde se encontravam os melhores prédios e os principais estabelecimentos comerciais da cidade baixa. Essa parte da Paraíba revelava algum progresso. Havia diversos edifícios em construção, os aluguéis eram elevados e o preço das propriedades estava em franca ascensão. Entretanto, o número de habitantes era aí menor que na cidade alta. A elevação desta última deve ser de aproximadamente 60 metros e o declive que a separa da parte baixa é bastante acentuado, abrupto mesmo. O arsenal do exército, que ocupa um dos pontos mais lindos do lugar, está instalado num grande prédio amarelo, no meio de uma área plana, entre as duas cidades e com frente para a rua principal que as liga. Os edifícios da cidade alta, a que acima nos referimos, não diferem muito do estilo comum às construções brasileiras, a não ser o prédio do tesouro que apresenta uma escadaria excessivamente ornamentada. A cadeia ostenta uma data indicando ter mais de cem anos de construção. As ruas são largas e pavimentadas com pedra argilosa e as lajes já se mostravam muito gastas, quando lá estivemos. Vêem-se, ainda, na Paraíba, velhas janelas apoiadas sobre cornijas de pedra lavrada e o aspecto da cidade é de antiguidade.

Encontramos um cavalheiro que acabava de regressar de uma viagem de dez ou doze dias pelo interior. Dizia ser lamentável a situação moral e o estágio de civilização nos sertões do Rio Grande do Norte. Além disso, a seu ver, esse estado de coisas piorava dia a dia. Nessas rústicas paragens, parcamente povoadas, onde o viajor percorre léguas e léguas de caminho dentro de espessos matagais, sem encontrar uma única moradia, seria natural que entre os escassos habitantes existentes houvesse mais harmonia e fraternidade, principalmente pela religião em que todos foram criados e que ainda professavam. Infelizmente, porém, era a intriga, a discórdia e o crime que aí imperavam. A vingança arrogava-se o direito de ministrar justiça e os

mais nefandos crimes tripudiavam sobre a lei, desafiando-a impunemente. Afrontazinhas de somenos eram punidas com a morte e a vida de qualquer pessoa podia ser objeto de mesquinhas transações com vis assassinos.

Em abono dessas afirmativas, relatou-nos o viajante uma série de ocorrências corriqueiras, que passamos a reproduzir. Um caboclo cobrou de outro uma “carga de pólvora” que lhe havia emprestado. O devedor, irritado, ameaçou atirar no credor e, como este tentasse escapar, foi prontamente abatido. Outro matou para se livrar de uma dívida de dezesseis mil-réis. Um terceiro, em plena luz do dia, no meio da vila e defronte à igreja, varou com o punhal o coração de um suposto inimigo. A vítima, pai de família, levava pela mão, no momento do crime, um de seus filhinhos, ao qual o bárbaro matador também trucidou dizendo: “Você também morre para que não pretenda um dia vingar a morte de seu pai.” O único castigo que recebeu o perverso indivíduo foram alguns ferimentos produzidos por outro caboclo que o pretendeu matar, mas dos quais já estava quase restabelecido.

Tendo recebido diversos pedidos de publicações e testamentos, providenciamos a distribuição de todos que possuíamos, por intermédio de uma pessoa que desejava oferecê-los a amigos, alguns dos quais residiam longe, no interior. Certo cavalheiro, médico em Camaratuba, vila situada no lado oposto da baía da Traição, vendo um exemplar do Testamento que demos ao Senhor R., insistiu em comprá-lo. Dissera ter visto a Bíblia algumas vezes, mas que nunca pudera lê-la como desejava. Dava muito valor também às publicações e achava que seriam muito úteis num país como este, onde a religião era calcada aos pés.

Uma tarde, depois do jantar, saímos a passeio em companhia de um jovem estudante do Convento Franciscano, cujo prédio é o mais custoso e interessante do lugar. Em sua frente estendia-se um pátio ladrilhado e cercado de altos muros, sobre o qual – da mesma maneira que tanto na parte externa, como na interna de edifícios semelhantes – viam-se painéis em porcelana ou azulejos de barro vidrado. No fundo desse adro erguia-se enorme cruzeiro de pedra sôbre um bem proporcionado pedestal do mesmo material. Por dentro, o prédio era espaçoso e bem construído. Consistia ele em uma grande capela e ordens de celas aos lados de um claustro quadrado, com largas varandas tanto no pavimento

inferior como no superior e demais dependências comuns a estabelecimentos dessa natureza. Das paredes pendiam numerosos quadros, quase todos grosseiros e caindo aos pedaços, de tão mal conservados. Alguns tinham uma pequena descrição do que representavam – explicação tão necessária quão rara.

No geral, as figuras que decoram esses mosteiros, desde o teto abobadado das capelas, descendo pelas paredes, são mais incompreensíveis que hieróglifos. Percebem-se entre elas monges encarapuçados, bispos com suas mitras, aparições de anjos, etc. Entretanto, quando se pede explicação, dizem-nos apenas que o quadro representa algum milagre do santo e seus devotos. Notamos que mesmo aqui, onde os franciscanos não tiveram a companhia de seus “caros irmãos” dominicanos, estes não os esqueceram. Em um grande painel via-se um dominicano confundido por um franciscano que, defendendo o dogma da virgindade perpétua de Maria, fincara seu bastão em terra e imediatamente dele brotaram três flores em miraculoso testemunho de sua doutrina!

Fomos apresentados por um amigo a certo frade seu conhecido, com pretensões literárias, que estava estudando inglês a fim de lecionar essa cadeira no liceu do lugar. O frade levou-nos à sua cela. Era um cômodo exíguo, contendo apenas a cama, uma estante com livros e algumas cadeiras. Aí passeamos animadamente. O frade nunca ouvira falar da Sociedade Bíblica! Dissemos-lhe, então, que, conhecendo o inglês, ele se poderia pôr a par dos esforços não só dessa sociedade como de muitas outras cujas finalidades eram igualmente meritórias. Receava, entretanto, o frade, que a Bíblia e as publicações que recomendávamos fossem as mesmas que o bispo de Pernambuco condenava e através das quais certo sacerdote católico bandeara para o protestantismo. Soubemos, então, que por motivos ignorados esse frade não tomava refeições em companhia de seus irmãos nem dormia no convento. Vivía com seus pais, nas vizinhanças. Havia seis frades no mosteiro que, entretanto, dispunha de acomodações para duzentos.

À medida que caminhávamos por entre as paredes solitárias, refletíamos sobre as somas colossais empregadas na construção de conventos em todas as cidades deste país inexplorado e retrógrado. Já mais tendo atingido a finalidade a que foram destinados, são os mosteiros como que monumentos de mal compreendido zelo. O governo demonstrou critério

utilizando esses edifícios para fins utilitários, sempre que possível, e, se ao fim de mais um século não passarem eles de montões de ruínas, a culpa caberá inteiramente ao Estado.

Seguindo o exemplo de outras, esta província concedeu a cada convento a permissão de admitir nove noviços. Entretanto, até agora, – soubemos com satisfação – não houve candidatos. “Ninguém quer ser frade”, é a frase corrente. A despeito de ser uma vida cômoda e opulenta, tal é a aversão que a ela votam o governo e o público, que ninguém quer se aproveitar dessas vantagens inglórias.

O Mosteiro de São Bento, o maior e o mais velho de todos, só tem um ocupante: o abade. Esta ordem, tanto aqui como em outros lugares onde se estabeleceu, possuem engenhos, escravos e grandes extensões de terra. O Convento do Carmo estaria deserto se não fosse a tropa nele aquartelada. O prior havia falecido pouco antes. Dizia-se que fora um *bon vivant* e que encarnava perfeitamente à figura de um frade gordo e jovial. Dera um jantar que decorrera alegre e prometera dar outro dentro em pouco. No dia seguinte saíra a comprar vinhos, mas, antes, que pudesse regressar, fora acometido de uma congestão cerebral que o vitimou.

Passando certo dia pela cadeia, pareceu-nos que estava repleta, tanto no andar superior como no térreo, e, a julgar pelo vozeio e pela hilaridade que de fora se percebia, poder-se-ia imaginar que se tratava de uma casa de diversões.

Dizem que as últimas guerras beneficiaram o país, pelo menos num sentido. Numerosos indolentes e turbulentos assentaram praça e, com isso, a sociedade se livrou deles. Aproveitou-se a última exibição de fogos de artifício para recrutar soldados. Mesmo assim, porém, ainda existem muitos malandros às soltas. Há poucas semanas um homem desapareceu repentinamente, quando se dirigia à sua residência, às 7 horas, para jantar e só quatro dias depois foi o seu corpo encontrado, por acaso, boiando no rio. Provavelmente fora seqüestrado para alguma casa onde o guardavam os assassinos, pois descobriu-se que fora apunhalado e depois transportado para o rio a quase uma milha de distância. O fato causou horror e consternação a toda a cidade, mas, apesar disso, nenhuma medida eficaz se tomou a fim de capturar

e punir os criminosos. A princípio a polícia fez grande alarido, mas depois de receber, talvez, ameaças, ou por qualquer outro motivo, fez silêncio sobre o caso e tudo serenou com a prisão de algumas pessoas suspeitas que logo foram postas em liberdade, sem julgamento.

As terras da Paraíba são, em muitos respeitos, semelhantes às de São Paulo. O mesmo se pode dizer da situação da cidade, à margem do rio. Encontramos, porém, aí, diversas espécies de pedra que ainda não tínhamos visto no resto do país. Além da rocha argilosa a que nos referimos atrás, usada na pavimentação de ruas, há outra, calcária, de cor esverdeada. É dura e aplica-se em construções, da mesma forma que no Rio de Janeiro se usa o granito. Reduzida a pequenas partículas, é depois preparada em forma de argamassa; assim forma uma parede assaz durável. Algodão e açúcar são os principais artigos de exportação da província. Os canaviais não são plantados muito no interior, para evitar despesas de transporte. Todo o açúcar produzido entre quinze e vinte léguas da costa é consumido em forma de rapadura, nome que dão ao produto ainda não alvejado. Em geral é vazado em forma de pequenos bolos que lembram os de *maple sugar* vendidos como raridade em certas cidades do interior dos Estados Unidos. São muito apreciados nos sertões onde os levam à boca quando tomam água salobra, a fim de neutralizá-la. Foi com pesar que soubemos estar em franco aumento, tanto a produção como o consumo de cachaça. Essa bebida, encontra-se na maior parte das casas suburbanas bem como nas estradas por onde viajamos. Tivemos ocasião de ver muitos sertanejos e mulatos completamente embriagados. Em tal estado é indesejável a companhia dessa gente que jamais se separa de sua faca de ponta.

Uma coisa interessante que notamos nessas plagas foi o enorme consumo de pimenta às refeições. A tal ponto que, mesmo para o Brasil, se pode considerar exagerado. Além de ser cada prato fortemente apimentado, considera-se essencial, na mesa, uma infusão desse frutinho, com “fogo” suficiente para consumir qualquer paladar desabitinado. Usa-se muito a farinha de mandioca preparada com gordura, pimenta e vinagre, ao que chamam farofa.

Encontra-se, na Paraíba, muita gente descendente de índio, conquanto seja difícil distingui-la dos portugueses, ou dos negros, pois a amalgama dessas duas raças deu-se no mais elevado grau.

Nas vizinhanças da Paraíba se encontram cobras enormes, chamadas “cobras-de-veado” porque são capazes de engolir um corpo inteiro e às vezes, até mesmo uma rês. As serpentes venenosas são igualmente comuns. Consta que uma dessas tem duas cabeças e é cega. A vítima de sua mordedura perde a vista e morre logo depois.

.....

Capítulo XI

VOLTA A PERNAMBUCO. – O GUIA PACÍFICO. – PARTIDA À NOITE. – AMIGOS QUE NOS ACOMPANHARAM. – O CAMPO. – GOIANA. – POUSO. – REINÍCIO DA VIAGEM. – SERTANEJOS. – TRANSPORTE DE ALGODÃO – FEIRA DE GADO. – PASMODO. – RELÓGIO DO SOL. – IGUARAÇU. – RIO-GRANDENSES DO NORTE. – ESTAFETAS. – MÁS ESTRADAS. – NOITE EM OLINDA. – CAMINHADA MATUTINA. – MEIA HORA DE ATRASO.

POUCOS dias depois tivemos que pensar na volta a Pernambuco. Pretendendo regressar por terra, tornou-se necessário providenciar animais e guia para a viagem. Recomendaram-nos um mulato de nome Pacífico, como sendo o melhor camarada que se poderia obter. Alguns amigos nos acompanharam até o lugar onde o guia morava, ao qual, ele, pomposamente chamava o seu sítio. Estava situado a diversas milhas da cidade, num lugar desolador. A moradia não passava de ruínas da mais acanhada e miserável choupana que se pudesse imaginar. Aí fomos encontrar a mulher e cinco filhos do Pacífico. Ele, porém, não estava. Entretanto, sua carmetade comprometeu-se a mandá-lo, com dois cavalos para a viagem, na manhã por nós determinada. No dia aprazado, nada de Pacífico. Fomos, portanto, à sua procura, em companhia do Senhor R. e dessa vez encontramos-lo em seu tugúrio. Desculpou-se abundantemente e prometeu trazer-nos um bom animal, na manhã seguinte, comparecendo também ele, bem montado. Devemos aqui notar que, nessa região, os cavalos são de primeira

ordem, tanto em tamanho como nos demais requisitos. Os animais de montaria são quase todos marchadores.

Na manhã seguinte levantamo-nos às três horas da madrugada e o Pacífico foi pontual. Antes de partir despedimo-nos do nosso hospitaleiro amigo que até o último instante se desfez em atenções, providenciando tudo quanto pudesse nos proporcionar conveniência e conforto. Forneceu-nos também cartas a famílias domiciliadas ao longo do caminho por onde íamos transitar e deu todas as instruções necessárias para a viagem.

Queríamos examinar o animal que nos trouxeram, mas tivemos que desistir do intento porque a noite sem lua era por demais escura. Conquanto receássemos que o cavalo não correspondesse aos rasgados elogios a ele feitos, montamos e pusemo-nos a caminho. Tudo estava em silêncio, na cidade, exceto na cadeia, onde a sentinela montava guarda e dentro da qual ouviam-se vozes de mistura com risos e blasfêmias.

Logo que entramos no primeiro mato, cruzamos com dois homens armados de espadas e espingardas, que nos causaram má impressão apesar de passarem conversando alegremente, sem nos molestar. Pacífico, depois, nos informou que eram caçadores que partiam para a caça. O céu foi se ruborizando aos poucos e o dia raiou logo. Só então pudemos observar nossa aparência e condição. Vimo-nos, então, montados sobre um legítimo rocinante, cuja beleza e qualidade nada sofreria se comparadas às do corcel cavalgado pelo cavaleiro de La Mancha. O cavalo do Pacífico, por sua vez, não era inferior ao nosso. Conquanto só dispusesse de uma vista, orientava-se admiravelmente pelo sinuoso caminho. Vendo-o, dificilmente se acreditaria que pudesse andar só; entretanto, portava-se galhardamente de baixo do cavaleiro escanchado sobre uma enorme “cangaia”, na qual acondicionara nossa bagagem. Logo depois deu-se um fato que nos fez refletir sobre a inteligência do nosso animal e sentirmos-nos satisfeitos por se não ter dado antes. Sem nenhuma causa aparente, o cavalo começou a escoicear no ar. Não sabendo como interpretar essas demonstrações, acicatamo-lo, pensando que talvez se cansasse antes do término da viagem. Entretanto, o animal continuou a repetir os mesmos movimentos até que, finalmente, se deitou na estrada. Foi então que verificamos estarem os arreios pisando machucaduras antigas. Pacífico retirou de sua “cangaia” a manta que felizmente remediou a situação e assim pudemos continuar a viagem sem mais incidentes.

Diversos aguaceiros desabaram durante a manhã e apesar das nossas botas altas, molhamos os pés nas capoeiras que tivemos de atravessar e nos rios que vadeamos. Depois de quatro léguas de caminho, passamos por uma aldeia de índios, chamada Jacoque. Compunham-na cerca de oitenta ou cem casas de barro, cobertas de sapé. Às nove horas chegamos a Terra Cavada, nome de um sítio para cujo proprietário trazíamos carta de apresentação. O dono não estava em casa, mas, como chovesse torrencialmente, não hesitamos em aceitar uma rede que nos ofereceu sua senhora, onde descansamos enquanto os animais pastavam. O local era lindo e toda a redondeza parecia ocupada por extenso bananal. A casa era o que menos interesse despertava. Dificilmente poderia ser mais irregular o piso de terra nua da sala. As paredes nem ao menos eram caiadas, e grande era a confusão em que as pessoas e as coisas se atulhavam dentro da moradia.

Quando chegamos, a senhora estava negociando com um mascate, não do tipo comum dos vendedores ambulantes da América do Norte; mas um mascate brasileiro cuja maneira de carregar, a cavalo, seu estoque ambulante, talvez sugerisse algo de novo ao seu colega ianque. As mercadorias estavam acondicionadas em duas grandes canastras de couro cru, de tal forma instaladas de cada lado do animal que o peso de uma contrabalançava o da outra. Sobre elas o mascate acomodava suas pernas. Não nos demoramos muito na contemplação desse quadro como de nenhum outro, pois logo que calçamos um par de meias secas e a rede começou a nos embalar suavemente, completamos o repouso que nos faltara durante à noite. Às onze horas estávamos prontos para reiniciar a viagem; entretanto, o Pacífico nos informou de que o almoço estava sendo preparado e, portanto, tínhamos de esperá-lo. De fato, logo depois foi ele servido, por sinal que estava delicioso.

Ao partir, entregamos à senhora algumas publicações que muito nos agradeceu, declarando-se satisfeita em recebê-las. Ao meio-dia estávamos de novo a caminho. A chuva passara, o mato não mais estava molhado e toda a natureza parecia ter adquirido um aspecto alegre. O terreno ondulado apresentava aqui e acolá uma encosta revestida de palmeiras “den-dém” ou clareiras pontilhadas de mangabeiras; logo era seguida uma densa floresta impenetrável, de folhagem variegada. Foi nesse trecho da viagem que Pacífico, cujo espírito parecia se reanimar com o ambiente, contou-

nos sua história e revelou-nos suas pretensões. Disse que se casara ainda muito jovem e já tinha cinco filhos; que possuía consideráveis cabedais, não só em animais como em casas de aluguel, na cidade, e que se vivia assim modestamente era apenas para evitar que lhe suspeitassem a riqueza e quisessem roubar-lhe. Assegurou-nos ainda que era um guia de confiança e iniciativa, partindo sempre com presteza e chegando antes do tempo previsto. Uma parte do que nos dissera pudemos apreciar à luz do que nos haviam informado seus amigos, isto é, que só aparecia na cidade à noite a fim de evitar os credores e a polícia. Quanto ao resto, pudemos formar nosso juízo mais tarde.

Avistamos com freqüência grandes cupins à margem do caminho bem, como no topo das árvores. Examinamos um que nos pareceu ter muitos anos de idade. Estava completamente vazio. Pudemos então apreciar as cavidades sinuosas, repletas de pequenos compartimentos laterais. Tinha, em tempos, servido de morada para o cupim, ou formiga branca. Não vimos nessas regiões os altos cupins em forma de tenda, tão comuns serra acima, na província de São Paulo. À tarde, avistamos um bando de papagaios e outros pássaros de lindas plumagens. Vimos também um macaco atravessar por cima da estrada, mesmo à nossa frente, pelos ramos das árvores que se tocavam. O símio era preto e pequeno. Chamavam-no “sáuy” (sagüi) e a pouca distância dava a impressão de um esquilo preto ou cinza. Este último tão comum na América do Norte, não o encontramos nas matas brasileiras, nem dele ouvimos falar. Por volta das duas horas passamos por outra vila, denominada Alhandra. Teria, talvez, mil habitantes, mas não eram todos aborígenes. O lugar apresentava o mesmo aspecto das demais vilas e povoações do interior. Pouco depois dessa, chegamos a Curupuçuru, um engenho, para cujo proprietário trazíamos carta. Conversamos com o filho do usineiro, tomamos um pouco de água fresca, na porta, presenteamos o rapaz com publicações e continuamos a viagem ao invés de aí pernoitarmos, como pretendíamos. Seriam mais ou menos cinco horas da tarde quando avistamos Goiana, cidade antiga e famosa nos anais da História do Brasil. Vista à distância, apresenta um aspecto encantador, mas inteiramente diverso da realidade. Todas as cidades brasileiras têm duas particularidades que muito concorrem para sua aparência exterior: em primeiro lugar as casas são em geral caiadas de branco; depois,

todas as eminências ou pontos elevados têm, para adorná-los, uma igreja de construção antiga.

Goiana é cabeça de comarca. Está situada a quatro léguas do litoral, a quatorze da Paraíba, quinze do Recife e fica entre dois riachos. Tem dois juízes, um cível, outro criminal, que presidem as sessões do júri. Tem, também, um delegado de polícia. Em matéria de instrução dispõe de uma escola de latim, duas primárias e um recolhimento. Notam-se, ainda, no lugar, o hospital da Misericórdia, o Convento dos Carmelitas Reformados e cinco igrejas.

Junto ao rio a lama era muito profunda, e atravessando a corrente tivemos a sorte de não encher de água as botas. Ao entrarmos na cidade é que vimos quão suja e miserável era ela. Pode-se dizer que o único prédio que não estava em decadência era o da cadeia porque ainda estava em construção. Pacífico conduziu-nos ao melhor e talvez único estabelecimento do lugar onde nos poderíamos arranchar. Em matéria de desordem e falta de asseio, esse lugar ultrapassava em muito todos os outros em que até então tínhamos estado.

Logo que apeamos, fomos dar uma volta pela cidade, esperando que ao regressarmos encontrássemos as coisas melhor dispostas, na casa. Enganamo-nos, porém, pois as alterações feitas foram para pior. Nosso quarto, que parecia ser o melhor da casa, fora atulhado com quatro ou cinco arreios e cangalhas, e, a um canto, uma galinha agasalhava sob as asas uma ninhada de pintainhos. A única janela do cômodo, aberta na parede oposta, estava apinhada de gente que olhava para a rua; não tentaremos, porém, descrever o bando de crianças maltrapilhas e nuas, pretas e brancas que corriam pela sala. Tomamos uma cadeira e sentamo-nos na rua até que Pacífico nos servisse a ceia. Voltamos, então, para reivindicar nossos direitos sobre o quarto. Entretanto, apenas tínhamos conseguido nos livrar dos intrusos e começávamos a dispor a ceia sobre o peitoril da janela, já que não havia mesa, entrou o dono da casa que até então não tínhamos visto. Não sabemos se por interesse ou, talvez, por uma questão de amor-próprio, num abrir e fechar de olhos revolucionou completamente a disposição das coisas, esbravejando com todos, aos berros, por tratarem com tão pouco caso um cavalheiro. Nossa ceia foi imediatamente transferida para outra sala onde havia uma mesa construída sobre pés plantados no chão.

Trouxeram-nos água para lavar as mãos e uma toalha de franja. Vimo-nos, então, acomodados, para nossa solitária refeição e cercados pelo dono da casa, sua senhora, três crianças e um ou outro curioso que de vez em quando aparecia para nos observar. A senhora nos auxiliou a descascar os camarões secos que trazíamos, dizendo, ao mesmo tempo, que eram de péssima qualidade e que nos poderia servir muito melhores, se quiséssemos esperar apanhá-los e prepará-los. Sorrimos ante a solicitude com que nos fazia tais oferecimentos, e de qualquer forma achamo-los preferíveis à indiferença taciturna, gélida, com que, às vezes, nos recebiam alhures. Aos poucos a prosa foi se animando. Soubemos que a mais velha das crianças freqüentava a escola e que as outras logo seguiriam o mesmo caminho. Demos-lhe, portanto, alguns folhetos que seu pai se pôs a ler em voz alta até tarde da noite. Na manhã seguinte disse-nos que os achara muito interessantes.

Antes de prosseguir no relato do que se passou conosco durante a noite, devemos dizer que tínhamos nos encontrado com um matuto mais o Joãozinho – o filho mais velho do Pacífico – conduzindo três animais que o meu guia enviara no dia anterior ao Recife, para buscar mercadorias. Era esse o filho que o Pacífico nos dizia saber ler e escrever muito bem, mas o próprio rapaz nos confessou ignorar completamente ambas as coisas, pois jamais freqüentara escola, em sua vida. Em vão procuramos, entre os animais com que encontramos, outro melhor do que o que cavalgamos. Os viajantes se reuniram a nós, enquanto à noite procurávamos nos acomodar sobre os bancos, bem junto à rede. Tivemos ímpeto de protestar, mas um sentimento mais nobre, e, talvez, mais sensato, prevaleceu, evitando assim que os interpelássemos sobre os seus direitos.

Tinham-nos prevenido que seríamos incomodados pelos carapatos que costuma penetrar na pele causando uma dor terrível. Esses insetos são muito mais abundantes no tempo seco que durante a estação chuvosa, e, até a época em que viajávamos, não se haviam disseminado. A nós, porém, nenhum nos atacou conquanto nos afirmasse o Joãozinho que numerosos deles haviam se divertido sobre sua epiderme amarela. Pela madrugada estávamos ansiosos por partir tão logo raiasse a aurora e nos fosse possível atravessar o rio. Chegamos à margem da corrente às 6 horas da manhã. Aí o Pacífico nos informou repentinamente que adoecera e não poderia continuar a viagem; mandaria, porém, o matuto que conhecia

tão bem a região e inspirava quase a mesma confiança que ele. Não concordamos imediatamente com a mudança; ao contrário, respondemos-lhe que discutiríamos o assunto na outra margem do rio. Fizemos a travessia em canoa, puxando os cavalos a nado. Vendo que Pacífico insistia em não prosseguir, não mais perdemos tempo em conversa; continuamos em companhia do matuto. O caminho, mais largo que de costume, penetrava por uma floresta de diversas léguas de extensão. O ar estava fresco e perfumado; inúmeros pássaros canoros e de plumagem emprestavam vida e encanto à paisagem. O terreno era arenoso, a superfície plana, e, pelo caminho, havia grande quantidade de galhos dispersos. Depois de percorrermos duas ou três léguas as casas foram se tornando mais freqüentes, tendo, quase todas, à janela, uma garrafa ou jarra, para indicar que ali se encontrava pinga. Vimos numerosos bandos de papagaios e periquitos. O grito dos primeiros assemelha-se ao do falcão. O dia estava lindo. Alcançamos e acompanhamos, por algum tempo, uma tropa de sertanejos que transportava farinha de mandioca em sacos e algodão em fardos.

Divertiu-nos bastante sua maneira de montar. Quando, devido a uma carga por demais alta eles não conseguem galgar o animal de um salto,



Sertanejos transportando algodão

seguram-no pelo rabo e, pondo o pé no joelho da montaria, sobem pelas ancas. Os cavalos já são ensinados a permanecerem perfeitamente imóveis

durante essa escalada. A ilustração mostra a maneira pela qual quase todos os produtos do interior da Paraíba e de Pernambuco são transportados para o mercado. Por volta do meio-dia chegamos a um engenho denominado Caga-Fogo, o qual ostentava, mais que qualquer outro que tivemos ocasião de ver no país, a aparência que todos deveriam ter. A casa-grande era baixa e ampla, com as paredes caiadas a branco e as portas e janelas pintadas de verde. Estava situada ao meio de um vale ubérrimo e cercada pelas demais dependências, tendo em torno esplêndido canal e ao lado verdes pastagens que se estendiam até ao sopé das montanhas circunjacentes, pontilhados de ervas para os animais. Nas proximidades havia um belo tanque que fornecia força hidráulica para o engenho e outras máquinas, enquanto que o açude servia de ponte sobre a corrente. Ao lado, um ladrão dava saída ao excedente das águas.

A seguir vinha a vila de Pasmado, que antigamente fora uma freguesia, mas, então, não passava de mera povoação. Parecia estar em festa. A igreja e o largo fronteiro estavam embandeirados e profusamente ornamentados com xales e grandes lenços de senhora atados a postes fincados no chão. Este lugar é famoso pela sua larga produção de facas de ponta, que quase todos os caboclos trazem pendurada à cinta, dentro de uma bainha de prata e usam mais ou menos freqüentemente em suas rixas. Vimos grande quantidade dessas armas expostas em vitrines de mistura com garrafas de pinga.

Chegamos, finalmente a Itabatinga, perto do Iguaraçu, onde o nosso guia resolveu deixar o cavalo, preferindo levar, ele mesmo, nossa bagagem, a ter que lutar por mais tempo com o desajeitado animal. Também nós procuramos substituir o nosso, mas sem resultado. Defronte à casa onde paramos, havia uma feira de gado que atraía grande número de curiosos. Parecia fazer parte da feira semanal que se realizava em Pedras de Fogo, localidade situada sete léguas além de Goiana. Nesse lugar havia forte afluência de povo às quartas e quintas-feiras, para comprar, vender e barganhar mercadorias que provinham do sertão ou para lá se destinavam. Para se avaliar a quantidade de gente que aí se reunia basta dizer que, segundo nos informaram, é comum abaterem sessenta ou setenta bois para o seu sustento. Estávamos a ponto de partir de Itabatinga sem ter encontrado ocasião de praticar alguma ação meritória, quando percebemos

um tosco relógio de sol, construído em frente a uma casa, e um velho, de cabelos brancos, observando o lento caminhar da sombra. Aproximando-nos para conferir nosso relógio com o do sol, que deveria estar certo, verificamos que o nosso estava muito adiantado. Imediatamente fizemos relações com o velho. Retirara-se do Recife, havia pouco, para viver em sossego o restante de seus dias. Apreciador de leitura, foi com prazer que recebeu as publicações que lhe demos. Outras pessoas que vieram ter ao grupo durante a conversa também receberam os folhetos com satisfação. A vila de Iguaraçu está situada numa eminência, ao pé da qual corre o riacho do mesmo nome, franqueado por uma antiga e sólida ponte de pedra. Essa vila fica a légua e meia de Pernambuco e dispõe de escola primária, cadeia, paço municipal, igreja matriz e quatro ermidas ou igrejas filiadadas. Tem um aspecto de grande antigüidade e está em franca decadência, sendo pequeno o seu movimento comercial. Vimos uma igreja com o telhado caído. O único encontro que tivemos no lugar deu-se quando subíamos uma ladeira e entrávamos no largo principal. Defronte a uma das igrejas, havia um homem com uma capa vermelha sobre os ombros, duas imagens ao lado e cercado por algumas pessoas que o contemplavam. Saudou-nos, quando passávamos, com uma voz esquisita: “O patrício, dá cá esmolos para os santos!” Agradecemos ao indolente sua cortesia e prosseguimos o nosso caminho.

Logo depois de passarmos Iguaraçu, alcançamos uma tropa de doze cavaleiros; vários negros cavalgavam adiante de seus senhores. À frente de todos trotava uma boiada que supusemos pertencer aos viajantes, mas que, entretanto, não o parecia, já que caminhavam, estes, tão atrás. Primeiramente tivemos a impressão de que nenhum deles era sociável, e, portanto, acicatamos nossa montaria, pois pretendíamos chegar ao Recife antes da noite. Ao passarmos fomos informados de que a cavalgada procedia do Rio Grande do Norte, a oitenta léguas de distância e seguia para Pernambuco a fazer compras. Depois alcançaram-nos e começamos a conversar. O homem com que falamos ao passar disse aos demais que éramos norte-americanos, informação essa que lhe déramos em troca das que nos fornecera com relação à tropa. Manifestou-se, então, entre eles, grande curiosidade com relação a tudo quanto dissesse respeito a nós e ao nosso país. O Senhor João Gomes, o chefe, pareceu-nos muito inteli-

gente e digno. Acompanhavam-nos, seu filho e dois compadres os quais, se não tão bem informados quanto ele, pelo menos tinham desejo de sê-lo. As perguntas que faziam eram muito variadas e, em geral, divertidas. Interessaram-se pelas artes, costumes, política e religião do país de onde procedíamos, e, sem dúvida, as informações que lhes transmitimos devem lhes ter parecido estranhas. Tratando de assuntos religiosos, – conquanto de vez em quando concordassem com alguma coisa justa ou importante que disséssemos, – tendo aprendido que são cristãos todos os que recebem o batismo, a eles parecia de somenos que alguém fosse bom ou mau cristão. Se bom, teria entrada no Céu, mas se fosse mau, sendo esta uma circunstância meramente acidental, só poderia ganhar o purgatório. O chefe disse que de quando em vez se encontravam Bíblias em suas vizinhanças e que ele mesmo tinha uma em sua família. Durante as várias horas que cavalgamos juntos, ventilamos amplamente as condições e possibilidades tanto do Brasil quanto dos Estados Unidos. Viajávamos, então, através de uma extensa planura onde se multiplicavam os engenhos e as moradias de diversos tipos, entremeados de colinas barrentas. Finalmente os rio-grandenses pararam num pouso; nós, porém, tínhamos ainda três léguas a vencer para atingir o Recife. Apesar de uma viagem de quase cinqüenta milhas desde a manhã o nosso rocinante ainda se mantinha firme sobre as pernas. Tínhamos agora a prova de que, a despeito da aparência, sua resistência para uma viagem longa era melhor que a de muitos animais do país. Pouco antes da noite cruzamos com o Correio do Governo, ou mala oficial, que era uma espécie de canastra de couro atada com correias às costas de um índio a pé. Essa é a maneira comum de se transportar a mala postal nessas regiões. Além da do Governo, há outra semanal, entre Pernambuco e a Paraíba, mantida pelo comércio. Já estava anoitecendo e a última légua que tínhamos de vencer antes de chegar a Olinda desenvolvia-se por um trecho de estrada ruim. A certa altura pudemos ver que estávamos chegando ao termo de nossa viagem, pois avistamos um lindo panorama do Recife cuja iluminação tinham acabado de acender.

Encontramos, em caminho, várias tropas carregadas, que seguiam em demanda do interior. Tendo atingido umas passagens estreitas, onde quase nada enxergávamos, tivemos de esperar um pouco até que nos alcançasse o guia que se havia atrasado. Surgiu, finalmente, em

companhia do estafeta. Logo que chegamos a Olinda, dirigimo-nos a um estabelecimento onde Joãozinho costumava parar e onde decidimos deixar nosso animal, cobrindo a pé a distância que nos faltava para atingir Pernambuco. Entretanto, o nosso camarada alegou estar tão cansado a ponto de não poder dar mais um passo e pediu-nos, pelo amor de Deus, que pernoitássemos ali. Acedemos, por mera compaixão e mediante promessa formal de partirmos às quatro e meia da madrugada seguinte. Qual não foi porém nossa surpresa quando, à hora prefixada, pretendia ele ainda se demorar mais. Pareceu-nos que estava planejando uma maneira de nos extorquir mais dinheiro. Desiludimo-lo logo, e, finalmente às cinco e meia, pusemo-nos de novo em marcha. Ansiávamos por atingir Pernambuco antes da chegada de outro pacote procedente do Sul. Imagine-se, pois, a desagradável surpresa que tivemos quando, ao chegarmos a uma eminência, entre as duas cidades, percebemos que o vapor estava já fazendo pressão para deixar o porto. Apertamos a marcha do animal, o mais possível, mas, dada a natureza arenosa do terreno, pouco progredíamos. Antes de chegarmos ao fim da estrada, fizemos toda sorte de conjeturas. Era provável que o vapor estivesse de partida para o sul e não para o norte. No primeiro caso, desejávamos despachar algumas cartas, no segundo, era nossa intenção embarcar. De qualquer maneira, como nos teria sido fácil alcançar o barco, se tivéssemos seguido viagem na noite anterior, como queríamos! Mesmo assim, porém, teríamos conseguido apanhá-lo, não tivesse ele partido antes da hora habitual, isto é, antes das oito. Corremos para a praia e apeamos no meio do povo curioso, justamente no momento em que o vapor passava pela frente do farol do Recife. Soubemos, então, que se tratava da *Pernambucana*, rumo ao Pará. Fora despachada uma semana antes do dia marcado para a sua partida, a fim de levar despachos do governo e armas com que abafar a rebelião do Maranhão. Devido à pressa, a fragata partira às seis e meia ao invés de zarpar à hora costumeira. Não nos sendo possível continuar a viajar pela província e, demorando ainda um mês o próximo pacote, pode-se fazer idéia do nosso desapontamento. Foi, portanto, com vivo pesar que na pusemos a recordar as demoras sofridas a despeito dos nossos planos e esforços. Finalmente, fora apenas o atraso de meia hora que nos causara uma detenção de trinta dias!

Depois de refletirmos um pouco, pusemo-nos a considerar que, num mundo de aborrecimentos, como o em que vivemos, devíamos receber este como sendo um dos menores dissabores que poderíamos sofrer, e, por outro lado, que a nossa permanência em Pernambuco poderia vir a ser providencial. Passado o desapontamento, temos agora sobejos motivos para acreditar que de fato o fora.

.....

Capítulo XII

TEMPERANÇA ENTRE OS MARÍTIMOS. – EMBARQUE NA MARRANHENSE. – PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE. – NATAL – CABO SÃO ROQUE. – ILHA FERNANDO DE NORONHA. – A ENTRADA DO CEARÁ. – DESEMBARQUE EM PLENO MAR. – *PAVIOLA*. – EXCURSÃO PELA CIDADE. – ESTILO DAS CONSTRUÇÕES. – SOCIEDADE. – PASSEIO A VILA VELHA. – PLANÍCIES ARENOSAS. – ENGENHO DE RAPADURA. – OS CAMPOS.

JÁ REGISTRAMOS, em capítulos anteriores, as observações colhidas durante nossa permanência em Pernambuco. Um fato, entretanto, merece especial menção. Poucos dias após o nosso regresso da Paraíba, a fragata *São Sebastião* voltou de sua viagem ao Norte. Quando estávamos para desembarcar, uma comissão de passageiros alojados no castelo de proa, aos quais havíamos dispensado várias atenções, veio nos pedir que redigíssemos um compromisso de temperança que se ajustasse às condições existentes a bordo. Estas, sabíamos serem bastante desfavoráveis, pois se distribuía rações diárias de álcool à tripulação e muitos dos marinheiros já eram inveterados apreciadores de ruinoso líquido. Contudo, preparamos o documento e entregá-lo aos que no-lo pediram, com as recomendações que nos pareceram necessárias. Entretanto, interessou-nos, depois, conhe-

cer os possíveis resultados da empresa, e, portanto, logo que se nos ofereceu ocasião, dirigimo-nos novamente para bordo a fim de os verificar. Com grande e agradável surpresa de nossa parte, soubemos que treze homens, entre marinheiros e foguistas, haviam assinado o compromisso, continuando a observá-lo estritamente a despeito das tentações. O primeiro oficial de bordo, que se declarou abstêmio, e, portanto, se recusou a assinar o compromisso por julgar desnecessário, foi justamente o único a ser demitido e desembarcado por embriaguez. O vinho do capitão constituía, para ele, tentação forte demais e o que lhe aconteceu mais tarde provou a ineficiência de qualquer método de se forrar alguém contra o vício da embriaguez, a não ser pela abstinência total.

Na data marcada a *Maranhense* chegou do Rio de Janeiro e nela embarcamos rumo aos portos do Norte. A partida fora fixada para as quatro horas, e, apesar de a essa hora ter desabado forte aguaceiro acompanhado de ventania, tornando assim, perigosa a travessia da barra, a fragata zarpou sem atraso. Novamente no mar passamos uma noite confortável em nosso camarote, cruzando mais uma vez a mesma rota que já havíamos coberto em jangada e canoa. Na manhã seguinte estávamos à frente do cabo Branco, à vista de terra, e, logo depois, passávamos pela foz do Paraíba. Durante o dia, deixando a província da Paraíba para trás passamos ao longo da costa do Rio Grande do Norte. Esta província deriva o seu nome de um rio a que os nativos dão a designação de Potengi cujo curso divide os territórios paraibano e cearense. O litoral rio-grandense é baixo; a praia toda arenosa, mas, à medida que se alonga rumo ao interior, o terreno se vai revestindo de um mato rasteiro e se tornando visivelmente acidentado. É voz corrente nessas plagas, que as matas do Rio Grande do Norte produzem o melhor pau-brasil do Império, além de grande variedade de plantas medicinais. O clima é saudável, o solo, entretanto, com exceção de certas manchas, não é fértil devido à predominância da areia. Contudo, produz algodão, cana-de-açúcar, arroz e alguns outros produtos de valor. Algumas regiões são propícias à pecuária. Natal, a capital da província – bastante antiga e pequena –, assenta-se sobre a margem esquerda do rio, junto à foz. Durante as guerras holandesas constituiu posição de relevo e os fortes que a defendem ainda foram então proclamados os mais resistentes do país. Não se pode dizer que o porto seja bom, conquanto nele entrem navios

com deslocamento de até cento e cinquenta toneladas. É insignificante o comércio exterior da província, e, no momento, não há probabilidade de melhorar. O estado social não difere muito do que prevalece nas províncias lideiras. É nessa província que fica o cabo São Roque, notável por constituir o ponto mais oriental da América do Sul, conhecido de todos os navegantes que atravessam o Equador. Enorme rocha, semelhante a um barril, assinala a extremidade do cabo, exposta ao embate constante das ondas. Logo que passamos esse ponto a nossa rota infletiu-se para oeste-noroeste e assim continuou por toda a noite.

Setenta léguas a nordeste do cabo São Roque fica a ilha Fernando de Noronha, a 3^o a 56' de latitude Sul. Essa ilha, que tem cerca de vinte milhas de circunferência, passou sucessivamente pela posse de Portugal, Holanda, França e Brasil. Numerosas ilhotas estão separada da principal por estreitos canais. São todas rochosas e estéreis, mas freqüentadas por prodigiosa quantidade de aves marinhas. Constituem elas excelentes pesqueiros naturais. A ilha principal tem dois portos, mas nenhum deles ao abrigo das tempestades. Quando vista do mar, a distância, a ilha lembra a silhueta de igreja imensa como tivemos ocasião de observar quando nos dirigíamos ao Brasil. O pico principal parece a torre, e, por isso, é às vezes chamado o Campanário. Todavia, nada diverge tanto do estado moral da ilha como a idéia de templo. Desde longa data vem sendo ela utilizada exclusivamente para desterro e prisão. Sete fortalezas foram aí erigidas pelos portugueses quando ricos e poderosos. Há sempre, em Fernando de Noronha, uma pequena guarnição encarregada de manter a ordem entre os detentos dessa prisão rochosa, cercada pela vastidão oceânica. Mulheres não têm permissão de visitar a ilha, e quase todas as provisões aí consumidas provêm de Pernambuco.

Na manhã seguinte a em que dobramos o cabo de São Roque, começamos a procurar no horizonte o porto do Ceará, nosso próximo ponto de escala. O tempo estava carregado e a linha litorânea, aí muito baixa, dificultava-nos a visão. Não conseguimos franquear a barra antes do meio-dia. Mesmo com tempo bom é difícil percebê-la, não tanto pela falta de referência, mas, principalmente, pela dificuldade de se distinguirem as balizas naturais. Há sempre uma névoa espessa pairando sobre o continente, principalmente por ocasião dos grandes ventos, de maneira que, sendo

baixa a costa, não é possível avistá-la de longe. Por outro lado baixas formações de nuvens dão, continuamente, a ilusão de uma longa praia. Isso ocorre sempre que o tempo está limpo mais ao alto.

A posição geográfica do Ceará é de 3°, 42' e 58" de latitude Sul e 38°34' de longitude Oeste. Seus principais pontos de referência são o pequeno promontório de Mucuripe, ao sul, e os picos de Mararanguape, ao norte, a certa distância da cidade, para o lado do interior. Estas foram as únicas montanhas que avistamos no litoral, ao norte da Bahia. Marcam o fim da grande cadeia denominada serra do Mar que se estende pelo menos por vinte graus de latitude, às vezes debruando o litoral, outras vezes afastando-se para o interior e que já tivemos ocasião de descrever, quando relatamos nossa visita a São Paulo.

O Ceará é freqüentemente denominado Fortaleza, devido ao velho forte construído na praia, para defesa do porto. Do mar, pouca coisa se avista da cidade, além do forte e algumas choupanas que o flanqueiam, de ambos os lados. À esquerda da cidade desemboca um riacho cujas margens são guarnecidas de coqueiros, motivo ornamental que se assinala em todas as paisagens nordestinas.

A baía do Ceará abre-se para o norte e apresenta, ao observador, uma linda curva regular avançando para o interior em forma de semicírculo. Formam o porto invisíveis arrecifes semelhantes aos de Pernambuco. Jamais constituiu ancoradouro seguro, mas agora o porto está sendo completamente atulhado pela areia do mar. Quando lá chegamos, algumas embarcações costeiras e um brigue inglês eram os únicos barcos que se achavam fundeados. Em ponto algum é fácil o desembarque devido às grossas vagas que constantemente se vão quebrar na praia. Adaptado a essa circunstância, o bote do piloto, no qual desembarcamos, era guarnecido por poderosos flutuadores de madeira a fim de evitar que se virasse; mesmo assim, porém, não se aproximava muito da praia. Depois de levar os passageiros até onde o mar desse pé, esperava que fossem eles transportados numa "paviola". Esta é uma espécie de cadeira presa a duas traves de madeira, de forma a poder ser transportada sobre os ombros de quatro homens.



Paviola

Os carregadores desse veículo singular precisam ter a mesma altura; no geral são muito altos e de compleição atlética. Vimos quatro deles que caminhavam em direção ao barco, para nos conduzir à praia, sem o menor receio da agitação do mar. De vez em quando uma onda mais forte cobria-lhes a cabeça, escondendo-os, momentaneamente. Nessa ocasião eles paravam e, quando a onda passava, continuavam a marcha. Finalmente dois deles imobilizaram o escaler com as mãos e então pudemos galgar a “paviola”, sentando-nos bem acima de suas cabeças. Apesar da altura em que nos achávamos, ainda não escapamos de alguns borrifos de água salgada. Contudo, demo-nos por felizes por não termos sido atirados para dentro do mar. Logo que nos deixaram na praia, continuamos calmamente nossa marcha em direção à cidade. O sol e o vento secaram-nos a roupa.

Uma das primeiras coisa que tínhamos a fazer era procurar certo destacado comerciante local a quem trazíamos cartas de apresentação. Esse cavalheiro nos recebeu em sua casa, com muita amabilidade e nos forneceu copiosos pormenores e informações sobre a cidade e a província do Ceará. À tarde esse mesmo senhor pôs à nossa disposição um cavalo, graças ao qual pudemos visitar, antes do anoitecer, grande parte da cidade e arredores. A primeira coisa que se pode dizer do Ceará é que a cidade é inteiramente construída sobre areia. Desde a praia até o bairro mais distante, só

vê areia. Se se anda a pé, a areia incomoda os pés; se o sol está quente, elas os queima, e, se sopra o vento, a areia enche-nos os olhos. São de areia o leito das ruas e os passeios laterais com exceção dos pontos pavimentados com lajes ou tijolos. Quer se saia a pé, a cavalo ou em algum veículo, a areia nos incomoda sempre, e não raro são necessários dez bois para tirar um só carro. Contudo, o plano da cidade é bom: as ruas são largas e as praças bem amplas.

Quando Lorde Cochrane tomou posse do Ceará, em 1824, tentou embelezar a capital plantando fileiras de árvores de ambos os lados das ruas. Todavia, o povo movido, talvez, por sua antipatia ao almirante ou por qualquer outro motivo igualmente fútil, derrubou as árvores e arrancou-lhes as raízes, destruindo assim um melhoramento urbano que, quando inteiramente desenvolvido, teria sido de grande utilidade. A cidade tem progredido durante os últimos anos. Diversos prédios estavam em construção por ocasião de nossa visita. O melhor material que aí se emprega é uma espécie de tijolo grande, rústico, mas os prédios são, em grande parte, térreos, feitos de barrote, de tal forma que se torna possível construí-los e mobiliá-los no curto espaço de um ou dois dias. Esse tipo de construção parece que se adapta melhor ao hábito e temperamento do povo, que as casas mais caras e trabalhosas, conquanto mais duráveis.

Os prédios públicos não são maiores nem se distinguem dos que visitamos em outros lugares. Contudo, a cidade não tem nenhum convento nem qualquer outro edifício destinado a fins monásticos. O mesmo se pode dizer com relação ao resto da província, circunstância essa sem paralelo em todo o Brasil. A única igreja terminada que existe no Ceará é a de Nossa Senhora do Rosário, protetora dos negros. A da Conceição, freqüentada pelos brancos, foi demolida anos atrás para ser reconstruída em proporções maiores. Entretanto, quando lá estivemos as paredes estavam paralisadas a meia altura e tudo indicava que assim permaneceriam ainda por algum tempo.

Regressando do passeio para pernoitar em casa de nossos novos amigos, acolheu-nos sua interessante família. Os dois filhos mais velhos estavam estudando em Portugal. Para o mais novo havia uma governante inglesa. À ceia, serviram vinho e, tendo-o recusado, foi com prazer que notamos que a Senhora G., dona da casa, também não fazia uso de bebidas

alcoólicas por pertencer a uma sociedade de abstêmios. Essa circunstância foi motivo de congratulações de ambas as partes visto ser muito raro um hóspede recusar vinho e uma senhora brasileira fazer voto de abstinência total. Estavam também hospedados em casa dessa família um senhor português, já idoso, e sua senhora, uma jovem inglesa. Esse português fora bastante rico, no passado, mas perdera sua fortuna em grandes empresas. Entretanto, continuava ainda vivamente interessado nelas; de fato, tinha em projeto várias obras de melhoramento e, freqüentemente, publicava panfletos demonstrando sua utilidade. Seja por falta de sorte ou por não terem os seus projetos sido compreendidos, o fato é que nenhum deles fora até então posto em prática, tão visionários e sem fundamento pareciam eles ao público. Ao voltarmos do Norte, soubemos que essa distinta família se retirara para o engenho, poucas semanas antes, onde se demoraria durante a safra de açúcar, o Senhor G., estava no escritório, quando o procuramos, tendo-nos, então, cumulado de gentilezas, da mesma forma que durante nossa primeira visita. Convidou-nos para irmos à fazenda Vila Velha, de onde regressaríamos no dia seguinte. Convite tão amável não poderia ser recusado. Nesse passeio fomos acompanhados por um senhor muito inteligente, proveniente de Aracati, porto e cidade principal da província, situado trinta léguas a sudoeste, sobre o rio Jaguaribe e a vinte e quatro milhas de sua desembocadura. O percurso de duas léguas desenvolveu-se ao longo da costa, rumo ao poente; depois orientou-se para o interior até o ponto onde, como o indica seu nome atual, teve primeiro assento a cidade do Ceará. O local fica à margem do rio Ceará que então proporcionava vantagens hoje não mais existentes. Falta-lhe, entretanto, alguma baliza natural que o identifique e proteja. Por isso, julga-se que sua mudança foi bem inspirada. Pode-se ainda ver um aterrado, ou barreira, construída pelos holandeses durante a sua dominação. É o único indício que a localidade apresenta de ter sido algum dia ocupada pelo homem. Durante essa viagem tivemos ocasião de passar por um curto trecho de deserto arenoso que, conquanto em escala reduzida, se encontra também em certas regiões das províncias adjacentes. Em nenhum outro lugar vimos coisa que tanto se assemelhasse às nevadas do hemisfério setentrional, como essas areias alvacentas. Os ventos patentearam a sua habilidade construtora, fazendo com a areia o que faz com o material mais fugaz das tempestades de inverno.

Cones, pirâmides e montículos truncados, de vários tamanhos, foram por eles construídos e são às vezes, entremeados por longas planícies onduladas como a superfície crespa do oceano.

À medida em que nos aproximamos do rio, o solo nos pareceu mais fértil e recoberto de vegetação, tanto nativa como cultivada. A casa de Vila Velha já estava em mau estado e seu proprietário pretendia mandar logo construir outra. O que havia de mais importante na fazenda era o engenho de rapadura. Em tais instalações só se fabrica açúcar cru que, amoldado em forma de pequenos bolos, serve para o consumo da família. Chegamos com luar e encontramos a família à nossa espera. À noite nos entretivemos em animada palestra cujo assunto principal foi a revolução do Maranhão de onde havíamos chegado recentemente. Quando fomos dormir, acomodamo-nos em uma rede armada sob um grande telheiro construído para abrigar os caldeirões onde se fervia a garapa. O sono foi calmo e reparador. Na manhã seguinte, depois do almoço, voltamos à cidade por um caminho mais curto, através dos campos. Aí se percebiam, de vez em quando, capões de mato semelhantes aos de carvalho, nas planícies norte-americanas. Em algumas dessas florestas em miniatura, encontravam-se saborosos frutos. Passamos por um lugar, onde em tempos deveria ter existido um lago, mas estava, então, completamente seco. Aí encontramos grande variedade de interessantes conchas terrestres.

.....

Capítulo XIII

A PROVÍNCIA DO CEARÁ. – GADO. – A CARNAUBEIRA – OS MORADORES. – OS ÍNDIOS. – ALIMENTAÇÃO. – INUNDAÇÃO E SECA. – ESTATÍSTICAS. – ESTADO PRECÁRIO DAS FINANÇAS. – A PROJETADA PROVÍNCIA DO CARIRI NOVO. – LUTAS PARTIDÁRIAS – DE CONDENADOS. – O DOMINGO NO MAR. – COMPANHEIROS DE VIAGEM. – A PROVÍNCIA DO PIAUÍ.

O

CEARÁ é uma província de considerável extensão territorial e, por muitos motivos, importante. Não fora o seu clima inóspito, seria uma das regiões mais produtivas de todo o Império. As planícies arenosas que emprestam ao litoral tão desoladora aparência, não se alongam pelo interior. Mesmo a essas, quando devidamente irrigadas, não lhes falta uberdade; quão proveitosas hão de ser as terras férteis do interior? Atualmente, as principais mercadorias exportáveis são: algodão, madeiras para tinturaria e couros. O gado cearense é famoso pela sua conformação e notável pela resistência ao trabalho, mesmo em circunstâncias que nenhum outro animal de clima frio suportaria. Sua carne é igualmente apreciada; grandes manadas são tangidas para os mercados de Pernambuco e da Bahia. Conquanto o preparo do charque não seja aí tão comum quanto no Rio Grande do Sul, ainda assim é praticado em escala considerável e conhecido pela designação de carne-do-sertão.

Prolifera nesta província, em grande abundância, a carnaubeira (*coriophera cerifera*). Essa palmeira, cuja beleza rivaliza com a dos coqueiros de Itamaracá, nada lhes fica a dever em utilidade. Ao sertanejo ela fornece alimento, roupa e abrigo. Além de seu fruto comestível, o palmito que produz no topo é grande e delicioso. O caule é muito forte e regular, servindo tanto para combustível como para material de construção. Constroem-se paredes ficando-os no chão, um ao lado do outro e obturando com barro os interstícios. Partidos ao meio são empregados no madeiramento de telhados. O cálice da flor é uma casca tecida por natureza, que às vezes empregam como adorno. As folhas magníficas e os ramos da palmeira constituem material belo e durável para cobertura de casas. Disseram-nos, ainda, que as fibras retiradas da raiz servem de remédio para certas moléstias.

As grandes riquezas naturais da região devem ser alinhadas entre os motivos de seu insignificante desenvolvimento. A ordem imperiosa da necessidade – “trabalho ou morte” – jamais perturba o repouso cotidiano do brasileiro, bocejando ao embalo da rede nas horas de sol a pino. A grande massa do povo vive ao deus-dará. Suas necessidades são poucas e simples: conformam-se, em geral, à produção espontânea da natureza.

Hordas de nativos habitam o Ceará em estado semibárbaro; são, no geral, indolentes e corruptos, alimentando-se principalmente de frutos silvestres ou de culturas ligeiras. De vez em quando roubam. Antigamente estavam muito bem organizados e podiam-se mesmo contratar turmas para o trabalho agrícola. Esse regime, porém, há muito deixou de existir e os infelizes aborígenes não têm, agora, utilidade alguma, nem para si próprios nem para outrem. Apesar de todos os relatórios presidenciais fazerem referência ao lastimável estado de degradação do íncola, os anos vão passando sem que nada de positivo se faça para melhorar sua condição e instruí-lo. Por outro lado, são relativamente raros os escravos, nessa província. O cativo é considerado pelo povo verdadeira calamidade; entretanto, como é fácil de constatar, já existe suficiente indolência no Ceará. Seria excesso de crueldade escravizar um povo para se abandonarem os cearenses a ociosidade ainda maior. Em abono de nossa afirmativa, mencionaremos apenas uma circunstância. A melancia, que no Brasil se desenvolve bastante, prolifera no Ceará em quantidade prodigiosa. Quando é tempo, são elas usadas não apenas como sobremesa, mas, ainda, como gênero alimentício, princi-

palmente pelos índios e pelas raças mestiças. São de fato tão abundantes as melancias, que chegam a ser vendidas à razão de uma pataca o cento. Assim é que por um único vintém, pode-se adquirir quantidade suficiente dessa fruta para uma semana inteira.

Milhares de moradores do sertão até hoje desconhecem inteiramente o pão. Contaram-nos como anedota que, vindo a Aracati, um matuto resolveu satisfazer sua curiosidade com relação ao que sempre ouvira dizer que constituía finíssima iguaria. Entrou numa padaria, encheu o chapéu de pães, depois sentou-se à sombra de uma árvore e pôs-se a descascá-los como se fossem bananas ou laranjas. Entretanto, o paladar não lhe soube bem, por isso atirou-os logo fora, exclamando “isto não presta para nada”.

É difícil dizer-se qual a maior calamidade dessa região, se as inundações ou a seca. Na estação das águas, as chuvas torrenciais e contínuas danificam o algodão em flor, bem como outras plantações e fazem crescer as águas dos rios a ponto de transbordar e transfigurar a face mutável da terra. Por outro lado, já se passaram anos inteiros sem chuva. Nessas ocasiões a vegetação desaparece e tanto o homem como os animais morrem à míngua em grande quantidade. É penoso ouvir-se a descrição dessas calamidades e da fome que acarretam. Já tínhamos tido notícia do fenômeno por um cavalheiro que conhecemos em Pernambuco e que o presenciara anos antes, no Rio Grande do Norte. Segundo o nosso informante a inanição devastava as populações do interior cuja única esperança era poder atingir certos pontos do litoral onde se concentravam os socorros vindos de fora. Centenas de retirantes morriam em viagem e seus corpos descartados, abandonados na areia, nem sequer empestavam o ar ou serviam de pasto aos vermes, de tão mirrados e secos. Os que tinham forças para vencer o itinerário e dinheiro com que adquirir alimento, sobreviviam. Os outros chegavam tarde demais, pois já se achavam de tal forma combalidos que o pouco que comiam, em vez de lhes dar alento, só lhes servia para abreviar o fim.

Calcula-se que a província do Ceará tenha cento e oitenta mil habitantes. Em 1841, funcionavam, dentro de suas fronteiras, trinta e uma escolas primárias com uma freqüência de oitocentos e trinta crianças e sete escolas de latim com quarenta e seis alunos. O número de soldados

compreendidos pelas diferentes secções da Guarda Nacional – a milícia do país – era de cerca de onze mil. A Casa da Correção, mantida pelo governo provincial, abrigava dezoito delinquentes; suas celas eram reduzidas, e, no geral, inseguras. A seguinte é a lista oficial dos delitos cometidos durante o ano compreendido entre julho de 1840 e julho de 1841: assassínios, 72; tentativas de morte, 15; ameaça, 1; ferimentos graves, 20; ferimentos leves, 24; injúrias físicas, 4; assaltos, 10; roubos, 17; raptos, 3; calúnia e injúria, 8; porte de armas, 2; prevaricação, 1; desobediência, 15; desfalque, 2; abuso de autoridade, 1; sedição, 1; total, 196.

As instituições religiosas da província estavam em franca decadência. “Esse fato incontestável”, dizia o Presidente Coelho, “não deve ser atribuído apenas ao clero – que, (com honrosas exceções) é ignorante, de hábitos depravados e moral corrupta, interessado, antes nos negócios mundanos que em seu divino mister, – mas também à indiferença a que as legislaturas relegam as necessidades da Igreja”.

Há não muito tempo foi submetido à Assembléia Nacional um projeto para constituição de uma nova província interior, composta de trechos das atuais províncias do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Piauí. A nova unidade política assim criada seria denominada província do Cariri Novo e teria como capital a vila do Crato. Abrangeria as regiões mais férteis de diversas províncias, mas, por outro lado, não teria um só rio navegável ou porto de mar que a servisse. Parece existir no Ceará grande avidez de progresso, sendo que diversos melhoramentos já foram projetados. Entretanto, o precário estado das finanças, tanto da província como dos municípios, há anos vem constituindo obstáculo intransponível à realização de tais empreendimentos. O refletor e outros aparelhos necessários à montagem de um farol, tão necessário em Mucuripe, foram importados da Inglaterra e há quatro anos que se acham na alfândega, à espera de fundos com que pô-los em funcionamento. Instalaram-se lâmpadas para iluminação pública, mas até agora não houve verba para comprar querosene. Não havia, quando lá estivemos, um só cemitério na cidade. Todas as inumações eram efetuadas na única igreja existente que, assim, na expressão do presidente da província, “se tornara um foco de putrefação e pestilência”.

Infelizmente, as animosidades geradas pelas lutas partidárias agitaram e prejudicaram profundamente a província do Ceará. Apesar de

serem raros os movimentos armados, as incessantes rivalidades e contendas partidárias ameaçam constantemente a ordem pública.

Dirigindo-nos à praia, quando íamos tomar o vapor na cidade de Fortaleza, passamos por um grande largo, junto ao forte, onde, dias antes, seis criminosos haviam sido executados. Eram africanos, e, talvez, todos escravos que, servindo na qualidade de marinheiros a bordo de um brigue, se amotinaram e assassinaram o capitão, parte da tripulação e alguns passageiros. Depois de cometer o crime abriram as escotilhas do navio e o afundaram na costa, a pouca distância do Ceará. Provavelmente tinham por objeto saquear e reconquistar a liberdade. Entretanto, desembarcados, foram logo presos pelas autoridades provinciais, processados e condenados à pena capital. A execução deu-se por enforcamento. No Brasil não se adota o cadafalso de alçapão. A forca ergue-se sobre três moirões, em forma triangular. A ela se sobe por uma escada, e, quando a corda já está ajustada ao pescoço do condenado, este é içado pelo carrasco que, para abreviar a morte, se pendura nos ombros da vítima.

Ao embarcarmos, novamente, para prosseguir viagem para o norte, enviamos a diversas pessoas com quem tínhamos travado conhecimento vários volumes e folhetos, por intermédio do piloto-mor. A nossa rota orientou-se para noroeste, fora da vista da costa. Sendo domingo o dia seguinte, o capitão nos pediu que dirigíssemos os exercícios religiosos destinados aos passageiros e à tripulação. Entretanto, dada a necessidade de baldear constantemente carvão para a fornalha, não houve tempo para as práticas religiosas, de maneira que procuramos sanar a lacuna visitando os que não estavam de serviço e lendo, para eles, trechos adequados. O comandante do barco, que era capitão da Marinha brasileira, apoiava tudo quanto se promovesse em prol do bem-estar da tripulação. Logo que entramos a bordo ele manifestou a esperança de que conseguíssemos, através de nossos esforços, o milagre da temperança, visto como lhe constava que o havíamos conseguido a bordo da *São Sebastião*.

Um dos passageiros, oficial da Marinha brasileira, em viagem para o Maranhão, leu com muita atenção e evidente interesse as publicações em português que lhe pusemos nas mãos. Aceitou também um Testamento, visivelmente satisfeito, e, sua senhora, um exemplar dos Salmos que lhe oferecemos. Essa dama era ainda jovem, bela e

educada. Nunca tinha saído do Rio de Janeiro e parecia, então, preocupada com a possibilidade de não mais para lá voltar. Seu marido comprazia-se com a idéia de cobrir-se de glória em campanha; mas, de que serviria isso para a esposa se ele tombasse em combate! Nem eram essas as únicas apreensões que lhe atormentavam o espírito. Sua constituição frágil estava prostrada devido ao enjôo constante, situação que a todos penalizou.

Seguia, também, no mesmo vapor, outro oficial de marinha, mais velho e de posto mais elevado que o tenente a que nos referimos. Era capitão-de-fragata e ia comissionado como superintendente do Arsenal de Marinha do Pará. Esse individuo era português nato, tinha formação holandesa e cidadania brasileira. Tivera muitas oportunidades na vida e demonstrava grande tirocínio. Era muito sociável, e durante a viagem proporcionou-nos várias palestras agradáveis. Dizia-se inteiramente livre-pensador, em matéria de religião, mas apesar disso era católico convicto. Mesmo assim, porém, muitas das suas idéias eram ortodoxas. Repudiava a doutrina de que não há salvação fora da Igreja e sustentava a opinião de que a religião em que o indivíduo nasce é a melhor para ele, equiparando, assim, à religião de Cristo, até o mais vil paganismo. Não aceitava a presença real e achava que o cálice é parte essencial do sacramento. Entretanto, desculpava a licenciosidade de certos padres e pouco se interessava pelo ressurgimento moral e religioso do povo e do clero.

A província do Piauí, ao largo da qual então passávamos, tem apenas cerca de sessenta milhas de costa, banhada pelo Atlântico. Para o sul ela se estende por quase quatrocentas milhas e, em alguns pontos, tem trezentas de largura. No Piauí predomina a planura, conquanto de vez em quando seja o seu território pontilhado de montanhas altas e abruptas. Pouca é a vegetação que lhe cobre as planícies, e, apesar de desoladas durante a seca, na estação chuvosa proporcionam excelente pastagem ao gado. A terra presta-se para a cultura da mandioca, do arroz, do milho, da cana-de-açúcar e do algodão. Tem ainda minas de prata, de ferro e chumbo as quais, entretanto, são pouco exploradas.

O clima é essencialmente quente, e em várias regiões lavram febres malignas. Spix e Martius percorreram a província em 1818. Uma das



Vista da província do Piauí

principais finalidades de sua missão era examinar uma enorme massa de ferro meteórico, cuja fama se havia espalhado por todo o país. Depois de muita fadiga e sofrimento, atingiram, finalmente, o objeto de suas pesquisas. Tal, porém, era a dureza do aerólito que nem mesmo após diversos dias de trabalho conseguiram destacar um só fragmento que pudessem levar como espécime.

Encontraram nas margens de alguns tributários do rio São Francisco depósitos salinos de natureza singular. A rocha das adjacências é uma espécie de conglomerado, no qual se encontram de mistura quartzo, mica e pedra arenosa, provavelmente associados com sulfatos de cálcio. O sal aparece numa terra ligeiramente amarelada e misturada com resíduos vegetais, cobrindo a rocha. Depois de saturada pela água da chuva e novamente seca pelo sol, a crosta externa fica coberta por uma camada de cristais salinos. Nessa ocasião raspam a terra, com folhas de palmeira, até a profundidade de uma polegada e atiram o produto na água. A solução é, então, exposta ao sol em grandes gamelas ou em um couro de boi esticado sobre quatro estacas. Quando a terra assenta ao fundo, fazem escorrer a salmoura para outro recipiente onde se cristaliza em estado de pureza. A manipulação do sal constitui indústria de grande importância e está largamente disseminada pelo interior. Não menos curioso que o processo de fabricação é o fato de constituir o sal, em grande parte, o meio circulante do sertão. Em determinados períodos, muita gente afluí de todas as direções à procura do precioso artigo cujos montículos são cotados entre vinte e trinta réis. Consta que até os padres e os funcionários públicos, nessas regiões afastadas, recebem seus honorários em sal.

O rio principal do Piauí é o Parnaíba. Corre em direção norte e recebe vários tributários de ambos os lados. Na desembocadura divide-se em seis braços, formando diversas ilhas, junto ao mar. Não há, na província, nenhum porto de mar de importância. Sua capital é a cidade de Oeiras, que conta com uma população de cinco mil habitantes e está situada a quase trezentas milhas no interior. O Barão de Parnaíba que, por vários anos, foi presidente do Piauí, diz, em uma de suas recentes mensagens, que “a instrução primária foi até certo ponto difundida pela província; entretanto, luta com a falta absoluta de professores, quer para o ensino de humanidades, quer para o de ciências morais”. Traduzimos, também, a

seguir, o trecho em que se ocupa da justiça e dos negócios eclesiásticos. “O quadro que me cumpre apresentar à Assembléia Legislativa, com relação à Justiça, não é de forma alguma edificante.

“A província está dividida em cinco comarcas. Três delas estão em condições satisfatórias devido aos bons officios de funcionários competentes. Nas duas outras, o menosprezo à justiça é clamoroso. Nelas a situação é da mais absoluta anarquia. As autoridades estão divididas em campos opostos e os responsáveis por bárbaros crimes, cometidos em público, gozam da mais completa impunidade. Para falar com franqueza sobre o estado dos negócios eclesiásticos, devo dizer que difficilmente poderiam estar em piores condições. Parece que o destino, contrariando os nossos bons propósitos, não cessa de nos embaraçar.

“A Província compreende treze paróquias dependentes da Diocese do Maranhão. Somente seis delas estão providas de vigários, sendo que destes três estão impossibilitados de exercer os seus sagrados misteres, devido a excesso de idade ou enfermidade. Há grande dificuldade no preparo dos papéis de casamento, pois para isso torna-se necessário ir até ao Maranhão. Nossas igrejas, na maioria, marcham aceleradamente para as ruínas, sendo que algumas delas já caíram inteiramente. Precisam de reparos urgentes, mas não há dinheiro para tais obras. As finanças da província, geralmente falando, estão em situação crítica, já que pouco ou nenhum aumento de renda nos advém do comércio exterior.”

.....

Capítulo XIV

ITACOLOMI. – ENTRADA DO MARANHÃO. – A CIDADE. – A PROVÍNCIA. – REBELIÃO. – O SAQUE DE CAXIAS. – CIDADE DO MARANHÃO. – O LICEU. – “TIPOGRAFIA DE TEMPERANÇA”. – CIRCULAÇÃO DAS ESCRITURAS. – RECOLHIMENTO. – DESCOBRIMENTO. – HISTÓRIA ANTIGA. – OS FRANCESES. – GOMES FREIRE. – DESENVOLVIMENTO SOCIAL. – GUERRA DA INDEPENDÊNCIA. – LORDE COCHRANE. – ABRANCHES. – MANOBRAS DO ALMIRANTE. – SUA ESPECULAÇÃO ALGO-DOEIRA.

*L*OGO pela manhã do dia seguinte à nossa partida do Ceará, avistamos terra e vimos surgir à nossa frente a montanha do Itacolomi. O nome é de origem indígena e quer dizer gigante. Essa denominação foi também dada a outra montanha na província de Minas Gerais, e, por analogia, os mineralogistas usam o mesmo para designar a rocha de que o pico é constituído. A figura formada pelo perfil da Gávea, o Corcovado e o Pão de Açúcar – que se avista da barra do Rio de Janeiro tem sido igualmente chamados Itacolomi. A montanha de que ora nos ocupamos tem a forma de um cone regular. Não é muito alta, mas, sendo a única elevação abrupta de toda a região, torna-se bastante visível para quem vem do mar. Construiu-se, ultimamente, um farol na base da mesma, que passou a constituir a principal referência do porto do Maranhão, desde a cinquenta milhas de distância. A ilha de Santana, que deixamos à esquerda, é a segunda baliza de importância. Também tem um farol. Levando rumo sul, deixamos à

esquerda a ilha do Maranhão e à direita o continente talhado em escarpas revestidas de marga vermelha. A largura da barra ia diminuindo à medida que entrávamos e a baía se apresentava pontilhada de numerosas ilhotas.

Avistamos, de passagem, a vila de Alcântara, sobre o continente e a fortaleza de São Marcos, a primeira obra-de-arte que se vê na ilha do Maranhão. Sobre a bateria ergue-se o telégrafo que se comunica com o forte de Santo Antônio, situado na Ponta das Areias, perto da cidade. Ao passarmos pelo segundo forte, perguntaram-nos por meio de uma trombeta: “De onde vêm?” – “Quantos dias de viagem?” Como, porém, nenhum piloto viesse ao nosso encontro o capitão se dispôs a guiar o barco através dos tortuosos canais que conduzem ao porto e o conseguiu brilhantemente. Por essa ocasião achavam-se ancorados no porto uma corveta e dois brigues de guerra brasileiros, dois franceses e diversos navios mercantes. Lançamos âncora junto a uma antiga muralha, à frente do Palácio do Governo, de onde diversas peças de artilharia pareciam nos visar; sobre elas panejava uma linda bandeira brasileira. O desembarcadouro fica ao longo do forte, e, conquanto fosse construído de pedra, parecia já bastante gasto pela ação do tempo. Desse ponto sai uma rua calçada que vai ter a uma grande praça desguarnecida, em cujo âmbito se vêem a Catedral, o Palácio do Bispo e outros edifícios importantes, a maioria dos quais não passa de dependências do antigo Colégio dos Jesuítas.

A cidade de São Luís do Maranhão está situada a 2°31' de latitude Sul e 44°16' de longitude Oeste. Ocupa a extremidade noroeste da ilha de igual nome e está separada do continente apenas por um estreito canal, geralmente chamado rio Maranhão. Sua população é avaliada em trinta e três mil almas, aí incluídos numerosos ingleses e franceses que se ocupam de atividades comerciais. A cidade é dividida em duas paróquias e compreende treze igrejas e capelas, três mosteiros, um recolhimento para educandas e seis hospitais, dos quais o principal é o da Misericórdia. Os estabelecimentos de ensino são: um liceu, uma escola de latim, duas escolas primárias masculinas, duas femininas, quatro escolas particulares e um seminário instalado em um dos mosteiros. São Luís é a quarta cidade do Império e capital da importante província do Maranhão.

O território da província é um tanto irregular, conquanto não conte, dentro de seus limites, nenhuma cadeia de montanhas. É banhado

por numerosos rios e ainda se acha, em grande parte, coberto de extensas florestas, nas quais se encontram madeiras de lei e preciosas plantas medicinais. O terreno presta-se muito para a cultura do arroz, que produz em grande quantidade. O algodão aí se desenvolve muito melhor que a cana-de-açúcar. As frutas indígenas são numerosas e abundantes; dentre elas mencionaremos, pela excelência, o abacaxi e as diversas variedades de bananas. Nem falta à província riqueza mineral. Ótimas jazidas de pedra vermelha, arenosa, proporcionam excelente material para construção. Também já se descobriram no Maranhão minas de ferro, chumbo e antimônio, conquanto ainda não tenham sido convenientemente exploradas. As águas da província são muito piscosas, e, nas fazendas do interior, rebanhos de carneiros, gado vacum e cavalariam multiplicam-se rapidamente.

O momento histórico em que teve lugar a nossa visita foi tristemente interessante devido à guerra civil que avassalava diversas regiões da província. A insurreição tivera origem no descontentamento causado por uma lei promulgada, havia pouco, segundo a qual os juizes de direito e de paz seriam substituídos por prefeitos e subprefeitos dotados de poderes mais amplos. Além disso constou que os brancos pretendiam escravizar toda a população de cor e mestiça. Alguns desesperados sem escrúpulo, nada mais visando que o assassinio, o saque e o roubo, conseguiram insuflar o espírito revolucionário entre os ignorantes e malfeitores – dos quais a província deveria estar repleta – e começaram a atacar indivíduos e famílias sem defesa, justamente quando nada fazia suspeitar tais acontecimentos. Encontrando fraca resistência, os rebeldes conseguiram cercar a cidade de Caxias, no rio Itapicuru.

Essa cidade vinha logo depois da capital, em riqueza, população e importância comercial. Foi sitiada durante um mês pelos bem-te-vis – como se apelidavam os insurretos – e a rendição teve como causa principal dissensões entre o povo. Depois da capitulação seguiu-se a pilhagem geral. Tudo quanto não tinha utilidade imediata para os rebeldes era prontamente destruído por eles. Duzentos ou trezentos dos principais habitantes foram encarcerados, outros massacrados e poucos conseguiram escapar. As notícias desses acontecimentos alarmantes espalharam terror e pânico pela província cujos moradores afluíram, às centenas, para a capital, único lugar onde poderiam encontrar segurança. Foi imediatamente decretada a lei marcial

para toda a província e fortificada a cidade. Contudo, era pequena a força disponível, e, não se podia saber se os rebeldes, no entusiasmo da vitória, não resolveriam descer até ao Maranhão. De fato, isso provavelmente se teria dado e a cidade naturalmente teria sido pilhada, não fora o oportuno estabelecimento da navegação a vapor. Os novos barcos logo espalharam notícias do levante por toda a costa brasileira e não tardaram reforços aos maranhenses. Receberam-se comunicações da capital em menos tempo do que teria sido necessário para contornar o cabo São Roque em veleiro.*

Homens, armas e munições de guerra foram prontamente remetidos do Rio de Janeiro, de forma que não somente puderam os maranhenses guarnecer a cidade como ainda remeter forças para o interior a fim de atacar os rebeldes em seus próprios redutos. Felizmente não foi difícil batê-los. O sucesso os havia embriagado, e, os mesmos condenáveis instintos que os levaram a praticar toda a sorte de crueldades e de crimes contra seus pacíficos irmãos, logo os lançaram uns contra os outros. Diversos dos cabeças que se haviam enriquecido com o produto da pilhagem foram assassinados pelos seus próprios sequazes e distribuído entre eles os haveres roubados. Contudo, gastaram-se meses na pacificação da província, e, ainda durante a nossa visita ao Maranhão, a cidade era dia e noite patrulhada por força de armas embaladas. Os fortes e as baterias impediam a aproximação de qualquer embarcação hostil. Do lado de trás da cidade abriram um fosso e, sobre um parapeito, instalaram artilharia para prevenir qualquer ataque proveniente do interior da ilha.

Tem-se a cidade do Maranhão como sendo de melhor construção que qualquer outra no Brasil. Apresenta ela ao visitante um aspecto de progresso como raramente se nota em outras cidades do Império. Além disso, são poucas as choupanas e casebres. Nenhuma de suas igrejas é de grande porte ou por demais suntuosa; entretanto, muitas residências são de fina construção, estilo elegante e aparência sólida. As paredes são fortes, construídas de pedra britada e cimento. Conquanto o casario não seja denso, a cidade espalha-se

* Southey cita o caso de um navio que partiu do Maranhão em 1656, rumo a leste, transportando tropas para alguma emergência. Depois de permanecer ao largo durante cinquenta dias – tempo suficiente para exaurir todas as provisões – o barco viu-se forçado a regressar e, em apenas doze horas de viagem, atingiu o porto de onde partira.

por uma grande área. Assenta-se sobre duas colinas, derramando-se pelo vale que lhes fica de permeio. Em muitos lugares as ruas chegam a ser abruptas de tão íngremes. Raríssimas as carruagens em uso, e, conseqüentemente, só há uma estrada carroçável em toda a região circunvizinha, assim mesmo de curto percurso. A “cadeira” é aí pouco conhecida, como meio de transporte. Em seu lugar usa-se a rede, na qual se viaja comodamente. Vêm-se comumente no Maranhão e no Pará, senhoras descansando em suas redes. Os homens, principalmente quando gozam de perfeita saúde, raramente aparecem em público dessa maneira, conquanto gostem de se balançar na rede, em casa.

As ruas do Maranhão obedecem a um traçado remarcadamente regular, no que respeita à direção. São de boa largura e a ação combinada do vento e das chuvas mantém-nas rigorosamente limpas. A pavimentação é feita de um conglomerado de pedra arenosa, a mesma usada nas construções; não sendo, porém, niveladas, nem havendo passeios de pedra lisa, é desagradável e fatigante nelas andar-se a pé. A cidade dispõe de diversas praças ornamentadas, algumas delas com árvores de sombra.

Um dos passeios mais interessantes que se pode fazer, dentro do perímetro urbano, é o Cemitério Público há poucos anos construído nas imediações da Santa Casa de Misericórdia.



A rede

Os muros externos têm nele embutidas numerosas catacumbas, algumas das quais já estão ocupadas. Sinuosas aléias ladeadas de flores ser-

peiam por entre as fileiras de túmulos promíscuos. É pena que o campo-santo seja, por demais pequeno em relação ao tamanho da cidade. Os ingleses também têm um cemitério arrumado com certo gosto, onde também se inumam protestantes de diversas nacionalidades. O Quartel dos Militares, do Maranhão, passa por ser o melhor de todo o Império. Eleva-se em situação eminente e sua construção obedece o formato comum de um quadrilátero fechado.

A parte norte da cidade é considerada a mais atraente como bairro residencial. Chamam-na Remédios, em honra a Nossa Senhora dos Remédios, protetora do comércio e da navegação e a ela é dedicada a igreja matriz. Esse bairro é muito freqüentado nos dias santificados. Por ocasião de nossa visita, tanto a igreja como diversas casas vizinhas estavam sendo ornamentadas para alguma festa próxima. Pouco além dos Remédios vê-se a cadeia nova, cuja construção obedeceu ao padrão norte-americano, ou, como dizem os brasileiros, prisão com trabalho.

Durante nossa estada no Maranhão, fez-nos alvo de suas atenções um nosso patrício de há muito residente na cidade, que nos acompanhou a todos os recantos interessantes do lugar, levou-nos, certa vez, até o interior da ilha. Viajamos a cavalo, tendo então visitado duas fazendas, uma das quais se achava em excelentes condições. O solo aí, em geral, é estéril e compensa muito parcamente os esforços do agricultor. Nesse particular a região difere consideravelmente das que são adjacentes, provavelmente por ser muito arenosa, no verão torna-se adusta e nua. Em seu estado natural a terra é recoberta por uma vegetação tacanha, rasteira.

Agradou-nos muito a visita que fizemos ao Liceu. Por determinação do governo, essa instituição está instalada no Convento Carmelita – enorme prédio que jamais teve aplicação tão proveitosa quanto a presente. As cadeiras aí lecionadas são em número de sete, a saber:

Latim e Grego,	Filosofia,
Inglês e Francês,	Geometria,
História e Geografia,	Desenho,
	Retórica.

Os alunos são quase todos jovens. Aparentam vivacidade e interesse, e em diversas classes tivemos ocasião de observar provas inequívocas de seu aproveitamento. A biblioteca tinha quatro mil volumes, com predominância dos livros franceses.

Os maranhenses alegam possuir, e não sem razão, um grau de desenvolvimento intelectual e moral comparável ao de seus patrícios das maiores cidades do Império. Se perseverarem em seus atuais esforços, continuarão a merecer a admiração e o respeito tanto de seus concidadãos como dos estrangeiros.

Entre as cousas interessantes que observamos durante nossa visita à cidade, notaremos a inscrição – Tipografia de Temperança – estabelecimento singular em todo o Império esse prelo – um dos quatro existentes no lugar – constituiu o meio de propaganda dos princípios da abstinência total pelas regiões setentrionais do Brasil, como tivemos ocasião de observar no Ceará. Era aí que se imprimiam várias publicações úteis para distribuição gratuita, a maioria das quais traduzida de jornais e revistas norte-americanos sobre o assunto. O proprietário do estabelecimento era um cavalheiro inteligente e distinto. Dois de seus filhos haviam sido educados nos Estados Unidos. Em seu estabelecimento munimo-nos de várias publicações sobre a temperança, para distribuição em outras partes do país, e ao mesmo tempo deixamos muitos exemplares das escrituras. Ao voltarmos do Pará, fomos informados de que vários desses livros haviam sido postos em circulação, a despeito das dificuldades encontradas. Durante nossa ausência, um padre de Turi, – lugar situado entre o Maranhão e o Pará, – comunicou ao bispo da Diocese o estranho aparecimento de Bíblias em sua paróquia e pediu instruções sobre se deveria permitir que fossem elas compulsadas. Sua Reverência, o bispo diocesano era já bem velho e, fosse por nervosismo ou porque o não animassem sentimentos liberais – como, aliás, mais de uma vez nos deram a entender que os não tinha – ficou desusadamente alarmado. Ao velho prelado pareceu que todo o mundo se afogaria num mar de heresias. Levantaram-se suspeitas contra todo o mundo e os fiéis foram imediatamente advertidos a não se contaminarem nas Bíblias lançadas em circulação bem

como para que se não convertessem ao Protestantismo. Certo sacerdote recebeu o encargo de examinar os livros que deixáramos em depósito para distribuição, e, ao que parece, o exame foi satisfatório, pois jamais se divulgou qualquer parecer em contrário. O público pouca importância deu ao extemporâneo alarme do velho bispo.

Em um de nossos passeios matinais, paramos na capela do Recolhimento para ouvir a Ave Maria e o Glória Patri, entoados numa melodia triste, plangente. Na igreja do convento franciscano, viam-se, penduradas em lugar de destaque, numerosas peças de cera representando partes do corpo humano: mãos doentes, pés, braços, pernas etc., testemunhando o poder sobrenatural do glorioso fundador da ordem. A igreja de Nossa Senhora dos Remédios é pequena, mas muito simples e bonita por dentro. À frente do templo, mas um pouco distanciado dele havia um alpendre, em torno do qual então construíam barracas onde o povo se divertia por ocasião das festas.

Apesar da influência deprimente que teve a revolução sobre todos os ramos do comércio, diversos edifícios estavam sendo construídos em diferentes pontos da cidade. A parte sudoeste do burgo, beirando o rio, denomina-se Varadouro e não difere, na aparência, da Prainha, no Rio de Janeiro. É aí que está situado o mercado, em meio de uma praça aberta. Os comerciantes costumam reunir-se a um canto do largo para efetuarem suas transações. Vê-se, aí, um velho edifício construído em 1680, por uma companhia particular, sob o patrocínio do governo português e atualmente ocupado pela alfândega. Encontram-se, nas vizinhanças, grande armazéns de algodão, nalguns dos quais existem prensas para enfardamento, de construção rústica, acionadas a mão, em flagrante afronta aos melhoramentos havidos em outros países, nesse particular.

No rio, junto ao Varadouro, geralmente se vê grande quantidade de barcos mercantes atracados. De todas essas, a embarcação mais interessante é a montaria, espécie de bote de fundo chato, muito usado na região. Na primeira que vimos iam dez índios remando vigorosamente contra a correnteza. Os remos eram de formato ovalado e seguros por ambas as mãos, em posição perpendicular. Tocando na água todos ao mesmo tempo, imprimiam grande velocidade ao barco.



Montaria

Várias passagens históricas relativas a este trecho da América do Sul merecem um pouco de atenção. A baía e o rio Maranhão foram descobertos em 1500, por Vicente Yanes Pizón, companheiro de Colombo, em cuja expedição comandou a nau *Niña*. Tendo obtido permissão para sair à procura de novas terras, esse navegador equipou quatro caravelas que foram os primeiros barcos espanhóis a cruzar a linha equinocial. Rumando para sudoeste, depois de contornar o Cabo Verde, avistou uma ponta de terra a qual, pelo alívio que trouxe a toda a tripulação, na situação quase desesperadora em que se achava, Pizón denominou cabo Consolação, logo depois passou a se chamar cabo de Santo Agostinho. Daí seguiu a costa em direção noroeste, desembarcou de vez em quando para manter contato com a população nativa, até que, finalmente, chegaram à enseada que seria conhecida como baía do Maranhão. Os espanhóis foram muito bem recebidos pelos aborígenes, mas retribuíram vilmente sua bondade simples, aprisionando 30 desses entes inofensivos, para depois vendê-los como escravos. Pizón supunha que a terra em que tocara fosse alguma região da Índia, além do Ganges e que passara ao largo da grande cidade de Catai. Tomou posse da costa para a Coroa de Castela. Todavia, antes mesmo

de seu regresso à Europa, a região fora visitada e reclamada pelos portugueses aos quais de fato pertencia, de conformidade com a liberal divisão das terras desconhecidas, feita pelo Papa Alexandre VI, entre a Espanha e Portugal.

Em 1530, foi o Maranhão constituído em capitania a doado a João de Barros, grande historiador português, autor do clássico trabalho *As décadas da Índia*. Contudo, o donatário não dispunha de meios com que tomar posse e colonizar sozinho a sua capitania. Dividiu, por isso, seus territórios com Fernão Álvares de Andrada e Aires da Cunha que reuniram a maior e mais custosa força armada até então enviada à América portuguesa. Armaram-se quatro naus equipadas com novecentos homens, dos quais cem cavalarianos. Aires da Cunha seguiu na qualidade de comandante, acompanhado de dois filhos de Barros, mas toda a frota naufragou na desembocadura do rio. Poucos anos antes, Diogo de Ordas, famoso na história do México por ter escalado o vulcão Popocatepelt, sofrera idêntico desastre ao largo do Maranhão. Novamente em 1544, uma terceira expedição comandada por Luís de Melo, em favor de quem João de Barros desistira de seus direitos sobre a capitania, perdera-se de encontro aos baixios, da mesma forma que Aires da Cunha.

Estava reservado aos franceses o privilégio de estabelecer o primeiro povoado no Maranhão. Para esse fim, em princípios de 1612 partiu de Cancale, na Bretanha, uma expedição comandada por Ravardière. A esse huguenote associaram-se quatro missionários capuchinhos, além de diversos adeptos de sua seita. Tal diversidade de crença não parece ter causado dissensão entre os aventureiros e foi Claude d'Abbeville, chefe da missão, que mais tarde fez a crônica da empresa. Quando se dirigiam ao Brasil, tocaram em Fernando de Noronha. Desembarcaram, finalmente, na ilha de Santana onde os capuchinhos erigiram um grande cruzeiro, abençoaram a ilha e dedicaram-na à Virgem Maria. Chegando ao sítio onde atualmente se eleva a cidade do Maranhão, construíram um forte e o artilharam com vinte peças. Junto a ele levantaram um armazém para acomodar as mercadorias trazidas pelos franceses, e, não muito longe, uma casa para os missionários. Os capuchinhos benzeram a terra a fim de purificá-la do paganismo pestífero que por tão longo tempo a tinha profanado, e, no auge do regozijo, batizaram sua modesta morada com a designação de

Convento São Francisco. Depois, tanto em honra ao santo como à Família Real da França, denominaram a cidade, São Luís, e a baía, Santa Maria. O principal objetivo dos franceses parece ter consistido em fomentar a inimizade dos nativos contra os lusos. Entretanto, tão vivas eram as recordações que ainda conservavam os aborígines das numerosas injúrias recebidas em vários pontos do litoral, que seu ódio ao português dispensava qualquer estímulo. Fácil foi ao comandante da expedição aliciar os chefes indígenas sob a sua bandeira, enquanto os capuchinhos por seu turno persuadiam os naturais a deixar de perfurar as orelhas e os lábios.

Dentro de pouco tempo Claude d'Abbeville voltou à Europa em companhia de um dos comandantes, para dar conta dos progressos conseguidos. Levou consigo seis tupinambás pagãos, para que os parisienses pudessem presenciar o espetáculo inédito de seu batismo. Essa parte do programa, afirma Southey, deu esplêndidos resultados. Três dos silvícolas faleceram logo após o desembarque, mas os outros três causaram sensação por toda parte e foram seus padrinhos de batismo o próprio rei e a rainha regente.

Infelizmente, para os franceses, o Governo do Brasil começava então a voltar suas vistas para o Maranhão. Forças portuguesas atacaram os intrusos e, depois de três anos de combates e negociações, os franceses foram obrigados a se retirar. Em 1630 os ingleses também tentaram instalar-se na mesma região, mas foram igualmente repelidos. Os holandeses, sob as ordens de Koin, conseguiram-no, porém, em 1641. Capturaram a cidade do Maranhão, pilharam-na e praticaram toda a sorte de atrocidades. Contudo, a expedição fora mal planejada. Apesar de perspicazes, os batavos parece que nunca se deram conta de quão desproporcionadas eram as suas conquistas em relação aos meios de que dispunham para mantê-las. São Luís, da mesma forma que São Salvador e Olinda, fora facilmente conquistada; mas também aí o povo logo começou a trabalhar pela sua libertação. Cerca de cinquenta portugueses organizaram uma conspiração e se dispuseram a restaurar o Maranhão ou morrer na empresa. Seus primeiros esforços foram bem sucedidos. Assassinararam muitos dos invasores, mas só dois ou três anos mais tarde foi o Maranhão evacuado pelos batavos, ante a chegada de poderosos reforços de Portugal.

Muitas das adversidades por que passou essa região brasileira resultaram da incompetência de seus primeiros governadores que se entre-

garam à prática de atos tiranos e mesquinhos. Daí se originou uma série contínua de movimentos sediciosos que exerceram desastrosa influência sobre o povo e o país. Se em alguma coisa governantes e colonos sempre estiveram de acordo foi quanto à opressão e escravização dos míseros selvagens que não conseguiam escapar à crueldade dos lusitanos. Foi então que o jesuíta se opôs corajosamente à tirania e Vieira, um dos espíritos mais vigorosos da Companhia, colocou o seu inesgotável talento a serviço da libertação e catequese do íncola infeliz. Depois de uma passageira expulsão dos jesuítas, o comércio escravagista se restabeleceu e prosseguiu com multiplicados horrores até 1673, quando a Corte portuguesa, convicta de que não havia lei capaz de coibir os abusos e as crueldades desse tráfico nefando, decidiu pôr termo ao cativo indígenu. O decreto abolicionista provocou uma revolta em São Luís, que teve como principal cabeça um tal Beckman. O movimento foi, ainda, auxiliado por alguns sacerdotes, um dos quais pregou a rebelião do púlpito e outro cantou um *Te Deum* na catedral, pelo sucesso da causa revolucionária. O clero, em geral, não prezava o sacerdócio e muitos de seus membros se haviam degradado inteiramente, na Europa. Agora, porém, que a restauração dos jesuítas à primitiva situação lhes depertava a inveja, sua raiva não tinha mais limites. Não tendo Beckman conseguido alguém com suficiente audácia para ir ao Pará acender a chama da revolta, certo frade, despindo a estamena, incumbiu-se da missão infame.

Foi então que Gomes Freire, homem de excepcionais qualidades, recebeu do governo português a incumbência de restaurar o Maranhão. Completo sucesso coroou sua expedição. Beckman conseguiu evadir-se, mas, posta a prêmio a sua captura e traído por um parente seu, foi entregue às mãos da justiça, encarcerado, e, finalmente, executado. Tão nobres eram os sentimentos de Gomes Freire que só a custo conseguiu assinar a condenação do rebelde. Provação ainda maior experimentou ele quando a esposa de Beckman, de luto, cabelos em desalinho, foi ter à sua presença acompanhada de suas filhas, para solicitar clemência. Recebeu-as Gomes Freire na antecâmara e elas se lançaram a seus pés. Quando a mulher de Beckman conseguiu sopitar o pranto e balbuciar algo de inteligível, disse que não pretendia interceder pela vida do marido, porque sabia que se o governador pudesse certamente a pouparia sem a intercessão de quem quer

que fosse; ia, porém, invocar a sua compaixão para as duas órfãs. As infelizes raparigas, secundando o pedido de sua mãe, suplicaram a Gomes Freire que, se no desempenho de suas funções públicas as fizera órfã, como cristão tomasse o lugar de seu pai e lhes desse agasalho no seio de sua família, ainda que como escravas. A cena foi singularmente patética. Freire prometeu-lhes fazer quanto lhe fosse possível, e, quando os bens confiscados à Beckman foram postos em leilão, Freire os adquiriu com seus próprios recursos e os devolveu imediatamente às moças. Beckman suportou o suplício com resignação e espírito de penitência, tendo confessado que atentara contra a vida do governador quando este desembarcara. O frade que fomentara a rebelião do púlpito foi simplesmente detido em seu próprio convento.

Em 1685, setenta anos após a expulsão dos franceses, São Luís tinha cerca de mil portugueses. Muitos deles pertenciam à nobreza, classe a que ingressavam todos os que serviam na ordenança – ou milícia local ainda que apenas por noventa dias. Essa nobreza não constituía apenas casta, mas, ainda, conferia isenções e privilégios aos seus membros. O orgulho tolo que essas distinções alimentavam recebeu grande alento com a outorga, por D. João IV, de uma Carta Régia concedendo ao Maranhão e ao Pará privilégios de que só gozavam as cidades do Porto e de Lisboa, cujos habitantes ocupavam posição quase igual à dos cavaleiros andantes. Os maranhenses, entretanto, não podiam cavalgar muares. A simples criação de tais animais era considerada ofensa ao Estado.

Passado mais de um século, em 1785, a cidade do Maranhão contava ainda doze mil almas apenas. Expandiram-se as culturas do algodão e do arroz tornando-se extensivas e proveitosas, conquanto ao serem introduzidas fossem elas consideradas inovações falazes e trabalhosas. Daí por diante o Maranhão desfrutou prosperidade e calma duradoura enquanto o Brasil continuou na dependência de Portugal. Nem mesmo durante a guerra da Independência foi a província teatro de acontecimentos notáveis.

Em 1823, quando as tropas portuguesas, sob o comando do General Madeira, evacuaram a Bahia, Lorde Cochrane, comandando a esquadra de Pedro I, tocou no Maranhão apesar de não ter ordem expressa para tanto. Entrando no porto, Cochrane percebeu que vários navios carregados de tropas portuguesas haviam chegado antes dele. Tomou providências imediatas para o bloqueio. Entretanto, a medida não foi necessária por-

que a junta provisória que administrava a província logo manifestou a sua adesão à independência. O almirante apreendeu imediatamente os navios portugueses surtos no porto e determinou o confisco dos bens pertencentes aos lusitanos residentes em Portugal. Alguns dos navios aprisionados, bem como grande quantidade de mercadorias, foram resgatados mediante pagamento, a Lorde Cochrane, das importâncias fixadas para esse fim. Os demais, despachou-os o almirante para o Rio de Janeiro, para onde também seguiu ele, depois de tomar as medidas necessárias à pacificação do país. Fora completo o sucesso de sua missão, pois deixara todo o litoral brasileiro livre de inimigos do Brasil. Em testemunho do quanto apreciou os serviços do almirante, o Imperador conferiu-lhe o título de Marquês do Maranhão.

Todavia, deixamos ao leitor a tarefa de julgar se a segunda visita de Cochrane a esse porto foi tão proveitosa quanto a primeira. Deu-se no ano seguinte, 1824, depois da restauração de Pernambuco, de cujos sucessos já demos notícias. Os chefes do exército organizado para garantir a independência levantaram-se contra a autoridade do Presidente Miguel Bruce, brasileiro de origem escocesa, e, quando Cochrane entrou no porto, as hostilidades lavravam francamente e ambos os partidos se declararam em favor de D. Pedro, ao mesmo tempo que se acusavam mutuamente de idéias republicanas. Tendo Bruce – que então governava a cidade – depositado sua confiança de preferência nos homens de cor, a muitos dos quais guindara a posições de mando, a elite da população recebeu Cochrane com entusiasmo.

Depois de uma permanência de várias semanas no porto, durante cujo tempo certificou-se da verdadeira situação das facções em luta, o almirante despachou um *cutter* com trinta homens, pelo rio Itapicuru, até o teatro da luta, com ordens para ambos os partidos deporem as armas imediatamente. Os rebeldes obedeceram sem demora e se dispersaram. As forças do presidente também embarcaram em cinco chalupas e rumavam já para o Maranhão quando encontraram com Lorde Cochrane que seguira o *cutter* na escuna *Atlântica*. Este, assestando contra as chalupas a artilharia da *Piranga* e do *Pedro Primeiro* obrigou os homens a desembarcar numa pequena ilha, onde os deteve. O próprio Bruce foi depois alijado do poder e enviado para o Rio de Janeiro.

Tendo restabelecido a ordem na província e nomeado presidente a Manuel Teles da Silva Lobo, pessoa de sua inteira confiança, Lorde Cochrane lançou-se à execução de um plano que parecia ter arquitetado muito tempo antes. A despeito dos serviços já então prestados ao Brasil e do reconhecimento imperial consubstanciado no título que lhe conferira – Marquês do Maranhão – não tinha ainda recebido a paga desses trabalhos, nem lhe tinham sido reembolsadas as despesas por ele feitas à sua custa. Não alimentava o almirante esperança de que o governo imperial reconhecesse as suas pretensões, e, portanto, resolveu valer-se da oportunidade que se lhe apresentava para se cobrar. Do presidente nada havia que pudesse apreender. Essa autoridade – que havia sido secretário do governo provincial – devia a sua elevação ao cargo exclusivamente à vontade do almirante. As forças atacantes haviam sido dispersadas e as de Bruce estavam prisioneiras. Alegando, portanto, que os armamentos, petrechos militares, munições, etc., pertencentes ao antigo governo português, constituíam presa legítima de seus captores, Cochrane mandou avaliar esse material, tendo o inventário atingido a quatrocentos contos de réis. Entretanto, em vista da penúria em que se achava o tesouro da província, o almirante resolveu exigir apenas um quarto dessa importância, mais os sessenta contos que fornecera ao exército do Piauí, ou seja, um total de cento e sessenta contos, contando que a importância lhe fosse paga imediatamente. Nesse sentido remeteu ele ao Tesouro um memorial, mas, tratando-se de fato inédito para a junta provincial e não dispondo a Fazenda, em seus cofres, de numerário suficiente, nem ordem do governo Imperial nesse sentido, reteve o pagamento. O almirante compareceu, então, pessoalmente, a uma reunião da junta, e, depois de explanar sua estimativa, reclamou com firmeza o pagamento. Como era de esperar, a junta aprovou por unanimidade a decisão de que, estando o tesouro vazio, caberia à Alfândega pagar a soma estipulada, e, conseqüentemente, aquele departamento recebeu a ordem competente.

O pagamento deveria ser efetuado em parcelas sucessivas. Nesse entretempo, a conduta de Cochrane foi violentamente verberada por um tal Abranches, redator do jornal denominado *Censor*. Esse individuo, português nato, teve a coragem de estigmatizar o almirante com os epítetos do pirata e ladrão. Durante várias semanas Lorde Cochrane respondeu

às acusações do *Censor*, pelas colunas de outro periódico local: contudo, vendo que as suas desculpas só serviam para aumentar a violência de seu antagonista, decidiu pela adoção de medidas mais radicais. Fez que o presidente decretasse o banimento imediato de Abranches sob a acusação de ter ele publicado artigos a um tempo prejudiciais à ordem publica e ofensivos à pessoa do Marquês do Maranhão. A sentença foi executada imediatamente, mas depois deu motivo a sérios aborrecimentos ao Ministério, no Rio de Janeiro.

Enquanto o dinheiro exigido pelo almirante ia-lhe chegando às mãos vagarosamente, seus planos sofriam novo e sério revés com a chegada do novo presidente, do Rio de Janeiro. Havia já tempo que a conduta de Bruce não agradava a Corte, e, conseqüentemente, antes mesmo que a notícia de sua deposição tivesse chegado ao Rio de Janeiro, o governo Imperial nomeara, para substituí-lo na presidência, Pedro José da Costa Barros, partidário da facção portuguesa. O novo presidente chegou ao seu destino em princípios de fevereiro, tendo sido recebido com todas as honras devidas ao seu elevado cargo, tanto pelo presidente em exercício como por Lorde Cochrane e seu séquito, os quais pediram ao recém-chegado que tomasse posse de seu cargo no dia imediato. A isso de assumir o cargo, fazer-se inteiramente ao par de todos os pormenores relativos às últimas convulsões. Entretanto, logo que soube do procedimento de Lorde Cochrane, manifestou ao almirante sua intenção de assumir o poder dentro de poucos dias. Cochrane, porém, recusou-se a aceder a essa repentina resolução. Barros já havia mostrado ser pessoa muito menos maleável que Lobo, o então presidente, e, como o pagamento de seus cento e sessenta contos ainda não estava completo, Cochrane pretendeu adiar a posse de Barros, alegando que escrevera ao governo imperial com relação a questões de ordem política e, esperando um resposta dentro de dez dias, julgava conveniente manter Lobo no poder até que a Corte se pronunciasse. Exasperado por essa oposição inesperada, Barros arrancou a máscara e declarou a Lorde Cochrane que compreendia perfeitamente os motivos que o levavam a agir dessa maneira e ameaçou de responsabilizá-lo por esses fatos perante o Imperador.

Enquanto isso se dava, as rendas da Alfândega mostravam-se mais fracas que nunca. Os dez dias pedidos por Cochrane expiraram, e,

depois deles mais vinte, sem que conseguisse completar a importância exigida, nem chegasse do Rio de Janeiro a pretendida resposta. Entretanto. Barros, apoiado por certo número de partidários seus, havia deliberado apossar-se do governo à força e escolhera o dia 10 de março para execução de seu plano. Cochrane, porém, tivera conhecimento do tentame, por uma comunicação anônima, e, desembarcando da esquadra parte de sua força, prendeu Barros e o remeteu com destino ao Pará, preso como conspirador, a bordo do brigue *Cacique*, para lá esperar pelas ordens imperiais.

Tendo finalmente conseguido receber da alfândega a quantia estipulada, mais quinze contos como resgate de um navio negreiro apreendido durante a primeira rendição do Maranhão e ainda lá retido, Lorde Cochrane partiu para a Inglaterra a bordo da *Piranga* a 20 de maio. Por essa ocasião já tinha entregue o *Pedro Primeiro* ao contra-almirante Jewett, despachando-o rumo à Bahia, para onde afirmara que também se dirigiria em breve. Entretanto, seguiu diretamente para Portsmouth, onde chegou depois de uma viagem de trinta e sete dias. O compromisso que assumira era de servir ao Brasil até o reconhecimento de sua independência por Portugal e até que isso se desse, manteve sua bandeira no mastro da *Piranga*. Entretanto, depois do seu procedimento no Maranhão, havia pouca probabilidade de que o desejassem ainda no Brasil.

Estabelecido o novo governo no Maranhão a região começou a florescer; a cidade alargou-se e a província desenvolveu-se sem grandes hiatos a não ser a insurreição de 1839, à qual já fizemos referência.

.....

Capítulo XV

A ESTRADA DO PARÁ. – VIAGEM MARÍTIMA. – ENTRADA DO AMAZONAS. – POROROCA. – SUBINDO O RIO. – CHEGADA AO PARÁ. – SERVIÇO RELIGIOSO. – SITUAÇÃO E ASPECTO DA CIDADE. – ESTILO DAS CONSTRUÇÃO – PASSEIO PÚBLICO. – JARDIM BOTÂNICO. – OS BAIROS. – O POVO. – ÍNDIOS. – SOLDADOS. – EMBARCAÇÕES FLUVIAIS. – BANHO. – PRODUTOS DA PROVÍNCIA. – UMA HABITAÇÃO. – O PALÁCIO. – LICENÇA DE PERMANÊNCIA. – PINHEIROS. – UNA. – MAGUARI. – UMA FLORESTA AMAZÔNICA. – FORMAÇÃO GEOLÓGICA. – MÁQUINA DE ARROZ.

REFERE Southey que, em tempos idos, a viagem do Maranhão ao Pará costumava ser feita em canoas, seguindo a linha da costa e atravessando nada menos de trinta e duas baías, algumas das quais tão largas que nem se enxergava o lado oposto. Essas baías são ligadas entre si por um verdadeiro aranhol de correntes, de maneira que se encurtava muito a viagem subindo aqui um rio com a maré enchente, atravessando até outro para descê-lo com a vazante.

A distância, medida em toda a sinuosidade de percurso, monta a trezentas léguas e costumava ser vencida em trinta dias. Conversamos com um homem que, anos passados, havia feito essa viagem por um caminho muito mais curto, tendo gasto apenas duas semanas. Isso nos bons tempos em que o braço indígena era abundante e custava

apenas quatro vinténs por dia. Alguns anos depois, o mesmo indivíduo quis repetir a viagem, mas teve que abandonar a idéia devido à dificuldade de obter canoeiros, mesmo a oitocentos réis diários. Esse homem conservava as mais interessantes recordações do percurso por meio de uma região onde a natureza conservava todo o esplendor de sua beleza primitiva. A viagem por aí corria isenta de perigos e nada perturbava o silêncio desses retiros silvestres a não ser o gargalhar álacre dos símios e o chilrear da passarada. O imenso lençol prateado das águas e a folhagem exuberante da floresta tropical – tão alta como outra não se encontra igual em parte alguma do mundo e tão densa que se torna quase impermeável à luz do sol – causam, ao espírito do viandante solitário, indescritível impressão de grandiosidade.

À noite, quando os viajantes procuravam descanso e refrigério, punham as canoas a seco, nas praias, e os índios habilidosos em poucos momentos apanhavam a caça necessária para a refeição. Assim prosseguia-se a viagem com insignificante fadiga e bastante distração.

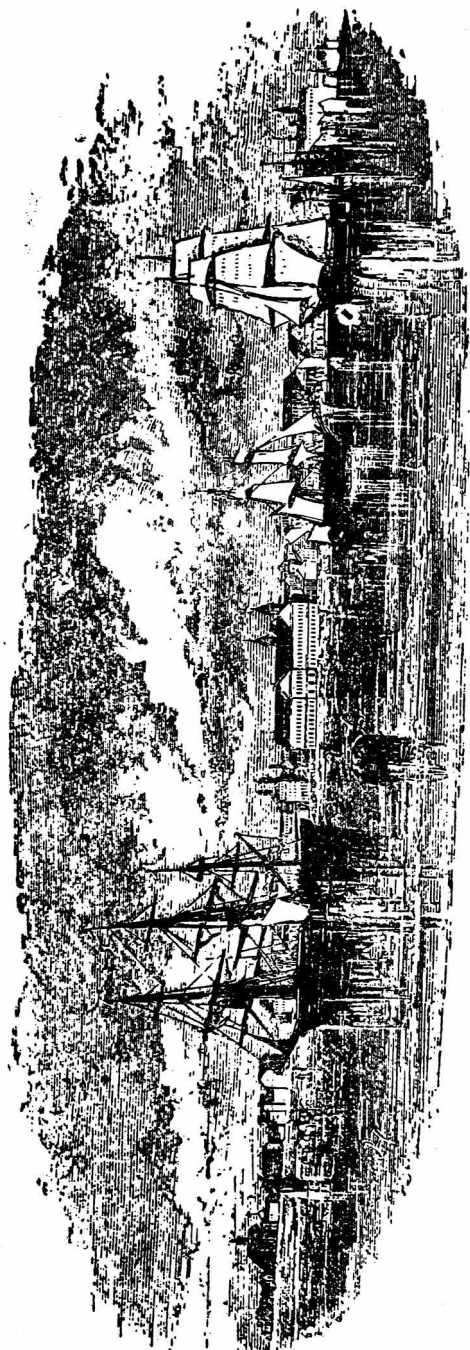
A distância do Maranhão ao Pará, por via marítima, é de quatrocentas milhas e os paquetes a vapor vencem-na em tempo que oscila entre dois e três dias. Franqueamos a barra do Maranhão à tarde e à noite já contornávamos o Itacolomi. Durante todo o dia seguinte navegamos próximo ao litoral que é, aí, remarcadamente plano e sinuoso. Na manhã seguinte avistamos a entrada do grande rio Amazonas cuja desembocadura meridional é conhecida pela denominação de rio Pará. Aí, a navegação é bastante perigosa por não haver balizas naturais que orientem o piloto. À noite, ou quando a visibilidade é má, torna-se quase impossível avistar Salinas, o único ponto de pilotagem; por outro lado, os práticos não vão ter aos navios se estes estiverem muito longe da costa. Além disso, a entrada do rio esgueira-se por entre dois perigosos bancos denominados Tigoça e Bragança, não muito diferentes de Cila e Caribdes. São freqüentes os naufrágios nesse ponto e perdem-se às vezes tripulações inteiras tentando alcançar a entrada do rio, enquanto que, na direção contrária, o canal se desenha claramente e a navegação é segura. Passamos a foz do Amazonas em uma ocasião feliz. O tempo estava tão límpido que víamos claramente as ondas se quebrarem em Tigoça e Bragança; a maré tinha apenas começado a subir.

Durante quase uma hora contemplamos, pela proa, o embate entre as águas que subiam e as que desciam. Finalmente venceu a força do oceano e a corrente fluvial pareceu retrair-se ante o ímpeto do mar.

Esse fenômeno é conhecido pelo seu nome indígena, “pororoca” e influencia a navegação do Amazonas por centenas de quilômetros. Nenhuma embarcação a vela consegue descer o rio quando a maré está enchendo. Assim é que, tanto para subir o curso como para descê-lo, as distâncias são medidas pelas marés. Por exemplo, Pará dista do mar três marés e os navios que a demandam são forçados a lançar âncoras durante duas marés vazantes, para depois atingirem a cidade. As canoas e outras embarcações pequenas correm perigo com a pororoca, e, por isso, antes de serem por ela atingidas, geralmente se refugiam em certos pontos denominados esperas onde as águas são menos agitadas. Devido a essa peculiaridade da navegação, quase todos os navios que trafegam no alto Amazonas são antes construídos para flutuar na corrente que para serem impulsionados pelo vento, apesar de que suas velas são empregadas com freqüência.

O fluxo e refluxo das marés amazônicas são observados com regularidade a seiscentas milhas do desagudouro, na confluência do rio Madeira. A pororoca é muito mais violenta ao norte da ilha de Marajó onde o canal é mais amplo e menor a profundidade. Condamine descreveu, cem anos passados, nos seguintes termos:

“Durante os dias que precedem as luas nova e cheia, os períodos das mais altas marés, o mar, em vez de levar seis horas para atingir o seu ponto máximo, fá-lo em um ou dois minutos. É, pois, fácil de compreender que esse fenômeno não pode ocorrer mansamente. O ruído dessa enchente tremenda é audível a cinco ou seis milhas de distância e aumenta de intensidade à medida que dele nos aproximamos. De perto, vê-se um promontório líquido de três ou mais metros de altura, a seguir outro, mais outro e assim sucessivamente. Essas montanhas de água esparramam-se por todo o canal, levando tudo de roldão e esmagando quanto encontram pelo caminho: árvores imensas são por elas violentamente arrancadas e às vezes arrastam para a corrente blocos inteiros de terra.”



Pará

À medida em que atingíamos o grande rio, a cor da água do canal transmudava-se da tonalidade escura do oceano que deixávamos atrás, para um verde bem claro e depois, gradativamente, para um amarelo sujo, barrento. Mal avistávamos a margem oriental do caudal, e, depois de termos vencido mais de quarenta milhas ao arrepio da corrente, começamos a perceber a ilha de Marajó, ao lado oposto. Durante o dia chegamos mais próximo do continente e pudemos então ver que a praia era plana e densamente revestida de espesso mangue. A única povoação que se avistou foi Colares que o nosso comandante, Capitão Hayden, tomou de assalto durante a revolução, anos atrás. Durante todo o dia fomos impulsionados pelo vento e pelo vapor, mas a maré nos foi, em parte, desfavorável. À noite, a lua cheia resplandecendo num céu sem mácula aumentava o encanto da paisagem, já de si sublime. À medida em que a calha fluvial se ia estreitando, percebia-se, cada vez mais pronunciada, uma deliciosa brisa perfumada, vinda da terra. Durante todo o percurso, apenas cruzamos com dois botes. Finalmente chegamos à frente do Forte da Barra, duas milhas antes de Belém, o qual nos saudou quando passávamos. Já se podiam ver as luzes da cidade e dos navios ancorados em sua frente. O nosso barco descreveu um semicírculo em torno do porto, e, passando por entre dois navios de guerra, deitou âncora às dez horas.

Distinguiam-se perfeitamente, à luz prateada da lua, as torres da catedral, do palácio e de diversas igrejas. Vieram logo ter a bordo do nosso navio diversos visitantes, dentre os quais dois oficiais da marinha inglesa, um deles em serviço e o outro de folga, mas ambos miseravelmente embriagados. Os visitantes saíram finalmente e os passageiros se acomodaram para descansar.

Encontramos, no Pará, diversos norte-americanos que se dedicavam a atividades comerciais e ofícios manuais, constituindo a maior colônia dessa nacionalidade existente no Brasil, salvo a do Rio de Janeiro.

O dia seguinte ao de nossa chegada era domingo, e, por gentileza do Capitão Hayden, providenciou-se para que dirigíssemos o culto a bordo da *Maranhense*. Achavam-se presentes vários marinheiros norte-americanos e diversas pessoas vindas de terra. Estes, juntamente com o pessoal de bordo, perfaziam uma assistência de cerca de 30 pessoas, às quais anunciamos as novas do reino de Deus. Considerando tratar-se de

um navio que havia apenas acabado de deixar em terra seus passageiros e que na mesma noite se faria novamente ao mar, com outros tantos a bordo, a ocasião se apresentava muito favorável para a serviço religioso, e sentimo-nos verdadeiramente gratos pela oportunidade – talvez a primeira que jamais se deparou a um ministro protestante – de pregar o nome de Cristo e a ressurreição sobre a vasta superfície líquida do Amazonas. No Pará tivemos ocasião de dirigir diversos cultos semelhantes, em domingos sucessivos, sendo uma vez a bordo de um navio norte-americano surto no porto e as demais na residência de um amigo.

A posição geográfica do Pará, ou melhor da cidade de Belém, é de 1°21' de latitude Sul e 48°28' de longitude Oeste. Assenta-se sobre um elevado promontório, à margem do rio Pará que é o braço mais importante do delta amazônico. A cidade fica a oito milhas do mar e é vista a grande distância do rio. Para quem a ela chega por via fluvial, apresenta aparência imponente. Seu porto, formado por uma curva abrupta da corrente, é muito bom e comporta navios de grande calado. A enorme ilha de Marajó, forma a barranca oposta, a vinte milhas de distância, mas sua vista é inteiramente barrada por numerosas ilhotas que lhe ficam de permeio.

A aparência geral do Pará é mais ou menos a mesma da maioria das cidades brasileiras e caracteriza-se por um conjunto de paredes caiadas e de tetos vermelhos. Ao traçado urbano não falta nem regularidade nem gosto. Têm três praças públicas: a do Palácio, a do Quartel e o Largo da Pólvora. Além dessas, existem diversos outros largos menores à frente da catedral e diversos dos conventos. As ruas centrais não são largas nem pavimentadas; nelas vêem-se numerosas casas de grande porte, mas as ruas mais afastadas estão repletas de casinhas insignificantes e feias.

O estilo das casas residenciais é todo peculiar, porém bem adaptado ao clima. Todas as moradias apresentam larga varanda em volta, às vezes contornando quase todo o prédio. No interior do mesmo existe construção semelhante pelo menos em três lados do espaçoso pátio. Uma parte da varanda interna, ou pelo menos uma sala a ela ligada, serve de refeitório e é invariavelmente bem arejada e agradável. Somente os cômodos da frente são forrados, salvo nos edifícios mais altos e caros. As janelas de rótula são mais comuns que as de vidro, mas algumas casas têm-nas ambas, conquanto os moradores sempre dêem preferência às primeiras durante a estação seca. Ao

invés de alcovas acanhadas, escuras, sem ventilação e quantíssimas camas, existem ganchos para redeas dispostos pelos cantos de todos os espaçosos quartos bem como ao longo de todas as varandas. Há casas que dispõem de acomodações para cinqüenta ou sessenta redes sem as atulhar.

Percebem-se, ainda, no Pará os efeitos da revolução de 1835. Quase todas as ruas têm casas pontilhadas de balas ou varadas por projéteis de canhão. Algumas foram apenas ligeiramente avariadas, outras quase que completamente destruídas. Dentre estas últimas algumas foram restauradas, outras abandonadas. O Convento de Santo Antônio ficou de tal forma exposto ao canhoneio que ainda hoje exhibe muitos sinais de bala pelas paredes. Um dos projéteis destruiu a imagem colocada num alto nicho à frente do convento. Desde então o fecharam.

Facejando o Amazonas de um lado, a cidade do Pará é por trás contornada pela mais linda alameda arborizada que tivemos ocasião de apreciar no Brasil. A Estrada das Mangabeiras vai de perto do Arsenal de Marinha, à margem do rio, até o Largo da Pólvora, na extremidade oriental da cidade. Cortam-na, avenidas que, saem do Largo do Palácio e do quartel. Seu nome provém das árvores que a sombreiam de lado a lado. A casca dessas umbelas magníficas é de uma cor cinzento-clara, listada de verde e o aspecto que apresenta de conjunto, o arvoredo, é a de um templo belo e majestoso. A mangabeira produz uma fibra grosseira, parecida com a do algodão, que tem diversas aplicações. Parte dessas árvores foi plantada há muitos anos e as demais pelo falecido presidente Andréia. Junto à alameda está o velho convento, hoje Hospital de São José, e, contíguo a ele, vê-se o recolhimento de órfãs. Nas terras do primeiro, iniciaram, em 1797, um jardim botânico para o cultivo de plantas indígenas e alienígenas. O local era apropriado, o solo fértil e, com os devidos cuidados, podia ter-se tomado uma perfeita miniatura do mundo tropical. As especiarias e os frutos das Índias Orientais ter-se-iam desenvolvido aí de envolta com plantas provenientes das regiões tórridas do Amazonas, assim formando uma coleção vegetal de riqueza e variedades ímpares. Entretanto, aquilo que apenas teve início, foi há muito abandonado, com pesar de todos os que sabem avaliar as vantagens com que pode a arte beneficiar a natureza. Há uns tantos jardins particulares que bem merecem ser visitados, mesmo assim, porém, não são, nem de longe, o que deveriam ser nessa região. Tal descuido não foi, entretanto, a pior consequência das revolu-

ções e desordens que durante anos assolaram periodicamente esta malfadada cidade. Muitas são as bem traçadas ruas nas quais apenas uma exígua vereda serpeia por entre o matagal que as cobre, e, nos arrabaldes, se encontram, freqüentemente, propriedades em abandono e casas de construção magnífica, inteiramente desocupadas. Dentro do atual perímetro urbano, é perfeitamente possível ao viadante embrenhar-se em espessa floresta sem qualquer indício que denuncie a proximidade de uma habitação humana.

A frescura dessas sombras silenciosas é sempre convidativa, mas o estrangeiro precisa acautelar-se, para nelas não se perder. Contam-se numerosas histórias de pessoas que se atrapalharam entre os meandros desses maciços vegetais e, conquanto estivessem a pequena distância da cidade, não sabiam mais como voltar. Acredita-se que muita gente tenha assim perecido.

Quando se entra no Pará, nota-se imediatamente a aparência peculiar do povo. Os descendentes de portugueses e de africanos não diferem dos de qualquer outra parte, mas são aqui muito numerosos; predomina a raça indígena. De fato, encontra-se, em Belém, desde o índio puro até as mais variadas formas de mestiçagem com pretos e brancos. Ocupam esses mestiços todas as posições sociais: o comércio, as artes manuais, a marinha, a milícia, o sacerdócio e o eito. Como escravos, atraíram nossa atenção e simpatia. A idéia do cativo é sempre revoltante aos espíritos esclarecidos, quer seja essa condição imposta sobre o negro, sobre o branco ou sobre o vermelho. Contudo, com relação à escravatura do íncola, há uma fatalidade que atinge tanto os oprimidos quanto os opressores e que a torna particularmente horrível.

Quase todas as revoluções que agitaram o Pará podem ser direta ou indiretamente atribuídas ao espírito de vingança que os primitivos exploradores, em suas expedições sanguinárias, incutiram na mentalidade dos nativos e mestiços do interior.

Percebe-se, ainda na forma de policiamento da cidade, um dos efeitos das repetidas rebeliões. Quando lá estivemos, não era grande o número de soldados aquartelados no Pará, mas havia sempre novos recrutas em exercício. Agora que o índio já não mais pode ser ostensivamente reduzido à escravidão, é recrutado para o serviço do exército e da marinha; e curioso e às vezes até mesmo cômico é o processo pelo qual ensinam a esse filhos das selvas as atitudes rígidas da disciplina militar.

Os pontos principais da cidade são continuamente policiados e a quem quer que se aproxime depois de oito horas da noite, a sentinela grita logo “Quem vem lá?” – Deve-se então responder “É amigo”. O guarda replica: “Passe ao largo!” e o pedestre obedece. Instalados que estávamos em frente ao quartel, nossos ouvidos se familiarizaram com essas frases que a espaços se repetiam pela noite adentro. Além disso, de hora em hora, no momento de render a guarda, ressoava outro brado penetrante: “Às armas!” Também o clarim vibrava com freqüência durante as horas destinadas ao repouso. Por exemplo, o toque das Ave-Marias – quando todos os soldados se descobriam em honra à Virgem – perturbava-nos sempre. Entre as forças estacionadas no Pará, existia um batalhão de alemães que, em tempos, chegou a contar trezentos homens, mas quando lá estivemos, as guerras, as epidemias e as deserções de três ou quatro anos, os haviam reduzido a cerca de sessenta homens. Outro hábito que se nota no Pará é o de repicar os sinos e queimar foguetes de madrugada. Ouvimo-los algumas vezes às quatro horas da manhã, mas com maior regularidade às cinco.

Pouca coisa no Pará atrai tanto a atenção do estranho como as empetecadas embarcações fluviais. A todas as variedades de barcos, desde a corveta até a chalupa, dão a designação comum de canoas. Entretanto, poucas são as canoas, propriamente ditas, em tráfego. A montaria que tivemos ocasião de observar no Maranhão é muito comum em Belém.



Canoa amazônica

As grandes canoas que fazem o tráfego fluvial parecem ter sido construídas para qualquer outro fim, menos para aquele, ao qual realmente se destinam. O casco eleva-se da água qual o de um junco chinês. A cerca de meia nau, há uma espécie de toldo, geralmente de palha, para proteger o navegador contra os raios do sol, ou contra o orvalho noturno. Às vezes, há também sobre a armação uma cobertura semelhante, que dá uma certa homogeneidade à aparência do barco. Esse arranjo exige, por seu turno, a construção de um passadiço ou tombadilho, sobre o qual trabalham os encarregados da navegação. O timoneiro fica, geralmente, sentado sobre o toldo de ré. Quando contemplávamos essas embarcações tínhamos a impressão de que, sendo tão pesadas na parte de cima, poderiam virar com facilidade, como inevitavelmente aconteceria se expostas a uma ventania forte. Ao que parece, porém, flutuam com muita facilidade. A grande vantagem da cobertura acima descrita é proporcionar aos barqueiros acomodação onde pendurar suas redes, evitando assim que tenham de desembarcar para instalá-las em árvores! O Senhor Mawe diz que, descendo o Amazonas, cruzou com um viajante que, tendo amarrado a canoa, tirava calmamente o seu corte na cama oscilante que pendurara em ramos de árvores, balouçando sobre o caudal!

A rua que corre em paralelo ao rio liga diversos pontos de desembarque, é justamente aquela onde se transaciona quase todo o comércio local. A certas horas do dia apresenta movimento intenso.

Vários objetos e costumes observam-se no Pará, que parecem ser totalmente peculiares ao lugar. Em certo ponto da cidade, onde se abatem as reses destinadas ao consumo, vêem-se inúmeros corvos pousados sobre as árvores ou descrevendo lentas evoluções no ar. Ao longo da margem do rio notam-se numerosas pessoas banhando-se, tanto pela manhã como à tarde. Não há cerimônia nessas abluções tão agradáveis quão necessárias. É comum verem-se homens, mulheres e crianças das classes mais humildes, nadando e mergulhando em direções diferentes, todos no mesmo tempo.

Em torno da Ponta das Pedras, o desembarcadouro principal da cidade, há, geralmente, grande número de canoas atracadas. Essa cena, movimentada pela turba indígena que fala os mais variados dialetos amazônicos, é peculiar à cidade. Percebem-se aí carregamentos de castanhas-do-pará, cacau, baunilha, urucu, salsaparrilha, canela, tapioca, bálsamo de copaíba em boiões, peixe seco em pacotes, cestas de frutas de infinitas variedades, tanto secas como

verdes. Encontram-se, também, aí, papagaios, araras e outros pássaros de rica plumagem, bem como, mais raramente, macacos e cobras de mistura com quantidades imensas de sapatos de borracha que são geralmente conduzidos ao mercado suspensos em varas a fim de evitar que se colem uns aos outros.

A produção indígena da província do Pará é enorme e valiosa. Se apenas o povo se desse ao trabalho de colher aquilo que a natureza tão prodigamente lhe põe nas mãos, não poderia deixar de enriquecer. Se além disso se introduzisse a agricultura em moldes adequados, não haveria limites para a riqueza vegetal que se poderia tirar dessa verdadeira cornucópia da natureza.

Nossa permanência no Pará foi altamente interessante. Fomos alvo da mais carinhosa atenção por parte do Senhor Smith, o cônsul norte-americano. Por várias vezes tivemos ocasião de nos valer de sua hospitalidade, entretanto, estando já hospedado em sua casa um casal norte-americano, sentimo-nos à vontade em aceitar o oferecimento de hospedagem que nos fizera o Senhor Henderson, comerciante escocês residente no Pará, ao finalizarmos o culto a bordo da *Maranhense*. Por várias razões ser-nos-ia sumamente agradável entrar em pormenores ocorridos ao tempo em que nos foi dado desfrutar o prazer da acolhida que nos proporcionou o Senhor Henderson. Todavia, como até aqui temos evitado entrar em particularidades com relação a amigos nossos, preferimos não criar precedente. Basta que façamos votos para que todos quantos viajarem pelo estrangeiro tenham a fortuna de encontrar um amigo como esse e uma hospitalidade como a que nos proporcionou.

Antes de dar conta de nossas excursões pelos arredores do Pará diremos que, logo depois de nossa chegada em companhia do cônsul norte-americano, procuramos o Senhor Franco, Presidente da província, para quem trazíamos carta de recomendação. Esse cavalheiro estivera, em anos passados, empregado em uma casa inglesa no Pará e, posteriormente, fora educado por conta da província, da qual se tornara, finalmente, o supremo magistrado. Recebeu-nos com grande amabilidade e mostrou-nos, pessoalmente, o palácio. A nossa impressão foi de que se tratava de uma das melhores construções do gênero, em todo o Império. Fora edificado juntamente com a catedral e algumas igrejas, durante o governo do inteligente, mas ambicioso primeiro-ministro português, Marquês de Pombal, que acalentava a idéia maravilhosa de ver transferido das margens do Tejo para as do Amazonas o trono de Portugal e seus domínios. Só assim se explicava a vastidão e

magnificência da estrutura desses prédios, em uma cidade de tão modestas proporções. Os diversos departamentos da província estavam instalados em dependências do palácio e ainda assim tinha numerosas salas desocupadas, inacabadas e mal cuidadas. Com um pouco de trabalho poderiam ter transformado os terrenos que contornavam esse edifício em esplêndido parque. Entretanto, no estado em que se encontravam essas áreas, nem sequer era possível se lhes dar o nome de jardins. Junto ao palácio elevam-se as paredes de um teatro semiconstruído. Foi iniciado em 1775 por ordem do então governador, cuja predileção pelos espetáculos cênicos o levou a desejar que se realizassem o mais perto possível de sua residência. Antes que pudesse adiantar as obras, foi ele substituído no governo da província, e o seu sucessor, achando o lugar impróprio para um edifício dessa natureza, vetou a construção. Os trabalhos jamais foram reencetados.

A cadeia, que também fica nas adjacências, tem a data de 1775. É bem edificada e, no segundo andar, está instalada a Câmara Municipal. Através das grades os presos exibem brinquedos e bugigangas que fabricam para vender, e, estando a prisão situada – como em quase todas as cidades brasileiras – em ponto central do lugar, é provável que consigam dispor de grande parte dos artigos que produzem.

Na ocasião oportuna apresentamo-nos ao juiz de direito, o chefe de polícia, a fim de exibir nosso passaporte e obter permissão para residir na leal e heróica cidade do Pará, de cuja província é a capital. Não encontramos embaraços nem delongas. Conseguimos a licença pedida e a retivemos até que chegasse o momento de solicitar novo passaporte. Não obstante, pareceu-nos, em certa época, que a nossa pacífica permanência na cidade estava correndo risco.

O velho prelado do Pará parece ter sido contagiado pelo pânico de que se deixou tomar seu colega no Maranhão e ambas essas autoridades eclesiásticas, cedendo a certas insinuações maliciosas e infundadas provenientes de determinadas fontes, mais do que seria de esperar de seus espíritos esclarecidos, escreveram ao Senhor Franco tachando-nos de indivíduo perigoso que não deveria ter permissão para desembarcar na província. Provavelmente, durante a visita que lhe fizemos, o presidente formou opinião a nosso respeito, e, conquanto devesse a sua carreira política principalmente ao clero, conseguiu dissipar as apreensões daqueles

prelados por meio de uma brevíssima correspondência com o cônsul norte-americano. Nesse ponto fomos, sem dúvida, muito mais felizes que outros que nos precederam. O Tenente Mawe, oficial da marinha inglesa, descendo o Amazonas procedente do Peru, desembarcou em certo ponto a fim de examinar as ruínas de um velho forte. Tão logo pôs os pés em terra, foi aprisionado como espião e encarcerado no Pará a despeito de todos os protestos por ele formulados. Sem dúvida esses traços de barbárie irão se dissipando à medida que for melhorando o nível intelectual do povo e de seus dirigentes.

Uma de nossas primeiras excursões aos arredores do Pará, foi ao lugar denominado Bota-fora. Teve lugar quando, de acordo com velho hábito da província, fomos acompanhar até certo ponto, rio abaixo, um navio de passageiros que se fazia ao mar. Onze pessoas compunham o grupo, inclusive a tripulação para a volta. Depois de termos descido cerca de doze milhas, ao sopro de um vento suave e sob os raios de um sol causticante, encontramos maré e brisa favoráveis para o regresso. De volta, porém, desembarcamos numa propriedade denominada Pinheiros, onde antigamente estivera um convento carmelita, mas que há muito tempo fora cedido ao governo para nela ser instalado um hospital de lázaros. O prédio era grande, bem construído, mas, na ocasião, estava bastante necessitado de reforma. Nas proximidades, havia um estabelecimento cerâmico onde se fabricavam tijolos, telhas e vasilhame de barro. Pinheiros assenta-se sobre uma eminência e presta-se para vários fins. Entretanto, tão pouco vale a terra nesse lugar, que toda a propriedade, compreendendo cerca de três mil acres, foi vendida por oito contos, ou seja, cerca de cinco mil dólares. Por aí se poderá ter idéia do valor da terra, não apenas pelo interior longínquo, mas nas vizinhanças da capital, onde, além das vantagens decorrentes do local, o solo tem uma ilimitada capacidade de produção.

Quer seja pela insegurança da vida e da propriedade em geral, quer por falta de iniciativa e energia do povo, ou ainda por ambos esses motivos conjugados, o fato é que se não conhece aí o tamanho sistemático da terra e assim, milhões e milhões de acres dos terrenos mais férteis do mundo, continuam em estado inteiramente primitivo e quase tão inútil à humanidade quanto os áridos desertos africanos. É de se esperar que a

situação melhore algum dia, mas, por enquanto, há pouca possibilidade de que isso se dê. Uma das grandes vantagens que o Pará apresenta sobre as demais regiões brasileiras é a facilidade de suas comunicações fluviais. Além do Amazonas gigante e de seus colossais tributários, milhares de pequenos cursos serpeiam pela região. Assim é que quase todas as propriedades rurais têm um rio pelo qual seus produtos podem ser transportados para o mercado, sem despesa nem demora. Um ou dois dias depois, fomos até a fazenda Una, uma das várias que possuía o falecido Barão de Jaguari. Em anos que já se foram, essa fazenda atingira elevado grau de desenvolvimento e beleza, sendo aí o retiro favorito do barão. Atualmente, porém, o mato tudo invade e asfixia, e por toda parte só se vê um impenetrável emaranhado vegetal. A vasta e elegante sede está em franca decadência e só se consegue a ela chegar por um sinuoso trilho através do mato. O silêncio, a desolação e as ruínas precoces, tudo avassalam. Não muito diversa é a situação de outra propriedade pertencente à mesma fazenda, denominada “Una de Cima” e situada mais próxima da cidade. Conquanto seu plano original tivesse sido de proporções grandiosas e obedecesse a um estilo que tocava às raias da magnificência, por ocasião de nossa visita caminhava a passos largos para a ruína. As varandas, os corredores, as salas e a capela eram habitados por alguns escravos e enorme quantidade de morcegos. Mesmo na decadência em que se achavam, lembravam, ainda, as festas e as orgias dos que, guindados por fortunas mal adquiridas, ingressaram na aristocracia do Grão-Pará.

Reflexões bem diferentes nos sugeriu a visita que fizemos às máquinas norte-americanas de arroz, situadas em Maguari. Esse estabelecimento ficava a doze milhas do Pará. A estrada atravessava, durante quase todo o percurso, uma floresta contínua de densidade e magnitude tais como jamais poderíamos ter concebido antes de termos nela penetrado. Apesar de ser uma das estradas mais freqüentadas, só em curto trajeto podia ser trafegada por veículos. De fato, é comum os galhos das árvores impedirem a passagem, até mesmo aos cavaleiros. De vez em quando mandam um negro munido de facão aparar a folhagem do caminho para evitar que cresça demasiado. Assim conseguem manter a estrada livre e agradável. A despeito do calor do sol ao meio-dia nessas regiões e do perigo que se corre se nos expusermos em demasia aos seus raios, debaixo das florestas amazônicas, cuja umbrosa

copa é quase impenetrável, goza-se sempre de uma agradável frescura. O brilho da luz solar reflete sobre a superfície polida de miríades de folhas. Muitas das árvores são extraordinariamente retas e altas. Algumas apresentam-se inteiramente recobertas, desde baixo até a folhagem, de esplêndidas flores e parasitas, enquanto que o tronco e a ramaria de quase todos os componentes desse mundo vegetal são entrelaçados de inumeráveis trepadeiras e cipós. Estas últimas espécies constituem característica peculiar das regiões mais férteis do Brasil. Mas é nas margens do Amazonas que elas exibem o máximo de seu vigor e exuberância. Enroscam-se pelas árvores, galgando a copa, depois, lançam raízes em terra e então, com redobrado vigor, vão passando de galho em galho, de árvore em árvore, onde quer que o vento atire seus brotos pendentes, até que toda a floresta fique inteiramente engalanada. Esse cordame vegetal torna-se às vezes de tal maneira entretecido que dá a impressão de uma rede de malha através da qual nem as aves nem os animais passam facilmente. Alguns cipós chegam a ter diâmetro igual ao de um braço humano. Ora são redondos, ora quadrados, às vezes triangulares e até pentangulares. Desenvolvem-se em forma de nós, roscas e em todas as contorções em que se acham colocados. Quebrá-los é impossível. Às vezes sufocam e matam a árvore que os sustenta e conservam suas hastes eretas, qual colunas retorcidas, em cujas circunvoluções vai aos poucos apodrecendo o vegetal estrangulado.

Os símios divertem-se fazendo acrobacias sobre a cordoalha selvagem; esses animais, porém, já se vão tornando raros nas adjacências da cidade. De quando em quando ouvem-se seus gritos a distância, de envolta com o agudo chilrear da passarada, mas, no geral, o profundo silêncio da floresta aumenta-lhe a majestade.

O solo por que passamos era de textura geralmente rica, composto de barro e areia misturados. Notavam-se, a espaços, zonas de barro fino. Cruzamos meia dúzia de riachos sobre os quais estiravam-se pontes rústicas. Em certo ponto descobrimos uma linda lasca de pedra que revelava claramente a ação do mar. No geral sua superfície era lisa, apresentando aqui e acolá pequenos orifícios. É provável que essas cavidades constituíssem, em tempos, ninhos de *echinus*.

Isso ilustra admiravelmente a formação geológica das regiões circunvizinhas. São elas, sem a menor dúvida, o produto aluviônico do grande

monarca fluvial que vai carregando em seu dorso a lama dos terrenos que banha, para depois misturá-la com as areias que o oceano deixa em sua retirada. Foi essa, naturalmente, a gênese da vasta ilha de Marajó bem como de numerosas ilhotas do delta amazônico. Duas circunstâncias tangíveis demonstram com eloqüência essa teoria. Em primeiro lugar, as águas do Amazonas são barrentas e depositam espesso sedimento. Depois, o processo de novas formações pode ser observado na própria calha fluvial de onde, às vezes, desaparecem ilhas inteiras. Certa vez, quando passeávamos pelo rio, indicaram-nos o lugar de uma ilha chamada Paraquete, da qual se lembravam todos os que por ali transitaram anos atrás. Nesse lugar passava, então, profundo canal e não havia nem o mais leve vestígio da ilha. Em compensação, outra estava em formação não muito longe desse lugar. A primeira notícia que dela se teve foi por um navio que se chocou com um banco de areia até então invisível e desconhecido. Atualmente, sobre a uma superfície de vários acres, prolifera uma linda vegetação rasteira que logo cederá lugar a frondosas árvores. A rapidez com que aí se desenvolve o mundo botânico acelera o enorme trabalho da natureza.

Retomando o caminho para Maguari, surpreendeu-nos ver que sobre terrenos onde dez anos antes florescia canaviais já não existiam árvores de não pequeno porte. Apenas alguns acres situados mais perto do engenho foram conservados livres da mataria. Aí, fora instalada por norte-americanos a primeira máquina para beneficiar arroz jamais montada nas adjacências do Pará. Havia no lugar uma pequena cachoeira, mas, depois de montada a máquina, verificou-se que na estiagem ela não produzia força suficiente. Por isso, mandaram buscar nos Estados Unidos um motor a vapor, de dezesseis cavalos, que prestou excelentes serviços. A caldeira funcionava constantemente, mas, no tempo das chuvas, a energia hidráulica era também utilizada. Entretanto, ambas essas forças ainda eram insuficientes para dar vazão ao volume de serviço que afluía para a máquina. Diversos mecânicos norte-americanos aí trabalhavam, e, conquanto pequeno, o estabelecimento podia ser posto em paralelo com qualquer outro do mesmo gênero no país. O engenho comunicava-se com o grande rio, por outro menor, assim proporcionando condução fácil para a carga que vinha da cidade, bem como para a produção da usina.

.....

Capítulo XVI

PRODUÇÃO INDÍGENA DO PARÁ. – BORRACHA. – MAÇARAN-
DUBA. – URUCU. – CACAU. – BOTÂNICA. – VACA-MARINHA.
– MANTEIGA DE TARTARUGA. – CONVENTOS. – CATEDRAL.
– QUADROS E IMAGENS. – BENTINHOS. – FESTAS ANUAIS. – A
PROCISSÃO. – O POVO. – DIVERTIMENTOS. – OS RESULTADOS.
– CENA NOTURNA. – MANHÃ. – AGUADEIROS.

*D*E REGRESSO à capital, examinaremos ligeiramente os produtos e o comércio da província. Pelo que já ficou dito, está o leitor informado de que o Pará contribui para o comércio internacional com maior variedade de produtos regionais que qualquer outra região do Império e, talvez mesmo, do mundo.

Arroz, algodão, açúcar e couros saem em pequenas quantidades e são produzidos pelos sistemas usuais. O comércio da goma-elástica, do cacau, da salsaparrilha, do cravo-da-índia e da castanha-do-pará, é mais característico. O europeu aprendeu o uso da goma-elástica ou borracha com os omáguas, uma tribo de índios brasileiros. Com a borracha os selvagens fabricavam diversas vasilhas semelhantes a garrafas e seringas. Era hábito desse povo presentear os convivas com tais utensílios, no início de suas festas. Os colonizadores portugueses, do Pará, foram os primeiros a empregar a goma-

elástica para outros fins, fabricando com ela sapatos, botas, chapéus e roupas. A utilidade desse material ressaltou do fato de ser o país muito sujeito a chuvas e inundações. Entretanto, hoje em dia, o desenvolvimento dos processos de fabricação dilatou enormemente a aplicação da borracha, a ponto de se tornar artigo indispensável para a saúde e conforto de todo mundo civilizado. O nome indígena dessa substância é *cabuchu*, cuja pronúncia se aproxima bastante da palavra *cautchuc*. No Pará o artigo é geralmente conhecido pelo nome de borracha. É extraída da *Siphilla elastica*, árvore que atinge a altura de 25 a 30 metros. Em geral cresce perfeitamente vertical até 12 ou 15 metros, sem ramagem. A copa alarga-se consideravelmente e ostenta vistosa folhagem. À menor incisão que se lhe faça corre a goma que, a princípio, tem a aparência de um creme amarelo, espesso. No geral os seringueiros ferem as árvores pela manhã e no decurso do dia retiram uma tigela de goma. Essas tigelinhas, de formato especial, são moldadas a mão, em barro. Quando se enche, passa-se o seu conteúdo para uma jarra. Imediatamente depois de colhida a goma pode ser usada. Para isso já estão preparadas fôrmas de barro com a configuração de garrafas, calçados, brinquedos, etc.

Quando se trata da fabricação de calçados, é mais econômico adotarem-se moldes de madeira. São eles primeiramente forrados com barro para que depois se possa retirá-los facilmente do sapato. A fim de facilitar o trabalho, fincam na fôrma um cabo. A seguir derramam sobre ela a goma e uma camada fina adere imediatamente ao barro. É então exposta à ação da fumaça proveniente do fruto da palmeira uauaçu. Essa fumegação tem a dupla finalidade de secar a borracha e dar-lhe uma cor escura. Seca a primeira camada, adiciona-se-lhe outra que é por sua vez defumada e assim sucessivamente até conseguir-se a espessura desejada. Raramente os calçados são feitos com mais de doze camadas. Terminado o trabalho a peça é exposta ao sol. Por mais um dia ou dois a borracha se conserva mole a ponto de receber impressões permanentes e é durante esse período que os calçados recebem a configuração definitiva conforme a habilidade do artífice que, para tanto, usa varinhas pontiagudas. Conserva a borracha ainda por algum tempo a sua cor amarelada, mesmo depois de retirada da fôrma e ser considerada pronta para o mercado. De fato são esses calçados vendidos ainda tão frescos que precisam ser conservados separados uns dos outros. Daí verem-se sapatos aos pares, atados a longos paus. São comuns

no Pará essas fiadas de calçados suspensas sobre as canoas que descem os rios ou transportadas aos ombros dos que as vão entregar às casas de comércio. Quando se destinam à exportação, os sapatos vão cheios de capim seco, para evitar que se deformem. Várias pessoas que moram nos arredores do Pará colhem a goma-elástica e preparam-na em pequena escala, mas o mercado é principalmente abastecido pelas plantações de caráter industrial. Pode-se retirar a goma-elástica durante o ano todo, mas a colheita é mais fácil e melhor quando feita durante a seca. A preparação do produto faz-se de preferência nos meses de maio, junho, julho e agosto. Além das grandes quantidades de goma-elástica que o Pará exporta em diversas formas, durante os últimos anos venderam-se, anualmente, para o exterior, cerca de trezentos mil pares de sapatos. Atualmente, a região amazônica atende a todo o crescente consumo desse material, e, provavelmente, ainda o continuará fazendo por muito tempo. Diversas outras árvores, quase todas pertencentes à família das *euforbiáceas*, produzem goma semelhante, mas nenhuma delas pode concorrer com a seringueira do Pará.



Fabricação de calçados de borracha

Outra árvore encontrada na província é a maçaranduba que produz uma secreção branca, muito parecida com o leite de vaca e bastante apreciada como alimento. Quando coagulada, forma uma espécie de pasta que é tida em alta conta. O vegetal produz grande quantidade desse fluido. Sua natureza botânica jamais foi devidamente estudada. Presume-se que haja íntima afinidade entre a maçaranduba do Pará, o “pé-de-vaca” de Demerara e a “árvore de manteiga” da África, se é que não pertencem todas à mesma espécie. Cumpre notar que o látex da seringueira também é, às vezes, usado como leite. Consta que os negros e índios encarregados do seu preparo gostam de tomá-lo.

Outro valioso produto da região é o urucu. Trata-se de conhecido colorante alaranjado, produzido pela árvore a que os botânicos chamam *Bixa orellana*. Essa planta se desenvolve, de ordinário, da mesma forma e porte que o marmeleiro, produzindo cachos de flores vermelhas e brancas. Seus princípios colorantes eram largamente usados pelos indígenas, na época do descobrimento. Com eles faziam diversas modalidades de pintura e costumavam às vezes pintar o rosto e o corpo.

A preparação comercial consiste na polpa oleosa da semente que é raspada e depois fermentada. A seguir fazem uns bolos de quilo a quilo e meio, para exportação. Raramente se encontra coco no Pará. O cacau, matéria-prima da preparação do chocolate, é um dos principais produtos paraenses. É feito com as sementes da *Theobroma cacao*.

Ignora-se, geralmente, que a castanha triangular conhecida na Inglaterra e nos Estados Unidos por “Brazil-nut” só se encontra nas regiões setentrionais do Império. Cresce espontaneamente em grande profusão, nas florestas amazônicas. Os portugueses chamam-na *castanha-do-maranhão* pois que foi dessa província que se fizeram as primeiras exportações do produto. A castanha dá nos ramos frondosos de uma árvore gigante, a *Bertholletia excelsa*. Enquanto a fruta é nova – e não empedernida pelo tempo – é verdadeiramente deliciosa.

Seria trabalho interessante, mas vastíssimo, o estudo da flora amazônica. Nesse setor da ciência, os lauréis estão ainda por conquistar e é preciso que se diga, em desabono dos botânicos norte-americanos, que até hoje não se decidiram eles competir nessa liça. Ouvimos dizer mais de uma vez que Burchel morou algum tempo no Pará, mas por essa ocasião

já era por demais avançado em anos para que pudesse justificar sua fama, lançando-se à interminável tarefa que ante ele se estendia.

As águas do grande rio são pouco menos produtivas que o solo ubérrimo de suas margens. Nelas proliferam inúmeras espécies ictiológicas e anfíbias. Diversos dos peixes maiores são salgados e secos, para o consumo. Entretanto, o comércio desse gênero alimentício não vai além do litoral. Devido à maneira de preparar ou à má qualidade do pescado, os estrangeiros não lhe dão importância. O mais notável habitante dessas águas é a vaca-marinha geralmente chamada pelos portugueses peixe-boi. Esse nome, evidentemente, provém do volume do animal e não de qualquer possível semelhança com aquele quadrúpede, a não ser o fato de ambos serem mamíferos. Não se pode dizer que a vaca-marinha seja anfíbia, porque jamais sai d'água. Alimenta-se principalmente de certa planta aquática – a cana-brava – que flutua à margem das correntes. Põe a cabeça fora com frequência, não só para respirar como também para apanhar a vegetação de que se nutre. É nessas ocasiões que a capturam. Só tem duas nadadeiras junto à cabeça. Os ubres das fêmeas ficam sob essas nadadeiras. Esse animal é tido como sendo o maior da água doce. Entretanto, a despeito de suas colossais dimensões – pois atinge às vezes a mais de cinco metros de comprimento e quase um de espessura na parte mais grossa – seus olhos são muito pequenos e o orifício do ouvido é pouco maior que a cabeça de um alfinete. O couro é tão espesso e rijo que dificilmente uma bala de mosquete o atravessa.



Vaca-marinha

Com ele os índios fabricam escudos de guerra. Tanto a gordura como a carne desse mamífero são muito apreciadas. Os nativos usavam

esta última em lugar de carne de vaca. Não dispondo de sal os aborígenes conservam-na defumada depois de temperá-la com a cinza de certa palmeira.

A manteiga da tartaruga da Amazônia é um produto peculiar à região. Em certas épocas do ano as tartarugas aparecem aos milhares sobre as margens dos rios, para desovar na areia. Dizem que se ouve a grande distância o ruído de suas cascas batendo umas contra as outras, na agitação da corrida. O trabalho dos quelônios começa à tarde e termina com os primeiros albores da madrugada, quando de novo se retiram para o seio das águas. A operação se repete até que cada tartaruga tenha depositado de sessenta a cento e quarenta ovos.

Durante o dia os sertanejos colhem os ovos e os empilham como balas de canhão no arsenal. Esses montes não raramente atingem a seis metros de diâmetro e altura correspondente. Quando ainda frescos, são lançados em enorme gamelas e outras vasilhas semelhantes e, depois de quebrados com um pau, são triturados com os pés. A seguir lançam água sobre a massa que é então exposta ao sol. O calor faz surgir à tona a matéria oleosa dos ovos que é colhida em cuias e conchas. Depois disso o produto é novamente exposto a um calor moderado até chegar no ponto de consumo. Depois de alvejado tem a aparência de manteiga derretida. Conserva sempre o gosto de óleo de peixe, mas é muito apreciado para condimento, tanto pelos índios como pelas pessoas que a ele se habituam. A manteiga da tartaruga é exposta à venda em potes de barro. Calcula-se que antigamente empregavam-se cerca de duzentos e cinqüenta milhões de ovos de tartaruga por ano, no fabrico dessa manteiga. Atualmente o número é menor, não só pela devastação feita sobre os quelônios, como também pelo desenvolvimento da civilização.

Sem mais nos demorarmos na descrição das novidades que nos apresenta o mundo comercial paraense, passaremos a examinar os estabelecimentos religiosos e os costumes do lugar. A cidade divide-se em duas paróquias e compreende, ao todo, onze igrejas e capelas. Há dois conventos, um pertencente aos carmelitas, ocupado por três frades e dois noviços; o outro pertence aos capuchinhos da Ordem de Santo Antônio e só tem dois frades. No velho colégio dos jesuítas estão a residência episcopal e o seminário diocesano. O antigo convento de São Boaventura foi convertido em arsenal de

Marinha e o vasto mosteiro dos mercenários, em apartamentos mobiliados para o arsenal militar e para a alfândega. De nenhuma dessas ordens existe mais um único frade para lamentar a profanação de suas custosas propriedades. Quantas considerações nos ocorrem sobre esse mal compreendido zelo! Eloqüentes exemplos da fatalidade que acaba desabando sobre a piedade ostensiva! O dinheiro e o tempo gastos na ereção dos cinco mosteiros do Pará, que atualmente estão inteiramente abandonados, a não ser pela aplicação secular que lhes dão, teriam sido talvez suficientes para divulgar a Sagrada Escritura entre as numerosas tribos do Amazonas.

A catedral do Pará é a maior de todo o Império. A construção foi iniciada em 1720, quando a diocese se separou da do Maranhão e, segundo os desejos do rei de Portugal, não deveria ter rival além do Tejo. Devidamente concluída, foi ela consagrada em 1775, pelo novo bispo, assistido de todos os frades, magnatas e do povo.

A aparência extrema do templo lembra a Candelária do Rio de Janeiro. De cima das torres, contempla-se esplêndido panorama da cidade e seus arredores. Por dentro, a construção obedece o modelo comum das igrejas brasileiras, dispondo de treze altares diferentes, para celebração da missa. Três deles são dedicados à Virgem Maria, em honra da qual lâmpadas de prata maciça brilham constantemente, enquanto que outros santos mais pobres são abandonados à simples luz do dia.

Certo detalhe da ornamentação dessas igrejas merece especial menção, é o uso generalizado de pinturas, nos altares e em lugar de imagens. Contudo, a execução desses quadros é melhor que a de muitos ensaios artísticos que o viajante possa admirar em outras partes do Império. Mesmo quando malfeito, olha-se com menos desgosto o trabalho de um pintor medíocre que as criações exóticas de um entalhador. Nos milhares de imagens veneradas nas igrejas e levadas em andores nas procissões, não se percebe o menor respeito às regras da escultura. Quer sejam feitas de madeira, de cera ou de alabastro, a aparência dessas imagens é sempre tão macilenta e repulsiva, que pouco ou nada conseguem melhorá-las os vistosos e profusos paramentos. Sem dúvida essas expressões fisionômicas visam impressionar ao público, e não há negar que tal finalidade é amplamente atingida, pois ninguém dotado de gosto artístico poderá contemplar muitas dessas imagens sem se sentir profundamente impressionada a sua

sensibilidade estética. Torna-se, de fato, difícil dissociar de certas esculturas a idéia de profanação, especialmente com relação a algumas representações do Salvador. Verdade é que muitos motivos são patéticos por natureza – como por exemplo as cenas da crucificação – mesmo essas, porém, não justificam fisionomias caricatas de desespero e agonia.

É preciso que se tenha uma singular mentalidade para que a devoção se nos exalte à vista de imagens que, só por enorme esforço de imaginação, se pode associar a qualquer objeto sagrado, ou, ao contrário, para que a nossa piedade se desvança por falta de semelhantes imagens. Que sabem os modeladores sobre o caráter daqueles cujos nomes dão aos seus trabalhos? Como é possível que esses produtos de sua rústica imaginação e técnica bárbara despertem elevados sentimentos religiosos?

Do ponto de vista da estética e da decência, a adoção de pinturas sobre os altares, em lugar de imagens, representa considerável melhoria, e, quanto ao aspecto religioso, não há diferença sensível. No Pará essa tendência para substituir uma coisa pela outra é mais acentuada que em qualquer outro lugar do país; e, para mostrar o grau de absurdo e extravagância a que isso leva, não falta mesmo um eloqüente exemplo. Na igreja do Espírito Santo, sobre o altar principal há uma grosseira representação, em tela, da Santíssima Trindade. A idéia, em si, já é chocante para quem está habituado a adorar a Deus em espírito e em verdade, mas a execução em painel nada lhe fica a dever. O Padre Eterno está ali representado por um velho vestido com uma estamena fradesca; à direita está o filho carregando a cruz. Estão ambos sentados, e, entre eles, vê-se uma pombinha descendo.

Na mesma igreja vimos uma imagem denominada Nossa Senhora do Rosário, da qual pendia um manuscrito dizendo que o bispo concedera nada menos de quarenta anos de indulgência a quem, depois de rezar o ato de contrição diante dela, recitasse uma Salve Rainha pela prosperidade da Igreja e pela extinção das heresias. O outro documento, na capela dos carmelitas, concede, também com a autoridade diocesana, quarenta anos de indulgência aos fiéis contritos que, em qualquer dia ou hora, rezem naquela igreja três Ave Marias e três Salve Rainhas.

Quase todas as igrejas do Pará, bem como a catedral, são construídas em forma de cruz latina. A Santana, na parte leste da cidade, tem

a conformação de uma cruz grega. Tem três altares nas extremidades da cruz e a porta principal ao pé, sobre a qual está instalado o coro sustentado por colunas. Por uma clarabóia aberta no pináculo de uma cúpula central, penetram os raios do sol, em lindos efeitos, sem que, entretanto, se dispensem as velas acesas, mesmo durante o dia. Nessa igreja se vêem, além dos quadros e imagens, várias pinturas a fresco. Suas portas, da mesma forma que as de muitas outras igrejas, estão repletas de bentinhos, terços, crucifixos e pequenas imagens que os fiéis só usam depois de bentos ou borrifados com água benta. São freqüentemente pendurados no pescoço das crianças para afastá-las dos perigos. Quando se encontram tais objetos perdidos, é costume generalizado apanhá-los e pendurá-los na porta da igreja, onde o dono vai depois procurar.

A maior festividade religiosa que se celebra no Pará é a de Nossa Senhora de Nazaré. É uma festa móvel que pode cair em setembro ou outubro e é geralmente marcada de maneira a começar com a lua nova, na esperança de que se sigam nove ou dez noites bonitas consecutivas. Na opinião de Baena, ou autor das *Eras do Pará*, é a seguinte a origem dessa festa.

“Em 1774, construíram na estrada de Uringa uma capela consagrada a Nossa Senhora de Nazaré. Essa capelinha ficava a novecentos e noventa metros de determinado ponto, no Largo da Pólvora, onde em tempos vivera um mulato de nome Plácido. Era o único morador do lugar, e, em sua humilde cabana de sapé, venerava uma imagem da santa a que acima nos referimos. Guardava-a em um armário tosco, e, em certos dias da semana, pessoas devotas costumavam reunir-se para orar diante da santa e oferecer-lhe velas de cera. Depois que o mulato morreu, a imagem ficou para um tal Antônio Agostinho que, apelando para o zelo dos devotos, fez erigir a referida capela. Para esse fim, escolheram um lugar bem situado.

“A 3 de julho de 1793, Sousa Coutinho, o vigésimo quinto capitão-mor do Grão-Pará e do Rio Negro, determinou que, nesse lugar, se celebrasse anualmente uma festa em honra à Nossa Senhora de Nazaré. A irmandade da paróquia teve ordem de festejar a data com uma novena, uma missa cantada e uma procissão. Na primeira noite de novena, a imagem deveria ser transportada para a capela do palácio, de modo a ser, no dia seguinte, reconduzida à igreja, em procissão pública.”

Tal determinação harmonizou-se perfeitamente com a índole religiosa do povo, que observou zelosamente, transmitindo-a aos seus pósteros. Celebrando-se a festa durante a nossa permanência na cidade, tivemos ocasião de assistir a tudo quanto nos aprouve. Já com alguma antecedência iniciaram-se grandes preparativos. O caminho que da cidade vai ter à igreja, atravessa uma floresta, durante quase todo o seu percurso, e por isso precisa ser anualmente capinado. A igreja está situada a um canto da praça e esta constitui o único pedaço de chão limpo em toda a redondeza. Da mesma forma que a estrada, torna-se preciso limpar de vez em quando o largo. Em geral, parte do mato é queimada. Em volta da clareira, constroem-se barracas para acomodar as famílias que desejam instalar-se no recinto, durante os festejos. Na primeira noite, uma longa procissão, transportando a imagem, movimentou-se da cidade em direção à capela situada em pleno mato.

À frente ia um corpo de guardas composto de militares e civis a cavalo; depois vinha um veículo a que chamavam o carro do triunfo, tirado por uma junta de bois e sobre a qual se via uma armação toda coberta de panos coloridos. No carro iam diversos rapazes incumbidos de queimar grande quantidade de foguetes.

Logo atrás vinha uma banda de música seguida de um piquete de cavalaria, de espadas desembainhadas. Imediatamente após marchava a guarda composta de civis a cavalo e oito ou dez carruagens que, provavelmente, eram todas quantas possuía a cidade. Finalmente vinha o presidente da província em grande uniforme e, depois dele, uma sege conduzindo o sacerdote que levava, ao colo, a imagem de Nossa Senhora. Esta não tinha mais que sessenta centímetros de altura e ia vestida com grande pompa. Diversas companhias de infantaria fechavam o cortejo que abria alas por entre a multidão de curiosos. Uma particularidade que observamos no povo, relativamente a outras aglomerações vistas pelo Brasil afora, foi o grande número de mulheres de todas as nuances, desde o negro até ao amarelo, trajadas com muito exagero e exibindo vasta profusão de jóias. Várias delas levavam sobre a cabeça bandejas repletas de brinquedos de açúcar e, nas mãos, banquinhos sobre os quais de vez em quando descansavam, para vender sua mercadoria.

O povo, em geral, se apresentava muito bem vestido e em muita ordem. Logo que a imagem chegou à igreja, começou a novena que

continuou durante oito noites consecutivas. Esse era o principal exercício religioso de então. Abrilhantava as novenas uma banda de música, sempre precedida, como era de esperar, por um ensurdecedor espoucar de foguetes. Grande multidão reunia-se em torno da igreja, nessa ocasião, cantando a ladainha de Todos os Santos e da Virgem. Finda a reza o povo dispersava-se pelas adjacências, entregando-se a toda sorte de folguedos, tais como bailes, jogos, etc. Confrangeu-nos observar que de todos os divertimentos o que parecia despertar maior interesse era o jogo.

Nas esplêndidas noites enluaradas dos festejos, a cidade ficava quase inteiramente deserta, pois toda a população convergia para as festas de Nazaré. Entretanto, quão poucos dentre eles faziam idéia perfeita daquele que veio de Nazaré para remir os pecados do seu povo!

A igreja de Nazaré era muito pequena e dava a impressão de uma moradia comum, tendo em três de seus lados uma varanda em dois andares. Na parte superior penduravam-se as redes dos soldados da guarda. Defronte havia uma espécie de alpendre ou rancho coberto com telhas. Dentro da capela viam-se dois altares; aquele sobre o qual depunham a imagem transportada em procissão era desmesuradamente elevado. Parecia que a santa tinha vindo da França, pois o seu todo dava a impressão de uma grande boneca de vitrina. Duas longas fitas, uma verde, outra vermelha pendiam das vestes da imagem até o chão. Centenas de pessoas acotovelvavam-se em torno do altar para, de joelhos, beijar essas fitas! Penduradas na parede, do lado oposto, viam-se numerosas peças de cera representando pés, mãos, cabeças e pernas doentes ou ulceradas, que foram miraculosamente curadas por Nossa Senhora. Em seguida podia-se também ver uma pintura tosca representando a aparição da Virgem a um doente que, naturalmente, se restabeleceu. Temendo, o modesto autor, em sua ingenuidade, que se não compreendesse o motivo do quadro lá estava claramente explicado numa legenda: “Milagre que fez Nossa Senhora de Nazaré!”

Quão diversa era a cena, pela manhã bem cedo. Não havia aglomeração. Aqui e acolá se via um ou outro indivíduo dormindo pelo chão; os outros descansavam em suas barracas fechadas. Nem a luz mortiça da lua, nem o tremeluzir das velas emprestavam qualquer nitidez aos mal definidos contornos das coisas. As ornamentações, tão profusamente dispersas, exibiam agora suas verdadeiras cores. Caindo em torno das barracas, outras

vezes suspensos em longos mastros, viam-se grandes panos de musselina, tapeçaria e calicó, entremeados de bandeiras e flâmulas, mas tudo sem vida, escorrido, inerte, como que patenteando os resultados que se poderiam esperar de uma noitada alegre e profana. Notamos que nessas ocasiões a bandeira norte-americana parecia constituir o motivo ornamental predileto, pois um só estabelecimento desfraldava duas delas.

Parece desnecessário tecerem-se considerações de ordem geral sobre a natureza e a tendência dessas festividades que tanto atrativo tinham para toda uma comunidade e que se prolongavam por tantos dias consecutivos. Não tivessem elas cunho religioso e seriam menos chocantes. Mas é lamentável que um povo possa pensar que está servindo a Deus entregando-se a divertimentos e desatinos dessa ordem.

Entretanto, não se verificou a menor desordem durante os festejos. Mesmo assim, porém, teria alguém se tornado mais sensato, melhor ou mais feliz? Ao contrário, não seria difícil encontrar pessoas que tivessem resvalado pelo deboche, pela depravação; era penoso imaginar-se que muita gente poderia ter aí iniciado uma vida de jogatina, prostituição ou qualquer outro vício que lhe causaria completa ruína. Entretanto, apesar de serem possíveis e até prováveis tais resultados, durante todos esses dez dias não se pregou um único sermão, nem se fez coisa alguma no sentido de instruir e moralizar o povo.

As manhãs e as noites do Pará são de indescritível beleza. À noite tudo é calma e sossego; apenas de raro em raro se percebe o tímido sussurrar de uma brisa perfumada, e é preciso que se tenha muito viva a imaginação, para que se conceba algo de mais belo que o plenilúnio, em todo o seu esplendor. A luz prateada do luar empresta à folhagem escura e exuberante da vegetação um brilho peculiar que não se consegue traduzir em palavras, enquanto que lá em cima palmeiras sem conta, balançando suas folhas esguias, dão maior encanto e mistério ao ambiente. As flores de numerosas árvores frutíferas misturam seu aroma ao das espécies mais humildes e enchem a atmosfera de uma fragrância pura que, pelo contraste nos traz à mente a sensação desagradável que nos causa o eflúvio de outras povoações e cidades maiores. O delicioso frescor das noites paraenses está em vivo contraste com o abrasamento do sol ao meio-dia, e, de vez em quando, uma aragem muito suave nos dá como que um novo alento, depois do

mourejar quotidiano e da soalheira de durante o dia. Apesar do copioso orvalho que cai durante a noite, a atmosfera é de tal forma embalsamada e saudável, que mesmo às mais delicadas constituições não há perigo algum em passear ao relento. É precisamente esse o clima que recomendaríamos aos fracos e convalescentes, especialmente aos de moléstias do peito.

O raiar da aurora nada fica a dever ao esplendor das noites encantadoras. Muitas vezes nos levantamos para apreciá-lo, antes que a luz suave da lua se engolfasse de vez nos poderosos raios do astro-rei que, depois de curtíssima aurora, rasga sua trajetória luminosa através do azul puríssimo do éter. Os brasileiros são, em geral, madrugadores, e, via de regra, os comerciantes estrangeiros são os últimos a abrirem seus estabelecimentos. Entretanto, poucos são os que saem pela manhã, a passeio, ou para fazer exercício. As únicas pessoas que geralmente se encontram no Pará, pela manhã, são negros e índios com potes de barro à cabeça, a caminho da fonte.

Não há nenhum chafariz em toda a cidade. O único manancial de água potável fica a leste da cidade. Para conveniência das famílias que não dispõem de bastante criados, encontram-se, pelas ruas, aguadeiros transportando, sobre o dorso de animais, pequenos barris de água potável. A água para serviços domésticos provém do rio e de alguns poços feitos nos arrabaldes.

.....

Capítulo XVII

AMAZÔNIA. – SEU DESCOBRIMENTO. – EL DORADO. – GONÇALO PIZARRO. – SUA EXPEDIÇÃO. – CRUELDADES. – SOFRIMENTOS. – DESERÇÃO DE ORELANA. – SUA DESCIDA PELO RIO. – A FÁBULA DAS AMAZONAS. – DESTINO DE UM AVENTUREIRO. – O NOME DO RIO. – COLONIZAÇÃO DA REGIÃO. – SUCESSIVAS EXPEDIÇÕES PELO AMAZONAS. – A ODISSÉIA DE MADAME GODIN. – ESTADO ATUAL. – NAVEGAÇÃO A VAPOR. – HISTÓRIA. – REVOLUÇÃO DE 1823. – NAVIO-PRESÍDIO. – DESORDENS DE 1835. – RESULTADO DAS CRUELDADES PRIMITIVAS. – RELIGIÃO E EDUCAÇÃO. – A BÍBLIA NO PARÁ.

TRATAREMOS agora da Amazônia, designação que geralmente se dá a todo o interior da província do Pará. Nenhuma outra região do globo oferece maior interesse que esta, no que respeita à natureza. Sua situação geográfica sob a faixa equatorial, sua enorme extensão territorial, seus rios colossais, o encanto e o romanesco de sua história e de seu nome, são característicos originais, peculiares a essa gleba imensa. Já três séculos são passados sobre o seu descobrimento e até hoje, ainda, dois terços do território amazônico permanecem inexplorados, quase virgens.

De feito, poucas pessoas, que não os índios e seus opressores, penetraram essas paragens afastadas ou sequer as devassaram com o olhar,

a não ser apenas pelas margens dos rios navegáveis. O descobrimento da região revestiu-se de circunstâncias verdadeiramente dramáticas. Em meados do século dezesseis a lenda do Eldorado empolgava, na Europa, o espírito de todos. Demonstrava-se, então, com certo cunho de veracidade, a existência de um novo mundo, acendendo a alma de príncipes e camponeses, ricos e pobres, a cupidez pelos seus tesouros inexplorados. A avareza, disfarçada sob o manto da aventura, atravessou o oceano e, tão logo pisou as praias do Novo Mundo, deixou pegadas de sangue sobre a areia. Nem mesmo se deteve um pouco mais para levar a cabo a empreitada de desolação encetada nas encantadoras ilhas do mar das Caraíbas, antes de violar e agitar o âmago sagrado do continente sulino. Estendeu, pelo recesso das florestas primevas e pelas malocas dos aborígenes, o tilintar de armas cruentas; escalou a Cordilheira palmilhou as savanas desertas, no litoral do Atlântico e do Pacífico.

Entre os indivíduos sanguinários e cruéis que se destacaram nas tremendas façanhas de conquista e de pilhagem, merece especial menção o nome de Gonçalo Pizarro, irmão e companheiro do conquistador do Peru. Seus talentos podem ter sido mais modestos que os de seu mano, mas a ousadia e a crueldade de que era dotado em nada lhe ficaram a dever. Em 1541, esse aventureiro partiu de Quito à frente de trezentos soldados e quatro mil índios carregadores, com o fito de descobrir a terra do ouro. Trata-se de um reino imaginário nascido das mal compreendidas histórias que ouviam dos índios perseguidos e exagerado pelas mais extravagantes fantasias.

Esse reino fabuloso era conhecido pelo apelido de seu monarca o qual, ao que então se dizia, para ostentar traje mais suntuoso que o de qualquer outro potentado da Terra, cobria seu corpo, todos os dias, com uma nova camada de ouro em pó. Para tanto fazia friccionar a pele com raríssima resina aromática, à qual a preciosa poeira aderira, soprada através de um tubo. Graças a essa indumentária bárbara, os espanhóis o apelidaram Eldorado. Nenhuma fantasia que se relacionasse com tal monarca parecia por demais extravagante para que se lhe desse crédito. Supunha-se que ele residisse na grande cidade de Manoa, onde nada menos de três mil operários trabalhavam na rua dos ourives. As colunas do palácio real eram de porfírio e alabastro, o trono, de marfim e os degraus que a ele

conduziam, de ouro maciço. Outros imaginavam um palácio construído de pedra branca, ornado de sóis de ouro e luas de prata, tendo as portas guardadas por leões vivos, presos em correntes de ouro. Fascinados por semelhantes sonhos, comandantes e soldados do exército de Pizarro partiram, acalentando as mais ousadas esperanças. Seguindo para leste de Quito, foram obrigados a abrir caminho através da floresta, escalar montanhas e enfrentar tribos hostis. A todos os índios que encontravam, perguntavam do Eldorado, e, se não obtinham informação satisfatória, torturavam os míseros silvícolas. Alguns eram queimados vivos, outros estraçalhados por molossos bravios, especialmente ensinados pelos espanhóis a se alimentarem de carne humana.

Os efeitos dessa crueldade inominável reverteram sobre os seus próprios autores, em forma de terrível vingança. À medida que se propagava, de uma tribo a outra, a notícia da aproximação dos espanhóis, os pobres nativos se dispunham a alimentar as esperanças dos invasores e despachá-los para mais longe. Chegou a época das chuvas e depois de quatro meses de umidade contínua, as roupas apodreceram nos corpos dos soldados que não encontravam nem podiam construir abrigos. Depois de vencerem precipícios a prumo, nos quais muitos deles se despenharam, tiveram de atravessar planícies alagadas e vadear pântanos e lagoas. Esgotaram-se, finalmente, as provisões e começaram os expedicionários a se alimentar dos cães que os acompanhavam. Crescia o número dos doentes, obrigando os sãos a construir macas para transportá-los. Era uma tarefa sobre-humana para os soldados, principalmente por não disporem do aparelhamento necessário. Logo a seguir, tiveram que abater os cavalos, para deles se alimentarem. As dificuldades aumentavam a todo instante; com a morte a fitar-lhe nos olhos, Pizarro continuou aprisionando e acorrentando quantos suspeitasse que pretendiam fugir. Quanta crueldade a serviço de uma paixão! Quando, finalmente, chegaram às margens do Napo, nada menos de mil peruanos haviam já perecido.

Por essa altura, teve o comandante notícia de um rio maior, no qual o Napo desaguava e de que a região por ele banhada era fértil e rica em provisões. Decidiu, então, expedir uma embarcação com cinquenta homens incumbidos de obter víveres para os demais. Francisco de Orelana, cavaleiro de Truxilo, era o comandante da expedição. A correnteza o le-

vou rapidamente rio abaixo, através de plagas completamente desabitadas e desertas. Depois de percorridos quatrocentos quilômetros, assaltou-lhes a dúvida sobre se deveriam ou não voltar. Já que não tinham encontrado alimentação que bastasse nem mesmo para eles, como poderiam socorrer todo o exército? Além disso, como poderiam eles vencer a corrente no estado de fraqueza em que se achavam? A morte certa os esperaria. Seria melhor continuar descendo sempre ao léu da corrente, pois, todos os rios correm para o mar, e talvez houvesse possibilidade de salvar suas vidas e cobrir seus nomes com a glória de novos descobrimentos. Orelana apresentou aos seus companheiros essas considerações de maneira tão plausível que todos concordaram, com exceção de dois, um frade dominicano e um cavaleiro de Badajoz, os quais acoimaram o plano de cruel e traiçoeiro.

Para livrar-se desse argumento, Orelana desembarcou o cavaleiro na praia, para que se reunisse ao exército ou percesse à míngua. O frade franciscano aderiu à empresa e daí por diante tomou parte saliente na mesma. Orelana renunciou à missão recebida de Pizarro e fez-se eleger comandante, por seus próprios homens, de maneira a poder fazer novas conquistas em seu nome e não no de quem lhe delegara poderes.

Foi no último dia de 1541, depois da missa celebrada pelo dominicano, que se iniciou essa aventureira viagem. As perspectivas apresentavam-se sombrias. As provisões que levaram esgotaram-se completamente, obrigando os espanhóis a cozerem as solas dos sapatos e os cinturões de couro, na esperança de com eles matar a fome. Ao fim de oito dias, quando já quase não lhes restava esperança de escapar com vida dessa tenebrosa aventura, foram agradavelmente surpreendidos pelo ruflar de um tambor selvagem. Logo depois, depararam com uma maloca cercada de índios em atitude defensiva. Desesperados pela fome, os espanhóis não se detiveram em negociações. Atacaram os selvagens e encontraram aquilo que mais desejavam: uma boa reserva de comestíveis. Enquanto colhiam o fruto de sua vitória os índios voltaram e os encontraram mais calmos. Orelana os recebeu cortesmente e, tendo obtido o consentimento dos silvícolas para aquilo de que não tinham a menor idéia, divertiu-os com a cerimônia de tomar posse da terra para a Coroa de Castela.

Urgia, porém, construir uma embarcação melhor. Terminada essa tarefa com grande dificuldade e demora, reiniciaram a viagem. Às

vezes eram bem recebidos pelos índios, mas, na maior parte dos casos, tinham de abrir caminho à força, com grandes perdas e risco iminente de destruição completa da expedição.

Foi em junho, durante um combate com índios ferozes que os expedicionários descobriram o que tomaram como sendo as amazonas. Frei Gaspar, o dominicano, afirma que dez ou doze guerreiras combatiam à frente da tribo que foi finalmente subjugada por seus companheiros. Descreveu-as muito altas, de longos membros, tez clara e compridos cabelos lisos, atados em torno da cabeça. À guisa de vestuário traziam apenas uma tanga, mas estavam armadas de arco e flecha. Os homens lutavam desesperadamente, pois, se abandonassem a pugna, eram impiedosamente abatidos pelas tirânicas amazonas; entretanto, logo que os espanhóis mataram sete ou oito delas, os selvagens fugiram. Acredita-se que semelhantes fantasias foram criadas com a idéia deliberada de ressaltar a importância da viagem. Entretanto, a existência de poderosa tribo de amazonas naquela parte da América do Sul tem sido objeto de cuidadosas pesquisas e graves discussões, durante os últimos dois séculos. Condamine e outros acreditavam ter de fato existido amazonas, das quais algumas remanescentes chegaram até a época de Orelana, tendo desaparecido logo depois, pela mestiçagem com as tribos vizinhas; todavia, a quem quer que se dê ao trabalho de investigar o assunto, torna-se evidente que apenas tradições imprecisas e conjeturas infundadas alimentaram essa lenda. Herrera, historiador espanhol, fez minucioso relato das façanhas de Orelana, baseado na narrativa do audaz navegante, aliás, endossada pelo seu fidedigno cronista, Frei Gaspar. Entretanto, o trabalho de Herrera encerra poucas informações verídicas. As que poderiam ser tomadas como exatas, tornam-se duvidosas devido aos absurdos de que estão eivadas.

Depois de sete meses de percurso, os viajantes atingiram o oceano, e, tendo reparado o barco de que se serviam, deixaram o grande rio em agosto. Felizmente para eles, o tempo estava muito calmo. Procuraram manter-se a uma certa distância da costa setentrional, por não saber exatamente onde estavam. Finalmente, a 11 de setembro, tocaram na ilha de Cubrágua. Daí Orelana seguiu para a Espanha a fim de relatar pessoalmente os seus descobrimentos.

As desculpas que apresentou, por ter abandonado Pizarro foram aceitas, e, atendendo ao seu pedido, as regiões por ele descobertas lhe

foram doadas. Encontrou certa facilidade em levantar o capital necessário e engajar aventureiros para a nova expedição, mas a tentativa falhou completamente. Sua armada chegou ao Brasil em 1544, porém, no labirinto de canais em que se desfaz o delta amazônico, Orelana não conseguiu encontrar a passagem principal. Depois de um ou dois meses de pesquisas infrutíferas, sem conseguir subir o rio nem fazer algo que valesse a pena, o descobridor sucumbiu à desventura, e, da mesma forma que muitos de seus homens, adoeceu e morreu.

Referindo-se a Orelana, diz Southey que “como descobridor excedeu todos os seus conterrâneos; e se como conquistador foi infeliz, tanto melhor para ele agora, pois não teve oportunidade de cometer as atrocidades que empanaram o nome de tantos de seus contemporâneos”. É tal o respeito que tem Southey pela memória de Orelana que, em sua história, chega a pretender ligar o nome do navegante ao grande rio. Põe de lado a designação de Maranon, por se parecer demais com Maranhã^(*) e a de Amazonas por se basear numa ficção e ser, ao mesmo tempo, inconveniente. É assim que, no mapa por ele organizado, bem como em todas as referências que faz ao grande caudal, chama-o, sempre, de rio Orelana.

Contudo, a tentativa do grande poeta inglês não encontrou eco no Brasil. Amazonas é o nome que geralmente dão ao rio, os que navegam em suas águas e os que habitam suas margens. Por isso, também nós preferimos chamá-lo Amazonas, já que nenhuma simpatia especial nos liga ao aventureiro que, para aumentar o brilho de suas bravatas, inventou a fábula que acabou por fazer sombra ao seu próprio nome.

Pará, o nome indígena do rio, é de todos o mais apropriado. Quer dizer o Pai das Águas. Como sabe o leitor, esse é o nome atual da província cortada pelo grande rio e de sua capital. Rio Pará também designa a parte meridional do delta amazônico, em contraposição à setentrional que é a principal.

Cerca de setenta anos depois que se desenrolaram os fatos acima narrados, os portugueses, partindo do Maranhão, começaram a colonizar

* Ambas as palavras têm, evidentemente, a mesma origem: derivam do português “mar” e “nã”, isto é, mar nã, como parece ser o rio em seu desaguadouro.

o Pará. Em 1616, Francisco Caldeira, o primeiro capitão-mor, lançou os fundamentos da atual cidade do Pará, sob a proteção de Nossa Senhora de Belém. Em 1637, outra expedição procedente de Quito desceu o Amazonas. Era composta de dois frades franciscanos e seis soldados que haviam sido enviados em missão junto aos índios das fronteiras peruanas. A missão falhou. Alguns dos missionários, desgostosos, regressaram; outros persistiram até que os selvagens os atacaram e assassinaram o comandante da escolta, dispersando-os todos. Os que não tiveram coragem para enfrentar a terrível viagem de regresso a Quito, entregaram-se às águas como o fizera Orelana quase cem anos antes. Atingiram Belém, mas tão embrutecidos pelo pavor que não souberam dar conta do que viram. Para eles bastava terem conseguido escapar incólumes dos terríveis canibais, entre os quais foram obrigados a passar.

Nesse mesmo ano, organizou-se a primeira expedição para subir o Amazonas. Era comandada por Pedro Teixeira e compunha-se de setenta soldados, mil e duzentos nativos, entre canoeiros e arqueiros, além de mulheres e escravos que elevavam o total dos expedicionários a perto de dois mil. Embarcaram em quarenta e cinco canoas. A força da corrente e a dificuldade de descobrir o caminho através da teia de canais, comprometeram, em grande parte, a empresa. Muitos dos índios desertaram e só com incansável perseverança e tato conseguiu Teixeira manter os demais. Depois de uma viagem de oito meses atingiu o limite das águas navegáveis. Deixando aí a maior parte de seus homens e todas as embarcações, continuou o percurso por terra até Quito onde foi recebido com grandes honras. De volta, diversos frades o acompanharam com o fito de registrar os incidentes e as observações do trajeto. Assim foi que se conseguiu grande cópia de informações precisas, logo dadas à publicidade. A expedição chegou a Belém em dezembro de 1739 e foi acolhida com efusivas demonstrações de júbilo. Depois dessa as viagens pelo Amazonas se tornaram mais freqüentes.

Em 1745, M. la Condamine, acadêmico francês, desceu de Quito e levantou um mapa do rio, baseado numa série de observações astronômicas. Seu memorial, lido perante a Academia Real, quando de seu regresso, até hoje ainda é um documento muito interessante. Nos tempos modernos, as mais célebres viagens ao longo do Amazonas foram descritas pelos seus próprios autores, como sejam Spix e Martius, Lister Mawe e o Tenente Smith.

Estas expedições foram todas bem sucedidas, nelas não tendo ocorrido desventuras a relatar. Entretanto, isso nem sempre se dá com todas as viagens empreendidas por essas águas intermináveis. A verdadeira odisséia por que passou Madame Godin de Odonnais dificilmente encontra paralelo na história dos sofrimentos humanos. O marido dessa senhora era o astrônomo da expedição de M. Condamine. Tinha levado consigo a família para residir em Quito, mas, recebendo ordens de seguir para Caiena, foi obrigado a separar-se dela. Circunstâncias diversas, por dezesseis anos impediram o seu regresso, e, quando, finalmente, tentou subir o Amazonas, caiu doente e não pôde seguir. Nenhuma das comunicações que tentara enviar à sua mulher chegou ao destino. Nesse ínterim, ouviu ela boatos de que haviam despachado uma expedição à qual ela deveria se reunir em alguma das missões situadas nas cabeceiras amazônicas. Acompanhava-a toda sua família, inclusive três mulheres, dois filhos e dois ou três homens, um dos quais era seu irmão. Os novos expedicionários atravessaram os Andes e atingiram os tributários do Amazonas sem grande dificuldade, mas quanto mais se embarafustavam pela solidão sem limites que se estendia diante deles, avultavam os tropeços. As missões, encontraram-nas desoladas, devastadas pela varíola. A povoação onde esperavam achar índios que os conduzissem rio abaixo, só tinha dois sobreviventes, criaturas incapazes de os auxiliar. Continuaram, portanto, sem guias nem canoeiros. Desconhecendo a arte de navegar e desabituaados do cansaço e do perigo, torna-se impossível descrever a situação desesperadora em que se encontraram. Derivando sem rumo pela correnteza, a canoa fez água e seus ocupantes por pouco escaparam da morte, com escassos víveres.

Construíram uma jangada, mas esta logo se desfez contra um banco de areia. Novamente os viajantes, desajudados, salvaram-se numa praia, e, sem outra alternativa que optar, tentaram vencer a jornada a pé. Sem mapa nem bússola, não sabiam que rumo tomar. Procurando seguir o curso sinuoso do rio, logo se perderam, embrenhando-se na floresta. Alimentavam-se exclusivamente de frutos silvestres e plantas nativas. Enfraquecidos pela fome, foram logo vitimados pelas moléstias.

Em poucos dias, Madame Godin, a única sobrevivente, viu-se cercada de oito cadáveres! Imagine-se, se possível, o horror que se apoderou da pobre senhora, ao ver seus amigos e parentes, um após outro, entregues

à agonia e à morte. Num esforço desesperado, a senhora tentou enterrar os cadáveres, mas não o conseguiu. Depois de se deixar ficar por dois dias entre os mortos, decidiu-se a uma nova tentativa de rever seu marido há tanto tempo ausente. Achava-se então a mais de quatro mil quilômetros do mar, sem alimentação e com seus delicados pés lacerados pelos espinhos. Calçando os sapatos de um dos mortos, iniciou a marcha interminável. Quantos fantasmas não teriam torturado a sua imaginação, povoando de monstros a solidão das matas! Mas, ela persistiu; caminhou sempre numa seqüência de dias de horror e noites de pavor. Finalmente, decorridos nove dias de sofrimentos indescritíveis, ela conseguiu ouvir o leve ruído de uma canoa descendo o rio. Eram índios. Recolheram-na em sua montaria e levaram-na a uma das missões de onde, depois de muito esperar e sofrer, foi finalmente conduzida rio abaixo e encontrou seu marido, após dezenove anos de separação. O casal regressou à França e passou o resto de seus dias em calma; entretanto, Madame Godin jamais se refez inteiramente dos profundos efeitos sobre ela causados pelo medo e pelo sofrimento.

Ainda hoje, quem viaja pelo Amazonas, acima do Pará, atravessa uma região completamente selvagem. Dificilmente contam-se cinquenta casas, em quatrocentos quilômetros. Poucas são as povoações à margem do rio. A maioria das vilas assenta-se sobre a margem de cursos tributários e igarapés. As casas, no geral, são cobertas de sapé e desprovidas de soalho. Conhecemos, no Pará, um norte-americano que fora ao Brasil para tratamento de saúde, e, tendo-se restabelecido, desejou subir o Amazonas. A melhor embarcação em que conseguiu passagem era uma miserável chalupa. O desconforto que sofreu a bordo, aliado à falta de provisões frescas e acomodações quando desembarcou, causaram-lhe uma recaída da moléstia. Teve a felicidade de obter passagem de volta numa escuna de guerra brasileira, mas durou apenas alguns meses mais.

Apesar das belas teorias aventadas com relação à navegação a vapor no Amazonas e seus tributários, até hoje nada se fez que mereça registro. Já em 1827, organizou-se em Nova Iorque uma companhia denominada South American Steamboat Company, cuja finalidade era promover a navegação no grande rio. Teve origem em uma sugestão feita pelo governo brasileiro por intermédio de seu representante nos Estados Unidos, o Senhor Rebelo, que encorajou a empresa e prometeu privilégios especiais

em nome de Sua Majestade Dom Pedro I. Armou-se um navio a vapor que foi despachado para o Pará e a companhia fez outras despesas de vulto; entretanto, devido à falta de cooperação por parte do Brasil, a empresa falhou. Há longos anos se vem reclamando do governo brasileiro pesadas indenizações, mas sem probabilidade de êxito.

Ultimamente, no espaço de um ou dois anos, o governo mandou, por duas ou três vezes, pequenos navios a vapor, rio acima, até a desembocadura do rio Negro. Essas viagens serão, naturalmente, repetidas a determinados intervalos, e provavelmente serão suficientes para atender às necessidades de transporte da região, ainda por muitos anos. Em nenhum outro lugar do mundo se apresenta campo tão vasto para o desenvolvimento da navegação a vapor. Não somente o rio Amazonas é navegável por mais de três mil quilômetros, mas ainda o são, por muitos outros milhares, o Tocantins, o Xingu, o Tapajós, o Madeira e o Negro.

Todos esses rios banham o solo mais rico e cortam a vegetação mais luxuriante de toda a Terra. Entretanto, parecem fadados a correr em paz ainda por muito tempo, sem que nada lhes arpie seus longos dorsos líquidos a não ser uma ou outra montaria solitária. Para que a navegação a vapor se possa manter em águas amazônicas, é necessário que população mais densa se derrame sobre as margens dos grandes cursos e mobilize, em benefício do comércio, os imensos recursos naturais da região.

A história do Pará tem cunho peculiar. Situado tão longe das sedes, tanto do governo imperial como do colonial a que esteve sujeito, seus governadores deram largas à ambição e ao autoritarismo. Em nenhuma outra parte do Brasil se praticaram crueldades tão atrozes contra o gentio, mas também em nenhuma outra foi tão terrível a vingança do índio.

Como já dissemos anteriormente, a capital foi fundada em 1616. Consultando-se os mais pormenorizados compêndios históricos da província, vê-se que os principais acontecimentos registrados durante os últimos duzentos anos foram: a chegada dos bispos, a construção das igrejas, a entrada e a expulsão de diversas ordens monásticas, além das sucessivas mudanças da capital e dos governadores-gerais.

Em 1747, introduziram-se no Pará as primeiras moedas brasileiras de ouro, prata e cobre, pois até então o meio circulante consistia em fardos de algodão e artigos de uso doméstico, sendo, portanto, ainda mais complicado que o sistema monetário adotado no Piauí: o sal.

Em 1758, fundou-se uma companhia comercial sob os auspícios do governo português. À sua liquidação, vinte anos mais tarde, verificou-se que, entre outras coisas, a companhia tinha introduzido na província doze mil quinhentos e oitenta e sete escravos africanos. Duas décadas mais tarde, suprimiram-se completamente os direitos sobre escravos e navios negreiros destinados ao Pará.

Por ocasião das guerras da independência, em 1823, o Pará, como quase todas as outras províncias, foi mantido, ainda por algum tempo, sob autoridades portuguesas. Entretanto, chegando ao Maranhão, Lorde Cochrane despachou um de seus oficiais, o Capitão Grenfell, num brigue de guerra, para tomar posse do Pará. Este oficial lançou mão de um ardil que, apesar de bem sucedido, não lhe ficou muito bem.

Aproximando-se da cidade, intimou a praça a se render, afirmando que Lorde Cochrane estava com sua esquadra ancorada um pouco abaixo e que, no caso de resistência, imporá sua autoridade à força. Intimidada pela ameaça, a cidade apressou-se a jurar lealdade ao trono de D. Pedro I e Grenfell conseguiu expulsar os indivíduos suspeitos antes que o seu ardil fosse desvendado. Todavia, a oposição logo surgiu, tendo-se organizado um partido com o fim de depor a Junta Provincial. Esta última, naturalmente, reclamou o auxílio de Grenfell. O capitão inglês fez desembarcar suas forças imediatamente, e, reunindo-as às que permaneceram fiéis à Junta sufocou com facilidade a insurreição. Fizeram-se numerosos prisioneiros e cinco dos chefes foram fuzilados em praça pública. Voltando para bordo na mesma noite recebeu Grenfell ordem da Junta no sentido de preparar um navio para duzentos prisioneiros. O capitão destacou para esse fim um navio de seiscentas toneladas. Entretanto, foram duzentos e cinqüenta e três os presos enviados para bordo. Na ausência de Grenfell, esses homens foram atirados ao porão do barco onde ficaram sob a guarda de quinze soldados brasileiros.

“Apinhados a ponto de lhes faltar o ar e sofrendo calor e sede, os pobres detentos tentaram subir para o tombadilho à força, mas foram repelidos pela guarda que depois de abrir fogo contra eles fechou a escotilha e sobre ela colocou uma peça de artilharia. A sufocação causada pela falta de ar levou a turba à loucura e consta que muitos se laceraram e se

mutilaram da maneira mais horrível. Seguiu-se a asfixia com todo o seu cortejo de horrores. Os velhos e os moços, os vigorosos e os combalidos, todos, enfim, caíram exaustos, nas vascas da agonia. Pretendendo aliviar os sofrimentos dos prisioneiros, atiraram, para dentro do porão, um jato de água, e, pela manhã, o tumulto havia sido dominado, mas por uma causa que ninguém suspeitava. Dos duzentos e cinqüenta e três homens, somente quatro estavam vivos e esses mesmos porque conseguiram escapar à fúria da multidão, escondendo-se atrás de um tonel de água.” Armitage, vol. II, pág. 108.

Essa pavorosa cena, não tem, provavelmente, paralelo na história. A só atenuante que se encontra para tão lamentáveis acontecimentos é que foram eles provocados pela desídia e pela ignorância, “sem intenção de matar”. Contudo, assemelham-se muito ao tratamento dispensado a prisioneiros aí mesmo feitos em revoluções subseqüentes. As prisões da cidade e do forte ficaram repletas de infelizes que lá permaneceram, sem esperança, até que a morte os viesse libertar. Além disso, o navio-presídio denominado *Xinxim*, que ainda se acha ancorado diante da cidade, também se encheu de detentos. Afirma-se que nada menos de três mil pessoas morreram somente a bordo daquele navio nos últimos cinco ou seis anos.

As desordens irrompidas no Pará, em 1835, foram desastrosas ao extremo. Tiveram início na tropa. Aproveitando-se de uma oportunidade que se lhe apresentou a 7 de janeiro, a guarda do palácio assassinou o presidente da Província, o comandante em serviço e o capitão do porto. Certo sargento de nome Gomes assumiu o comando e começou a matança indistinta de portugueses. Depois de passar a fio de espada vinte ou trinta comerciantes de destaque, os insurretos se dispuseram a libertar cerca de cinqüenta prisioneiros, entre os quais se achava Félix Antônio Clemente Malcher que fora eleito membro da Junta Provincial, ao tempo da invasão de Grenfell, mas que posteriormente fora detido como instigador de uma rebelião no rio Acará. A esse tal Malcher aclamaram presidente e emitiram uma proclamação formal protestando não receberem mais nenhum presidente do Rio de Janeiro antes da maioria de Dom Pedro II. Não houve depredações, nessa ocasião. A ordem foi prontamente restabelecida e reinou a paz até 19 de fevereiro, quando Francisco Pedro Vinagre, o novo comandante da força, sabendo que ia ser preso por um motivo qualquer,

chamou às armas seus homens e convidou a população a atacar o presidente. Malcher fechou-se no forte do Castelo e tentou defender-se. Ao fim de dois ou três dias, duzentos homens haviam perecido e o presidente foi capturado. Remetido para o forte da Barra, abaixo da cidade, foi, entretanto, morto em caminho, sem dúvida por ordem de Vinagre, que então se tornara absoluto.

A 12 de maio deu-se uma tentativa da restauração da cidade, chefiada pelo vice-presidente constitucional, Senhor Correia, para cujo fim desembarcou forças que trouxera numa esquadra de treze navios de guerra. A investida foi repelida e os navios soltos rio abaixo. Logo depois chegou do Rio de Janeiro um novo presidente, Senhor Rodrigues. A 24 de julho desembarcou com duzentos e cinquenta homens e os insurretos se retiraram para o interior. Continuaram as desordens na província e a 14 de agosto uma força de índios, comandada por Vinagre, atacou repentinamente a capital. Capturaram a cidade e iniciaram o massacre dos brancos. A população viu-se obrigada a se defender da melhor forma que pôde. Vinagre tombou durante uma escaramuça de rua. Um navio de guerra inglês e outro francês que se achavam no porto desembarcaram marinheiros, mas logo os recolheram de novo, devido à conduta pusilânime do presidente.

Os índios puseram-se a atirar contra o palácio, instalados nos prédios mais altos de que se puderam apoderar. Por sua vez, a artilharia da guarda procurava responder ao ataque. Entretanto, o presidente logo abandonou o palácio e deixou a cidade entregue à destruição. Muitas famílias conseguiram se retirar para bordo de navios surtos no porto, mas várias outras foram vítimas da rapina e do assassinio. Eduardo, o imediato de Vinagre, tentou proteger as propriedades dos estrangeiros e até certo ponto o conseguiu; apesar disso, porém, estes se retiraram da cidade o mais rapidamente que puderam e consideraram-se felizes por escapar com vida. O período que se seguiu pode-se, com propriedade, chamar o reino do terror. Felizmente foi de curta duração. A desordem irrompeu entre os próprios rebeldes, tornando correntes os atentados entre eles. O comércio cessou completamente as suas atividades e a cidade retrocedeu rapidamente à selvageria. Capim alto cobriu as ruas e os prédios entraram em franca ruína. Idêntica era a situação de toda a província. A anarquia avassalou todos os recantos. Somente uma cidade do alto Amazonas se manteve fiel

ao Império. A violência e o desrespeito à lei tornaram-se a ordem do dia. As plantações foram depredadas, só escravos e o gado abatidos, e, em alguns distritos, não sobreviveu um único branco.

Em maio do ano seguinte, o General Andréia, o novo presidente nomeado pelo Governo Imperial, chegou à província e rompeu caminho à força, até a capital. Proclamou a lei marcial e com grande severidade e firmeza conseguiu restabelecer a ordem, mas à custa de muitas vidas e de muito sangue. Andréia foi acusado de desumanidade e tirania para com os rebeldes e prisioneiros, mas às exigências da situação forneceram-lhe a desculpa. Uma das mais vergonhosas culpas lançadas sobre ele e seus oficiais foi a de que, abusando de sua autoridade, saqueou cidadãos inocentes e prolongou, deliberadamente, a guerra a fim de atingir seus inconfessáveis objetivos. É verdade que o assassinio, a depredação da propriedade e a desmoralização dos costumes prosseguiram infrenes, de mãos dadas; entretanto, não vemos nesse estado de coisas senão os frutos da violência que desde o início da colonização do Pará pelos portugueses se praticou contra o índio desprezado. Além das conseqüências diretamente provenientes da desordem, a salubridade da província e da capital propriamente dita decaía assustadoramente. O rápido desenvolvimento do mato e o apodrecimento, igualmente, célere, de matéria vegetal, nos lugares de onde, anos de cultura ininterrupta, o haviam banido, provocou a irrupção de epidemias e moléstias fatais que ceifaram centenas de vidas poupadas pelas guerras. Assim foi que uma das mais belas e ricas regiões do globo ficou quase inteiramente desolada.

Desde então o seu restabelecimento se vem processando paulatinamente. Só mesmo a extraordinária fertilidade da região tem tornado possível à província recuperar o seu movimento comercial. Apesar da prodigalidade com que a natureza embeleceu o Pará, lembrando a cada passo a munificência do Criador, poucos são os lugares que nos sugerem tão dolorosas reflexões sobre a miséria e a maldade humanas. Dificilmente se encontra uma página de glória em sua história. Durante as eras que sucederam o advento do europeu, foram contínuas as guerras movidas contra o aborígine com o fito único de o reduzir à condição servil. Em vão empregaram os jesuítas a razão e a força contra essa política desumana. Em vão se tentou substituí-la pela escravidão africana. Persistiram os lusos em seus

propósitos cruéis e sanguinários. O íncola, inocente e inofensivo, foi perseguido e caçado até o mais íntimo recesso de seu habitat silvestre, como se fora um animal qualquer. Assim, a iniquidade triunfou, mas foi efêmero o seu domínio, pois terrível retribuição lhe reservou o homem das selvas. As paixões grosseiras que se nutriram na perseguição ao aborígine revelaram-se igualmente malévolas quando açuladas pela inveja e pelas diferenças sociais. Durante largo período que precedeu a irrupção de 1835, o assassinio foi ocorrência corriqueira. Rara era a noite em que se não davam um ou mais crimes de morte. Ninguém sentia segura sua vida. A vingança explodia em gestos cruentos. Fatos semelhantes ocorriam igualmente em outros pontos do país, pela mesma época, mas no Pará a situação era pior que em qualquer outra parte do Império. Depois se seguiram os acontecimentos deploráveis de que já nos ocupamos e nos quais vimos o índio, de há muito oprimido, adquirir ascendência, sob a direção de indivíduos facciosos, sem escrúpulo, e, por sua vez, atirar ao exílio a população branca.

Quantas vidas humanas se perderam durante esses acontecimentos sucessivos! Perdas ainda mais deploráveis por terem ocorrido justamente em um país onde nada é mais necessário que o elemento humano e sua indústria. Apesar de restabelecida a ordem, ainda não é possível prescindir da força armada para mantê-la. Por outro lado os hábitos indolentes e a moral duvidosa da soldadesca exercem influência deletéria sobre o povo, em meio do qual se acha aquartelada.

São eloqüentes, a esse respeito, os últimos relatórios presidenciais. Retratam em cores sombrias o estado da moral, da educação e da religião na província.

Quase todas as igrejas estão em ruínas e requerem grandes dispêndios para restaurá-las. Dentre noventa paróquias, apenas trinta e sete tinham vigários. Dos cento e cinqüenta mil índios que existiam na província, poucos eram alvo de qualquer esforço oficial no sentido de os catequizar e civilizar. Em muitas comarcas não se conseguia organizar um júri capaz de decidir sobre matéria corriqueira de direito civil ou criminal, e mesmo em zonas populosas não se conseguiam pessoas capazes de desempenhar as funções de juiz de paz ou de escrivão do júri. Muitos dos que eram nomeados juízes nem sabiam assinar seus nomes. Não nos causará espanto, porém, esse estado de coisas, se considerarmos que, segundo as estatísticas

de 1842, em toda a província, existiam apenas quarenta escolas primárias e quatro escolas de latim, sendo que as primeiras eram freqüentadas por mil duzentos e quarenta alunos e estas, apenas por quarenta e um. Menor será ainda a nossa surpresa ante a situação a que nos referimos, se soubermos que um dos presidentes chegou a insinuar, que muitas das escolas existentes eram quase inúteis, devido à ignorância dos professores. Afirmo ele com grande ênfase: “O Brasil tem duas academias de direito, mas talvez lhe fosse melhor formar menos bacharéis e mais mestres-escola.”

Não nos descuramos de nossa missão de divulgar a Bíblia e folhetos evangélicos durante a nossa permanência na província. Aproveitamos todas as oportunidades que se nos apresentaram de fazer o bem e conseguimos organizar a venda das escrituras e a distribuição gratuita dos folhetos, de maneira que até hoje ainda perdura.

É de se presumir que os numerosos exemplares das escrituras e das publicações evangélicas assim distribuídas ao público leitor do Pará não tenham deixado de exercer salutar influência no sentido de promover a tranqüilidade geral e a prática da virtude.

.....

Capítulo XVIII

TRAJETO DO PARÁ A MATO GROSSO. – DE MATO GROSSO AO RIO DE JANEIRO. – NOME. – ÁREA E CONDIÇÃO DA PROVÍNCIA. – GOIÁS. – LIMITES. – PRODUÇÃO. – ABORÍGINES. – ÁGUAS MINERAIS. – ESTADO DA SOCIEDADE. – FOME ENTRE OS PESQUISADORES DE OURO. – ESCOLAS. – ESTADO DAS ARTES. – FREQUÊNCIA DAS VIAGENS NESTA REGIÃO, COMPARADA COM AS DO LITORAL. – SPIX E MARTIUS. – EMBAIXADA RUSSA. – OCORRÊNCIA INFELIZ. – MINAS GERAIS. – EXTENSÃO TERRITORIAL. – POPULAÇÃO. – UBERDADE. – MINAS. – COMPANHIA INGLESA DE MINERAÇÃO. – AGRICULTURA. – FALTA DE ESTRADAS. – ESCOLAS. – MELHORAMENTOS

U

MA VEZ terminada a nossa peregrinação pelo litoral brasileiro e feito rápido bosquejo das províncias marítimas, daremos uma vista d'olhos pelas três províncias interiores: Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais.

Do Pará pode-se atingir Mato Grosso subindo qualquer um dos rios Tocantins, Xingu, Tapajós ou Madeira. Examinando-se a carta geográfica da região, ter-se-á a impressão de que o caminho via rio Madeira não só é mais longo, mas, ainda, o mais difícil. Entretanto, é ele muito mais conhecido que os outros e o único dentre todos que constitui de fato via comercial.

A distância em linha reta do Pará a Vila Bela, uma das principais localidades de Mato Grosso, é cerca de mil e seiscentos quilômetros. Entretanto, por via fluvial, tem-se que cobrir nada menos de quatro vezes aquela distância. Em uma memória publicada pelo Instituto Geográfico e Histórico do Rio de Janeiro, encontramos informações minuciosas desse trajeto e das numerosas dificuldades que apresenta a quem o percorre. Por cerca de dois mil e quatrocentos quilômetros rio acima, pelo Amazonas e pelo Madeira, até as cachoeiras de Santo Antônio, nada mais existe no percurso, que uma forte correnteza. Grande parte da região banhada pelo último desses rios é insalubre. A montante das cachoeiras de Santo Antônio estende-se uma sucessão de quedas e de corredeiras que se alonga por mais de trezentos quilômetros. Por quase toda essa extensão é necessário proceder à varação das canoas e respectivo carregamento, pelos processos mais tediosos e difíceis. Ora são precipícios a se galgarem, depois, caminhos a se abrirem e, de quando em vez, as chuvas torrenciais exigem a construção apressada de abrigos temporários. Em resumo, só nessa parte do percurso gigantesco consomem-se pelo menos três ou quatro meses. Vencidos esses obstáculos, restam ainda cerca de 1.100 ou 1.300 quilômetros de navegação desimpedida, nos rios Mamoré e Guaporé. A viagem leva 10 meses, quando feita por embarcações mercantes. Tornam-se necessários, nessas temerárias empresas, numerosos índios e negros canoeiros e carregadores. É costume diversas firmas se cotizarem para custear essas viagens, visto como são caras e difíceis as provisões que para elas se tornam necessárias de antemão providenciar. O regresso é, naturalmente, muito mais fácil e rápido. Apesar do tédio e das canseiras dessa viagem estafante, ainda assim é ela menos temida que a passagem por terra para o Rio de Janeiro. Nesta, uma interminável sucessão de montanhas, a falta de caminhos diretos e prestáveis, a impossibilidade de obter provisões durante o percurso, ao menos por largos espaços, e o andar tardo das mulas carregadas, representam não pequenas dificuldades, principalmente quanto à presteza e ao prazer da viagem. Torna-se, portanto, fácil compreender que sejam quais forem as condições da província de Mato Grosso suas possibilidades de tráfico com as províncias litorâneas são bem reduzidas. Por outro lado, muito pouca esperança existe de minorar tal situação, pelo menos enquanto se não descobrir alguma forma de encurtar distâncias e nivelar montanhas.

O nome de Mato Grosso significa uma floresta densa e constitui em si perfeita descrição do território que designa. A província é, às vezes, chamada Cuiabá, devido a um rio assim chamado que a banha. Sua diocese só é conhecida por essa designação.

Mato Grosso, mais que qualquer outro estado ou província, fica no centro da América do Sul. Limita-se ao poente com o Peru e a Bolívia e ao Sul com o Paraguai e São Paulo. Sua extensão territorial é de aproximadamente quinhentas mil milhas quadradas enquanto que a população, pelas melhores estimativas disponíveis, não excede 40.000 almas, ou seja, uma média de um indivíduo para doze milhas quadradas de chão. Existem, ainda na província, sessenta e seis tribos indígenas. Quase todas elas ainda se acham em estado de completa selvageria. Algumas mantêm relação amistosa com o governo e com o povo, outras, porém, são francamente hostis e não perdem oportunidade de praticar devastadoras incursões sobre as áreas cultivadas. Estendendo-se a província por sete graus de latitude, seu clima é bastante variado, sendo, no geral, salubre. Apesar de montanhoso, o seu solo não tem vulcões, nem montanhas cuja altitude se possa comparar com as dos Andes.

Além das serras e florestas, Mato Grosso é ainda rico em cavernas e majestosas quedas-d'água. Duas dessas grutas já foram exploradas e descritas mais ou menos minuciosamente. Uma delas é conhecida pela denominação de gruta das Onças, dado o grande número de animais selvagens que nela se encontra. A outra tem o nome de gruta do Inferno, devido à sua semelhança com o Averno da fábula.

As terras de Mato Grosso são tidas como férteis, mas são ainda por demais escassas as culturas. Em certas zonas da província desenvolve-se a indústria pastoril, mas, no geral, a população não procura produzir senão aquilo que lhe é essencial. Às vezes a produção nem chega a atender às necessidades da população. O subsolo é rico em ouro e diamantes, mas, por falta de mão-de-obra habilitada, tem sido insignificante, durante os últimos anos, a produção da indústria extrativa. Toda a exportação da província consiste no produto das minas e dos garimpos, bem como em pequenas quantidades de ipecacuanha. Essas mercadorias são geralmente remetidas para o Rio de Janeiro e bastam para, com o seu produto, adquirir os poucos artigos manufaturados que consome a população de Mato Grosso.

A capital da província é a cidade de Cuiabá. Acha-se em situação salubre, à margem do rio que lhe empresta o nome. Apesar de lhe darem a classificação de cidade, não passa de uma vila. Suas casas são quase todas da taipa e chão batido, às vezes coberto com tijolos. Dizem que as regiões adjacentes são tão ricas em ouro que escavando-se um pouco a terra já se encontram pequenas pepitas. A capital está a cerca de cento e cinquenta quilômetros da região diamantífera.

O primeiro prelo montado em Mato Grosso foi de propriedade do governo e o seu advento data de 1838. São em número de dezoito as escolas primárias oficiais. Pelas últimas informações conhecidas, apenas oito delas estavam providas e o número de alunos que as freqüentava era de quatrocentos e trinta e quatro. Na mesma ocasião cerca de duzentos alunos cursavam escolas particulares de Latim. Era grande a falta de livros, papel e quase todo o material necessário aos estudos primários. Além dessa situação modesta e pouco promissora do ensino, a da religião, a julgar pelas mensagens dos diversos presidentes da província, era ainda pior. Eram poucas as igrejas e assim mesmo apenas metade delas dispunham de sacerdotes. Estavam, porém, todas em tal estado de decadência, que dentro em pouco não passariam de ruínas.

A leste, Mato Grosso limita-se com a província de Goiás que muito se lhe assemelha em aspecto e situação. Também esta dilata-se desde o Pará até o norte de São Paulo, que lhe fica ao sul. Ainda a leste, Goiás confina com o Maranhão, Piauí, Pernambuco e Minas Gerais. Da mesma forma que quase todo o interior do Brasil, Goiás foi descoberto e percorrido em eras remotas pelos paulistas, em suas entradas pelo sertão à cata de minas e de escravos. Também o território goiano, como o mato-grossense, abunda em ouro, diamantes e pedras preciosas, mas a distância em que se acha do litoral, a falta de estradas ou rios navegáveis, constitui sérios obstáculos à exploração desses recursos.

Essa província, que pode ser considerada como a parte mais central do Brasil, não é, no geral, montanhosa, apesar de elevado e ondulado o seu solo. Nas margens dos rios vêem-se florestas virgens colossais mas a maior parte da província é recoberta pela mesma vegetação raquítica que se encontra em vastas regiões de Minas Gerais e que é conhecida pelas denominações de caatingas e carrascais. Seu solo produz os vegetais comuns

ao Brasil, bem como muitas outras frutas do sul da Europa. Em Goiás a agricultura progrediu mais que em Mato Grosso, conquanto, mesmo lá, ainda esteja muito atrasada.

O nome desta província é tirado da tribo dos goiás, aborígenes que antigamente habitavam a região e que hoje se acham quase extintos. Várias outras tribos ainda existem dentro de seus limites, muitas das quais alimentam ódio mortal ao povo que invadiu seus domínios e perturbou seu retro primitivo. Esses selvagens freqüentemente arrasam as povoações, em suas tropelias. Por tal motivo, o governo mantém aí, sempre em armas, um corpo do exército regular. Entretanto, o que geralmente ocorre é que a milícia só tem notícia de tais devastações depois de penetrada e quando já os seus autores se vão bem longe. São furtivas e arrasadoras as guerrilhas dos gentios.

Grande tem sido o interesse ultimamente despertado pelo descobrimento de fontes minerais em Goiás. Consta que na região sudoeste da província existem diversas águas termais. Estas ainda não foram devidamente analisadas, mas são tidas como altamente medicinais, principalmente para casos de morfêia e outras moléstias do tipo da lepra. Pouca coisa seria tão desejável no Brasil como abundante reservas de tais águas curativas. Por meio dos trabalhos de Augusto de Saint-Hilaire e do General Raimundo José da Cunha Matos, pode-se fazer idéia do estado social de Goiás. Ambos esses autores viajaram longamente pela província e concordaram em classificar de extremamente atrasado o povo. A classe elevada é a dos vaqueiros, ou seja, a dos criadores de gado. Esses indivíduos possuem grandes manadas de bovinos e seu negócio consiste em marcar as reses, vigiá-las e habituá-las ao curral. São hábeis no manejo do laço e do facão, mas sua moral e seu desenvolvimento intelectual são deploráveis. Saint-Hilaire afirma que “o povo identificado a esse sertão imenso perde até os mais elementares princípios de civilização. Aos poucos vai perdendo a idéia de religião e o respeito pela instituição do casamento. Aprendem a dispensar o dinheiro, como meio circulante e o sal em sua alimentação”. Mas não é só: — “vai se desenvolvendo pelos sertões uma espécie de animalidade ateuista, capaz de degradar o povo, não só abaixo do nível moral comum às sociedades civilizadas, mas até mesmo abaixo do estalão selvagem.”

Goiás e Mato Grosso podem ser postos em paralelo no que respeita às relações que mantêm com o resto do Império e do mundo. Ambas

as províncias foram inicialmente colonizadas por pesquisadores de ouro. A avidez da fortuna os fez se afundarem pelos íntimos recessos das florestas intermináveis que vestem o solo dessas regiões. A procura foi proveitosa; os aventureiros conseguiram saciar seus mais avaros desejos. “O ouro era tão abundante que, durante o primeiro ano, cada escravo geralmente extraía três a quatro onças diárias. Aflorava à superfície do solo. Entretanto, os aventureiros desavisados não levaram consigo provisões capazes de os manter nos sertões e só muito tarde foi que descobriram que o alimento é ainda mais precioso que o ouro. Alguns veados-mateiros eram a única caça que conseguiam apanhar, e a manga a única fruta que encontravam. Mesmo em praças sitiadas, ou durante tempos de calamidade pública, raramente se pediram preços tão altos quanto os que esses pobres mineiros estavam dispostos a pagar pelos gêneros alimentícios. Uma libra de ouro dificilmente compraria um alqueire de trigo e houve casos em que se chegou a trocar uma libra do precioso metal por igual peso de sal. Uma ponta de gado que chegou às lavras foi vendida, carne e osso indistintamente, à razão de onça e meia de ouro por libra de carne. Todo o ouro extraído era gasto em provisões; mesmo assim, porém, houve falta de recursos e muitos dos aventureiros morreram à míngua.”

“A época em que mais abundante se mostrou o raro metal foi, pelo testemunho de um sobrevivente, uma era de fome e peste. E os próprios descobridores, que mediam seu ouro por arrobas, morriam cobertos de lepra.” Ultimamente o ouro vem se tornando escasso e, portanto, retardando o desenvolvimento da região. Por isso, a despeito das previsões do Senhor Southey e outros, parece estar ainda muito distante o dia em que será ela populosa e florescente.

Os relatórios presidenciais de Goiás dão como sendo de dezesseis o número das escolas primárias masculinas e duas as femininas. Existiam ainda, na mesma ocasião, cinco ou seis escolas imediatamente superiores e o número de alunos que as freqüentava era de cerca de mil.

O governo da província adquiriu, ultimamente, um prelo que é empregado de preferência na impressão de documentos oficiais. Pode-se julgar do atraso em que se encontravam as artes mecânicas nessas duas províncias, pelas declarações do ministro do Império em 1844.

“Difícilmente se encontram pessoas que tenham qualquer conhecimento das artes mecânicas; são pouquíssimas, em relação às necessi-

dades do país. Oito artífices franceses foram recentemente encaminhados ao Mato Grosso. Ao passarem por Goiás o governo induziu três deles – um carpinteiro, um marceneiro e um ferreiro – a se estabelecerem na província. O acontecimento foi considerado de tal relevância que passou a constar de mensagem presidencial à Assembléia.” O ministro do Império observa expressivamente que “tais pormenores nos habilitam a fazer uma idéia aproximada do atual estado de coisas”.

É realmente notável que, apesar das tremendas distâncias e das dificuldades que apresentavam as viagens pelo interior do Brasil, os viajantes e naturalistas, que o visitaram em tempos primitivos, deram mais atenção a essas regiões remotas e solitárias, que a outras mais ricas e populosas, situadas junto à costa. De feito, a única extensão considerável do litoral que foi objeto de qualquer observação científica foi a palmilhada pelo Príncipe Maximiliano, em sua viagem por terra, do Rio de Janeiro, à Bahia. Inversamente, as regiões interiores e centrais do Império foram repetidamente exploradas por naturalistas de nomeada.

A só menção de nomes como os de Eschwege, Rodrigues Ferreira, Spix, Martius, Natterer, Saint-Hilaire e Von Langsdorff basta para dar idéia dos vultos que voltaram a sua atenção à História Natural da América do Sul e dos valiosos trabalhos já executados no campo imenso que o Brasil oferece à observação do mundo científico. Muitos desses cavalheiros para aqui vieram às expensas de seus respectivos governos, e, por isso, dispuseram da maneira mais liberal de quanto pudesse facilitar as investigações a que procediam.

Difícilmente se poderá exagerar o valor dos trabalhos de Saint-Hilaire, o autor das *Plantas Usuais*. Esse cientista ambientou-se perfeitamente à vida brasileira, a ponto de, por muito tempo, identificar-se inteiramente ao povo do sertão. O Senhor Natterer, naturalista alemão, gastou sete anos trilhando as regiões a que nos referimos. Falando-se, porém, de maneira geral, nenhuma outra missão científica foi mais profícua que a enviada pelo Rei da Bavária e integrada pelos doutores Spix e Martius. Esses cientistas passaram do Rio de Janeiro para São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Maranhão. Daí seguiram por via marítima ao Pará e subiram o Amazonas até Tabatinga, situada no limite extremo do território nacional. Fizeram numerosas digressões pelos rios Negro, Japuri e outros, e, finalmente, des-

ceram o Amazonas, do Pará regressando à Europa. Não só organizaram enormes e valiosas coleções, mas ainda puderam publicar vários trabalhos baseados nas observações colhidas.

A missão científica destacada pelo governo da Rússia para estudar o Brasil era muito maior que esta última e muito mais bem equipada para o fim a que se destinava. Não foi, porém, bem-sucedida. Posto à testa do empreendimento o Barão Von Langsdorff, que por muito tempo residira no Rio de Janeiro, em função diplomática, orientou-o com grande zelo e energia. A expedição partiu do Rio de Janeiro e atravessou São Paulo, em demanda de Mato Grosso. Atingindo as cabeceiras do rio Madeira, os expedicionários se dividiram, seguindo cada grupo rumo diverso a fim de explorar a maior extensão possível de território, antes de atingir o destino comum que era a cidade do Pará. Como era de se esperar o excessivo cansaço e os penosos trabalhos que tiveram de desempenhar deram como resultado diversas moléstias e várias mortes entre os expedicionários.

Além disso, circunstância inteiramente imprevisível privou o mundo dos resultados das investigações procedidas com tanto dispêndio e labor. Severa ordem proibia que qualquer membro divulgasse separadamente suas observações antes que o chefe – se sobrevivesse – fizesse editar o seu trabalho. Por estranha fatalidade o Barão Von Langsdorff regressou à Europa em estado de insanidade mental, em resultado das moléstias que contraiu nas regiões exploradas. Nessa situação tem ele permanecido desde então, impondo assim lamentável silêncio a todos os seus auxiliares na empresa.

O Senhor Riedel, um de seus imediatos, voltou ao Rio de Janeiro e lá ficou. Desde então dedicou-se a pesquisas científicas e, sem dúvida, conhece melhor a botânica brasileira que qualquer outro contemporâneo seu. Esse cientista pediu permissão à Corte de São Petersburgo para publicar não só as suas observações, mas também os apontamentos de Von Langsdorff. É de se esperar que não seja indeferido tão razoável pedido, sendo, assim, em breve, publicados os resultados daquela expedição.

A única província sobre que nos resta agora falar é a de Minas Gerais. Limita-se ao norte com as províncias de Pernambuco e Bahia, a leste com o Espírito Santo, ao sul com o Rio de Janeiro e São Paulo e, ao poente, com Goiás. Minas Gerais está situada entre 13° e 23' de latitude Sul. Sua conformação é quase quadrada. É bem menor que as duas outras

províncias a que acabamos de nos referir. Tem a área aproximada de cento e cinqüenta mil milhas quadradas e a população de cerca de setecentas e sessenta mil almas, ou seja, cerca de cinco pessoas por milha quadrada. Certas regiões de Minas correspondem muito aproximadamente a Goiás e a Mato Grosso em condição, sendo ainda complemente rústicas e assoladas por tribos selvagens. Outras contam-se entre as mais desenvolvidas e melhores do Império. Certo escritor notou com grande ênfase que, se algum ponto da face da Terra tivesse algum dia de sobrepujar todos os outros, esse seria certamente a província de Minas. Seu clima é ameno e salubre. O solo é alto e ondulado, fértil e capaz de desenvolver com vantagem as mais valiosas culturas. Suas florestas são riquíssimas em madeiras de lei, bálsamos, plantas medicinais e madeiras para tinturaria.

Entretanto, todas essas circunstâncias reunidas não conseguiram dar à província a celebridade decorrente de sua inexaurível riqueza mineral. Seu nome implica a idéia de minas por toda parte, e, de fato, encontram-se em suas terras minas de ouro, prata, cobre, ferro e grande quantidade de pedras preciosas. Diversas de suas mais valiosas minas de ouro vêm sendo exploradas, durante os últimos vinte anos, por uma companhia inglesa de mineração. Essa companhia foi organizada em 1825 sob os auspícios de D. Pedro I, com um capital de duzentas mil libras. Sem dúvida tem constituído magnífico emprego de capital para os seus acionistas e prestado inestimáveis serviços ao país, em geral, introduzindo os mais modernos processos de mineração e impulsionando a indústria brasileira. Também, pagando vinte por cento de impostos sobre a sua produção, tem proporcionado gorda renda para o governo. A companhia emprega numerosos mineiros de Cornwall e construiu uma verdadeira povoação inglesa em Gongo Soco, sua mina principal.

Mawe, Walsh e outros já escreveram tão longamente sobre a província de Minas Gerais que, de nossa parte, basta fazer referência ao que se relaciona à sua condição atual. As possibilidades agrícolas da província são enormes. Produz ela atualmente café, açúcar, tabaco e algodão. Fabrica também alguns tecidos grosseiros. Suas terras produzem ainda milho em grande quantidade e prestam-se também para a produção de trigo. Nas suas campinas, enormes manadas de bovinos pastam ao lado de rebanhos de lanígeros. O leite de vaca é convertido em uma espécie de queijo mole, conhecido pelo nome de queijo de Minas. Tanto o formato como o cheiro

desse queijo lhe são peculiares. Tem cerca de duas polegadas de espessura e seis ou oito de diâmetro. Depois de suficientemente curado, é envolto em folhas de banana e acondicionado em jacás, para ser transportado ao mercado, sobre o lombo de mulas, como tudo o mais. No Rio de Janeiro, de onde é distribuído por todo o litoral, vêem-se grandes quantidades desse artigo. É muito apreciado como gênero alimentício.

Nada impede tanto o progresso de Minas Gerais, como a falta de boas estradas no interior e pelo menos uma via de comunicação praticável em direção aos centros de consumo. Durante os últimos anos, a província tem gasto somas consideráveis na abertura de estradas, mas ainda não pode despachar uma única tonelada de mercadoria, sobre rodas, para os mercados consumidores. A viagem de Ouro Preto, a capital da província, para o Rio de Janeiro, num percurso superior a trezentos quilômetros, é feita toda ela ao dorso de muares e cavalares, exigindo de ordinário quinze dias.

No que respeita ao ensino, manda a justiça que se diga que, de acordo com as estatísticas oficiais, Minas Gerais leva a palma a todas as outras províncias. O governo provincial emprega largas verbas na manutenção de escolas e o povo parece reconhecer os benefícios daí decorrentes.

São cento e oitenta e duas as escolas públicas custeadas pelo governo provincial. Destas, noventa e seis escolas masculinas estavam recentemente em funcionamento, além de dezesseis femininas e vinte de latim. Cerca de oito mil alunos estavam nelas matriculados sendo que a frequência média atingia a seis mil. Além dessas, existiam numerosas escolas particulares, e pode-se dizer que de uma forma ou de outra a grande maioria dos mineiros dá instrução aos seus filhos. Vários moços foram enviados à Europa por conta do governo da província, em viagem de estudos.

Se a tão falada navegação dos rios Doce e São Francisco se tornar realidade, é de se presumir que Minas Gerais se desenvolva bastante. Novos canais se abririam para o comércio e uma vida nova seria insuflada em todos os ramos de suas atividades produtivas.

Enquanto isso não se verifica, a província vai trilhando a mesma senda de anos passados, em que é lento, mas seguro, o seu progresso intelectual e cívico.

.....

Capítulo XIX

A PARTIDA DO PARÁ. – VIAGEM AO MARANHÃO. – UM ESTUDANTE SEM PASSAPORTE. – PASSAGEIROS. – CEARÁ. – JANGADEIRO GATUNO. – O LITORAL. – PERNAMBUCO. – BAHIA. – A *ORIENTALE*. – ESCOLA POLITÉCNICA FLUTUANTE. – COSTUMES A BORDO. – A ENTRADA DO RIO DE JANEIRO À NOITE. – A EXPEDIÇÃO. – MISSÃO AOS MARINHEIROS DO RIO. – RESULTADOS GERAIS DO LABOR MISSIONÁRIO. – FATALIDADE INESPERADA.

SE SE DISPUSER o leitor a regressar conosco da viagem que fizemos pelo interior do país, estará convidado a nos acompanhar em uma rápida excursão pela costa do Pará ao Rio de Janeiro.

Depois de nos demorarmos no Pará por quase dois meses, deixamos a cidade a bordo da *Pernambucana* com destino aos portos setentrionais, em companhia de apenas dois outros passageiros. Zarpamos às cinco horas. A descida do rio foi extremamente agradável. Arrastava-nos a maré vazante, e, por isso mesmo, foi mais rápida a nossa marcha. À noite tornou-se necessário reduzir a velocidade das máquinas para que não chegássemos cedo demais junto aos baixios do delta. O capitão regulou o tempo com tal precisão que passamos entre os bancos de Tigoça e Bragança em plena luz do dia.

Tendo ganho mar livre, tomamos rumo sem nada que nos detivesse a carreira a não ser uma forte brisa de proa. Era excelente a disciplina a bordo desse vapor. O capitão era inglês e a tripulação mista de portugueses, franceses e negros. Examinando nossa bagagem encontramos um sortimento de folhetos capaz de suprir todas as classes, e, ao distribuí-los, fomos bondosamente acolhidos por todos. O cozinheiro, um francês de mais ou menos quarenta anos, mostrou-nos o livro que trouxera para ler na viagem. Era um volume de Voltaire: uma coletânea de poesias e cartas. Demos-lhe outro, em seu lugar: *Message de Dieu envers toi*.

Toda a costa ao longo da qual cruzamos, era baixa e plana. Não era visível de nenhuma distância. Por volta das dez horas do nosso terceiro dia de viagem, o cone do Itacolomi começou a surgir das águas, a estibordo, como que nos convidando a ingressar no porto. Às quatro horas da tarde, desembarcamos numa escada de pedra, junto ao palácio presidencial, na cidade do Maranhão. Esta cidade contrasta vivamente com a do Pará quanto ao número de pessoas que se vêem nas ruas. A cada passo encontram-se senhoras e cavalheiros elegantemente vestidos. Entretanto, como já dedicamos um capítulo à descrição da cidade, abster-nos-emos de mais informes sobre a mesma. Os vapores deviam permanecer quarenta e oito horas em cada porto. À hora da partida, o nosso paquete recebeu vários novos passageiros, mas teve que se atrasar um pouco para receber carvão à última hora.

Durante a espera deu-se uma animada cena que muito nos divertiu. Surgiu no portaló, um passageiro sem passaporte. Mostrou-se eloqüente, dizendo não ser mais que um simples estudante, sem escravos, e que, portanto, não precisavam suspeitar dele. Tinha chegado havia pouco e já estava de regresso. Mas foi tudo em vão. “Era tempo de revolução e ordens terminantes impediam qualquer arranjo possível.” Depois de falharem todos os argumentos de que lançou mão, o cavalheiro resolveu aceitar o conselho que lhe deram e correr ao palácio presidencial a fim de pedir o visto para o seu antigo passaporte. Felizmente para ele, o presidente, dispensando todas as formalidades, recebeu-o e satisfez o seu pedido imediatamente. Voltou correndo para o vapor, onde chegou já sem fôlego, mas com tempo de embarcar.

À saída o mar estava bastante agitado e soprava forte vento de proa. Isso retardou bastante a marcha do navio. Nossos novos companheiros

de viagem eram quase todos portugueses e brasileiros e a função de intérprete geral parecia recair inteiramente sobre nós, por força da necessidade, visto como os oficiais de bordo e os garçons, todos cheios de importância, eram ingleses e desconheciam o idioma nacional.

Entre os passageiros achava-se um português de certa cultura, que tinha perdido a vista pouco tempo antes. Outro era um advogado brasileiro formado pela Universidade de Olinda, que servira como juiz de direito em Caxias, o distrito revoltado. Esses senhores viajavam juntos para o Rio de Janeiro. Havia, ainda a bordo, um desembargador do Pará, português nato, capitão de marinha e proprietário de um navio negreiro. Esse indivíduo foi o único com quem tivemos contato, durante a nossa estada no Brasil, que pugnava abertamente pelo ateísmo.

Depois de uma viagem de quatro dias e meio chegamos ao Ceará. Este porto é um pouco difícil de franquear, não tanto pela falta de balizas naturais como pela dificuldade de se divisarem as montanhas que lhe ficam por trás. Espessa bruma paira constantemente sobre a terra durante o período dos ventos fortes, e, sendo baixa e arenosa a costa, o fenômeno impede que seja vista a distância, ainda quando o tempo está perfeitamente claro mais ao alto. Os que não estão acostumados a navegar por essas paragens, podem cometer erros fatais aproximando-se por demais da costa, iludidos pela neblina. Largos trechos do litoral foram denominados pelos antigos navegadores de “lençóis”, ou seja, lençóis da areia.

Tendo o nosso barco ancorado no Ceará, conseguimos desembarcar sem nos molhar, com o auxílio de uma “paviola”. O mesmo fizemos para voltar a bordo, sendo que poucos passageiros poderiam dizer o mesmo, já que desembarcaram quando a maré começou a vazar.

Partimos do Ceará à noite. Logo à saída deu-se um acidente que proporcionou hilaridade para o resto da viagem. O nosso capitão, um velho marujo inglês, havia mandado sua roupa para ser lavada em terra. Alguém a levava na jangada do piloto. Quando a mala foi conferida descobriu-se que faltava um par de calças brancas. Foi um verdadeiro reboliço a bordo. Todas as pessoas que se achavam nas proximidades foram inquiridas, a fim de se fazer luz sobre o caso, mas a única coisa que se conseguiu saber foi que o capitão perdera suas calças brancas. Felizmente, a lavadeira não estava a bordo, pois do contrário seria sumariamente condenada por

suspeita. Em sua falta, porém, toda a turma de cearenses teve que ouvir as mais acerbas acusações. Foram todos tachados de ladrões sem mais rodeios. Finalmente uma idéia feliz ocorreu. Faltava procurar as calças na jangada. Lá estava a rústica embarcação presa ao costado do navio por uma longa corda. Os paus que a compunham estavam inteiramente nus e não havia nela um só cantinho onde um rato se pudesse esconder. Um dos jangadeiros tinha subido a bordo com seu patrão, o piloto e outro companheiro lá estavam sentados, cochilando no banco do timoneiro. A idéia de uma busca na jangada, já era de si ridícula, mas cumpria procedê-la. A comissão encarregada de procurar as calças do capitão desceu à jangada e foi logo à única coisa que tinha a fazer: perturbar os sonhos do tisonado jangadeiro. Fizeram-no levantar-se do banco, e, ante a estupefação de todos, lá estavam as calças roubadas! Ao invés de se acalmar com a descoberta, o capitão mais se exasperou. Estava ali uma prova evidente de que os cearenses eram ladrões, e, se o transbordar de sua cólera pudesse ter sido traduzido aos coitados a quem era dirigida, talvez produzisse algum efeito moral.

Agora era contra o piloto que o capitão dirigia o seu mais acerbo desprezo. O comandante não podia absolutamente suportar a idéia de um velho pescador ignorante ensinar a um navegante inglês como conduzir o vapor para fora da barra do Ceará, a não ser por ordens superiores. Estes, por sua vez, eram idiotas em submeter-se a tais imposições. Quando o vapor já estava em movimento a jangada pôs-se a saltitar furiosamente no mar. O piloto, então, de posse da sua paga, precisava deixar o navio. Ligeiríssima pausa lhe foi concedida para saltar à jangada e o velho teve que se haver com grande perícia para safar-se do navio e reunir-se ao seu companheiro que o capitão achava devia ser afogado sem mais delongas.

O tempo estava muito bom para a navegação; o mar calmo e o vento moderado. Na manhã seguinte passamos ao largo de Aracati. O dia e a noite seguintes, passamo-los fora de vista do litoral. Vinte e quatro horas mais tarde dobrávamos o cabo de São Roque, passando junto à costa. Durante o dia avistamos a entrada de Natal, capital do Rio Grande do Norte, e ao crepúsculo franqueamos a Ponta Negra. Tínhamos ainda forte corrente pela proa, mas não havia vento.

O dia seguinte foi domingo. Pela manha defrontamos a desembocadura do rio Paraíba e cruzamos com a *Maranhense* em viagem para o

Norte. O dia estava lindo e o panorama que apresentava o litoral com suas vilas, seus coqueiros ondulantes e o cenário, em geral, excedia em beleza a tudo quanto tínhamos visto para o Norte. Com efeito, nenhuma outra região costeira do Brasil é tão populosa nem mais cultivada que esses trechos do litoral paraibano e pernambucano. Às quatro horas da tarde já estávamos ancorados em Pernambuco onde de novo encontramos nossos amigos. À noite assistimos ao culto na capela inglesa, mas confrangeu-nos ver tão reduzido número de residentes britânicos e norte-americanos. Durante nossa curta permanência em Pernambuco, tivemos ocasião de oferecer ao diretor do mais florescente colégio da cidade numerosas publicações que nos foram por ele solicitadas para distribuí-las como prêmio por ocasião das festas que estavam sendo organizadas no convento franciscano, em celebração de um aniversário.

Zarpamos de Pernambuco às oito horas da noite e tivemos ocasião de, à luz do farol, apreciar a passagem pela fenda existente entre os arrecifes. Na manhã seguinte achamos-nos mais uma vez no mar alto em companhia de numerosos passageiros. As férias do Curso Jurídico de Olinda nos proporcionaram a companhia de vários jovens doutorandos, ou melhor, doutores em embrião, que regressavam aos seus lares. Causou-nos surpresa observar em alguns deles maneiras mais grosseiras do que se costuma ver entre brasileiros mesmo nas classes mais humildes. Entramos em Maceió por volta das quatro horas da tarde. Nossa demora nesse porto foi de apenas trinta e seis horas, e daí até a Bahia a viagem decorreu esplêndida.

Já nos tendo anteriormente ocupado da cidade de São Salvador, diremos apenas que no intervalo entre a partida de dois vapores da linha regular deixamos a Bahia a bordo do paquete francês *L'Orientale*. Esse navio empreendia então um cruzeiro em volta do mundo e trazia a bordo uma verdadeira universidade, com sessenta alunos que, viajando em companhia de seus professores, procuravam aperfeiçoar seus estudos. Tratava-se de um empreendimento particular, planejado pelo comandante do barco, o Senhor Lucas e levado a efeito por sua conta, com permissão do governo francês. A *Orientale* era um navio bem grande, originariamente construído para a marinha mercante. Nessa ocasião, porém, desfraldava uma insígnia, e, com seus oito ou dez canhões, tinha bem a aparência de uma respeitável chalupa de guerra. Partira de Nantes e tocara em Lisboa,

ilha da Madeira, Tenerife e Gore, na costa da África. Daí cortara o Atlântico em linha reta, rumo a Pernambuco, escalando depois nos portos mais importantes ao longo de sua projetada rota. Demorara-se dez ou doze dias na Bahia, ocasião em que travamos conhecimento com diversos membros da expedição.

Sabedores de que desejávamos descer a costa brasileira, esses cavalheiros – entre os quais o cirurgião auxiliar e professor de inglês – conseguiram que o comandante nos oferecesse passagem gratuita. Aprestamo-nos para a partida, e, finalmente, numa noite chuvosa e triste dirigimo-nos para bordo. O vapor dividia-se em três secções. A primeira, denominada “dunette”, compreendia as cabinas e apartamentos do capitão, dos lentes e de três senhoras. O “carré” ou castelo de ré, tinha a parte inferior destinada aos amadores, isto é, pessoas que viajam apenas por passeio, mas que não tomavam parte nas atividades letivas de bordo. Para os alunos fora reservado o “entrepont”, onde dispunham de redes para dormir e uma longa mesa para refeições e estudos. Sendo passageiro para apenas um curto percurso, deram-nos uma rede no meio dos estudantes e liberdade de freqüentar as dependências do “dunette” juntamente com o capitão e os professores. Esse arranjo nos agradou bastante, não só por ser o melhor que se poderia conseguir, nas circunstâncias, mas, também, porque nos proporcionava ensejo de observar as maneiras de todos a bordo. Os passageiros apresentavam o mais variado conjunto jamais reunido em tão estreito âmbito.

A simples idéia de estabelecer uma escola politécnica a bordo já de si era bastante singular, e, por isso, tornou-se alvo da curiosidade de todas as classes sociais. O numeroso bloco de alunos e amadores era constituído por filhos de famílias nobres de França e da Bélgica. Não se instruíam eles apenas em matéria científica, mas, também, em turismo e em marinhagem prática. Estavam divididos em turmas e tinham obrigações a desempenhar em todos os setores da vida marítima, menos a faxina dos tombadilhos. Quando embarcamos, haviam eles passado dez ou doze dias em terra, e, portanto, não se mostravam muito dispostos a retomar seus lugares a bordo, a fim de preparar a partida.

A primeira noite que nos acomodamos na rede foi muito longa e passamo-la quase toda em claro. O ar estava por demais abafado e não havia ventilação alguma que minorasse a situação. Além disso, o elevado

número de ocupantes viciava constantemente o ar. A prosa generalizava-se em todas as direções e os grupos retardatários traziam novos assuntos para a conversa. Divertiu-nos muito um diálogo que se travou perto de nós, mais ou menos assim:

– “O nosso passageiro já se acomodou?”

– “Sim, ele está aqui.”

– “É um sacerdote?”

– “Sim, já fez suas orações.”

– “Ele vai se divertir em nossa companhia.”

Antes da madrugada tudo silenciou, e provavelmente todos adormeceram. Era natural que o novo passageiro despertasse curiosidade, principalmente por ser o único norte-americano a bordo. Entretanto, essa circunstância só nos foi favorável, pois nos pôs imediatamente em contato com todos os que desejavam saber novidades a nosso respeito, sobre o nosso país ou com relação ao Brasil. Tais foram as atenções e gentilezas de que nos fizeram alvo que logo nos sentimos perfeitamente à vontade nesse meio, novo para nós.

Partimos da Bahia ao meio-dia. A princípio o vento era muito suave, mas aos poucos foi recrudescendo. Todos os passageiros se extasiaram ante a esplêndida vista da cidade, à medida que dela nos afastávamos, mas, antes do crepúsculo já o promontório havia desaparecido no horizonte, em direção ao norte.

A *Oriente* era um esplêndido veleiro e a viagem prosseguiu célere, rumo ao nosso destino. O passadio de bordo divergia inteiramente de quantos conhecemos em outros navios. Não havia a bordo aves, suínos, nem qualquer outro animal, para alimentação dos passageiros. As frutas constituíam a única alimentação fresca, a não ser quando novas remessas de pão vinham reforçar o cardápio. Daí não se conclua, porém, que o tratamento era inferior. O navio estava literalmente repleto de provisões entre as quais ocupavam lugar saliente as carnes em conserva e as verduras. Apesar do elevado conceito em que é geralmente tido o teor de vida dos franceses, fomos forçados a concluir que, em certos detalhes pelo menos, não se adapta ele perfeitamente à vida marítima. Havia, por exemplo, as regras de etiqueta que obrigavam a cada pessoa ter o seu talher completo, um guardanapo e um copo de uso privativo. Como resultado dessa exclusi-

vidade no uso de guarnições de mesa, cada vez que se anunciava a refeição, cada passageiro corria para sua cabina. Logo depois vinham de novo aparecendo com seus petrechos, numa atitude profissional de operários que se dirigiam para o trabalho, sobraçando ferramentas. O primeiro serviço de cada um era limpar o prato com o guardanapo e a seguir o talher. A operação era repetida durante a refeição tantas vezes quantas fosse necessário, até que, finalmente, no fim do repasto, limpavam novamente os talheres para guardá-los.

Esse hábito certamente aliviava a tarefa dos criados, e, naturalmente, se coadunava com os escrúpulos de quem não se conforma em servir-se de objetos de uso comum; mas a limpeza dos pratos à mesa, principalmente com panos que pela sua aparência patenteavam a dificuldade de se conseguir um perfeito serviço de lavanderia a bordo, ao nosso ver, não era recomendável.

O processo de fazer café obedecia a idêntico princípio. Depois das refeições traziam para a mesa o café apenas torrado; a seguir surgia um moinho. A moagem costumava ser musicada, e nessas ocasiões era feita graciosamente para edificação dos presentes. Depois de moído, o café é colocado em um saco alongado, lembrando o formato de um pão de açúcar invertido, depois de retirados os resíduos da primeira decocção. Esse saco é suspenso por um fio, sobre a mesa e nele entorna-se água fervente, deixando-a correr lentamente, até que tenha filtrado bebida suficiente para servir diversas xícaras.

À aurora do sexto dia, completa calmaria nos imobilizou à vista de terra. De início, pensamos que o trecho avistado era o Cabo Frio, mas, depois, verificamos ser uma montanha mais ao poente. A manhã estava agradável e os passageiros alimentavam a esperança de que à hora costumeira soprasse a brisa e conduzisse o barco para a baía do Rio de Janeiro, da qual já se avistava ao longe uma linha imprecisa. Ao invés do vento, porém, desabou pesada chuva e à tarde abandonamos a esperança de franquear a barra antes da manhã seguinte. Todavia, o aguaceiro recrudescu, e, acompanhado de vento tirou-nos da imobilidade. Cessada a chuva, a brisa continuou e com ela renasceram as nossas esperanças, já que começávamos a passar por entre ilhotas. Antes da noite cruzávamos pelo canal da ilha Rasa, na qual se ergue um farol, e, aproveitando o vento, conseguimos

rumar para a estreita entrada da barra. Passamos junto às muralhas do forte Santa Cruz, mas justamente quando estávamos no ponto mais crítico da passagem, o vento cessou bruscamente e a maré vazante ia levando o barco sobre as rochas do forte da Laje. As fortalezas perceberam a situação e puseram-se a disparar suas peças e acender luzes brancas que nos servissem de orientação.

Dificilmente se poderia imaginar cena mais bela. O troar dos canhões reboava nas montanhas vizinhas e o brilho dos fogos parecia mais intenso no profundo negror da noite. Felizmente para o barco e seus passageiros o vento soprou a tempo e conduziu o veleiro, garbosamente, até o ancoradouro dos navios de guerra, onde às nove horas lançamos ferro a nada menos de setenta braças de profundidade.

A lua ainda não tinha surgido, e, portanto, a noite continuava escura, realçando a beleza da cidade e o efeito dos milhares de combustores, acesos a determinados intervalos, nas montanhas e nas praias de seus subúrbios distantes. Um dos rapazes ficou de tal maneira encantado com a beleza panorâmica, que passou a noite toda no tombadilho, apesar da chuva que caía, a intervalos. Quanto a nós, julgamos mais prudente nos retirar para a nossa rede, conquanto as emoções que nos empolgavam também fossem de molde a banir completamente a idéia de dormir. Estávamos, então, bem próximos de nossa família, cujas alegrias e tristezas esperávamos compartilhar na manhã seguinte.

Não queremos, porém, deixar a *Orientale* sem algumas observações relativamente à natureza e às possibilidades da expedição. Não era feliz a idéia básica da empresa. Por mais atraente que nos pareça, em teoria, a organização de um curso itinerante, na prática as coisas se processam de maneira diversa. Além disso a expedição constituía uma novidade para todos, e, por isso, houve certa dificuldade em manter a necessária ordem. A rigorosa disciplina de um navio de guerra teria, certamente, encontrado oposição, por rígida demais, e qualquer outra modalidade de ordem, resultaria, certamente, em desordem. Acresce notar que as relações entre oficiais, professores, alunos e amadores, não foram prefixadas com rigor, antes da partida; daí surgirem incidentes imprevisíveis. Não podemos deixar de frisar a maneira enérgica e resoluta com que vários indivíduos pertencentes à mais fina sociedade européia enfrentaram e perseveraram nos mais

árduos misteres do marinheiro comum. Ao invés de se mostrarem zelosos apenas esporadicamente, quando se sabiam vigiados, pareciam realmente entusiasmados e dispostos a se robustecerem nos mais pesados trabalhos. Sem dúvida constituía espetáculo novo e curioso verem-se barões, condes, viscondes, marqueses e moços de todos os matizes da aristocracia, vestindo grosseiras camisetas de lã e calças sujas, manejando o leme, escalando o cordame ou remando em escaleres.

Era essa a ordem das coisas na *Oriente*, e, qualquer que tenha sido o destino da expedição, lembrar-nos-emos sempre da semana que passamos em sua companhia, como agradável e curioso incidente de nossa vida. Durante a permanência dos expedicionários no Rio de Janeiro, tivemos oportunidade de retribuir as cortesias que deles recebemos, nas diversas ocasiões em que tivemos o prazer de encontrá-los.

Estabelecendo-nos novamente na capital do país, em companhia do Rev. Spaulding, voltamos nossa atenção de preferência aos numerosos marinheiros ingleses e norte-americanos que constantemente ali aportavam. Durante a nossa prolongada ausência o Senhor Spaulding havia mantido com perfeita regularidade e eficiência o culto Bethel. Nessa ocasião distribuía-se circulares dirigidas aos capitães, oficiais e marinheiros dos navios que entravam no porto, informando-os do local onde se realizaria o culto Bethel e convidando-os para freqüentá-lo com regularidade durante sua estada no porto. Apresentávamos também algumas considerações sobre as vantagens de assistirem a esses serviços religiosos. A disseminação das circulares despertou vivo interesse pelo assunto.

Era de ver-se a ordem e a solenidade da assistência que se reunia aos domingos pela manhã no tombadilho de algum navio mais importante, em cujo mastro tremulava o emblema da paz e da piedade. Geralmente encontrávamos o barco escolhido para as celebrações, rigorosamente arrumado e decorado com todo o gosto, com bancos para toda a assistência. Como era bonito ver os escaleres repletos de marinheiros virem, cada um por sua vez, amarrar ao costado do navio e descarregar a sua carga humana; homens que, não fora essa oportunidade, estariam em terra à cata de diversões, expostos a todas as tentações do vício e aos ardis do pecado! Quão sublimes eram os sentimentos que tais cenas inspiravam, principalmente em lugar tão lindo como o Rio de Janeiro. O céu brilhante, as montanhas

altaneiras, o vaivém das ondas, não poderiam deixar de impressionar o espectador; mas quando além dessa beleza ambiente nos era dado observar numa reunião de marítimos a alma coletiva com a atenção fixa nas coisas eternas, traindo-se aqui por um arfar mais forte, ali por uma lágrima furtiva, acolá por uma resolução tomada, – o prazer que experimentávamos, certamente, não era de natureza vulgar.

Tivemos a satisfação de organizar uma Sociedade de Temperança dos Marinheiros, bem como de encontrar numerosas pessoas interessadas em trabalhar por ela. Foi-nos também precioso, nessa ocasião, o concurso ativo e eficiente de um oficial da marinha norte-americana, já falecido, mas cujo nome será sempre lembrado como o de um filantropo cristão: o Tenente Moores.

Os nossos trabalhos, entretanto, não se limitavam exclusivamente à marinha mercante, nem se cingiam tão-somente aos domingos. Éramos às vezes convidados a pregar a bordo de navios de guerra norte-americanos e de vez em quando passávamos por entre os navios aglomerados no porto, visitando-os, uns após outros, conversando com os marinheiros e distribuindo publicações, como recordação da fraternidade cristã. Esses trabalhos eram como se fossem pães atirados ao mar, que dias mais tarde certamente encontraríamos de novo. Em terra deram-se, também, várias ocorrências interessantes que nos proporcionaram oportunidade de prestar serviços. Por essa ocasião dispúnhamos de correspondentes ao longo de toda a costa brasileira. Durante nossa última viagem, tivéramos ocasião de pôr em circulação numerosos exemplares das Sagradas Escrituras e cerca de sessenta mil páginas de publicações religiosas. Além disso, havíamos deixado exemplares do livro sagrado à venda em diversos lugares e panfletos para distribuição nas cidades mais importantes. Assim, estabelecendo depósitos nas cidades costeiras onde as Escrituras pudessem ser procuradas pelo povo do interior, desde São Paulo até o Pará, deu-se um grande passo no sentido de divulgar a palavra de Deus a todo o país e convidar o público a recebê-la.

Passamos então a providenciar ativamente para a realização do culto em português no Rio de Janeiro. Para tanto pusemo-nos a preparar uma série de prédicas, que esperávamos poder logo começar a ler em público. Foi por essa ocasião que lutuoso acontecimento veio interromper brus-

camente o curso das nossas atividades no Brasil. Vítima de cruel moléstia, nossa amada esposa em poucos dias baixou prematuramente à sepultura. Fora roubada ao exercício de uma atividade na qual se especializara cuidadosamente. Sua dedicação e devotamento “ao serviço que lhe era destinado” foram repentinamente cerceados pela mão da morte. Morreu, porém, da mesma forma que vivera, humildemente, fervorosamente cristã; e, em seu último alento, triunfou sobre o inimigo, “adormecendo mansamente em Jesus” – o Salvador,

“Pela luz de cujo sorriso no céu de amor”

seu coração fervoroso aspirava constantemente. O sono final, não o pôde ela dormir, como certa vez poeticamente desejara, nos profundos abismos “do grande mar azul”, mas sim no cemitério protestante do Rio de Janeiro. Seus despojos foram sepultados no cemitério da Gamboa, situado numa formosa encosta, ao norte, nos subúrbios da cidade, dando a frente para a baía.



Cemitério dos ingleses

Não fossem as tristes recordações que esse lugar inspira, poder-se-ia considerá-lo um dos mais atraentes da terra. Ao pé das rochas em que se assenta, o mar atira ruidosamente suas ondas, sem cessar. Uma alameda sombreada que parte da beira d’água, vai ter ao centro do campo-santo, onde as lajes se alinham, lado a lado. Elevando-se a vista para o horizonte,

descortina-se à frente a esplêndida baía pontilhada de ilhas e circundada de majestosos picos. Por tudo sorri uma vegetação perene, constantemente agitada pelas brisas tropicais. Esse acontecimento inesperado fez murchar tenras flores de esperança, prenes de promessas. Trouxe-nos ainda a necessidade de embarcar precipitadamente para os Estados Unidos, na esperança de poupar a vida a um menino ainda bem pequeno. Depois de apenas um mês, novamente passávamos a noite a bordo, na baía, à espera da partida.

Mas quão diferentes eram, então, os nossos sentimentos, dos que experimentáramos meses antes, quando ocupávamos quase a mesma posição a bordo da *Oriente*. O mesmo céu estrelado arqueava-se sobre nossa cabeça. Sob o navio, a mesma água cintilante; em torno, os mesmos picos altaneiros e diante de nós a mesma cidade estendida. No entanto, quão diverso era o panorama! Antes, tínhamos a alma povoada de esperanças e alegrias; agora eram a desolação e as recordações tristes que a enlutavam.

.....

Capítulo XX

A SITUAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS ANTES DA REVOLUÇÃO DE 1840. – DEBATES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS. – TENTATIVA DE SUSPENSÃO DA LEGISLATURA. – O MOVIMENTO CHEFIADO POR ANTÔNIO CARLOS. – COOPERAÇÃO DO SENADO. – COMISSÃO ENVIADA AO IMPERADOR. – SESSÃO PERMANENTE. – A ACLAMAÇÃO DA MAIORIDADE DE D. PEDRO. – JURAMENTO IMPERIAL. – A PROCLAMAÇÃO DA ASSEMBLÉIA. – JÚBILO POPULAR. – O NOVO MINISTÉRIO. – CUMPRIMENTOS DO PÚBLICO.

MIL OITOCENTOS E QUARENTA assinalou-se, na história do Brasil, pelo movimento revolucionário que culminou com a abolição da Regência. Tinha, então, apenas quinze anos o Imperador D. Pedro II, quando o partido que se opunha ao regente e ao Ministério começou a pugnar pela maioria do jovem Imperador e sua imediata elevação ao trono. Durante os cinco anos anteriores já essa possibilidade havia sido por vezes aventada, mas fora sempre considerada prematura e absurda, e, como tal, abandonada. A Constituição limitava a minoridade do soberano a dezoito anos, idade essa tida já como bastante reduzida para quem tinha de desempenhar a difícil tarefa de governar tão vasto Império. No que respeita a responsabilidades, estatuiu a Constituição, expressamente, que

nenhuma jamais caberia ao Imperador. Portanto, a abolição da Regência faria apenas transferir o poder que em suas mãos enfeixava o regente, para os ombros de algum outro titular. Haveria, entretanto, uma diferença. O regente gozava de privilégios reais, sendo, portanto, inteiramente isento de responsabilidade, circunstância essa considerada como inconveniente cuja gravidade cada vez mais se acentuava. As vantagens decorrentes da ausência de responsabilidade do soberano estavam na razão inversa do perigo inerente ao fato de poder um cidadão qualquer, acidentalmente guindado ao elevado cargo de regente do Império, agir livremente, sem ter que prestar contas de seus atos. A discussão desses pontos causou certa agitação, mas as pessoas mais bem informadas julgavam que o regente conseguiria cercear a conspiração tendente a alijá-lo do poder.

Defeito, a legislatura não tinha poderes para emendar ou pôr de lado a Constituição; entretanto, organizaram-se planos, agitaram-se os espíritos e despertaram-se as paixões. A violência de linguagem explodiu repentinamente criando uma pesada atmosfera de ameaças. Antônio Carlos de Andrada, a quem já nos referimos como pessoa de grande saber e eloqüência, mas, também, altiva e impulsiva, arvorou-se em paladino da oposição, acusando de usurpadores o regente e seu Ministério, principalmente depois de 11 de março, data em que a Princesa Imperial Dona Januária atingiu a maioria. Seus golpes eram habilmente aparados, mas a causa ia rapidamente avassalando a Assembléia e a opinião pública.

Galvão, até pouco antes aliado às hostes governamentais, fez um notável discurso pugnando pela imediata aclamação da maioria, que reputava inevitável.

Álvares Machado exigia que se rompessem os entraves partidários. “A causa do Imperador era a causa da nação e deveria ter a aprovação de todos quantos amassem sua pátria.”

Navarro, jovem, mais influente deputado por Mato Grosso, pronunciou a seguir violento libelo em que estigmatizava o regente e condenava os seus atos na mais violenta das linguagens, e, no meio de sua calorosa oração, exclamou repentinamente: “Viva a maioria de Sua Majestade Imperial!” A galeria apinhada, que até então guardara religioso silêncio, prorrompeu em prolongados e entusiásticos aplausos. Navarro, na impossibilidade de se fazer ouvir em meio das aclamações, acenava às galerias

com o lenço. Os membros do partido contrário que se achavam sentados perto do orador imaginaram ter visto um punhal cintilando em sua mão, e, sem saber qual seria o primeiro a provar-lhe a fria lâmina, puseram-se a correr. Um deles atracou-se com Navarro para subjugá-lo, mas este, não percebendo o motivo do gesto, repeliu energicamente o contendor. Durante alguns momentos a balbúrdia foi tremenda, mas dentro em pouco a ordem já havia sido restabelecida.

Entretanto, o povo apinhado na rua pedia a coroação do jovem Imperador. Houve quem chegasse mesmo a proclamar sua maioridade em praça pública. O partido ministerial resistia desesperadamente ao movimento na Assembléia, mas não conseguia interromper os debates.

O ex-Ministro Limpo de Abreu era favorável à revolução, mas desejava fosse ela levada a efeito de maneira deliberada, consistente. Pelo menos que se estribasse no parecer de uma comissão que a justificasse. Depois de muita oposição à sua proposta, foi nomeada a comissão, seguindo-se, então, um período de trégua. Durante a noite, ambos os partidos examinaram a situação. Os clubes e as lojas se mantiveram em sessão permanente e a oposição também se reuniu para deliberar. O mesmo fizeram o regente e seus ministros. Vasconcelos, senador por Minas Gerais, político veterano, mas de longa data aliado da liça devido à sua moral duvidosa, foi chamado para conselheiro.

No dia seguinte, a sessão da Câmara dos Deputados iniciou-se sob atmosfera de profunda ansiedade. As galerias estavam repletas, O parecer da comissão, ansiosamente esperado e mesmo imperiosamente exigido, não apareceu.

Navarro acusou a comissão de estar maliciosamente protelando. Pugnava pela proclamação imediata e sem mais subterfúgios, da maioridade do Imperador. Apelou para as galerias e estas responderam com vivas ensurdecedores a D. Pedro II. A confusão que se seguiu foi indescritível. Em vão tentou o presidente impor silêncio à Casa. Era necessário discutir a momentosa questão. Os membros mais moderados da oposição desejavam que a maioridade do Imperador adolescente fosse adiada até o seu natalício, a 2 de dezembro. Os mais violentos, porém, exigiam-na imediatamente, sem mais delongas. Os debates se prolongaram desusadamente. A certa altura, ingressou no recinto um portador trazendo documentos despachados pelo regente.

O secretário passou a lê-los. Em primeiro lugar, via-se uma nomeação de Bernardo Pereira de Vasconcelos, para ministro do Império. À simples menção desse nome uma irreprimível sensação de indignação avassalou a casa. O secretário passou, então, ao segundo documento: era um ato suspendendo a Assembléia Geral até o próximo dia 20 de novembro.

A confusão e a indignação atingiram, então, ao auge. Não foi mais possível sofrer o povo nas galerias. Volumosa corrente de imprecações desabou sobre a administração vigente, de envolta com vivas à maioria de D. Pedro II. Antônio Carlos, Limpo de Abreu e Martim Francisco, levantando-se, um após outro, protestaram com veemência contra esse ato de loucura do governo. Acusaram o regente de traição e concitaram todos os brasileiros a resistirem essas medidas prepotentes. Diziam que Lima, em desespero de causa, agarrava-se com todas as suas forças ao poder que lentamente lhe escapava das mãos. Denunciaram-no como usurpador que desejava sacrificar o monarca e o trono, desencadeando a guerra civil em todos os recantos do Império. Vasconcelos foi classificado de monstro cujo nome lembrava toda a sorte de vícios e crimes, e, além disso, o mais feroz inimigo do Imperador; e era justamente por suas mãos que o jovem monarca seria agora atraído!

O presidente tentou pôr em vigor o ato que suspendia os trabalhos da legislatura, mas não o conseguiu. Levantando-se, Antônio Carlos apelou para os verdadeiros patriotas que o acompanhassem até o Senado. Seguiram-no seus partidários e o povo em massa. A multidão aumentava a cada passo. Logo que os deputados chegaram ao Senado, ambas as Casas se puseram em sessão conjunta e nomearam uma comissão, chefiada por Antônio Carlos, para conseguir que o Imperador consentisse em ser aclamado. Durante a ausência dos deputados, diversos senadores tentaram acalmar os ânimos do público. A aglomeração, lá fora, já atingia a vários milhares de pessoas. Não se via nenhuma força policial, mas os cadetes da Academia Militar, no calor de seu entusiasmo juvenil, tomaram armas e se prepararam para defender o soberano.

Nesse ínterim, regressou a comissão do palácio, para informar à Casa que, depois de relatar ao Imperador em que pé se achava a situação. Sua Majestade consentira em assumir as rédeas do governo, tendo prontamente ordenado ao regente que revogasse seu absurdo decreto e permitisse às Câmaras que se mantivessem em sessão. Uma tempestade

de aplausos coroou essa comunicação. Não havia mais limites para o entusiasmo popular. Estava salvo o país sem derramar uma só gota de sangue! O povo passou, então, a congratular-se por esse triunfo pacífico da opinião pública e a Assembléia ocupou-se em discutir os meios de consumir a revolução que se iniciara, assim de maneira tão singular. Lima, a quem agora se referiam como o ex-regente, foi considerado incompetente para convocar novamente o legislativo que pretendia suspender. O Marquês de Paranaguá, presidente do Senado, declarou que nenhuma das Casas estava mais em sessão, mas que os membros de ambas passariam a constituir uma augusta assembléia popular que, como legítima representante do país, exigia que o Imperador não mais fosse considerado menor. Finalmente, ficou resolvido conservarem-se reunidos até que Sua Majestade comparecesse para receber, pessoalmente, o juramento constitucional. Por isso a Assembléia passou a noite toda reunida no Palácio do Senado. Para guardá-la permaneceu a postos um corpo de guardas nacionais, alunos da escola militar e numerosos civis.

Ao clarear do dia o povo começou novamente a reunir-se. Por volta das dez horas, nada menos de oito ou dez mil dos mais respeitáveis cidadãos cercavam o Senado. A essa hora o presidente da Assembléia fez uma declaração formal dos objetivos da convocação. Feita a chamada de ambas as Câmaras e constatada a presença do número legal de senadores e deputados, o presidente ergueu-se e disse:

“Em nome dos representantes da nação, reunidos em Assembléia Geral, declaro que Sua Majestade, Dom Pedro II, a partir deste momento, é maior e está em pleno exercício de suas prerrogativas constitucionais. À maioria de Sua Majestade o Senhor Dom Pedro II! Viva o Senhor Dom Pedro II, Imperador Constitucional e defensor perpétuo do Brasil!! Viva o Senhor Dom Pedro!!”

Milhões de vivas ergueram-se da Assembléia, dos espectadores que se acotovelavam nas galerias e da multidão que enchia o campo, dando largas ao seu júbilo e entusiasmo. Nomearam-se comissões para receber Sua Majestade quando chegasse à Assembléia e para dirigir uma proclamação ao país. Às três e meia da tarde surgiu a escolta imperial. Sua Majestade vinha precedido dos dignitários do palácio e seguido por suas imperiais irmãs. Na carruagem imperial vinha também o tutor de Sua Majestade. À

vista do jovem Imperador, o entusiasmo do povo extravasou. Durante toda a cerimônia não se ouvia no campo senão um constante reboar de vivas. Sua Majestade foi recebido com todas as formalidades e conduzido ao trono, junto ao qual já tinha tomado lugar o corpo diplomático em uniforme de gala. O Imperador ajoelhou-se e recebeu o juramento determinado pela Constituição, depois do que foi lido e assinado o seguinte:

AUTO DE JURAMENTO

“Saibam todos quantos este público instrumento virem, que no dia 23 de julho do ano de Nosso Senhor Jesus Cristo, de 1840 e 29º da Independência do Império, nesta leal e heróica cidade do Rio de Janeiro, no Palácio do Senado e na presença de ambas as Câmaras da Imperial Legislação, a saber – trinta e três senadores e oitenta e quatro deputados, sob a presidência de Sua Excelência o Marquês de Paranaguá, reunidos para testemunhar o cumprimento do Artigo 103 da Constituição: estando também presentes Sua Maj. Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leucádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga, segundo Imperador e defensor perpétuo do Brasil, filho legítimo e primeiro herdeiro do falecido Imperador Dom Pedro I, e da falecida Dona Maria Leopoldina Josefa Carolina, arquiduquesa da Áustria. Tendo Sua Excelência o Presidente da Assembléia oferecido ao Imperador um missal, este sobre ele pôs sua mão e recitou em voz clara o seguinte juramento constitucional: “Juro manter a religião Católica Apostólica Romana e a integridade e indivisibilidade do Império; observar e fazer observar a Constituição e as leis da nação brasileira e a promover o bem-estar geral do Brasil por todos os meios ao meu alcance. E, para perpétua memória deste ato, tiram-se cópias deste documento que vão assinadas, etc., etc..”

A proclamação minutada por Antônio Carlos e aprovada pela Assembléia estava assim concebida:

“Brasileiros! – A Assembléia Geral Legislativa do Brasil, reconhecendo o feliz desenvolvimento intelectual com que a Divina Providência houve por bem dotar sua Imperial Majes-

tade Dom Pedro II, reconhecendo, também, os males decorrentes de um governo instável; testemunhando, além disso, o desejo unânime do povo desta capital, que crê estar de perfeito acordo com o desejo de todo o Império, isto é, de conferir ao nosso augusto Monarca os poderes que a Constituição lhe assegura; portanto, à vista dessas importantes considerações, este órgão decidiu, para bem do país, declarar a maioria de Dom Pedro II, para que possa ele entrar imediatamente no inteiro exercício de seus poderes como Imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil. O nosso augusto Monarca acaba de prestar, em nossa presença, o juramento solene exigido pela Constituição.

“Brasileiros! As esperanças da nação se converteram em realidade. Nova era raiou sobre nós. Seja ela de união constante e de prosperidade. Sejamos dignos dessa grande bênção!”

Depois das cerimônias próprias da ocasião, Sua Majestade dirigiu-se para o palácio da cidade, acompanhado pela guarda nacional e pelo povo. À noite realizou-se numeroso e brilhante cortejo e o júbilo popular traduziu-se na iluminação espontânea de quase todos os prédios.

Ante a admiração de todos a revolução estava terminada. Fora abolida a Regência. Era perfeita a tranqüilidade do país e Dom Pedro II, o menino que aos seis anos de idade havia sido aclamado soberano de um dos maiores impérios do orbe, via-se agora, aos quatorze anos e meio, investido de todas as prerrogativas de seu trono imperial.

A 24 de julho o novo Ministério foi assim organizado:

PASTA	TITULAR
Império	Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado,
Fazenda	Martim Francisco Ribeiro de Andrada,
Estrangeiros ...	Aureliano de Sousa Oliveira Coutinho,
Justiça	Antônio Paulino Limpo de Abreu,
Marinha	Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti,
Guerra	Francisco de Paula Cavaltanti de Albuquerque.

A 26, foi cantado um *Te Deum* na Capela Imperial em regozijo dos últimos acontecimentos. A seguir, houve recepção em Palácio, durante a qual o corpo diplomático saudou o Imperador com o seguinte discurso pronunciado pelo Barão de Rouen, ministro da França e decano dos representantes estrangeiros:

“Senhor – Os membros do corpo diplomático acreditados junto a esta Corte têm a honra de apresentar a Vossa Majestade a homenagem do seu mais profundo respeito.

“É com a maior solicitude que eles vêm, neste dia memorável, reunir as suas congratulações às dos súditos de Vossa Majestade, perante o vosso trono e exprimir, em nome dos soberanos e dos governos que têm a honra de representar, os desejos, que nunca cessam de acalentar, pela glória do vosso reinado, para a felicidade de vossa augusta família e para a prosperidade do Brasil.”

Iniciou-se, então, a época dos cumprimentos. As sociedades particulares, as instituições públicas, as províncias e quase todas as cidades desde as vizinhanças da capital até aos confins do Império, à medida que iam tendo conhecimento da auspiciosa nova, apressavam-se em celebrá-la com ruidosos festejos, bem como em despachar comissões que fossem levar ao Imperador as mais efusivas expressões de júbilo pela sua elevação ao trono e fazer votos pela sua prosperidade e felicidade.

Para dar idéia do estilo e do fraseado que nessas ocasiões se empregavam, damos a seguir duas traduções. A primeira, do discurso oficial feito a Sua Majestade, no dia 28 de julho, por uma comissão de senadores:

“Senhor: O Senado, impelido pelo mais elevado patriotismo e tomado do mais sincero júbilo pelo favor que Vossa Imperial Majestade acaba de conceder ao Império, entrando imediatamente no completo exercício de vossos direitos inalienáveis, enviou-nos, em comissão solene, para cumprimentar Vossa Imperial Majestade por esse acontecimento memorável que enche de confiança e júbilo os súditos de Vossa Majestade.

Se o Brasil recebeu de vossos ilustres antepassados, desde os tempos do Rei D. Manuel, benefícios sempre crescentes, até o dia em que nas colinas do Ipiranga foi, pelo herói do Novo

e do Velho Mundo, proclamada a Independência, tornando-se assim uma nação livre, muito maiores esperanças de futuras glórias depositam os brasileiros no patriotismo de Vossa Imperial Majestade.

“A Divina Providência dotou Vossa Majestade de um coração grande e magnânimo e, em sua eterna sabedoria, determinou que Vossa Majestade imperasse sobre a Terra de Santa Cruz. E, ainda mais, para maior benefício nosso, o Eterno serviu-se maravilhosamente dos últimos e inesperados acontecimentos para colocar Vossa Majestade diante de vossos súditos, como sol brilhante que emergisse por entre nuvens, proporcionando completa felicidade.

“Possa o governo de Vossa Majestade Imperial servir de estrela Polar para iluminar toda a América e guiar os povos deste grande continente pelo caminho da ordem e da verdadeira glória! Dignai-vos, portanto, receber bondosamente os bons desejos do Senado, que são também os de toda a nação. Permitam os céus que os dias de Vossa Imperial Majestade se prolonguem por muitos anos felizes, de maneira que se possa manter a liberdade nacional e estabelecer a prosperidade do Império.”

A esse panegírico vulgar, Sua Majestade modestamente respondeu:

“Agradeço sinceramente os sentimentos que externa o Senado por ter eu assumido o exercício das minhas prerrogativas constitucionais.

“Senhores, podeis assegurar ao Senado que procurarei satisfazer os desejos da nação mantendo a harmonia entre nós e as potências estrangeiras, defendendo as leis e a Constituição do Império promovendo a felicidade do povo.”

Depois de um mês, com o auxílio do vapor, a notícia desses acontecimentos chegou ao Pará. A Assembléia Provincial estava em sessão e dispôs-se, naturalmente, às mais pomposas demonstrações de lealdade. Celebrou-se imediatamente um *Te Deum* e o orador escolhido para a ocasião pronunciou o seguinte discurso:

“Ilustres Deputados! A Corte Imperial acaba de se fazer teatro de um acontecimento dos mais transcendentais e promissores para o Brasil. O povo e seus representantes deram ao Império e ao mundo o mais eloqüente testemunho de sua lealdade à pessoa de Sua Majestade Dom Pedro II, revelando extraordinária percepção do critério e das virtudes que tão eminentemente o distinguem.

“A elevação de Sua Imperial Majestade ao trono foi determinada pela aclamação unânime do povo e de seus mais destacados representantes. Esse acontecimento glorioso repercutiu através das províncias do Império e agora podemos ver a estrela da esperança brilhar sobre nós.

“Senhores, nova e importante era iniciou-se na história do nosso país, e, como órgão representativo do povo do Pará, congreguemos todos os nossos esforços a fim de auxiliar o Imperador em sua enorme tarefa de conduzir o Brasil ao nível das mais esclarecidas nações do mundo.”

.....

Capítulo XXI

A VERDADEIRA SITUAÇÃO DO PAÍS. – PROGRAMA MINISTERIAL. – O CURSO DOS ACONTECIMENTOS. – PREPARATIVOS PARA A COROAÇÃO. – MODIFICAÇÃO NO MINISTÉRIO. – A OPOSIÇÃO SOBRE AO PODER. – ADIAMENTO DA COROAÇÃO. – REALIZA-SE, FINALMENTE, A CERIMÔNIA, A 18 DE JULHO DE 1841. – A MAGNIFICÊNCIA DO ATO. – DIFICULDADES FINANCEIRAS. – INSÍGNIA. – DIPLOMACIA. – DISSOLUÇÃO DA CÂMARA. –PRETEXTOS PARA REVOLTAS. – CONSELHO DE ESTADO. – REFORMA DO CÓDIGO PENAL. – SÃO PAULO. – MINAS. – A CAPITAL. – RESTABELECIMENTO DA ORDEM. – SESSÃO DA ASSEMBLÉIA. – CASAMENTOS IMPERIAIS. – REORGANIZAÇÃO MINISTERIAL. – A POLÍTICA EM 1844.

PODE-SE, agora, perguntar que era feito do espírito partidário e que modificação se teria operado para despertar tão desmedido entusiasmo.

Diremos, em resposta, que o espírito partidário estava mais vivo do que nunca, mas qual aranha traçoeira achava-se retraído, aparentemente morto, à espera de oportunidade para agir. Os acontecimentos descritos no capítulo anterior constituíram, de fato, uma revolução. A Constituição fora calcada aos pés; entretanto, o movimento tivera caráter eminentemente popular, fora plasmado segundo a vontade coletiva, e, por isso mesmo, podia-se dizer que fora um acontecimento glorioso. Triunfara o princípio monárquico, mas por meio da mais flagrante ação democrática.

A 29 de julho, interpelado sobre o assunto, o Senhor Antônio Carlos fez uma declaração sincera da política e da orientação do novo governo. Seu discurso foi, então, considerado como a peça de oratória parlamentar mais lúcida e completa de que no Brasil se tinha notícia até aquela época. Com efeito, a oração encerrava um verdadeiro programa de governo, traçando as linhas mestras sobre que se haveria de basear a nova política ministerial:

- 1) simplificação da arrecadação e parcimônia nos gastos dos dinheiros públicos;
- 2) escrupuloso respeito à lei e proscrição completa das interpretações capciosas;
- 3) defesa das instituições vigentes e cuidado no exercício do Poder Executivo;
- 4) enérgica repressão à Revolução do Rio Grande do Sul, mas disposição para examinar qualquer proposta dos insurretos, compatível com o respeito à honra nacional;
- 5) aproximação das facções antagônicas e disposição de atender a ambas;
- 6) harmonia de vistas e de ação entre o governo e seus agentes;
- 7) promover, por todos os meios, a ação harmônica dos dois corpos legislativos, sem recorrer à corrupção e à intriga;
- 8) unanimidade do gabinete nas questões importantes.

Sem dúvida eram princípios sólidos e consistentes, e, tendo-se em vista a conhecida energia dos Andradas e de seus partidários, era de se presumir que não se poupassem esforços para pô-los em prática.

O país inteiro rejubilava-se com os gloriosos acontecimentos revolucionários, mas a legislatura, fatigada dos paroxismos recentes, voltou logo à sua velha rotina. A primeira medida de importância que a oposição tomou foi a nomeação de um Conselho de Estado, cuja função seria a de aconselhar o Imperador. Constituiu assunto de longas discussões que só cessaram em fins do ano seguinte. A vida do Império corria o seu curso

normal, e, quando a aclamação da maioria perdeu o sensacionalismo da novidade, o interesse popular voltou-se para a próxima cerimônia da coroação.

A solenidade estava marcada para princípios de 1841, mas, os preparativos foram iniciados com grande antecedência. Os candidatos a honrarias e proventos porfiavam em exceder seus rivais em pompa e aparato. Várias cortes européias enviaram embaixadas extraordinárias para saudar o trono brasileiro.

Ao mesmo tempo que os diplomatas e políticos procuravam participar das honras da ocasião, os artistas e negociantes da metrópole demonstravam igual tato em aproveitar-se delas. Eram exorbitantes os preços dos artigos ornamentais e de luxo, mas essas mercadorias se tornaram, então, necessárias e tanto a pobreza ávida, com a invejosa avaréza, viam-se forçadas a submeter-se à extorsão.

Antes da inauguração da próxima sessão da Assembléia Geral, sérias dificuldades entravavam a administração. Várias províncias haviam oferecido resistência à nomeação de novos presidentes, e, assim agindo, demonstravam tendências revolucionárias. Contudo, os mais sérios embaraços provinham da prolongada rebelião rio-grandense. Num esforço para sufocar a guerra civil, o Ministério nomeara Álvares Machado para a missão especial de, como emissário do governo, parlamentar com os rebeldes. Muito se esperava de sua influência pessoal junto a Bento Gonçalves e outros chefes revolucionários, e por isso mesmo Machado fora investido de poderes extraordinários e inconstitucionais. Entretanto, a despeito de todas as facilidades que se lhes ofereceram, os insurretos se recusaram a qualquer acordo. Machado foi, então, nomeado presidente da província.

Nesse posto, ao invés de manter pulso forte como o tinham feito – ou pelo menos procurado fazer – seus antecessores, o novo presidente optou por medidas conciliatórias, tentando entendimentos. Tal atitude foi tachada de desairosa para o Império e contra ela elevou-se tão grande celeuma a ponto de criar um estado geral de alerta contra uma possível traição aos interesses do Trono. Esse clamor foi dirigido ao Ministério. Exigia-se a sua substituição e esta, finalmente, se deu. A 23 de março, os Andradas e seus partidários foram demitidos, com a exceção única de Aureliano.

Para chefiar o novo gabinete a escolha recaiu sobre Araújo Viana que fora tutor do Imperador, e os autores da nova ordem de coisas se viram alijados do poder pelos seus adversários, justamente quando se aproximava o momento em que seriam distribuídos as honras e os benefícios.

Por mais penosas que, em certos aspectos, tenham sido estas circunstâncias, não lograram, entretanto, abater o ânimo dos Andradas que alimentavam outras ambições. Para provar seu desinteresse e patriotismo, pediam eles invocar os sucessos que obtiveram em fases anteriores de sua carreira política. Agora, como então, poderiam os Andradas se retirar à vida privada, em honrosa pobreza, levando como único tesouro – aliás maior que quantos títulos e riquezas – apenas a chama do mais puro patriotismo. Sobre eles a posteridade faria a justiça de inquirir por que motivo não lhes foram concedidas as honras a que fizeram jus. Outros, que não eles, prestaram-se à ignomínia de usar títulos que jamais mereceram.

Quando, em maio, se reuniu de novo a Assembléia Geral, julgou-se conveniente adiar a cerimônia da coroação. Colocações, títulos e distinções eram tão avidamente solicitados e com tal mesquinhez, que se tornava a um tempo indecoroso e inacreditável. Julgou-se de bom alvitre manter na expectativa os candidatos, principalmente os que faziam parte do Legislativo, Enquanto isso o governo teria garantidos os seus votos, podendo contar, ainda, com empréstimos a aprovação dos créditos solicitados. Seria, assim, possível assegurar o esquecimento de passadas leviandades e indulgência para alguma que de futuro cometesse. Além dessas razões, outras existiam, de natureza bastante frívola, mas que também pesavam na balança. A coroa imperial havia sido remetida para a Inglaterra para ser reformada e ainda não estava pronta. Faltava, ainda, chegar à Corte um dos enviados extraordinários, e, das carruagens reais, sete ainda não dispunham dos respectivos arreios. Assim, por mais dois meses a esperada cerimônia da coroação continuou sendo o assunto principal de todas as conversas e o objetivo dos preparativos a que todos se entregavam afanosamente, desde o Imperador e as princesas, até aos escravos descalços. Finalmente, a 18 de julho de 1841, realizou-se o acontecimento tão ansiosamente esperado. A pompa da cerimônia excedeu às mais ousadas expectativas. O esplendor do dia; os milhares de pessoas, inclusive estrangeiros, que apinhavam as ruas; as magníficas e custosas decorações dos logradouros públicos e das casas;

os arcos-de-triunfo; as bandas de música e as salvas de artilharia; a perfeita ordem e a tranqüilidade que reinavam em todos os cortejos e cerimônias públicas daquele dia, bem como quase tudo o mais que se poderia imaginar ou desejar, parecia concorrer para que as festividades fossem das mais memoráveis celebradas em terras do Novo Mundo. O ato da coroação teve lugar na Capela Imperial, realizando-se, a seguir, uma recepção no Palácio da cidade. À noite a iluminação foi das mais deslumbrantes e as celebrações se prolongaram por nove dias consecutivos.

Se é que pompa e exterioridades podem assegurar a estabilidade do governo e o respeito à Coroa, tudo se fez pelo Brasil naquele dia, dentro dos recursos disponíveis. Circunstâncias haviam, entretanto, ligadas ao aparato monárquico e aos pródigos gastos da coroação, que não podiam deixar de constituir embaraço aos que com elas se tinham que haver. As finanças do Império estavam mais deprimidas que nunca e ainda apresentavam tendência para piorar mais. As importâncias gastas nos festejos da coroação, além de cento e sessenta contos de réis para a confecção da coroa imperial, foram tomadas por empréstimo e acrescidas à cifra imensa da dívida pública. Além disso, o governo estava longe de ser estável e definido. Os conselheiros achavam-se divididos e era hesitante a sua política. Precisamente esse estado de coisas é que constituía o pretexto principal para as demonstrações acima descritas. Considerou-se da mais alta importância cercar o trono de um esplendor tal que para sempre refulgisse aos olhos do povo. Pode-se, entretanto, conjecturar se em lugar de robustecer o sentimento cívico do povo essa política não teria dado lugar a uma predileção mórbida pelas cerimônias pomposas, que só seria satisfeita com a sua freqüente repetição.

Depois da coroação reiniciaram-se as sessões da Assembléa Geral. A 23 de novembro foi aprovada uma lei criando o Conselho de Estado, órgão esse que teve organização semelhante à do Conselho Privado da Inglaterra. No apêndice do primeiro volume, damos a lista dos nomes que o compunham bem como os títulos nobiliárquicos conferidos depois da coroação. Por essa relação verá o leitor que Lima, Calmon, Carneiro Leão e Vasconcelos, os mesmos que fizeram tão cerrada oposição aos Andradas por ocasião do movimento que precedeu a maioridade do jovem Imperador, conseguiram, no curto espaço de um ano, não só reconquistar a estima pública, mas, ainda, obter nomeações vitalícias da mais alta importância.

Vasconcelos, – é preciso que se diga – jamais pretendeu títulos honoríficos. Estes constituíam, para ele, exterioridades que de bom grado dispensava em favor de seus correligionários. O poder, sim; esse o atraía acima de tudo. Nem os sofrimentos nem os insucessos o detinham por um só instante sequer em sua faina de o conseguir. Atingira, finalmente, uma posição que talvez satisfizesse as suas inclinações melhor que qualquer outra, pois, sendo a maior mentalidade que integrava o novo órgão, sua influência deveria se fazer sentir de maneira assaz acentuada.

Merece especial relevo o fato de não se terem cingido exclusivamente a brasileiros as honras distribuídas por ocasião da coroação de D. Pedro II. Ordens e estrelas foram profusamente distribuídas aos membros do corpo diplomático que tomou parte nas cerimônias e cujos governos permitiram a aceitação de tais distinções.

Dentre os diplomatas proibidos pelos respectivos governos de compartilharem dessas honrarias, contavam-se o ministro inglês e os representantes de diversas repúblicas americanas.

A 1^o de janeiro de 1842, o Senhor Hunter, encarregado dos negócios norte-americanos no Rio de Janeiro, apresentou a Sua Majestade o Imperador as credenciais de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, a cuja categoria fora promovido. Essa honra foi prontamente retribuída com a nomeação do Senhor Lisboa, o digníssimo ministro brasileiro que ainda reside em Washington. O Governo brasileiro vem mantendo em nível elevado as suas relações diplomáticas com o estrangeiro. Nesse sentido não poupa gastos e tem tido a boa sorte de ser sempre muito bem representado.

Proseguindo no esboço histórico que vimos traçando, pesa-nos registrar que o ano de 1842 assinalou-se por sérios e contínuos distúrbios, em diferentes partes do Império. Essas alterações da ordem pública começaram com as eleições dos deputados. Cometeram-se várias fraudes, alterando sem prévio aviso o dia, a hora e o local das eleições. E, o que foi ainda pior, empregou-se a força armada para intervir no pleito enquanto se transportavam levas de eleitores de um distrito para outro. Em resumo, o suborno, a corrupção e a força tripudiaram impunemente sobre a livre manifestação da opinião pública. Não é de se presumir que apenas



Bernardo Pereira de Vasconcelos

um partido lançasse mão de tais meios fraudulentos. Entretanto, ao que parece, a oposição venceu o partido ministerial, que ficou em minoria. A mudança da administração seria o corolário imediato da abertura da sessão legislativa, a 3 de maio. A isso o Ministério resolveu resistir. Redigiram-se documentos solenes aconselhando o Imperador a dissolver a Câmara dos Deputados, sob a alegação de que, devido às irregularidades verificadas nas eleições, não poderia ser ela considerada um órgão constitucional. Realizou-se a sessão preparatória de costume, na qual se receberam as credenciais dos deputados, sem muito escrúpulo quanto à maneira por que tinham sido elas obtidas.

Essa circunstância reforçou o apelo dos ministros ao Imperador. Obedecendo ao plano traçado, Sua Majestade não compareceu à Assembléia para inaugurar os trabalhos legislativos como de costume. Foi sancionado um novo decreto determinando a realização de novas eleições e de uma sessão extraordinária a iniciar-se a 1º de janeiro do ano seguinte. Os deputados se dispersaram sem tumulto, mas não se tinha ainda findado o mês de maio e já se ouvia o alarma da rebelião em regiões do Império onde uma tal idéia jamais conseguira medrar.

Os motivos determinantes dos novos distúrbios não se prendiam tanto ao gesto violento do Ministério dissolvendo a Câmara. Fundavam-se, principalmente, em queixas quanto à organização do Conselho de Estado e contra certas modificações introduzidas no Código Criminal do Império. O Conselho de Estado, ao que se dizia, tolheria os movimentos do Imperador e permitiria que os favoritos do partido dominante se aproveitassem dos cofres da nação e defendessem os seus interesses pessoais às expensas do povo, sem correr o risco de serem alijados do poder. Por outro lado, a modificação do Código sabia mais à tirania que à justiça, de vez que sacrificava direitos dos cidadãos e os colocava inteiramente à mercê dos detentores do poder.

Por sua vez o governo alegava que o Conselho de Estado era necessário para dar maior força às decisões emanadas do Trono; para compartilhar das responsabilidades do monarca; para esclarecê-lo com sua experiência e conselho; para estabelecer um sistema de governo consistente e duradouro; e, mercê de seu caráter vitalício, contrabalançar os inconvenientes das freqüentes mudanças ministeriais. A reforma do Código tam-

bém foi invocada como meio de punir os responsáveis pelos grandes crimes e de manter a ordem contra as agitações provocadas por indivíduos facciosos cujos interesses locais freqüentemente se opunham aos do governo central.

Os primeiros sinais de rebelião partiram da província de São Paulo. Parecia que se haviam concertado planos para um movimento extenso e a notícia da dissolução da Assembléia Geral servira de rastilho para a irrupção. Em meados de maio estalou um movimento em Sorocaba, tendo sido aclamado o Senhor Rafael Tobias para presidente da província em oposição ao Barão de Monte Alegre, seu legítimo sucessor no poder. Quase que ao mesmo tempo em que tais acontecimentos se desenrolavam, a revolta estalava em pontos mais diversos e afastados, ao norte, ao sul e a oeste da província. O governo central fez esforços desesperados para abafar rapidamente a desordem, mas antes que o conseguisse já chegavam notícias de idênticos movimentos em Minas Gerais. Aí a revolução se expandiu com fulminante rapidez, primeiramente ao longo da fronteira com a província do Rio de Janeiro e depois pelos distritos mais populosos do interior. Esses acontecimentos afogaram a capital na mais profunda consternação. E, o que ainda mais alarmava a todos eram os boatos correntes de que os principais instigadores da rebelião se achavam na própria capital, mesmo à sombra do Trono.

Era crença geral que se planejava um movimento revolucionário na sede do governo. Com efeito, a 17 de junho, cartazes subversivos amanheceram colados às esquinas, concitando o povo a libertar o Imperador do jugo que lhe fora imposto e salvar o Trono e a Constituição da ameaça de aniquilamento que sobre eles pairava.

O governo tomou medidas extremas. Convocou a milícia e decretou a lei marcial para as três províncias rebeladas. Foi publicada uma proclamação imperial estabelecendo que o domínio das leis deveria ser a todo custo mantido e convidando os insurretos a depor as armas. Na capital, dezenove pessoas foram detidas por suspeitas e diversas delas foram sumariamente desterradas.

Mais ou menos pela mesma época estalavam, em Pernambuco e no Ceará, movimentos revolucionários de natureza um tanto diversa. Em

resumo, por algum tempo, foram bem sombrias as perspectivas do Império. Aos poucos, porém, a tempestade foi amainando. A ordem foi aos poucos se restabelecendo sem que houvesse luta armada nem perda de muitas vidas. As piores conseqüências da revolta recaíram sobre os distritos que lhe serviram de teatro, mas a confiança do povo e a receita nacional ficaram seriamente comprometidas. As eleições do fim do ano decorreram mais calmas que as anteriores e produziram resultados um tanto diversos. As casas legislativas reuniram-se na época predeterminada e o processo de verificação das credenciais e organização das câmaras terminou a 31 de dezembro.

A 1º de janeiro de 1843, o Imperador compareceu à Assembléia Geral para inaugurar os trabalhos, e a coincidência desse ato com a recepção do ano-bom fez com que as cerimônias se revestissem de brilho fora do comum. Já então os partidos se haviam fundido e as velhas distinções em grande parte extintas.

Arguto observador frisou que “no Brasil os partidos não são verdadeiramente partidos; são apenas facções sem programa ou objetivo definido. As antipatias e as predileções pessoais anulam as finalidades políticas de ambos os lados”.

Apesar de tudo, a administração tinha conseguido, em grande parte, os seus objetivos e a 20 de janeiro novo Ministério foi nomeado, ficando à margem Aureliano que estivera à testa do Ministério do Exterior desde a abolição da Regência. Sucedeu-o Soares de Sousa, ex-ministro da Justiça.

Os principais acontecimentos ocorridos no Rio, durante o ano de 1843, foram os casamentos imperiais. Como era de se esperar, foram eles celebrados com grandes demonstrações de júbilo e o máximo de esplendor, mas dada a finalidade deste trabalho limitar-nos-emos a registrar os fatos sem descer a pormenores que, por mais interessantes que pareçam aos cortesãos e à multidão que deles participou, não têm importância intrínseca e deles pouco ou nada se ocupará a posteridade.

Em julho de 1842, o Imperador D. Pedro II ratificava o seu contrato de casamento com Sua Alteza Real a sereníssima Princesa Senhora Dona Teresa Cristina Maria, a augusta irmã de Sua Majestade o Rei das Duas Sicílias. Tendo sido celebrado o casamento em Nápoles, a 5 de março, partiu do Rio de Janeiro para o Mediterrâneo uma esquadilha composta de elegante fragata e duas corvetas, a fim de conduzir a Imperatriz à sua futura pátria.

Nesse ínterim, a 27 de março, chegou ao Brasil um esquadão naval sob o comando de Sua Alteza Real o Príncipe de Joinville, filho de Luís Filipe, Rei de França. Era a segunda visita do príncipe ao Brasil. Logo depois de sua chegada, propôs casamento a Dona Francisca, por intermédio do Barão de Langsdorff, embaixador especial do Rei de França. (Vide apêndice do 1º volume.) As negociações habituais foram rapidamente concluídas. A 1º de maio celebrou-se o casamento no Paço da Boavista. A 13 do mesmo mês o real casal partiu para a Europa.

A Imperatriz D. Teresa chegou ao Rio a 3 de setembro, procedente de Nápoles e foi recebida, não só com cerimônias magníficas, mas, também, com sincera cordialidade da parte dos brasileiros.

Também, a 28 de abril de 1844, Sua Alteza Imperial Dona Januária consorciou-se com o príncipe napolitano, o Conde D'Áquila, irmão da Imperatriz do Brasil e do Rei das Duas Sicílias. Assim, no decurso de apenas um ano, toda a família Imperial brasileira ligou-se honrosamente a duas casas européias.

Nova modificação do Ministério se deu em princípios de 1844. A sessão da Assembléia Legislativa instalou-se a 3 de maio e decorreu sem incidente de monta. A mesma legislatura foi novamente convocada para reunir-se a 1º de janeiro de 1845. As eleições que precederam essa sessão extraordinária assinalaram-se por sérios distúrbios em diversas províncias, principalmente em Alagoas. O presidente daquela província, o Senhor Franco, o mesmo que presidia o Pará por ocasião de nossa visita, foi expulso da cidade por numerosa força insurreta, vendo-se obrigado a procurar asilo a bordo de um navio de guerra que por acaso se encontrava no porto.

Encerraremos este rápido esboço da história política do Brasil, com a tradução de um artigo assinado com o pseudônimo de *Carapuceiro*, jornalista cujos trabalhos, há anos, vêm tendo larga repercussão na imprensa brasileira. O trecho traduzido servirá à dupla finalidade de dar idéia do estilo de um dos mais populares jornalistas de hoje em dia, bem como fazer uma súpula imparcial dos fatos, como realmente se deram sob a forma de sátira ligeira.

“AS ELEIÇÕES DE 1844”

“Que assunto delicado! Ser-nos-á dado abordá-lo sem ofender nosso vizinho? Achamos que sim, se nos ativermos apenas a princípios, evitando personalizações. Tivemos antigamente, entre nós, um grande homem que costumava atribuir todas as calamidades à falta de dinheiro. Com muito mais razão poderíamos atribuir quase todos os males que sofremos às nossas últimas eleições.

“Uma eleição entre nós tem aspecto de calamidade pública – uma grande escola de corrupção e imoralidades, desde a vil bajulação até à perfídia vergonhosa. Daí o dizer-se, aliás, com bastante propriedade, que durante as eleições estão suspensas todas as garantias de honra e probidade. Quantas querelas e ameaças, quantos homicídios, mesmo, que jamais se teriam dado se não fossem as eleições!

“Ao que nos consta, em alguns países, as eleições são sempre tumultuosas – os partidos disputam e formulam ameaças terríveis – mas, passado o pleito, os vencedores são considerados os felizardos e todos se tornam, de novo, bons amigos como dantes.

“Aqui não é assim. Continuam as intrigas, o ódio trama vingança, e, mais cedo ou mais tarde, explode em terríveis conseqüências. Será possível aprimorar-se a moral de um povo que se entrega a tais paixões? Duvidamos muito, mas, contudo podemos estar enganados, e talvez seja esta uma nova forma de polir e civilizar o povo. A nossa Constituição é excelente, mas quer nos parecer que o Brasil ainda não está preparado para recebê-la. A nossa Carta Magna proíbe certas pessoas de ocupar determinados cargos, e isso lhes causa profundos aborrecimentos e graves inconvenientes. Por exemplo, alguns de nossos juízes querem também ser magistrados, legisladores e tudo o mais de importância, simultaneamente. Regra geral as nossas Câmaras legislativas são compostas, em sua maioria, de juízes, magistrados e juristas, e, que têm elas feito? Alguns têm consentido e outros auxiliado a calcar aos pés as leis básicas da nacionalidade.”

“Falando-se em geral, os menos elegíveis para deputados são os funcionários públicos, dada a sua dependência do governo, e de nossa parte estamos convictos de que, se em nossas Casas legislativas a maioria fosse composta de capitalistas, comerciantes e fazendeiros, os interesses nacionais estariam mais bem amparados.

“Somos um povo extremado. Até recentemente o Poder Legislativo enfeixava tudo em suas mãos e o Executivo submetia-se inteiramente às suas ordens. Ultimamente, porém, a tendência é inversa, isto é, concentrar tudo nas mãos do Poder Executivo. Em ambos os casos, porém, o caráter representativo do nosso governo fica quase abolido. Quem ignora como são feitas as eleições! Por exemplo: há uma vaga no Senado que um Ministro de Estado deseja para si. Imediatamente coordenam-se as coisas nesse sentido. Despacham-se ordens secretas à infeliz província onde as eleições devem ser feitas e escolhem-se os eleitores para a ocasião. Esses eleitores depositam servilmente os seus votos na urna e o intrigante é eleito senador. Pode-se a isso chamar a livre escolha do povo? Há quem acha que tais cabalas são inerentes à forma representativa de governo. Nós, porém, discordamos. Antigamente não era assim.

“A livre escolha, pelo povo, de seus representantes, constitui o único traço democrático de nossa organização política. Se for eliminada e se as eleições se tornarem meros instrumentos para execução de ambiciosos caprichos dos detentores do poder, que será da tão falada vontade popular? Se as coisas devessem ser assim, seria melhor abandonar o fingimento, pôr de lado a hipocrisia e retornar imediatamente ao absolutismo, em cujo regime todo o poder pertence exclusivamente ao governo.

“Pobre povo! É embaído com palavras doces e sonoras, mas só para fazer com que suporte em silêncio sua carga. Dizem que somos soberanos, mas em que consiste a nossa soberania? Ai de nós! – no privilégio, de pagar tributos de sangue e dinheiro, de recitar nossas orações por ocasião das eleições e de calar ante todas as injúrias, sob pena de punição!!

“Se nos fosse permitido dirigir uma palavra aos eleitores de nossa pátria, diríamos: escolham para vossos representantes homens que sejam amigos sinceros e devotados da Monarquia e da Constituição, mas que ao mesmo tempo dêem garantias de seu amor à ordem e demonstrem desejo de promover o bem-estar moral e material na nação. Procurem deputados que saibam resistir aos abusos do poder e que se cinjam aos princípios da honestidade e da justiça, calcando aos pés os liames partidários.”

.....

Capítulo XXII

ÍNDIOS. – JESUÍTAS. – VISÃO DE CONJUNTO. – POSIÇÃO GEOGRÁFICA. – EXTENSÃO. – INFLUÊNCIAS DA METRÓPOLE. – FINANÇAS. – ESCASSEZ DE POPULAÇÃO. – IMIGRAÇÃO. – POLÍTICA ERRÔNEA. – O TRÁFICO NEGREIRO. – TRATADO COM A INGLATERRA. – INSTRUÇÃO. – ÓBICES. – LITERATURA. – LÍNGUA. – RELIGIÃO. – POSSIBILIDADES.

AO INICIAR este trabalho, tínhamos tenção de consagrar pelo menos um capítulo ao aborígene brasileiro e outro à história dos jesuítas e de sua obra no Brasil. Entretanto, dada a amplitude da matéria e os escasos limites deste livro, temos que nos contentar em dizer que ambos esses assuntos são profundamente interessantes e estão intimamente ligados entre si. Nenhuma outra região do Novo Mundo jamais foi tão densamente povoada por tribos indígenas quanto o Brasil, na época do descobrimento. Acredita-se que atingissem a cerca de duzentas as diferentes nações selvagens então existentes em seu território. Alguns desses povos eram valentes na guerra e, tanto a língua como os costumes, lhes eram inteiramente peculiares.

Os jesuítas foram os únicos indivíduos que pugnaram pelo desenvolvimento do silvícola brasileiro. Iniciaram suas atividades nesse campo quando estavam no auge da prosperidade e o encontraram suficiente-

mente amplo para as suas mais dilatadas ambições. Não obstante as fábulas extravagantes que criaram e a política mais que duvidosa que julgaram conveniente adotar, cultivaram os jesuítas muitas e sólidas virtudes; e, ao compararmos o caráter desses apóstolos com o dos de outras ordens rivais, vendo-os repetidas vezes corridos e perseguidos devido à guerra implacável que moviam ao vício e à violência, não podemos deixar de os olhar com certa soma de respeito.

Durante cerca de dois séculos a partir do estabelecimento da Companhia de Jesus no Brasil, seus filhos trabalharam zelosamente e com sucesso vário, em diferentes regiões do país, desde as espessas florestas do Alto Amazonas até as vastas planícies de Piratininga. Muitas vezes foram eles expulsos de cidades e províncias, mas outras tantas conseguiram reconquistar a simpatia e voltar. Finalmente, o grande esforço desenvolvido para a sua definitiva expulsão do país foi coroado de êxito. Ninguém teve mais destacada atuação nesse movimento, que o Marquês de Pombal, Primeiro-Ministro português e em nenhum outro lugar foi o decreto contra os jesuítas executado com maior rigor e crueldade que no Brasil, segundo as suas instruções. Não somente foram confiscados todos os haveres da ordem e expulsos do país os seus membros, mas ainda, foram os jesuítas detidos e atirados às prisões, sem escrúpulo nem piedade. Finalmente, nada menos de quatrocentos e oitenta deles foram banidos dos diversos portos ao longo do litoral brasileiro e atirados em porões de navios, como escravos em navios negreiros. Os que sucumbiam a tais sofrimentos não recebiam o mínimo socorro nem lhes ministravam, no transe final, o que eles mais desejavam: o Santíssimo Sacramento. Os que resistiam à travessia eram lançados às masmorras portuguesas, das quais, muitos, jamais saíram com vida.

À vista dos numerosos pormenores que este livro encerra, relativamente a quase todos os assuntos brasileiros e de suas diferentes províncias, concluindo-o, torna-se-nos apenas necessário traçar rápida visão de conjunto do Império, em geral.

A vasta extensão territorial do Brasil e a posição geográfica que ocupa assegurar-lhe-ão sempre posição de destaque aos olhos do mundo. Na verdade, poucos países poderão lhe ser comparados no que respeita a esses dois pontos. Ocupando a costa oriental da América do Sul, o Brasil constitui a maior baliza à margem do Atlântico Sul, sobre as rotas marítimas

mas da Europa e dos Estados Unidos. A África e as Índias Ocidentais são suas vizinhas e a viagem dos principais portos brasileiros para o Sul da Ásia e as ilhas do oceano Índico, é mais curta em dez ou doze mil milhas que de Liverpool ou de Nova Iorque. Ao mesmo tempo, o território brasileiro que ocupa quase metade da superfície da América do Sul, é bem maior que o dos Estados Unidos e suas possessões e equivale a seis sétimas partes da Europa.

Os recursos naturais do Império são proporcionais à sua posição favorável e à enorme área de que dispõe. Nem o ouro de suas minas, nem os diamantes que cintilam no leito de seus rios constituem as maiores fontes de riqueza do país. Conquanto a natureza tenha dotado o Brasil dos mais preciosos metais, foi ainda mais pródiga nas riquezas vegetais que lhe concedeu. Dentro de limites que se dilatam desde o sul da Zona Tórrida – abrangendo dez graus da Temperada – a região que se estende em sentido longitudinal, a partir do Cabo Santo Agostinho, o ponto mais oriental do continente, – por sobre as cadeias de montanhas do interior, até o sopé da cordilheira dos Andes, oferece clima e solo propícios para quase todas as espécies de plantas úteis conhecidas. Além das inúmeras variedades de vegetais nativos, dificilmente alguma planta existe em qualquer das Índias, que se não aclime perfeitamente sob o Equador ou próximo a ele. Por outro lado, os planaltos do interior e a região meridional do país, acolhem perfeitamente a grande maioria dos cereais e dos mais robustos vegetais europeus.

Não somente encerra, o Brasil, tudo quanto a natureza tem de belo, luxuriante e magnífico, como, ainda, goza de clima salubre e ameno. Em toda a extensão de seu território situado em latitude igual à da costa africana, reina uma salubridade desconhecida naquela região do continente negro. E, nem os tesouros do Chile e do Peru, do outro lado da América do Sul, podem vagamente compensar a ausência de terremotos que desfruta o Brasil.

Dentro de tais limites e gozando de tais condições, encontramos estabelecida a única monarquia que o Novo Mundo encerra, tendo no trono, um ramo da dinastia lusa. Portugal, um dos menores reinos europeus, emprestou a sua língua e povoou um país com área setenta e sete vezes maior que a sua.

Torna-se impossível apreciar devidamente as atuais condições brasileiras sem levar em linha de conta as influências metropolitanas. Apesar da riqueza e da glória que Portugal desfrutou durante o curto período de sua supremacia marítima, poucos países europeus estão menos que ele em condições de servir de paradigma a um estado próspero dos tempos modernos. Sob qualquer prisma que se considere a nação portuguesa ou suas instituições, encontramos-a sempre muito aquém do espírito da época. Entretanto, esse país tão insignificante em tamanho, quão tardo em seu desenvolvimento, manteve quase metade da América do Sul sob férreo regime colonial, desde o seu descobrimento até 1822.

Vinte e três anos, apenas, foi o espaço de tempo que o Brasil até agora teve para a tarefa gigantesca de traçar linhas mestras de sua vida de nação independente. Durante esse período, profundas e numerosas têm sido as dificuldades com que se viu a braços. Grande parte de sua população era constituída de indivíduos nascidos ou educados em Portugal, e, portanto, dotados da estreita visão e imbuídos do sentimento reacionário tão comuns aos portugueses. As leis, os métodos comerciais, a maneira de pensar e de agir eram todos lusitanos. E tudo isso necessita de uma completa renovação a fim de se adaptar às condições de um novo Império que surge para a vida durante o surto de progresso do século dezenove.

Essa renovação, é verdade, não pode ser trabalho de um dia, mas se evidenciar que tal movimento já está pelo menos iniciado, o Brasil se apresentará perante o mundo como merecedor da mais alta consideração. A nação conseguiu partir os laços que, de longa data, a tolham. Emergiu da condição servil de colônia, para uma situação elevada e respeitável, no concerto das nações. E, o que talvez seja ainda mais interessante, o Brasil nutre o anseio de melhorar. Observa constantemente os outros países, estuda o funcionamento de suas instituições e manifesta disposição de adotar as que lhe parecem boas, tão logo possam ser elas adaptadas ao ambiente brasileiro.

No momento atual duas causas tolhem, fortemente, o desenvolvimento nacional. Em primeiro lugar a má situação financeira que se agrava cada vez mais, e depois a falta de uma população livre e inteligente que corresponda, em número, à extensão territorial da nação.

Até certo ponto esses dois males se prendem à mesma origem. As rendas do Império provêm, quase que totalmente, de pesados tributos

lançados sobre o comércio. Infelizmente o país não tem indústrias que exijam tarifas protetoras. Portanto, os direitos que cobra sobre as importações constituem imposto direto sobre o consumo interno, enquanto que, por outro lado, os impostos sobre a exportação entravam o comércio exterior. Assim, a agricultura se vê duplamente oprimida e os imensos recursos nacionais continuam à espera de exploração.

Se não houvessem outras maneiras de atender às despesas do governo, seria, provavelmente, inútil nos demorarmos na apreciação desse ruinoso sistema. Teríamos apenas que admiti-lo como um mal necessário. Mas, não seria possível criar uma renda para o Brasil, com a venda de terras de domínio público? Milhões e milhões de acres continuam ainda inapropriados, a despeito da falta de cuidado com que os mais ricos e valiosos quinhões de terras públicas têm sido entregues ao domínio de quem deseje deles tomar posse. Não poderia o governo determinar levantamentos e proceder à demarcação legal de todo o território nacional? Até a presente data nem sequer um quinto do solo brasileiro foi reconhecido, e, mesmo regiões populosas, há grande incerteza quanto aos limites. Contudo, que vantagem poderia haver em tais levantamentos e demarcações se não se estimular a imigração? Pouca, sem dúvida.

Um tal passo, porém, é essencial para a prosperidade do Brasil, e, quanto mais cedo a nação se aperceber de sua importância, tanto melhor. Sem o auxílio da imigração, passar-se-ão séculos antes que o país possa dar mostras de sua capacidade. Defeito, pode-se mesmo duvidar que, à vista do contínuo tráfico negreiro e do aumento da população escrava, e, sem o concurso do contingente estrangeiro, a população livre se não veja reduzida à condição de minoria dependente. E ainda assim, há estadistas brasileiros que acreditam ter operado maravilhas no sentido de incentivar a imigração. Já se nota alguma melhora, é verdade, sobre o velho sistema absolutista, segundo o qual o estrangeiro mal tinha permissão de pôr os pés em território brasileiro. Essa melhoria, porém, é ainda muito pequena. Senão por que a necessidade de contratar colonos europeus para se instalarem em uma das mais convidativas paragens do Novo Mundo? E por que será que o número total de imigrantes que anualmente entram por todos os portos brasileiros nem ao menos atinge a média mensal do porto de Nova Iorque? A resposta é simples. São fundamentais os defeitos da polí-

tica imigratória brasileira defeitos que precisam ser remediados para que a população e propriedade do Brasil se possam beneficiar dos contingentes alienígenas.

Não nos ocuparemos da questão de ser ou não simpática à classe pobre da Europa a emigração para um país monárquico, em terras americanas. Basta observar que, se os súditos de monarquias européias estão habituados às instituições a cuja luz foram criados, se pode logicamente supor que prefiram se dirigir para onde floresçam instituições semelhantes, ao invés de se encaminharem para nações republicanas.

Por mais desagradável que nos possa parecer, ainda assim somos forçados a registrar aqui que as atuais posturas do governo brasileiro tendem antes a restringir que a estimular a imigração. São leis reacionárias, degradantes. Os únicos que podem a elas se submeter são os pobres, ignorantes, e, não raro, corruptos povos que habitam as ilhas portuguesas, para cujas circunstâncias e hábitos parecem ter sido elas especialmente adaptadas.

Poder-se-ia, naturalmente, supor que o irlandês católico preferisse emigrar para um país católico de preferência a outro que fosse colonizado por protestantes. Entretanto, os fatos não comprovam essa suposição; ao contrário, indicam que o imigrante católico encontra maior tolerância entre protestantes que nos países onde se professa credo idêntico ao seu. Vários planos, oficiais e particulares, foram estabelecidos para favorecer a imigração para o Brasil, mas todos eles serão igualmente mal-sucedidos enquanto não existir no país uma perfeita tolerância. Sabemos perfeitamente que a Constituição tolera, nominalmente, todas as religiões e que os brasileiros educados e esclarecidos têm idéias bastantes liberais nesse sentido. Contudo, as camadas mais humildes da sociedade, principalmente os portugueses e seus descendentes, conservam ainda grande soma de preconceitos raciais e intolerância religiosa que impedem seja cômoda a situação do colono estrangeiro que pretenda ingressar em seu meio.

Por isso, talvez, parece que o sistema preferido tem sido o de se estabelecerem os colonos estrangeiros em núcleos isolados, ao invés de se misturarem com o elemento nacional. O defeito desse sistema manifesta-se no fato de poucas ou nenhuma dessas colônias terem prosperado. Além disso, nenhuma outra deficiência tem sido tão aguda em todo o Brasil como a de mecânicos hábeis e operosos. A afluência de tais artífices natu-

ralmente apressaria o desenvolvimento da nação. É de se desejar que chegue logo o dia em que o Brasil possa dispensar as isenções, e, o que é ainda pior, as loterias, como meios de desenvolver as atividades necessárias à vida de qualquer nação civilizada, tais como a fabricação de peles envernizadas, sabonetes, velas e a apicultura. Todavia, é muito problemático que surja esse dia, enquanto perdurar o atual regime escravocrata.

Todo o mundo sabe que, a despeito de todas as leis, regulamentos, convenções e tratados, o tráfico negreiro se processa livremente entre a costa da África e o Brasil. As patrulhas britânicas têm feito grande número de apresamentos em ambas as costas, durante os últimos anos, mas, ainda que continuem a fazê-los, receia-se que o deprimente comércio ainda persista, até que medidas mais eficazes sejam instituídas para impedi-lo.

Enquanto Baltimore construir navios negreiros; enquanto os capitalistas ingleses financiarem o nefando comércio e enquanto as autoridades brasileiras aberta ou veladamente o protegerem, como poderá deixar ele de prosperar?

Já que tão vastos interesses se congregam, na esperança de lucros extraordinários, se torna evidente que nenhuma força comum poderá romper a coalizão maldita. Não nos seria difícil alinhar aqui pormenores impressionantes dos horrores decorrentes do que se poderia chamar os últimos aperfeiçoamentos do tráfico de escravos. Não é esse, porém, o nosso objetivo. Diremos, apenas, que se a lavoura e o povo pudessem ser persuadidos de seu verdadeiro interesse no assunto; se o governo se dispusesse a assumir uma atitude firme contra o tráfico negreiro; e, finalmente, se as autoridades se prontificassem a enfrentar as ameaças de assassinio, ao invés de receberem propinas dos traficantes, – haveria probabilidade de extingui-lo de vez. Até que se consigam, pelo menos em parte, estes objetivos, haverá sempre maneiras de burlar as leis e fugir às sanções.

Nem todas as relações comerciais do Brasil lhe são proveitosas. A Inglaterra, por meio de uma política em que é hábil, acomodou-se perfeitamente nesse recanto do Novo Mundo. Seus súditos têm igrejas próprias, cemitérios, tribunais, correio, vapores, companhias de mineração e um vasto monopólio de mercadorias manufaturadas. Além disso, é o dinheiro inglês que preside as trocas e governa a moeda. E, apesar de tudo isso, a Inglaterra recebe poucos produtos brasileiros, exportando o pouco nume-

rário que encontra no país, para liquidação de seus créditos. De há muito que os brasileiros se mostram descontentes com esse estado de coisas, mas não tinham outra alternativa de que lançar mão antes do recente vencimento do tratado entre os dois países.

Antes de expirar esse acordo, o governo inglês enviara ao Brasil o Senhor H. Ellis com poderes especiais para negociar novo tratado. Não foi, porém, bem-sucedido em sua missão. Logo depois, o Governo brasileiro retribuiu-a com idênticos resultados. Atualmente, portanto, os dois países fazem o seu comércio no regime de reciprocidade, mas sem tratado algum. O governo aproveitou a ocasião para elevar as tarifas sobre as mercadorias inglesas, mas resta saber se haverá vantagem nisso.

A questão da instrução pública, no Brasil, é de grande relevância. O novo sistema escolar inspirou-se na instrução francesa. Tendo já descrito diversos estabelecimentos de ensino, desde a escola primária até a Academia de Direito, bastará agora registrarmos que, em matéria de ensino, já se nota considerável progresso em relação ao antigo estado de coisas, mas a reforma está apenas no início. O governo adotou uma política liberal com relação à instrução; infelizmente, porém, as medidas tomadas nem sempre têm sido as mais judiciosas. Para mencionarmos apenas uma: as escolas são mantidas por meio de verbas anuais tiradas da receita das províncias, exceto as que estão sob a administração direta do governo central, tais como as academias de direito e às escolas da capital. Daí a possibilidade de oscilação das verbas. Por outro lado, constrangido a atender ao custeio das escolas, na forma de uma taxa obrigatória, o público não lhes tem grande simpatia, e freqüentemente deixa de se valer delas. Não existe um fundo público para atender às despesas da instrução. Como seria fácil consignar determinadas áreas de terras devolutas para esse fim, terras essas que, à medida que fossem colonizadas e se valorizassem, constituiriam fontes de renda sempre crescentes e religiosamente devotadas a fins educacionais.

Não será fora de propósito sugerir aos brasileiros o sistema atualmente em voga nos Estados Unidos, como adaptável ao seu ambiente e capaz de atender às conveniências brasileiras acima de qualquer expectativa. Em todas as províncias reclama-se contra a falta de professores competentes e há toda probabilidade de que tal situação persista até que se paguem ordenados melhores mesmo que as escolas normais sejam mais bem

sucedidas que até aqui. Os indivíduos que se preparam para o importante mister de ministrar instrução voltarão e sempre as suas vistas para atividades mais remuneradoras.

Outro obstáculo de vulto ao desenvolvimento da instrução no Brasil é a quase absoluta falta de bons livros escolares. Em certas regiões do interior as crianças aprendem a ler em manuscritos. A matéria impressa é muito escassa, e, no geral, despida de interesse. Quando um livro ou jornal vai ter à escola, torna-se propriedade comum e vai passando de mão em mão como se fora algo de que todos pudessem tirar algum benefício.

Além do que ficou dito, é de reear-se que a instrução no Brasil esbarre com as mais sérias dificuldades no espírito e nos hábitos de grande parte da população. O povo ainda não aprendeu a avaliar a importância da cultura do espírito. Seus gostos foram modelados de acordo com a época. Suas mais elevadas ambições de prazer intelectual estão intimamente associadas aos divertimentos grosseiros das festas. E o que é ainda mais degradante é que muitas pessoas estão espiritualmente sujeitas a indivíduos contrários a qualquer desenvolvimento, que resistem a todos os esforços que se façam nesse sentido, como inovações perigosas.

De um padre residente em uma das principais cidades do Império e que exercia suas funções mesmo às portas das universidades, ouviram a seguinte declaração: “Não gosto de livros; gosto mais de jogar.” Corroborando estas observações, destacamos a seguinte passagem de uma oração proferida por destacado estadista brasileiro ante a legislatura imperial:

“No que respeita à civilização do povo brasileiro propriamente dito, infelizmente quase nada se tem feito. Somente uma estreita faixa costeira goza dos benefícios da civilização, enquanto que, no interior, o nosso povo ainda se acha em grande parte envolto na mais completa barbárie.” Ainda com relação ao assunto, o mesmo orador disse: “Nada conseguimos fazer e nada se conseguirá sem o auxílio de um clero moralizado e inteligente.”

Apesar das negras cores com que carregamos estas breves, mas, justas notas, há, no Brasil, muito que se esperar da instrução pública. O mestre-escola vai-se espalhando pelo Império; a imprensa trabalha ativamente e milhares de cidadãos educados no país e no estrangeiro estão convictos da importância de ambos esses meios de esclarecer o povo.

A história da literatura brasileira é bem curta ainda; entretanto, dadas as circunstâncias em que essa literatura surgiu, merece consideração. De tudo quanto se escreveu em português durante os últimos cem anos, o Brasil produziu a melhor parte. Sem descer a pormenores sobre o assunto, basta mencionar os nomes de Caldas e Magalhães, na poesia, Morais, em filologia, os Andradas em ciência e filosofia. Durante os últimos anos tem havido pronunciado movimento na capital em prol da literatura e da divulgação do saber. Diversas instituições surgiram, das quais se espera larga e salutar influência.

Talvez seja de lastimar, do ponto de vista literário, que a língua do Brasil seja o português. Há grande prevenção contra esse idioma, no estrangeiro. Conquanto seja em grande parte injusto esse preconceito, não se dissipará ele tão rapidamente. Até aqui a pobreza da literatura portuguesa, se não deu origem ao sentimento aludido, pelo menos o robusteceu. Raramente os eruditos têm sido levados a adquirir um conhecimento tal da língua que os habilite a julgar de seus verdadeiros méritos. Todavia, os que o adquiriram, dela formam elevado conceito. O Senhor Southey, por exemplo, afirma não ser ela “inferior a nenhuma língua moderna” e estarem nela vazados “alguns dos trabalhos mais originais e admiráveis que jamais compulsou”. Assim sendo, se os brasileiros conseguirem desenvolver a imaginação e adquirir os conhecimentos necessários para atingir um tal ponto, ainda poderão conquistar o respeito e a admiração do mundo, criando uma literatura digna deles mesmos.

Denis, escritor francês, tentou demonstrar que o clima e o cenário do Brasil são capazes de inspirar idéias sublimes e desenvolver o poder da imaginação. É possível que a literatura de nenhum outro país fosse recebida com tanta simpatia, tanto no Velho quanto no Novo Mundo. Portanto, para os intelectuais brasileiros, existem todos os motivos que uma ambição honesta pode inspirar.

Apesar de ser tão parco o conhecimento da língua portuguesa em certas rodas literárias, é ela que ainda domina onde quer que haja ou tenha havido colonização lusa não apenas no Brasil e nas ilhas portuguesas, mas ao longo do litoral africano e indiano, da Guiné ao cabo da Boa Esperança e deste ao mar da China e por quase todas as ilhas do arquipélago malaio.

Como não seria grandioso e interessante se a luz e a verdade, irradiando do Brasil, fossem exercer sobre essas paragens longínquas a sua ação benfazeja!

Contudo, para que isso se possa dar um dia, é indispensável que se realizem profundas modificações na condição religiosa e moral do país.

Falando-se em moral, cumpre notar que o povo brasileiro, no geral, é sóbrio. Apesar de comum, no Brasil, o uso do vinho nas regiões onde se consegue obtê-lo – e de ser a cachaça a pior espécie de bebida alcoólica, tão comum como água – é muito raro encontrarem bêbedos pelas ruas, exceto nos portos de mar onde os marinheiros de fora se entregam à embriaguez. Não duvidamos que a intemperança exista tanto entre ricos como entre pobres; entretanto, será em escala tão reduzida que não há de causar os mesmos maléficos efeitos que produz em muitos outros países.

Em poucos assuntos observa-se tão completa unanimidade de vista entre escritores brasileiros, como no que respeita ao estado religioso do país. Particulares e eclesiásticos, estadistas, comerciantes e políticos, todos concordam em que a situação religiosa é a mais baixa e desanimadora possível.

Os conventos estão em franco declínio; diminui o número de padres seculares; as igrejas estão em ruínas e a irreligiosidade vai se disseminando rapidamente! Tudo isso num país cuja população descende diretamente de inquisidores e onde, desde a época de seu descobrimento, o catolicismo romano reinou soberanamente.

Os trechos abaixo, traduzimo-los do relatório apresentado à legislatura imperial de 1843, pelo ministro da Justiça e dos Negócios Eclesiásticos:

“É notório o estado de decadência em que se encontra o nosso clero. É também evidente a necessidade de se tomarem medidas capazes de remediar o mal. A 9 de setembro de 1842, o governo consultou, sobre esse assunto, os bispos e os vigários capitulares. Conquanto não tenham sido completas as respostas de todos eles, não resta a menor dúvida sobre os seguintes pontos.

“É verdadeiramente alarmante a falta de clérigos que se dediquem com afincamento aos trabalhos espirituais, bem como de novas vocações sacerdotais. Na província do Pará, paróquias existem que há doze anos e

mais não têm vigário. A região do rio Negro compreende quatorze aldeamentos e dispõe de um único padre. Em idênticas circunstâncias encontra-se a zona banhada pelo Solimões. Nas três comarcas de Belém, no baixo e no alto Amazonas, existem trinta e seis paróquias vagas. No Maranhão, vinte e cinco igrejas foram, em épocas diversas, dadas como vagas, sem que jamais aparecesse um candidato. O bispo de São Paulo faz idêntica afirmativa com relação às igrejas vagas de sua diocese; o mesmo se dá em outros lugares. Em Cuiabá, nenhuma igreja tem sacerdote permanentemente e os que eventualmente nelas oficiam não cumprem como deviam as instruções do bispo no sentido de instruir o povo e melhorar a paróquia.

“Na diocese do Rio de Janeiro a maioria das igrejas têm padres, mas, em muitas delas, apenas temporariamente. Esse bispado compreende quatro províncias, mas, durante os últimos nove anos, apenas cinco ou seis novos padres foram ordenados, anualmente.

“É interessante observar que o número de padres que falecem ou deixam a vida ativa por enfermidade ou excesso de idade está na razão de dois para um em relação aos novos. Mesmo dos que se ordenam, poucos se dedicam ao sacerdócio propriamente dito. Uns voltam suas vistas para atividades seculares, em busca de maiores vantagens e posição, outros tornam-se capelães ou granjeiam posições iguais ou melhores, que não exigem tanto esforço e despesa como para se encarregar no clero.

“Não cabe a nós investigar as causas de tal estado de coisas, mas o que é certo é que ninguém que tenha posição, encaminha seu filho para o sacerdócio. Grande número dos que procuram as sagradas ordens vem dos que, por falta de recursos, não puderam continuar os estudos. Sem dúvida, o principal motivo pelo qual tão poucos se dedicam à vida sacerdotal está nos minguados proventos que lhes permitem fruir. As espórtulas estabelecidas para a remuneração de determinados atos religiosos têm o mesmo caráter voluntário dos tempos primitivos, e, quando o padre pretende forçar os paroquianos a pagá-las, quase sempre se torna antipatizado e pouco ou nada consegue receber.”

As regras a que o clero brasileiro tem de se cingir datam, ainda, de 1752. Por uma Carta Régia daquela data, todos os dízimos cobrados nas colônias portuguesas de ultramar passaram a ser pagáveis ao estado que por sua vez se incumbia da manutenção do clero. A razão que evidentemente

ditou tal medida foi ter o governo descoberto que poderia manter o clero com muito menos que os próprios padres, quando recebiam os dízimos diretamente. A oportunidade era boa demais para ser desprezada por um governo embaraçado e amesquinhado por falta de recursos, mas que ainda dispunha de poder suficiente para impor sua vontade.

O novo arranjo provou ser conveniente e proveitoso. O governo estipulou magras verbas para o clero e fixou-lhe ordenados de cinqüenta, oitenta e cem mil-réis, cifras essas que desde então vêm caindo, devido à depreciação da moeda. Desde a época da independência, o Brasil vem se esforçando por elevar os estipêndios do clero e, aparentemente, o conseguiu, conquanto o atual ordenado de duzentos mil-réis seja pouco superior aos cem de há um século.

Não há dúvida de que os parcos emolumentos do clero contribuíram para reduzir o número de seus membros; entretanto, que tenham sido de fato nocivos, não parece lá tão evidente, pois são do arcebispo da Bahia as seguintes palavras: “É melhor não haver padres que havê-los ignorantes e imorais.” Com efeito o clero, cujas fileiras se cerram principalmente pelo atrativo de gordas vantagens, constitui antes praga que bênção.

Pode-se com segurança afirmar que, atualmente, o que mais o Brasil precisa é de evangelizadores piedosos, abnegados que não contem com a vida, como o apóstolo dos gentios, a fim de conquistar almas para Cristo. E será demais esperar que Deus, em sua infinita bondade, descubra tais homens à sua maneira, especialmente se refletinno que a sua santa palavra já foi divulgada pelo país e colocada nas mãos de centenas de jovens promissores?

As vantagens políticas que certamente resultariam da obra de tais homens seriam de importância incalculável. Um ilustre deputado teve, na Câmara, as seguintes palavras: “Tal é a confiança que tenho na influência da religião que, a meu ver, o melhor exército que poderíamos enviar contra os revoltosos seria um virtuoso prelado, cheio de brandura e imbuído do espírito evangélico, cercado de sacerdotes que fossem dignos desse nome. Estou certo de que, então, essa gente que hoje está tão próxima da vida semicivilizada se tornaria mais brasileira do que é agora.”

Esta ligeira referência fere outro ponto de importância incalculável para o Brasil. A menos que alguma força moral muito mais pode-

rosa que as até aqui empregadas atue sobre grandes massas da população brasileira, torna-se impossível prever-se quando terminarão as freqüentes desordens.

Não é preciso que se tenha especial simpatia pelos princípios monárquicos para se reconhecer que a atual forma de governo se adapta melhor às condições do país que o regime republicano. Se fosse necessária aduzir argumentos em abono desta opinião, bastaria estabelecer-se um paralelo entre a história e a situação atual do país e a de qualquer uma das repúblicas sul-americanas. Enquanto que estas últimas se vêm retalhando através de uma interminável guerra intestina – que se prolonga desde o dia em que aspiraram a liberdade tão pouco compreendida e para a qual estavam tão mal preparadas – o Brasil se manteve unido, e, com exceções relativamente pequenas, tem conseguido manter-se constantemente na senda do progresso.

Não obstante isso, existem no Brasil, elementos de desordem que, a menos que sejam eficazmente combatidos, poderão comprometer as mais belas perspectivas da nação, senão esmagar de vez sua florescente e quase idolatrada dinastia. A ignorância, a superstição, a intolerância e o vício são os baluartes atrás dos quais ganham força esses elementos hostis. E enquanto não puderem ser eles destruídos pelo suave poder do saber e da piedade, é inútil esperar prosperidade contínua e progresso ininterrupto, na trilha que leva à grandeza nacional.

Nenhuma nação existe que esteja inteiramente isenta das dificuldades e perigos decorrentes das causas apontadas; mas, se há um país sobre a Terra que mais vantagens poderia hoje colher, se desses males se libertasse inteiramente, tal país é, sem sombra de dúvida, o Império do Brasil.

.....

Índice Onomástico

A

- ABRANCHES – 184, 198, 199
ABREU, Antônio Paulino Limpo de (estadista) – 271, 272, 275
ADERNO, Paulo – 32
AIRES DA CUNHA – 193
ALBUQUERQUE, Francisco de Paula Cavalcanti de (ministro da Guerra) – 275
ALEXANDRE VI (papa) – 193
ÁLVARES MACHADO – 270, 281
ANDRADA, Fernão Álvares de – 193
ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de (ministro da Fazenda) – 272, 275
ANDRADAS (os) – 280, 281, 282, 283, 302
ANDRADE, Manuel Carvalho Pais de (presidente da província do Rio de Janeiro) – 113, 115, 116
ANDRÉIA (general, presidente da província do Pará) – 207, 243
ANTÔNIO AGOSTINHO – 225
ARAÚJO VIANA (estadista) – 282
ARCOS (conde dos, governador da Bahia) – 47, 112

B

- BARRETO [Francisco Pais] – Ver RECI-FE (marquês do)
BARROS, Cristóvão (conquistador da província do Sergipe) – 78
BARROS, João de (donatário da capitania do Maranhão, historiador português) – 193

- BARROS, Pedro José da Costa (presidente da província do Maranhão) – 199, 200
BECKMAN – 195, 196
BOAVISTA (barão da, presidente da província de Pernambuco) – 116

C

- CABRAL [Pedro Álvares] – 21
CAIRU (visconde de, senador) – 46
CALDAS (poeta) – 302
CALDEIRA, Francisco (capitão-mor) – 236
CALMON – 283
CAMARÃO, Filipe – 110
CARAMURU (pseud.) – Ver CORREIA, Diogo Álvares
CARDOSO (coronel) – 47
CARNEIRO LEÃO – 283
CARVALHO, Manuel – 107
CAVALCANTI, Antônio Francisco de Paula Holanda (ministro da Marinha) – 275
CAVENDISH – 110
COCHRANE (lorde, almirante) – Ver MARANHÃO (marquês do)
COELHO (coronel) – 50
COLOMBO [Cristóvão] – 192
CORREIA (vice-presidente da província do Rio de Janeiro) – 242
CORREIA, Diogo Álvares – 30, 31, 32, 33, 64
COSTA, Rodrigo (governador da Bahia) – 63, 64

COUTINHO, Aureliano de Sousa Oliveira (ministro do exterior) – 275, 281, 288

COUTINHO, Francisco Pereira (donatário da capitania da Bahia) – 32

COUTINHO, Luís Gonçalves Câmara (governador da Bahia) – 41

D

D' ABBEVILLE, Claude – 193, 194

D' ÁQUILA (conde, príncipe napolitano) – 289

D'ALBUQUERQUE, Francisco de Paula Cavalcanti (estadista) – Ver SUAÇUNA (barão de)

DIAS, Henrique – 110

DUARTE COELHO (donatário da capitania de Pernambuco) – 98, 109, 178

DUAS SICÍLIAS (rei das) – 288, 289

E

ELLIS, H. (diplomata inglês) – 300

ESCHWEGE – 252

ESTANCEL (jesuíta, astrólogo) – 39

F

FEIJÓ [Diogo Antônio] (estadista) – 123

FILIPPE (dom, rei da França) – 63

FILIPPE II (rei de Espanha) – 78

FOSTER (cônsul norte-americano) – 28

FRANCO (cônsul norte-americano) – 211

G

G. (senhor) – 173

G. (senhora) – 172

GALANZANI – 130

GALVEIAS (conde de, vice-rei de Portugal) – 42

GASPAR (frei) – 234

GOMES (sargento) – 241

GOMES FREIRE – 184, 195, 196

GOMES, João – 163

GONÇALVES, Bento (chefe revolucionário) – 281

GONDIN DE ODANNAIS (madame) – 237, 238

GONZAGA, Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leucádio Miguel Gabriel Rafael – Ver PEDRO II

GRAHAM [Maria] – 114

GRENFELL (capitão) – 240, 241

GUEDES (os) – 137

H

HAYDEN (capitão) – 205

HENDERSON – 211

HENRINQUE II (rei da França) – 31

HENRY MARTIN – 45, 59

HERRERA (historiador espanhol) – 234

HEYNE (comandante de armada holandês) – 36, 37

HUNTER (diplomata norte-americano) – 284

I

ITAPARICA (chefe índio) – 31

J

JANUÁRIA (dona, princesa do Brasil) – 270, 289

JEWETT (almirante) – 200

JOÃO ANTÔNIO – 120, 121

JOÃO III (rei de Portugal) – 32

JOÃO IV (dom, rei de Portugal) – 196

JOÃO VI (rei de Portugal) – 45, 46, 47, 56, 103

JOÃOZINHO (pseud.) – Ver GOMES,
João
JOINVILLE (príncipe de França) – 289
JOSÉ (dom, rei de Portugal) – 42
JOSEPH RAY (cônsul norte-americano)
– 99

K

KOIN – 194
KOSTER [John Theodore] – 137

L

LA CONDAMINE, M. (acadêmico fran-
cês) – 236, 237
LABATUT (general) – 48, 49
LANCASTER, James (corsário inglês) –
110
LIMA, Francisco (general) – 114, 115
LIMA, Pedro de Araújo – Ver OLINDA
(visconde de)
LISBOA (ministro brasileiro em Wa-
shington) – 284
LOBO, Manuel Teles da Silva (presiden-
te da província do Maranhão) – 198,
199
LOUREIRO (insurrecto executado) –
115
LUCAS (comandante de embarcação) –
260
LUÍS FILIPE (rei de França) – 289

M

MACHADO, Antônio Carlos Ribeiro
de Andrada (ministro do Império) –
269, 272, 274, 275, 280
MADEIRA (general) – 47, 49, 196
MAGALHÃES (poeta) – 302
MALCHER, Félix Antônio Clemente
(prisioneiro) – 241, 242

MANUEL (dom, rei de Portugal) – 30,
276
MARANHÃO (marquês do) – 49, 114,
115, 172, 184, 196, 197, 198, 199,
200, 240
MARCOS (dom, bispo) – 33, 34
MARIA LEOPOLDINA JOSEFA CA-
ROLINA (arquiduquesa da Áustria)
– 274
MARTIUS – 180, 236, 246, 252
MATOS, Raimundo José da Cunha (ge-
neral) – 250
MAWE, Lister (tenente da matinha ingle-
sa) – 210, 213, 254
MAXIMILIANO (príncipe) – 22, 252
MÉDICIS, Catarina de (rainha da Fran-
ça) – 31
MELO, Luís de (comandante de expedi-
ção) – 193
MELO, Manuel Felizardo de Sousa e
(presidente da Província de Alagoas)
– 84
MENESES, Manuel (dom, comandante
de esquadra português) – 34
METROWICH (insurrecto executado)
– 115
MIGUEL BRUCE – 197, 198, 199
MONTE ALEGRE (barão de) – 287
MORAIS (fisiologista) – 302

N

NASSAU (conde de) – 37, 38, 110,
127
NASSAU, Maurício de – Ver NASSAU
(conde de)
NATTERER – 252
NAVARRO (deputado) – 270
NUNES, Francisco – 34

O

- OLINDA (visconde de, estadista) – 122, 272, 273, 283
OLIVEIRA (governador da Bahia) – 36
OLIVEIRA, João Franco de (dom, arcebispo) – 61
ORDAS, Diogo de (historiador mexicano) – 193
ORELANA, Francisco de (navegador) – 230, 234, 235

P

- PACÍFICO (guia) – 155, 156, 157, 159, 160, 161
PARAGUAÇU [Catarina Álvares] (índia, filha de Itaparica) – 31
PARANAGUÁ (marquês de, estadista) – 273
PARKER (capelão anglo-americano) – 27, 28
PARNAÍBA (barão de, presidente da província do Piauí) – 182
PEDRO I (dom, imperador da Brasil) – 47, 48, 49, 93, 112, 196, 197, 200, 239, 240, 274
PEDRO II (dom, imperador infante do Brasil) – 241, 269, 271, 272, 273, 275, 278, 284, 288
PIZARRO, Gonçalo – 231, 232, 233
PIZÓN, Vicente Yanes – 192
POMBAL (marquês de, estadista português) – 211

R

- R. (senhor) – 146, 147, 148, 150, 155
RAFAEL TOBIAS (presidente da província de São Paulo) – 287
RATCLIFF (insurrecto executado) – 115
RAVARDIÈRE – 193
RECIPE (marquês do) – 114, 115

- RIBEIRO (abade) – 112
RIBEIRO, João (eclesiástico) – 112
RIEDEL – 253
RODRIGUES (presidente da província do Rio de Janeiro) – 242
RODRIGUES FERREIRA – 252
RODRIGUES, Afonso – 32

S

- SACRAMENTO, Martinho José do – 130, 139
SAINT-HILAIRE, Augusto de – 250, 252
SARDINHA, Pedro Fernandes (bispo) – 32
SEBASTIÃO (dom, rei de Portugal) – 120, 121
SEIXAS, Romualdo de (dom, arcebispo) – 62, 91
SILVA, Inácio Acióli de Cerqueira e – 29, 39, 61, 62
SMITH (cônsul norte-americano) – 211
SMITH (tenente) – 236
SOARES DE SOUSA (ministro do exterior) – 288
SOUSA, Martim Afonso de – 32
SOUSA, Tomé de (governador-geral da Bahia) – 32
SOUTHEY [Robert] – 29, 94, 108, 110, 136, 137, 187, 194, 201, 235, 251, 302
SOUTO – 110
SPAULDING (reverendo) – 19, 265
SPIX – 180, 236, 246, 252
SUAÇUNA (barão de) – 107, 109

T

- TAGGIA, Ambrósio da Rocha e Cândido de – 68

TEIXEIRA, Pedro (comandante de expedição) – 236
TERESA CRISTINA MARIA (dona, princesa, esposa de Pedro II) – 288
TOLEDO, Fradique de (dom, comandante de esquadra espanhol) – 34, 36

V

VASCONCELOS, Bernardo Pereira de (estadista) – 271, 272, 283, 284, 285

VESPÚCIO, Américo – 30
VIEIRA [Antônio] (padre) – 195
VIEIRA, João Fernandes – 110
VINAGRE, Francisco Pedro (comandante) – 241, 242
VOLTAIRE – 257
VON LANGSDORFF (barão) – 252, 253

W

WALSH – 254
WHATELY (cônsul inglês) – 28

Reminiscências de viagens e permanências no Brasil, de Daniel P. Kidder,
foi composto em Garamond, corpo 12, e impresso em
papel vergê areia 85g/m², nas oficinas da SEEP (Secretaria
Especial de Editoração e Publicações), do Senado Federal, em Brasília.
Acabou-se de imprimir em abril de 2008, de acordo com o
programa editorial e projeto gráfico do Conselho
Editorial do Senado Federal.

